



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

Alessandro de Moura

**MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC E NA VOLKSWAGEN
(1978-2010)**

**Marília
2011**

MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC E NA VOLKSWAGEN (1978-2010)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em “Ciências Sociais” da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociabilidade.

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Orientador: Prof. Dr. Giovanni Alves.

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Moura, Alessandro de.

M929m Movimento operário no ABC e na Volkswagen (1978- 2010)

/ Alessandro de Moura. – Marília, 2011

313 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado - Ciência Sociais) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011

Bibliografia: f. 301-313

Orientador: Giovanni Alves

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Movimento operário -
ABC paulista. 3. Partido dos Trabalhadores. 4. Movimento
operário – Volkswagen. Lulismo. I. Autor. II. Título.

CDD 331.880981

MOURA, Alessandro de,

Membros da Banca Examinadora:

Dr. Giovanni Alves (orientador)

Dr^a . Vera Lucia Vieira (PUC-SP)

Dr. Francisco Luiz Corsi (UNESP-MARILIA)

Suplentes:

Dr. Fábio Kazuo Ocada (UNESP-MARILIA)

Dr^a. Terezinha Ferrari (Fundação Santo André)

MARÍLIA
2011



PESQUISA FINANCIADA PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMAS REGULARES/ BOLSA DE MESTRADO NO PAÍS
PROCESSO: 2008/02254-1
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Dedico este trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras de Zanon,
a fábrica sem patrão.

AGRADECIMENTOS

São muitos meus débitos com muitas pessoas com as quais tive a satisfação de conviver durante os anos de realização desta pesquisa. Este trabalho está muito longe de ser considerado um trabalho realizado de forma solitária. Foi fruto de longas discussões realizadas em grupos de estudos, congressos, seminários, salas de aula, sala de moradia, repúblicas, greves, piquetes e ocupações. Nestes espaços assimilei e refutei múltiplos aspectos teóricos, políticos e sociais. Principalmente por conta dos prazos, esta redação não pôde contar com uma revisão justa para a versão final. Agradeço em especial aos operários e operárias que concederam entrevistas para realização desta pesquisa. Meus agradecimentos aos amigos Fabio Nunes Silva e Antonio Quiozini pela leitura e apontamentos sobre partes deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho analisamos o processo de desenvolvimento da organização e atuação sindical e política dos metalúrgicos do ABC paulista e dos operários da Volkswagen ABC. Buscamos resgatar o papel que cumpriram durante a década de 1980 e em que condições políticas estão vivenciando contemporaneamente. Para compreender de forma mais alargada as condições, perspectivas e desafios subjacentes aos operários e operárias da Volkswagen, de variadas faixas etárias, foram imprescindíveis a realização de entrevistas. Ainda, buscando lançar luz sobre este campo de investigação, discutimos também os principais desafios colocados historicamente a classe trabalhadora brasileira. Para isso discutimos as principais instituições nacionais que intentaram organizar e dirigir o movimento operário no Brasil. Destacamos o papel cumprido por sindicatos, centrais sindicais e partidos no seio do movimento operário, centralmente o Sindicato do ABC, CUT, CGT. Entre os partidos discutiremos o PCB e o PT, os maiores e mais importantes partidos de esquerda surgidos no cenário nacional.

Palavras-chave: partido comunista brasileiro; movimento operário no ABC paulista; partido dos trabalhadores; movimento operário na Volkswagen; lulismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ----- 12

O contraste geracional:
Formas de abordar a questão geracional
Como fizemos esta pesquisa
Como selecionamos os entrevistados
Uma breve descrição dos entrevistados
Metodologia para realização das entrevistas
Método utilizado para pesquisa e análise das entrevistas

CAPITULO I – MARXISMO, MOVIMENTO OPERÁRIO E REVOLUÇÃO SOCIALISTA ---- p. 43

Os partidos comunistas separam-se do marxismo revolucionário
Anarquia da produção, crises capitalistas e seus impactos sobre o proletariado
O partido revolucionário e os sindicatos
O caráter do estado burguês
Dissolução do estado e ditadura do proletariado
Proletariado e a pequena burguesia
O papel do partido revolucionário na dissolução do estado

CAPITULO II – O GOLPE MILITAR-BURGUÊS CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO ---- p. 82

Ligas camponesas e o PCB
Das paralisações por fábrica à greve geral metalúrgica
Expandem-se o movimento operário no ABC paulista
Sobre a greve de 1978
Sobre a greve de 1979
Sobre a greve de 1980
O movimento operário durante a década de 1980
Sobre a prática sindical do PCB durante a década de 1980
Bases sociais e direção política do partido dos trabalhadores
As comunidades eclesiais de bases na fundação do PT
Outras correntes no PT
A delimitação política e programática do PT

CAPITULO III - O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC: O CASO DA VOLKSWAGEN ABC p. 185

A instalação da Volkswagen no Brasil

As lutas operárias na Volkswagen durante a década de 1980

A fusão entre Ford e Volkswagen – Autolatina

Sobre a relação PT, CUT e Comissão de Fábrica da Volkswagen

Comissão de Fábrica e Comitê Sindical

Mudanças na representação sindical durante a década de 1990

Políticas fabris para fomentar a dispersão dos trabalhadores

As terceirizações na Volkswagen ABC

Sobre a introdução de novas técnicas produtivas e organizativas

O sindicato de colaboração não pode garantir empregos

Novas greves eclodem na Volkswagen no Brasil

O sindicato do ABC hoje

O sindicato è de parceria, mas o trabalho continua muito intenso

Na prática, a hora-extra é obrigatória

CAPITULO IV – OS JOVENS METALÚRGICOS DA VOLKSWAGEN ABC ----- p. 259

A recepção aos jovens

Jovens e antigos

Sobre o engajamento dos jovens na militância sindical

Ainda não existe um trabalho sistemático do sindicato com os jovens operários

Sobre as assembléias na Volkswagen

O sindicato do ABC não responde às demandas fundamentais dos operários da Volkswagen

O lulismo e o movimento operário

Governo lula e o movimento operário

Políticas focadas para o empresariado

O modelo de desenvolvimento lulista pode ter vida longa?

Mediante o pacto social, emerge o lulismo

Considerações finais

REFERÊNCIAS ----- p. 301

A vós todos
(...)
gênio ou não gênio, tenho
a dizer: basta!
Abaixo como isso,
Antes que vos abata o coice dos fuzis.
(Ordem nº 2 ao Exército das Artes – V.
Maiakovski, 1921).

INTRODUÇÃO

Em março de 2008 apresentamos como proposta de pesquisa para o mestrado o projeto “A experiência de classe dos novos e antigos metalúrgicos do ABC Paulista - O caso dos operários da Volkswagen do Brasil (1995 – 2008)”. Ao propor tal investigação queríamos buscar construir um entendimento acerca do porque o ascenso operário do ABC paulista de 1978 a 1980, que era voltado contra a superexploração do trabalho, chegando a desembocar na fundação de um partido para os trabalhadores (onde proibia-se a entrada do patronato), de uma central sindical classista, antipatronal e independente do governo, desaguou no apoio e reafirmação da ordem burguesa, da superexploração da classe trabalhadora e na reposição da dominação política e econômica da burguesia.

A partir da bibliografia consultada (Tomizaki, 2007; 2006; 2005; 2002; Rodrigues e Ramalho, 2007), colocava-se de início a perspectiva de pensar a relação que a nova geração de operários estabelecia com o sindicalismo, com a luta antipatronal e a organização dos trabalhadores enquanto classe social antagônica a perspectiva burguesa. Refletindo acerca deste universo social, buscamos investigar a experiência social de classe e o contraste geracional no proletariado¹ metalúrgico do ABC paulista, palco do último ascenso operário brasileiro. Durante a investigação comparamos estatuto salarial, condições de trabalho, dos novos e dos antigos operários da Volkswagen, entendendo que as relações e as condições desenvolvidas no local de trabalho impactam também na construção da perspectiva e consciência de classe dos novos metalúrgicos contratados nas fábricas automotivas durante nos anos 2000.

Consideramos também neste processo, além do papel do sindicato, o impacto da implantação de técnicas produtivas oriundas do toyotismo e alguns de seus desdobramentos na formação de um novo perfil do operariado do ABC e da Volkswagen. De início considerávamos

¹ Engels no trabalho *Princípios básicos do comunismo* de 1847, define o proletariado como a classe em relação à divisão hierárquica do trabalho. “[...] que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada”. (Engels, 1982). Também Marx n’O capital, afirma que por proletário “deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado a rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do *“monsieur capital”*.” (MARX, 1989, p. 714, nota 70). No relançamento do Manifesto do partido comunista, em 1888, Engels introduz uma nota para precisar a definição de proletariado, nas palavras do autor, por proletariado entendia-se “a classe dos assalariados moderno que, não tendo meios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. (p. 40). Entendemos então que incluem-se na categoria de proletariado todos os despossuídos de meios de produção, tais como os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, campenses, trabalhadores e trabalhadoras das cidades e metrópoles, donde se inclui os operários fabris, terceirizados etc... Na concepção de Marx, 2004: Marx e Engels, 2005, Lênin, 2010, Trotsky, 2005: 2007a, todas estes segmentos da classe trabalhadora, despossuídos de meios de produção, necessitam ser organizados pelo partido revolucionário para superação do capitalismo.

que o toyotismo seria um dos principais processos na produção da desconstrução da organização da classe trabalhadora do ABC². Toda a bibliografia consultada aponta como correta a perspectiva de que com a crise do sistema produtivo de organização taylorista/fordista, houve também no Brasil uma intensa e extensa reorganização da produção de mercadorias e da classe trabalhadora. (HIRATA, 1993; ANTUNES, 2006; 2002; 1997; ALVES, 2000). A partir de tal crise dissemina-se mundialmente um ‘novo modelo produtivo’, que viria a ser conhecido como toyotismo. No Brasil os primeiros aspectos do toyotismo são incorporados no final da década de 1980, difundindo-se de forma mais profunda na década de 1990, principalmente com a adoção de políticas neoliberais³ e a paridade da moeda brasileira (o Real) com o Dólar. (ALVES, 2000; CARNEIRO, 2002; FILGUEIRAS, 2000).

Os dados estatísticos, bem como a bibliografia apontavam que tais políticas acabaram por alterar significativamente a composição orgânica do capital no País, bem como a relação capital-trabalho. Com o intenso fluxo de importação de máquinas e equipamentos para o Brasil, criam-se condições objetivas para dispensar trabalhadores, o que por sua vez contribuiu em larga medida para enfraquecer o poder de pressão dos sindicatos e assim do movimento operário. Cabe diferenciar aqui movimento operário de movimento sindical. Por movimento operário entendemos atuação organizada que vai para além da atividade sindical. O movimento operário engloba a totalidade das atividades políticas, sociais, teóricas e sindicais expressas pelo conjunto do proletariado, extrapolando os limites reivindicativos de valorização e adequações do regime burguês. Entendemos por movimento operário a atuação organizada da classe trabalhadora que questiona a dominação de classe. Já por movimento sindical compreendemos a atuação sindical por meio de instituições reconhecidos pelo Estado, tal como os sindicatos, as centrais sindicais, as federações e confederações.

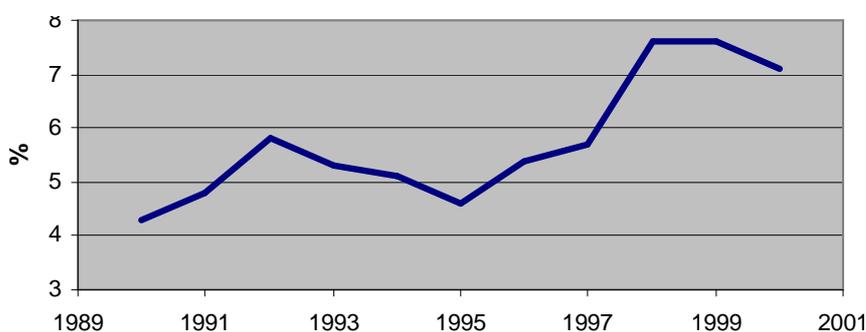
Durante a década de 1990, com o estímulo governamental à automação e substituição do maquinário, somado ao baixo crescimento econômico do País no período, desencadeia-se um processo importante de fechamentos de postos de trabalho no Brasil, que acabou por contribuir para

² Publicamos estas formulações iniciais em 2008, na edição número 14 da *Revista de Economia Política e História Econômica*. C.f MOURA, *A Toyotismo, desemprego e refluxo da classe operária no Brasil 1990-2005*. Disponível no sítio <http://sites.google.com/site/rephe01/anteriores>. Acesso 27/06/2011.

³ Denomina-se neoliberalismo, centralmente o abandono das medidas keynesianas que marcaram o pós-guerra nos E.U.A e países da Europa, fruto do compromisso estabelecido com a classe trabalhadora. Com o aprofundamento do liberalismo, priorizam os lucros da iniciativa privada, com minimização das barreiras para a mobilidade de capitais e de comércio. Além disso, principalmente a partir do Consenso de Washington, busca-se por meio dos programas de desestatização, o “Estado mínimo”, tal modelo aplica-se também no que diz respeito aos gastos com serviços sociais e infra-estrutura. Trata-se de “Uma nova ideologia que descarta os controles de capitais como instrumentos relevantes,

colocar o movimento operário em posição política defensiva. (ALVES, 1999: 2000: 2007b: ANTUNES, 1997: 2002: POCHMANN, 2001). Uma das conseqüências mais latente deste processo seria o aumento do desemprego aberto, crescente até o início da década de 2000, como podemos observar no gráfico 01 a seguir. Já durante a segunda metade da década de 2000, com o novo ciclo de expansão da economia (FILGUEIRAS, 2007: 2010), os dados do Ministério do Trabalho e Emprego⁴ apontam que na região metropolitana de São Paulo houve a diminuição significativa do desemprego para uma taxa de 8%. Porém neste período são criados muitos empregos em caráter temporário e sobre contrato de terceirização, que pagam menores salários e têm menores garantias.

Gráfico 01: Taxa Média Anual de Desemprego Aberto no Brasil - 1989 -2001



Dados: IBGE

Nessa problemática também se insere o processo de precarização⁵ do trabalho da categoria dos metalúrgicos, entre estes, destacamos ainda o caso dos metalúrgicos que continuaram empregados, “os sobreviventes” da lógica reestruturativa. Pois o aumento do desemprego veio acompanhado de um verdadeiro “cardápio” de formas de precarização e subsunção do trabalho, como a desvalorização dos salários, perdas de garantias e a vigência de contratos de trabalhos precarizados, estabeleceu-se também no Brasil um “novo (e precário) mundo do trabalho”. Nesse sentido, pode-se observar ainda, a estreita relação entre a precarização das condições de trabalho, salários e regimes de contratos com a lógica da reestruturação das indústrias automobilística no Brasil durante a década de 1990. (ALVES, 2000: ANTUNES, 2002: HIRATA, 1993).

Esta dinâmica reestruturativa complexa produziu impactos diretos sobre a objetividade (parques produtivos) e subjetividade (sindicatos, partidos e tendências políticas) do mundo do trabalho. Conforme MATÍAS e ALBAMONTE, a reestruturação produtiva desenvolveu-se

pois foram abandonados os fundamentos econômicos que o justificavam – sistema de taxas de câmbio fixas e da interdependência das políticas domésticas”. (CARNEIRO, 2002, p. 118).

⁴ Cadastro geral de empregados e desempregados TEM/CAGED.

⁵ Por precarização entendemos o processo histórico de perdas de conquistas da classe trabalhadora. Perdas estas que acabam por estabelecer uma nova precariedade do trabalho e da classe que vive da venda de sua força de trabalho. (ALVES, 2007).

conjuntamente com o período de restauração burguesa, em meio a este processo construía-se a hegemonia burguesa. (MATÍAS, M.: ALBAMONTE, 2011⁶). Desta forma, a reestruturação produtiva, permeada por uma profunda crise econômica, somou-se ainda ao crítico momento político de refluxo do movimento reivindicatório dos trabalhadores e trabalhadoras em nível mundial, que teve seu marco em 1989 com a derrubada do muro de Berlim (CINATTI, 2010; 2005: CHINGO, 2005: CERDEIRA, 1998). Processo este que acentuava a crise dos sindicatos e dos partidos de esquerda (centralmente os partidos, correntes e tendências socialistas e comunistas). Em meio a tal processo, combinando elementos internacionais e internos, acabou por desenvolver-se um intenso refluxo do movimento operário também no Brasil. (ALEVES, 2000: ALMEIDA, 1996: BOITO, 2002: 2003: BATALHA, 2003). A reestruturação capitalista, em sua globalidade econômica, tecnológica e política, em seus nexos modernos e na sua dimensão produtiva organizacional, sócio-espacial, acabou por metamorfosear a classe operária. Constituíram bases para abandonar demandas históricas pautadas pelas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, com isso tornou-se possível, com mais facilidade a realização de acordos entre as direções sindicais e o patronato, o que chegou a ser denominado como práticas da consertação social (ARAUJO, 1999: CASTRO, 1998: ALVES, 2000b).

Nesse sentido, a reestruturação pode ser considerada como a mais recente metamorfose do sistema social capitalista (enquanto sujeito “automático”) em busca de sua reprodutibilidade ao mesmo tempo em que subsume a classe trabalhadora. (ALVES, 2007c). Para a reorganização do capitalismo no país, como forma de assegurar novos níveis de lucratividade, fazia-se necessário colocar na defensiva e desarticular a combativa classe operária do ABC paulista que, desde o ascenso de 1978, por meio de greves, piquetes, paralisações e ocupações de fábrica, dava uma série de exemplos na luta dos trabalhadores contra o patronato e a burguesia, impondo assim importantes avanços organizativos, conquistas econômica e políticas no país. (SALES & MATOS, 2007: LISBOA, V, 2008: ANTUNES, 1991; 1992: ALMEIDA, 1999: RODRIGUES, 2002: 2004). Contudo, cabe considerar que para minar as forças contestatórias e organizativas da classe operária no Brasil, influenciaram diversos fatores, que vão desde a derrubada do muro de Berlim, com a dissolução da URSS, que gerou importante recuo dos sindicatos, das organizações socialistas, stalinistas (PCs) e trotskistas, passando pela reorganização do capital a nível internacional, e o avanço do neoliberalismo (FERNANDES, 1991).

⁶ Existe uma versão em espanhol deste texto: En los límites de la “restauración burguesa”. *Revista Estrategia Internacional*, número 27. Disponível no endereço: http://www.ft-ci.org/IMG/pdf/05_restauracion_MMaiello_EAlbamonte_EI27.pdf. Acessado em 27/06/2011.

Este conjunto de fatores estaria entre os principais elementos que compunham as análises que buscam explicar os condicionantes que sustentaram a nova forma de hegemonia do capital (empresariado, patronato e grande proprietários de meios de produção) sobre produção (trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos partidos e tendências político-sociais), que traz como uma de suas conseqüências à desorganização da classe operária enquanto *classe para si*⁷. No contexto da intensa reestruturação produtiva que ocorre no Brasil, somado ao recuo político do movimento operário, cresce o índice de desemprego aberto nas regiões metropolitanas no país, que passa de uma média de 6% em 1990 para 17% em 2005, ou seja, quase triplica.

Na indústria de São Paulo, o Estado brasileiro mais industrializado e populoso, é possível verificar uma queda acentuada no nível de postos de trabalho, que declina de um nível de 137,2 em janeiro de 1990 para o nível de 73,13 em outubro de 2004, ou seja, ocorre uma diminuição em torno de 50% dos postos de trabalho na indústria paulista. (IPEDATA - DIEESE). Também, mais especificamente, na Região Metropolitana de São Paulo, o número de postos de trabalho diminui cerca de 50% (DIEESE 2007). Em relação ao ABC paulista, de acordo com os dados do Dieese, em 2004 o ABC paulista atinge uma taxa de desemprego total de 18,3%. Uma das implicações de tal processo é que, com o fechamento de postos de trabalho na indústria tem-se a conseqüente diminuição da base social dos sindicatos, o que por sua vez acaba por reduzir seu poder político, sua capacidade de pressão e de barganha sobre o patronato.

Por outro lado, mesmo diminuindo crescentemente os postos de trabalho, as indústrias conseguem (com a introdução do toyotismo e intensificação do trabalho) potencializar sua produtividade e o lucro. Tal façanha foi possível graças às inovações do toyotismo, como os CCQ (círculos de controle de qualidade) a *lean producion*, estoque mínimo, *just in time*, *kanban*, trabalho em equipe (*Team works*) (que exige um comprometimento dos trabalhadores com a redução de custos da produção) e a descentralização do processo produtivo que busca tornar a fábrica mais eficiente, “magra” e “leve”, e, sobretudo, mais lucrativa (CORIAT, 1994: FLEURY, 1993: HIRATA, 1993: OLIVEIRA, 2004: OHNO, 1997).

Tais transformações fazem com que a fábrica taylorista/fordista seja re-configurada, pois esta, além de flexibilizar-se, diminui física e espacialmente. (HARVEY, 1992: VASAPOLLO,

⁷ Por *classe para si* designamos relações que vão para além das relações imediatas dos seres humanos com os meios de produção e a ordem política, social e econômica estabelecida. Trata-se da consciência da situação de classe, que possibilita agir de acordo com um interesse de classe, fundado em experiências compartilhadas, vividas e percebidas que busca suplantar a ordem existente. Tal capacidade da *classe para si* envolve capacidade de mobilização política e cultural para passar da submissão para a subjetivação, negando a ordem dada (Lenin: 2010: 2007: MARX, 2004a: 2004b: 2005: 2010a: 2010b: Trotsky, 2007: 2008).

2006). A fábrica é minimizada, reduzindo significativamente suas plantas produtivas, com a redução dos estoques, diminuição espacial das montadoras, enxugamento do número de trabalhadores e dos “autômatos mecânicos” (disseminam-se os *softers*). Ou seja, trata-se de um processo de minimização de amplos aspectos da fábrica. A fábrica, como tudo que é sólido, quase que desmancha no ar. A intensa diminuição do nível de emprego nas montadoras do ABC paulista pode ser observada na tabela 01 a seguir.

Ainda, segundo Arbix, ao analisar a extinção de postos de trabalho no ABC é preciso considerar também o “Custo ABC”. Segundo o autor, o movimento operário combativo conseguiu pressionar a patronal para minimizar a superexploração da produção impondo uma média salarial relativamente maior do que a média nacional. Somado aos altos preços dos terrenos e aluguéis na Região Metropolitana de São Paulo e no ABC paulista, gerou-se o que se convencionou chamar de “custo ABC” (ARBIX, 2000). Com isso muitas indústrias acabaram por se instalar em outras Regiões do país. No caso do ABC paulista o custo por hora trabalhada chega a ser o dobro de outras regiões do país (ARBIX, 2000). A partir disso, podemos entender melhor o caso da unidade Toyota inaugurada em 1999, que ao invés de instalar-se no ABC paulista optou por Indaiatuba, onde além da vantagem dos abatimentos de impostos e pagamento de salários menores, os trabalhadores não tinham tradição sindical. Com isso a empresa pode pagar até metade dos salários que paga no ABC paulista, o que por sua vez potencializa os lucros e o acúmulo de capitais das multinacionais e do empresariado. (OLIVEIRA, 2004).

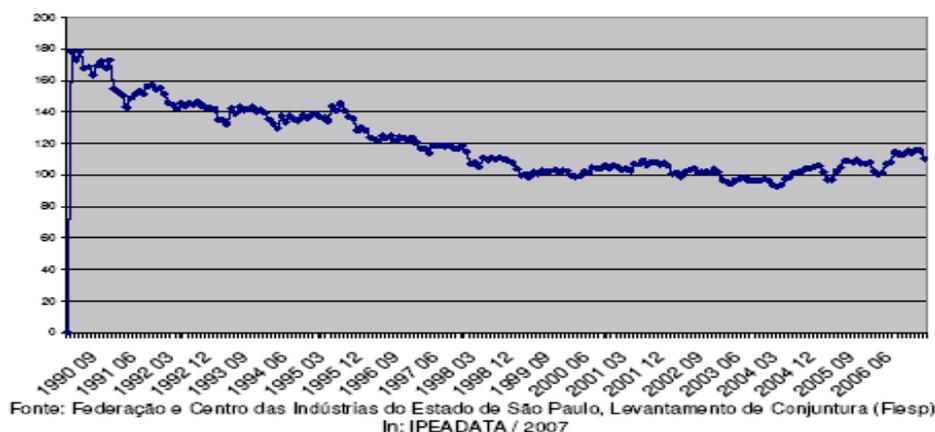
O exemplo da indústria automobilística na região do ABC paulista é significativo. Em janeiro de 1990, os operários das montadoras na região perfaziam um total de 58.088, os mesmos diminuíram para 33.877 em junho de 2000 (DIEESE/Subseção ABC, 2000). De 290 mil pessoas que perderam o emprego metalúrgico no ABC, no período de 1989 a 1997, só metade conseguiu retornar ao mercado de trabalho formal. Dos 50% que conseguiram emprego, 5% foram para o comércio, 10% para a área de serviço e 17% retornaram a indústria automobilística e 18% se recolocaram em postos de trabalho do setor metalúrgico. Os outros 50% estão desempregados ou entraram na informalidade (CARDOSO, 1997).

Somou-se ainda ao crescente fechamento de postos de trabalho, a *terceirização*, como destaca Assunção (2011) em *A precarização tem rosto de mulher*, além de precarizar as condições de salário e regime de contratação, estabeleceu alta rotatividade de trabalhadores, dificultando sobremaneira as formas de organização e desenvolvimento da *solidariedade de classe* entre os trabalhadores (ASSUNÇÃO, 2011; POCHMANN, 2007; ANTUNES, 2006; MALAGUTI, 2001).

Assim, além do aumento do desemprego e a terceirização servirem como mecanismos de barateamento do custo da mão-de-obra, serviram também como importante instrumento de desarticulação da classe operária (ASSUNÇÃO, 2011; POCHMANN, 2007). Segundo Pochmann, de 1985 a 2005 a terceirização no emprego formal aumentou mais de 700% no estado de São Paulo. Os impactos desse processo no mundo do trabalho são imensos, pois conforme já destacamos, trata-se do estado que constituiu o pólo mais industrializado do país. De acordo com o autor, com isso, o processo de terceirização da força de trabalho impõe “uma nova dinâmica no interior do mercado de trabalho brasileiro (...), seus efeitos são expressivos e de rápida generalização nos contratos de trabalho, o que permite equivaler à força de uma verdadeira reforma trabalhista e sindical”. (POCHMANN, 2007).

Paralelo a tal processo, com as demissões em massa e o enfraquecimento do poder de barganha do movimento operário, tem-se também a precarização das condições de trabalho e direitos dos trabalhadores que permanecem empregados. Tal problemática pode ser apreendida a partir de elementos como os patamares inerciais de valorização dos salários (DIEESE, 2007), enquanto, ao mesmo tempo, aumentam os custos da cesta básica. Soma-se a isso a vigência de contratos de trabalhos precarizados, com redução expressiva das horas pagas na indústria, como podemos observar no gráfico 02 a seguir.

Gráfico 02: Horas pagas – indústria – índice (jan. 2006 =100) – SP
Período: 1990 - 2006



Considerando inicialmente estes múltiplos aspectos, podemos apreender importantes elementos da gênese reorganizativa do capitalismo no Brasil nos últimos vinte anos. Ou seja, não bastando o aumento desmedido do desemprego no setor automotivo, o recuo do sindicalismo combativo, os trabalhadores e trabalhadoras que passam a compor a força de trabalho nas indústrias do setor durante a década de 1990 tiveram seu estatuto salarial corroído. Tal gênese impõe-se como

um período social desfavorável para os trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo no que diz respeito aos postos de trabalho, níveis salariais e regime de contratação.

Mas o mesmo não se deu para os industriais e investidores do setor. Enquanto os trabalhadores e trabalhadoras acumulam derrotas e retrocessos, o empresariado e o patronato, apoiado pelo Governo Federal, Estadual e prefeituras, acumulam vitórias. Estas são expressas em seus níveis de lucratividade e expansão de negócios. O setor automobilístico revigora-se, exemplo disso é que a produção de autoveículos no Brasil passa de um total de 914 mil por ano, em 1990, para mais de 2 milhões meio em 2005 (ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes e Veículos Automotores). Nessa perspectiva, tal processo não traz condições favoráveis para os trabalhadores, pois além da ínfima valorização salarial e aumento dos custos de vida, o número de postos de trabalho diminui significativamente ao mesmo tempo em que arrefece o sindicalismo. A recuperação do sistema produtivo é ancorada no corte de postos de trabalho, precarização das condições e estatutos e na superexploração do trabalho. Além disso, segundo dados do DIEESE⁸, os níveis salariais não conseguem acompanhar os aumentos reais da cesta básica.

Em resumo, como desdobramento do processo de diminuição crescente da classe operária industrial, precarização da forma de contratação e dos salários, combinado com o refluxo e capitulação dos sindicatos a classe trabalhadora brasileira vive mais uma fase de hegemonia da burguesia, do empresariado e do patronato. Este período de hegemonia poderia ser caracterizado, em linhas gerais, pelos de novos regimes de contratação, novos níveis salariais e ausência de garantias. Cabendo observar que, enquanto decorre este turbilhão de transformações objetivas no mundo do trabalho, tem-se também no plano subjetivo (em âmbito mundial) a transformação da subjetividade operária (MAIELLO: ALBAMONTE, 2011).

As principais instituições coletivas que constroem subjetividades, sindicatos, correntes políticas e partidos distanciam-se da perspectiva de organização da classe trabalhadora como antagonista das classes dominantes (LISBOA, 2008). Soma-se a isso, que, nos diversos locais de trabalho os trabalhadores e trabalhadoras são cobrados a terem posturas “colaborativas”, para que vistam a “camisa da empresa”. Certamente a falta de alternativas combativas, articulada a intensa investida das empresas sobre o operariado foram base para construção da desorganização da classe operária enquanto classe para si. Ou seja, na própria construção da consciência de classe combativa, que só pode ser desenvolvida por meio de experiências de enfrentamento com as instituições

8

http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1553334277&Tick=1206931214480&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28131%29&Mod=M

capitalistas. Aqui, conforme destacado no trabalho *A classe operária na luta contra ditadura 1964-1980*⁹, ganha centralidade as paralisações, piquetes e ocupações, momentos excepcionais para o proletariado experimentar formas políticas antagônicas à hegemonia capitalista. (LENIN, 2007: TROTSKY, 1978).

O CONTRASTE GERACIONAL

No campo do marxismo, concebe-se a classe trabalhadora como uma totalidade de sujeitos profissionais e sociais. Diversos sexualmente, etnicamente e politicamente. Em gênese a classe trabalhadora é composta de forma heterogênea (Engels, 2007: Trotsky, 2005). Neste trabalho buscamos abordar o contraste geracional premente na classe trabalhadora. Encontramos na bibliografia pesquisada (Tomizaki, 2007; 2006; 2005; 2002: Rodrigues e Ramalho, 2007), importante discussão sobre as relações estabelecidas entre a nova geração de operários com o sindicalismo. Nesta bibliografia, a incorporação de novas gerações sem experiência sindical ao processo produtivo é encarada como um dos elementos explicativos para a desmobilização do movimento operário nas últimas décadas. Em entrevistas coletadas por nós (2007) com operários da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo (ABC paulista), encontramos a argumentação de que o movimento sindical, comissões de fábricas e o sindicato, são hoje instâncias compostas na sua grande maioria, por trabalhadores que tiveram as experiências de greves durante a década de 1980 e primeira metade da década de 1990. Mas que estes operários estão, principalmente ao se aposentarem, sendo substituído por novos operários¹⁰ contratados, na maioria dos casos com diferentes regimes de contratação, *part-time*, ou por tempo determinado e sem garantias. Estes novos trabalhadores (contratados nos anos 2000) ingressaram na fábrica em uma nova conjuntura política, econômica e tecnológica, diferente das existentes durante a década de 1980, desta forma não vivenciaram de forma direta, como operários, as experiências de luta e resistência operária por melhores condições, garantias e salários durante a década de 1980. Os operários “antigos”¹¹ alegam que novos trabalhadores não demonstram o mesmo interesse pela causa operária. Certamente, esta problemática tende a dificultar ainda mais o processo de organização dos trabalhadores enquanto

⁹ CADERNOS ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL. “1964-1980 - A classe operária na luta contra a ditadura. Edições Iskra. 2008. Disponível no endereço: http://www.ler-qi.org/IMG/pdf/Tesis_70.pdf . Daqui em diante este trabalho será referido como CEIB, 2008.

¹⁰ Na região do ABC paulista ainda há um alto índice de trabalhadores com mais de 35 anos (TOMIZAKI, 2005), porém o mesmo não se dá na Toyota de Indaiatuba (OLIVEIRA, 2004), e nem na indústria fluminense (RODRIGUES. et alli. 2006), onde os jovens são grande maioria.

¹¹ Como veremos nas entrevistas, estas definições de “novos” e “antigos” são utilizadas dos próprios operários e operárias em suas relações cotidianas.

classe operária resistente. Essa problemática desenvolve importantes implicações no plano da formação da consciência de classe necessária. (MÉSZÁROS, 1993; THOMPSON: 1987: 1981). Tal discussão nos levou a incluir na pesquisa a perspectiva dos jovens metalúrgicos sobre o sindicato, as lutas operárias e as centrais sindicais.

FORMAS DE ABORDAR A QUESTÃO GERACIONAL

Tomizaki (2007) desenvolve sua pesquisa buscando apreender as distintas perspectivas entre os “jovens” e “antigos” operários da montadora de automóveis Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo no ABC paulista. Para a autora, um dos elementos centrais para compreender tal problemática seria considerar os processos migratórios para a região do ABC. A relação entre os migrantes e os nascidos em São Paulo. Para a autora, o fato dos novos operários já terem nascidos nas cidades funciona como um importante elemento problematizador.

(...) esses trabalhadores da primeira geração constituíram uma trajetória que se define por sucessivos deslocamentos: (a) espacial, concretizado na migração; (b) de setor econômico, por meio da saída do mundo rural e entrada na indústria; (c) na posição ocupada nas relações de poder no interior da fábrica, um resultado das greves que impuseram modificações significativas na correlação de forças entre capital e trabalho; (d) nas condições de vida (moradia, contrato forma de trabalho, acesso à educação, por exemplo), que implicam a ocupação de um espaço social, econômico bastante diferente do ponto inicial de suas trajetórias. (TOMIZAKI, 2005).

Outro elemento destacado pela autora, que influenciaria no distanciamento da juventude operária da luta sindical, seria a formação escolar. Os novos operários têm sua trajetória escolar estendida. Oriundos de uma nova geração, que já nasceram nas cidades, e que talvez principalmente por isso puderam partilhar de um processo de escolarização maior (tabela 02), eles têm outras expectativas em relação à fábrica e ao movimento operário. Para Tomizaki, os novos operários não querem assumir vínculo com a fábrica, ao invés de defender a categoria, seus salários e condições, preferem buscar ascender economicamente individualmente em outras carreiras profissionais, e assim que possível abandonar a carreira de metalúrgico. Além disso, segundo a autora, muitos destes trabalhadores dizem não acreditar que as greves realmente tenham eficácia. (TOMIZAKI, 2006). Teríamos então um choque de interesses e perspectivas de gerações intra-fábrica com implicações diretas na organização da classe operária e na construção da consciência de classe necessária. (MÉSZÁROS, 1993). Na tabela a seguir podemos observar os distintos níveis de escolarização entre trabalhadores e trabalhadoras na região de São Paulo.

Tabela 01: Distribuição dos Operadores nas Montadoras e Autopeças Segundo Grau de Instrução - São Paulo – 1989 - 1999

Escolaridade	Montadoras		Autopeças	
	1989	1999	1989	1999
Não tem o 1º Grau	69,9	24,9	75,4	35,7
Tem o 1º Completo + o 2º Incompleto	22,8	40,9	19,3	40,5
Tem o 2º Grau Completo + o 3º Incompleto	7,0	32,5	4,4	22,4
Tem o 3º Grau	0,3	1,7	0,5	1,5
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: RAIS 1989 – 1999. Apud: CERQUEIRA, 2003.

Embora consideremos importantes as conclusões de Tomizaki, de que o choque geracional no interior da fábrica pode funcionar como um agente na desarticulação e de obstacularização da construção de um *agir coletivo para si*, ou da consciência de classe necessária, e na emergência de um novo perfil de trabalhador no ABC paulista. (CERQUEIRA, 2003). Buscaremos discutir com que herança política e organizativa estes jovens se socializaram ao serem incorporados a fábrica, ao sindicato, a CUT e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Desta forma articulamos o debate acerca da relação geracional com a forma de organização política efetivada pelo Sindicato Metalúrgico do ABC paulista (Foto 1), bem como a plataforma política defendida por este e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Consideraremos também, ainda de forma sucinta, o papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como educador coletivo (GRAMSCI, 2004), tanto no período do ascenso do movimento operário do ABC (1978-1980) bem como em seu período no governo Federal (2003-2005). Ou seja, tomando a perspectiva de Marx (2010, 2009; 2007: 2005) Lênin (2010; 2007; 2005; 1978), Trotsky (2008; 2007; 2005; 1994; 1979; 1971) e Gramsci (2004), buscamos considerar aspectos da geração que vivenciou as experiências dos processos de mobilização durante a década de 1980, seu descenso durante as décadas de 1990 e 2000, bem como a expressa unificação dos trabalhadores e trabalhadoras em torno das ações políticas e sociais do sindicato do ABC, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT. Entendemos então o Sindicato do ABC, a CUT o PT como agentes ativos na construção da forma de expressão política não apenas da antiga geração, mas também das novas gerações que adentraram a fábrica e o sindicalismo. Nesta perspectiva as instituições, como *educadoras coletivas*, são entendidas como co-autoras tanto da combatividade como da passividade dos trabalhadores e trabalhadoras que compõem sua base.

Para investigar e comparar a *experiência de classe* e o *contraste geracional* dos “antigos” e “novos” trabalhadores metalúrgicos do ABC Paulista, com destaque para o proletariado metalúrgico, selecionamos como universo de pesquisa empírica a montadora da Volkswagen do

Brasil, sediada em São Bernardo do Campo (SP). Uma das maiores e mais antigas montadora do ABC paulista e do Brasil. Dois elementos justificam a pesquisa nesta unidade produtiva, primeiro porque ela foi o berço do novo sindicalismo no ABC, com cerca de 40 mil operários, e localizada a apenas alguns minutos à sede do Sindicato do ABC, seu operariado tinha grande peso nas decisões e encaminhamentos nas assembléias (foto III), plenárias, marchas, passeatas, campanhas, greves, piquetes e paralisações desencadeados na região. Além disso, a Volkswagen passou por intenso processo de introdução de tecnologias produtivas e organizacionais oriundas do toyotismo, o que trouxe como consequência um extenso corte de postos de trabalho, passando para um total de cerca de 40 mil trabalhadores e trabalhadoras em 1980 para comportar hoje cerca de 12 mil.

Em meio a tal redução no número de postos de trabalho, a mudança do sindicalismo combativo para uma forma de sindicalismo de colaboração, buscamos pensar os elementos de ruptura e continuidade com as perspectivas das lutas desencadeadas no ABC durante a década de 1980. O operariado da Volkswagen foi sujeito coletivo importante na trajetória do Sindicato do ABC, cabe então buscar compreender em que medida as perspectivas dos trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen, da Comissão de Fábrica da empresa e a direção do Sindicato do ABC. Abaixo temos também uma foto da sede do sindicato do ABC de 2010, seguida de uma foto de 1979, momento em que a polícia havia tomado o sindicato. A foto em questão, do sindicato cercado pela polícia, estava exposta na sede do sindicato do ABC, como uma forma de atestar sua combatividade e história de luta. Por meio do resgate do passado busca-se referendar as políticas empregadas pela gestão atual, como parte de uma mesma tradição.

Foto 1 - Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista - 2010



Foto 2 - Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista cercado por tropa policial - 1979



O sindicato do ABC conta com uma equipe profissional de produção de imagem e propaganda, formada por jornalistas, sociólogos e especialistas, que trabalham dia-a-dia na construção de uma imagem positiva do sindicato. Buscando sempre ligar a história de luta dos operários e operárias do ABC com o atual desempenho da instituição. Na imagem a seguir, que estava exposta na sala da comissão de fábrica da Volkswagen (que fica localizada dentro da própria empresa), tem-se uma foto de uma assembléia de operários e operárias da Volkswagen. Busca-se sempre reafirmar a importância destes operários na construção da história de luta dos operários do ABC. Muitos dos operários da Volks são dirigentes históricos do movimento operário do ABC, chegando inclusive a compor a direção do sindicato.

Foto 3 – Assembléia dos operários da Volkswagen -ABC paulista - 1979

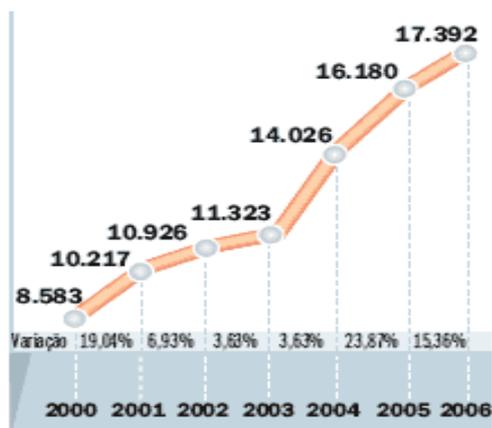


Inclusive, a discussão feita pela gestão atual é que o desligamento dos operários mais antigos da empresa seria um dos principais elementos que explica a dificuldade de mobilização desta base. Ou seja, a desmobilização é encarada como um problema de transmissão de herança histórica, e não como um abandono da tradição de luta pela geração anterior. Com isso a direção sindical busca reafirmar sua combatividade frente a juventude desinteressada. É justamente este argumento que é tomado como verdadeiro por Tomizaki e outros pesquisadores da sociologia do trabalho. É correto afirmar que houve diminuição massiva do número de operários na empresa. A Volkswagen, buscando ampliar mercados e potencializar lucros, investe continuamente em

tecnologia (capital constante) e técnicas produtiva, combinada inovações e demissões foi possível aumentar lucros e a produção ao mesmo tempo em que se diminui gastos com o pagamento de salários (gráfico 03 e 04).

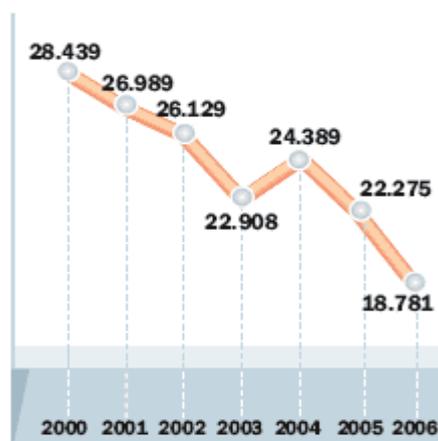
A política empresarial de criação de pacotes de demissão e desligamento da empresa tem focado os operários mais antigos, principalmente os que já estão em idade de se aposentarem, uma vez que estes tendem a receber salários maiores. Cabe observar que mesmo a Volkswagen tendo alcançado excelentes resultados, no que diz respeito às vendas e lucros, as demissões continuaram ocorrendo nos últimos 30 anos. Exemplo dos bons resultados da empresa, principalmente a partir da adoção da estratégia de produção direcionada para as vendas ao exterior, é que atualmente a empresa exporta para mais de 30 Países. Segundo dados da Anfavea, a Volkswagen conseguiu importante aumento das exportações nas vendas da empresa triplicou de 1999 a 2004, atingindo 47%, mantido até 2007. Também, sua participação nas exportações do setor dobrou, responde por 40% dos veículos embarcados (ANFAVEA, 2007). Porém, mesmo considerando correta a análise sobre o corte de postos de trabalho e o desligamento dos operários que viveram experiências grevistas e de enfrentamento com o patronato e o governo, buscamos observar qual plataforma a geração de operários e operárias da década de 1980 empregada na Volkswagen, defendiam via sindicato do ABC, CUT e PT. A seguir temos dados sobre aumento de lucros e cortes de postos de trabalho na empresa.

Gráfico 03: Receita Volkswagen São Bernardo São Bernardo – R\$ em Milhões¹²



Fonte: Diário do Grande ABC

Gráfico 04: Número de empregados -Volkswagen



Fonte: Diário do Grande ABC

¹² Extraído do site: http://home.dgabc.com.br/quemequem2007/qeq2007_premiadas_volkswagen.asp

COMO FIZEMOS ESTA PESQUISA

Para promover *coleta de dados* combinamos técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa buscando apreender os principais elementos da *experiência vivida, percebida e compartilhada* de precariedade e de precarização do trabalho destes trabalhadores, tanto dos “sobreviventes”, quantos dos novos trabalhadores que já ingressaram durante (e depois) do intenso processo reestruturação.

Para análise do movimento operário na Volkswagen trabalhamos centralmente com uma bibliografia acadêmica focada, produzida recentemente sobre os trabalhadores e trabalhadoras da empresa e o movimento sindical como BOTELHO, 2000: BARBOSA 2002: PRAUN, 2005: CARDOSO, 2007: MAIA, 2008. Além desta bibliografia focada, recorreremos ainda a entrevistas com dirigentes sindicais da empresa. Estas entrevistas são contrapostas ainda às entrevistas feitas com jovens operários que trabalham na empresa, mas que não exercem cargos de representação.

Por meio do estudo bibliográfico e das entrevistas, caracterizamos os principais processos e transformações decorridas no sindicato do ABC, na comissão de fábrica¹³ e na Volkswagen. O objetivo desta etapa da pesquisa é comparar as perspectivas dos operários e operárias que viveram os ascensos das greves do ABC e da Volkswagen, com a nova geração de operários/as que ingressaram na fábrica a partir da década de 2000.

Como material para pesquisa, além de amplo levantamento bibliográfico sobre as lutas operárias no Brasil e no ABC, realizamos também vinte e quatro (24) entrevistas, com operários e operárias da Volkswagen no período de 10 de fevereiro a 20 de março de 2010. Sendo 10 com operários “mais velhos”¹⁴ e 13 com jovens.

COMO SELECIONAMOS OS ENTREVISTADOS

Em fevereiro de 2010 fui até a sede do sindicato do ABC. Não tinha nenhum contato prévio que me permitisse abrir relações para a pesquisa. Liguei no sindicato e me apresentei como estudante e pesquisador de pós-graduação, solicitei uma visita ao o arquivo do sindicato, localizado no subsolo da sede do mesmo. Quando enfim foi agendada a visita no arquivo, fui até o sindicato, durante os dias de levantamento documental iniciei relações com uma antiga militante do sindicato do ABC, que na ocasião era responsável por uma pequena loja de *souvenires* que fica na entrada do sindicato do ABC, neste espaço vendiam-se chaveiros, camisetas, jaquetas e calças com o logo do

¹³ Hierarquia da comissão de fábrica: Representantes – sub-coordenação e Coordenação de mesa (que é composto por 6 operários), que sentam com a diretoria. Esta hierarquia se mantém durante 3 anos, porém existe uma avaliação semestral feita dentro a comissão que pode mudar a composição desta hierarquia.

¹⁴ Tomamos dos operários da Volkswagen esta denominação. Os “mais velhos” são designados como os operários que ingressaram na empresa antes da década de 2000. Enquanto os “mais novos” ou “jovens” são representados pelos que ingressaram na empresa a partir desta década.

sindicato do ABC. Por meio dela, conversando no saguão do sindicato do ABC, conheci operários da Volks que eram ligados a cargos de direção no sindicato do ABC. Comecei a entrevista-los na sede do sindicato, em salas por eles escolhidas. Até que consegui entrevistar um jovem operário da Volks, também ligado ao sindicato do ABC, principal responsável pelo trabalho com a juventude operária empregada na empresa, vamos identificar este jovem aqui com o nome fictício de Anderson. Por meio dele tentei contatar outros jovens da empresa. Com sua intermediação, enviei o projeto de mestrado para a Volks, a empresa aprovou minha entrada, via comissão de fábrica, para realizar entrevistas. Este tramite demorou um pouco. Durante quase um mês só havia entrevistado operários “antigos” na sede do sindicato do ABC. Quando enfim a empresa aprovou minha entrada, em apenas duas visitas de oito horas cada, passei a entrevistar centralmente os jovens. Todos os operários e operárias que entrevistamos foram indicados por Anderson. Ou seja, não pude escolher nenhum dos entrevistados. As entrevistas, no interior da fábrica, aconteciam durante o expediente de trabalho. Anderson conversava com o responsável local e acertava a liberação do trabalhador ou trabalhadora durante cerca de uma hora. Ficávamos a sós, eu e o entrevistado(a). As entrevistas foram realizadas na sala da comissão de fábrica, da ala 14 da empresa. Esta ala é a de ritmo de trabalho mais acelerado e concentra mais jovens. Também não pude escolher a ala em que faria a pesquisa. Anderson era um dos dirigentes sindicais responsável pela intermediação entre trabalhadores e a empresa nesta ala. Nos dois dias de visita na montadora circulei por todas as alas da empresa.

UMA BREVE DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entre os “mais velhos” temos: um que ingressou na Volkswagen em 1959 e se aposentou em 1983, outro que ingressou na Volkswagen em 1975 e aposentou-se em 2005, dois operários que ingressaram na fábrica na década de 1980, um em 1984 e outro em 1989. Os outros seis operário “mais velhos” ingressaram na fábrica em 1995.

Entre os treze jovens entrevistados temos nove homens e quatro mulheres, todos ingressaram na fábrica durante a década de 2000. A faixa etária da maioria deles ficava entre 19 a 25 anos de idade. Apenas dois destes ingressaram na fábrica antes de 2007. Entre jovens totalizamos 13H e 20 min. de entrevista. Entre os “mais velhos 14H e 10 Min. Somando jovens e “mais velhos” totalizamos 27 horas e 30 min. de entrevista. Conforme destacado, a maior parte da entrevistas com o mais velhos foram realizadas no sindicato do ABC, uma foi realizada na associação dos metalúrgicos aposentados do ABC, que fica em frente ao sindicato. Uma na casa de um operário, uma em um parque público no Jardim Zaira (SP). A maior parte das entrevistas com

os jovens foi realizada dentro na Volkswagen, na ocasião em que me foi permitida a entrada nas dependências da fábrica durante dois dias inteiros (da 08:00 as 18:00). Na fábrica, realizamos as entrevistas na sala da comissão de fábrica, momentos em que fiquei sozinho com os operários e operárias. Abaixo colocamos alguns dados sobre os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados. Para segurança dos entrevistados, os nomes são fictícios.

Ricardo, nascido em Monteiro, cidade da Paraíba (1936). Único filho homem, mais 5 irmãs, o pai era agricultor. Migrou para São Paulo. Trabalhou na Bombril durante 5 anos. Fez Curso técnico de ferramentaria no SENAI. Contratado pela Volkswagen em 1959. Entrevistado na sede da Associação de Metalúrgicos aposentados, na qual exercia cargo de tesoureiro.

Mauricio. Trabalhou em fábricas de pequeno e médio porte, Brazinca em São Caetano, máquinas Gutman. Fez curso de mecânica de autos. Migrou do Sul de Minas, Itutinga, aos 24 anos. Foi contratado pela Volks em 10 de setembro de 1975 com 32 anos. Entrevistado em sua própria residência.

Eduardo (41 anos), nascido em Santo André, antes de ser admitido na Volks trabalhou durante quatro anos como montador de móveis. Está a 15 anos empregado na Volks (desde abril de 1995, entrou com 26 anos). É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

Amélio, nascido na cidade de Santana de Parnaíba em 1961, próximo a Montes Claros, no Norte de Minas (mudou-se para Montes Claros em 1981, com 19/20 anos). Militava pela igreja católica, via postoral. Chegou a ser demitido por ser militante sindical. Os irmãos trabalhavam na VF, Ford, Mercedez, Volks. Em 1995 a Volks abriu contratação, fez o teste mas foi barrado pelo exame médico. A CIPA interveio em seu favor. Foi contratado pela empresa para trabalhar no setor de preparação de carroceria (vedação). Durante 6 anos ocupou cargo na comissão de fábrica. Atualmente é diretor de sindicato do ABC. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

André, nascido em 1974. Ficou dois dias na fila de admissão da Volks, mas não foi admitido. O sogro apresentou o *curriculum* dele na fábrica, apenas a partir disso é que foi chamado para o teste, que durou três dias. Foi contratado pela Volks (Autolatina) em abril de 1995 como prático (ajudante), ficou mais dois dias em cursos da Volks. Ocupou cargo na Comissão de Fábrica e na Cipa. É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

Antonio, contratado pela Volks em 1995, atualmente é montador de produção. Nasceu no Paraná, migrou para São Paulo em 1984, aos 19 anos. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Formado em Ciências Sociais pela fundação Santo André. Membro da Pastoral Operária. Deu aulas na rede pública de ensino, trabalhou em empresas públicas e pequenas metalúrgicas. É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo. É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

Dalmir, 45 anos de idade, trabalha no setor 11-42, usinagem de biela. Ala 5. Por conta do mandato da comissão de fábrica, está com tempo livre até 2011. Veio para São Bernardo em 1986, com 20/21 anos. Migrou do Maranhão. Veio para São Paulo “em busca de melhores oportunidades” de emprego e salário. Está há 21 anos na fábrica, antes de ser operário trabalhava em uma loja de materiais de construção. Foi demitido por fazer greve, juntamente com mais 30 trabalhadores que se envolveram na greve. Morou em vários bairros de São Paulo, atualmente mora no Irajá. Foi contratado pela fábrica em maio de 1989. É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

Cícero, trabalha a 19 anos e 6 meses de fábrica. No ato da entrevista estava com 42 anos, exercia o primeiro mandato no CSE. Contratado pela Volks em 1990, com 24 anos de idade. Já tinha trabalhado em empresas menores como metalúrgico, na *Papaiz Cadeados*, era cipeiro, foi demitido por fazer greve juntamente com mais 30 operários. A fábrica tinha 1.500 operários, a maioria mulheres. Quando foi contratado pela Volks já conhecia o movimento sindical do ABC, pois morava próximo (Diadema). Relatou que quando criança chegou a ver as mobilizações de 1978, 1979 e 1980. É membro da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo.

Anderson, no ato da entrevistas estava com 24 anos de idade. Entrou no SENAI em 2001 em agosto de 2003 foi para fábrica. Filho de operário da Volks. Coursou SENAI, que fica dentro da fábrica. Seu primeiro emprego foi na Volks. Em 2007 foi promovido para inspeção, porém, por participar do processo eleitoral para comissão de fábrica, sua promoção foi suspensa pela direção da fábrica. É o membro mais jovem da Comissão de Fábrica. Foi entrevistado na sede do Sindicato do ABC em São Bernardo. Foi ainda o mediador para minha entrada na fábrica. Também foi ele que selecionou e consultou os jovens operários e operárias para concederem as entrevistas. Também foi ele que negociou a liberação dos operários e operárias da linha de montagem durante o tempo necessário para entrevista.

Leonardo, no ato da entrevistas estava com 24 anos, trabalha no setor da montagem final, ala 14 da Volks. Trabalhou em outras empresas metalúrgicas, na ultima fábrica trabalhavam 1500 operários. Trabalhou em feira, em depósito, nas Casas Bahia, e por ultimo na Metal-frio. Nesse período ainda morava com os pais. Amigos que trabalhavam na Volks lhe informaram que a empresa estava admitindo novos operários. Enviou o currículo pela internet, via email. Fez o teste, uma prova escrita, entrevista, exame médico e foi contratado. É Monitor de Célula. Foi entrevistado em um parque público no Jardim Zaíra, Mauá-SP.

Rodrigo, 21 anos, trabalha na montagem final, empregado a 2 anos e 4 meses. Desde fevereiro de 2008. Seu pai já trabalhava na Volks, e lhe comunicou que a fábrica estava contratando, o pai levou uma ficha para o filho preencher. Foi até à fabrica fez a prova, entrevista e teste prático. Foi entrevistado por mim em sua própria casa em Santo André.

Luis, 19 anos, cursou durante dois anos o SENAI, é operário da fábrica a 1 ano. Seu pai já trabalhava na Volks. Alguns meses depois de terminar o curso, foi chamado pela fábrica. Atualmente trabalha colocando o cinto de segurança, segundo Luis esta é uma função muito desgastante, pois o operário precisa ficar de joelhos o dia todo dentro do carro. Foi entrevistado em Santo André, na casa de um companheiro de trabalho, Rodrigo, que também foi entrevistado por nós.

Edison, 23 anos, casado e tem um filho de 2 anos. Fez SENAI, trabalhou em empresas metalúrgicas, na área de projetos (escritório). Trabalhava com seu tio em oficina mecânica de automóveis. Sua tia trabalhava na Bombril, indicou-o para Bombril, ingressou no programa jovem aprendiz, cursou SENAI. Seu tio trabalhava na Volks na área administrativa, este o indicou para concorrer a uma vaga na linha de produção da Volks. Passou pelos dois dias de prova escrita, entrevista, dinâmica em grupo, exame médico. Foi contratado pela empresa para trabalhar na linha de montagem, ala 14. Ingressou em julho de 2007. De todos os entrevistados, é o único que não é filiado ao sindicato. Trabalha no primeiro turno, das 06:00 as 14:55. Cursa graduação em Engenharia na Faculdade de Mauá. Foi entrevistado em sua própria casa em São Bernardo do Campo.

Natalia, 20 anos, trabalha na ala 14 como inspetora final de processo (setor de averiguação de qualidade). Foi contratada pela primeira vez pela Volks em 2007 pelo programa jovem cidadã, parte do programa primeiro emprego do Governo Federal, que empregava jovens que ainda cursam ensino médio, foi trabalhar no setor de reposição de peça na ala 5 da Volks. Com o término do projeto, foi contratada pela empresa *Racing* como auxiliar de produção para o retrabalhando de

peças com defeito. A *Racing* é uma empresa terceirizada que presta serviços para Volks, esta pagava um salário de 415 reais por mês, de onde ainda se descontava transporte e alimentação. Encerrado o contrato de trabalho, Natalia empregou-se em outra empresa terceirizada que também presta serviços para Volks. Nesta empresa, *Avape*, Natalia foi contratada como inspetora de qualidade, revisão e seleção e identificação de peças, trabalhou para *Avape* durante 8 meses, esta pagava 1.200 reais mensais. Em julho de 2009 foi contratada pela Volks como temporária por 6 meses, já renovou o contrato por mais 6 meses. Tem receio de não ser efetivada na fábrica. Seu primeiro emprego foi aos 15 anos na Mali – Metal Leve como aprendiz administrativa pela empresa Campi. Os pais trabalhavam na Volks no setor de limpeza, a mãe ainda trabalha na fábrica no mesmo setor, já está na fábrica a 13 anos como terceirizada pela empresa Pérola. Atualmente o pai trabalha como pedreiro autônomo. Mora em São Bernardo no Jardim Ipê 4. Trabalhou 2 anos na Volks como terceirizada. Ainda está sobre contrato provisório, o contrato vence em julho de 2010, ainda não sabe se seu contrato será renovado. Fica com medo sempre que as vendas da fábrica diminuam. Foi entrevistada na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Felipe, 24 anos, trabalha na ala 14, mora em Santo André, fez curso profissionalizante na Escola Técnica de Santo André (ETe), é casado, sua esposa é gerente do Banco *Unibanco*. Ante de ingressar na Volks era operário na GM, foi demitido no período da crise econômica mundial de 2008, quando a empresa demitiu um turno inteiro de 1.644 operários, a empresa manteve apenas o segundo e terceiro turno. Foi contratado pela Volks no dia 1 de julho de 2009. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Rafael, mora em São Bernardo, fez curso técnico no SENAI e na Escola Técnica (ETe), está fazendo curso de “martelinho de ouro”. Foi contratado pela empresa no primeiro semestre de 2008, por meio do sorteio de cartas de indicação, o cunhado recebeu uma carta e o indicou. Passou pelo processo seletivo e foi admitido. Sua esposa trabalha como caixa em um açougue. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Henrique, 22 anos, mora no Sapopemba, é casado e tem um filho de quatro meses. Foi contratado em junho de 2008, atualmente trabalha na linha de montagem do veículo de marca “Pólo”. Antes de ser admitido pela Volks trabalhava no comércio, em supermercados. Tem uma tia que trabalha como mensalista na Volks (setor administrativo), ela foi sorteada com uma carta de indicação. Antes de ser operário da Volks via a empresa como uma multinacional em que todo mundo desejava trabalhar, conhecia pessoas que trabalhavam na Volks. “A Volks é bem falada, é

mundialmente reconhecida, e também indicada como melhor empresa no Brasil”. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Davi, 27 anos, atualmente trabalha na ala 14, antes de ser contratado pela Volks trabalhou em outros empregos, em autopeças como prensista com 19/20 anos. Seu segundo emprego, com 24 anos, foi em outra autopeças como operador de ponteadeira. Mora em São Bernardo, tem um filho e é divorciado. Fez diversos cursos, solda, mesologia, trabalhou na GM. Ingressou na Volks em julho de 2009 com temporário. Tem tios que trabalham na Volks. Relatou que domina várias funções, monta cinto de segurança, teto, rebite de faróis, mas ainda assim tem receio de não ter seu contrato renovado. Quer se aposentar na Volks, mas não na linha de produção, quer “crescer na fábrica”. A mãe é cozinheira de uma escola pública, o pai é pedreiro. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Carlos, 25 anos, trabalha na ala 14. Mora em Santo André. Ingressou em 2001 pelo SENAI com 15/16 anos, em 2003 estagiou por três meses na Volks, logo em seguida foi contratado pela fábrica, toda sua turma foi contratada. O pai era operário da Volks, trabalhava na ala 5 (com manutenção predial). Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Letícia, trabalha na ala 14. Mora em Santo André, cursou SENAI, concluído em 2006, foi contratada pela Volks em 2007. O pai é operário na Volks. Atualmente faz faculdade de *design* na Anhembi-Morumbi. Seu primeiro trabalho foi na Volks. Foi entrevistada na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Aline, 21 anos, foi contratada pela em janeiro de 2008, atualmente trabalha na ala 14, montagem final, como montadora. Mora em São Bernardo. Prestou SENAI mas não passou. O pai trabalha na Volks, passou-lhe a carta de indicação. Fez a prova escrita com conteúdos de português, matemática. Passou por dinâmica em grupo e entrevista. Antes de trabalhar na Volks trabalhava como operadora de telemarketing na empresa “*ATENTO*”, seu salário era de 420 reais, recebia vale alimentação e vale refeição, que junto somavam em torno de 100 reais, saiu da empresa em junho de 2007. Foi admitida na Volks sob contrato temporário de um ano, que foi renovado para mais um ano. No final de dezembro de 2009 foi efetivada. Relatou que no final do ano de 2009, por conta da crise econômica mundial, ficou com muito medo de ser demitida. Foi entrevistada na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Angélica, 18 anos, trabalha na ala 14, entrou no SENAI em julho de 2007, terminou o curso em julho de 2009, a Volks efetivou a sala toda com contratos definitivos, ou indeterminados. O pai trabalha na Volks, é encarregado da seção de logística. Angélica tinha como sonho trabalhar na

Volks. No SENAI sempre ouvia falar bem da Volks e mau do sindicato. Falavam que peão era folgado, que “não podia ir na deles”, mas quando entrou na Volks disse ter percebido que “não era nada disso”. Uma vez contratada, foi trabalhar de imediato na área de inspeção de qualidade, que não é mais produção, não é ‘chão-de-fábrica’. Foi entrevistada na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Vladimir, 21 anos, mora em São Bernardo. Teve vários outros empregos antes de entrar na Volks, entregava panfletos, trabalhou em restaurante como *barmen*. Atualmente exerce a função de montador de produção, monta componentes; banco, rodas, volante. Foi contratado pela fábrica em janeiro de 2008, foi efetivado em janeiro de 2010. Fez curso de funilaria no SENAI de Almirante Tamandaré em São Bernardo, ou seja, não passou pelo SENAI interno, oferecido pela Volks. Seu irmão tem 25 anos, fez SENAI interno, e também trabalha na ala 14, o pai trabalhou 25 anos na Volks, tem também um primo que trabalha na Volks. O irmão foi sorteado com uma carta de recomendação e indicou-o. A mãe trabalha como diarista, tem problema no joelho, cuida da casa. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Frederico, trabalha na ala 14, montador, no ato da entrevista tinha 42 anos. É formado pelo SENAI de Santo André, externo à Volks. Antes de entrar na Volks passou por uma série de empregos. Afirmou que sempre foi sindicalizado. Mora em Mauá. Foi entrevistado na Volkswagen, na sala da Comissão de Fábrica.

Pedro, nasceu em 1966, seu primeiro emprego foi no comércio. Ainda menor de idade foi admitido em uma empresa metalúrgica de fundição. Foi contratado pela Volks em 1984, relata que viveu na pele a perseguição política da patronal. Foi entrevistado em um restaurante.

MÉTODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

De acordo com as leituras feitas durante a pesquisa bibliográfica chegamos à formulação de algumas questões. Estas serviam como um roteiro, mas as entrevistas eram abertas para novas questões que surgiam durante o relato da experiência do entrevistado. Ainda, muitos dos elementos colocados pelos operários nas entrevistas foram reformulados em novas questões.

1) Quais as mudanças mais significativas ocorreram no interior da fábrica? 2) Como se dão as relações entre os operários na fábrica. 3) Existe individualismo? 4) Como é a relação dos Jovens entre si? 5) E dos jovens com os mais velhos? 6) O que acha do PT e do movimento sindical? 7) O que acha da CUT? 8) Como são as Assembléias? 9) O que acha da Hora extra? 10) Como é visto o operário na sociedade? 11) Como é o ritmo de trabalho? 12) Tem surgido doenças sócio-ocupacionais? 13) Você já teve ou tem alguma? 14) Existe estresse no trabalho? 15) O trabalho é

cansativo? 16) O sindicato promove ações visando confraternização dos operários e operárias? 17) Como é a relação com as Mulheres? 18) Existe oposição ao sindicato e a Comissão de Fábrica? 19) Os jovens querem permanecer na fábrica? 20) Querem fazer carreira? 21) Como vê o Sindicato do ABC? 22) Como vê a Comissão de Fábrica? 23) Como é a relação entre os mais novos e os mais velhos? 24) Como é a relação dos jovens com o sindicato e o movimento sindical? 25) O que acha do boletim da oposição, o “Ferramenta de Luta”? 26) Qual é o perfil da chefia antes e hoje? 27) Como vê a Terceirização? 28) Como é a relação com o Líder e Monitor? 29) Existe perseguição aos militantes? 30) Já conhecia a história do sindicato antes de trabalhar na fábrica? 31) Como é sua rotina de vida? 32) Houve enxugamento de postos de trabalho? 33) O que é ser operário da Volks hoje? Como foi a recepção na fábrica pelos operários? Qual impacto do ritmo de trabalho sobre a relação familiar? 34) E como é a sua relação com as novas turmas? 35) Como é a relação entre homens e mulheres na fábrica? 36) Como são as relações entre as mulheres? 37) Existe medo de demissão? 38) Dá medo de fazer greve? 39) O que é ser uma mulher operária na Volks? 40) Como é a convivência com os homens? 41) O que faz nos finais de semana? 42) O que acha do Governo Lula? 43) Votou em Lula?

METODO UTILIZADO PARA PESQUISA E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Ainda, no que se refere ao *corpus* conceitual que utilizaremos para pesquisa, trabalharemos com o conceito de *experiência* de Thompson e de Trotsky (1978). Interessava-nos expor, de modo ainda preliminar, elementos analítico-categoriais capaz de ajudar a tratar a nova abordagem longitudinal dos referentes espaço-tempo do mundo do trabalho dos trabalhadores em suas várias inserções particulares (*sobreviventes* da dinâmica reestruturativa/ novos trabalhadores).

O historiador inglês, no trabalho *A miséria da teoria* (1982) utiliza o conceito de *experiência* para tratar da “construção” da classe. O que pretendemos é utilizá-lo para investigar a relação entre os “antigos” e os “novos” trabalhadores. Em virtude da sua capacidade heurística de lidar com determinações concretas do novo objeto de investigação social que propomos: a relação “antigos” e “novos” e suas implicações para o coletivo de trabalhadores com sua implicação subjetiva intrínseca. E. P. Thompson distingue entre *experiência I* (experiência vivida) e *experiência II* (experiência percebida).

Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com freqüência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origens à *experiência vivida*, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade

do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia. Retomando argumentos expostos em “*A miséria da teoria*” assevera:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão meditam na lei de novas maneiras (...) Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressão sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados”. (THOMPSON, 1978).

E mais adiante observa:

A experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia”. (THOMPSON, 1978).

Dessa forma, a *experiência*, “sem bater na porta”, contingente e legada pela diversidade social da classe trabalhadora, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe, de gênero, geracional e de etnias. Processos dialeticamente articulados que compõem a experiência social e política. Deste modo, Thompson distancia-se de uma compreensão simplificada da noção de experiência, que tende a estabelecer sua equivalência com a empíria.

Na obra *A formação da classe operária inglesa* Thompson afirma que o próprio movimento da sociedade, e do modo de produção capitalista, é que engendra metamorfoses na consciência da classe trabalhadora. Neste sentido, a consciência de classe é entendida por Thompson como “a consciência de uma identidade de interesse entre todos esses diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial” (Thompson, p. 17, livro II). A partir disso é que se pode constituir a classe operária. Assim, para o autor, “O fazer-se da classe operária é um fruto tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril.”(Thompson, p. 17, livro II). Desta forma “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada” (Thompson, p. 18, livro II). O autor acredita que a realidade material em movimento, como o surgimento da indústria, produz, por si, a consciência de classe antagônica aos interesses das classes dominantes.

Pode-se considerar como uma das debilidades do autor o fato de não considerar o papel dos sindicatos, tendências, correntes políticas e partidos no seio dos movimentos desencadeados pela

classe trabalhadora, bem as contribuições que tais instituições podem fornecer à constituição de perspectivas políticas e sociais.

Parece-nos correto afirmar que as transformações no sistema produtivo social são mediadas por relações dialéticas, que a ser humano ao transformar os modos de produção, transforma também as formas de compreender e atuar sobre a realidade sócio-material. Tal análise foi ricamente desenvolvida por Karl Marx e Frederich Engels em *A ideologia alemã*, nesta obra os autores consideram que o ser humano transforma constantemente a natureza e os meios de produção, e estas transformações nos meios de produção ao mesmo tempo transformam as formas do ser humano (parte constituinte da natureza) relacionar-se com os meios de produção e também com outros seres humanos. Assim, produz-se constantemente, e em maior proporção com as transformações mais profundas dos meios de produção (revolução industrial e revolução científica), novas formas de consciência, que expressam nuances distintas e peculiaridades nas diferentes classes sociais e frações de classe. Certamente a revolução industrial gerou como desdobramento, por não se poder controlar o surgimento de novas percepções, novas formas de organização e percepção de classe.

Esta elaboração teórica fundamental de Marx e Engels é aprofundada em outras obras dos autores. Estes buscam extrair os elementos organizacionais, sociais e políticos desta constatação. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels¹⁵ vão buscar considerar o papel que pode ser desenvolvido pelas instituições coletivas que pautem em sua atuação cotidiana as demandas históricas da classe trabalhadora. Entre tais demandas está a superação da venda da força de trabalho, que no capitalismo é vendida como mais uma mercadoria, e a suprasunção da propriedade privada dos meios de produção, centralmente definidos como terras, propriedades, máquinas e tecnologias. Nesta obra os autores consideram que, apenas organizados por meio de um partido comunista revolucionário que se paute nas demandas históricas do proletariado, é que a humanidade poderá superar o capitalismo, bem como a exploração da força de trabalho e as desigualdades materiais, sociais e políticas, a propriedade privada dos meios de produção, o Estado burguês (com suas leis e seu próprio aparato repressivo). Estes seriam os principais obstáculos a emancipação

¹⁵ Nesse sentido, cabe consultar também outras obras dos autores, entre os escritos de Marx destacariamos: *Sobre a questão judaica*. (2010), Introdução a crítica da filosofia do direito de Hegel. In: Marx, 2005 e *Glosas críticas marginais...* (2010). Muito influenciado pela leitura “Esboço para uma crítica da economia política”, “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Marx escreve também os *Manuscritos Econômico-filosóficos*, obra que marcará toda sua produção teórica futura. Com relação a discussão sobre partido e socialismo, além do já citado *Manifesto do Partido Comunista* (2004), cabe consultar *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*, *Luta de classes na França* e *Crítica ao programa de Gotha*. De Engels, entre as obra de maior destaque, cabe consultar: “Esboço para uma crítica da economia política”, “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Em co-autoria com Marx, Engels publicou também *A ideologia alemã* e o *Manifesto do Partido Comunista*. Um apanhado geral de seu pensamento é exposto pelo próprio autor em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*.

humana. Seria sobre tal base que se sustentaria a sociedade de classes, que estabelece a dominação social, política e econômica de uma minoria de possuidores sobre a maioria dos produtores.

Thompson, ao discutir a noção de experiência, acaba por deixar de lado a importância que Marx e Engels conferiam a organização partidária de composição comunista. O silenciamento do autor neste importante aspecto da produção de Marx e Engels não é gratuito, Thompson tinha grande discordância com a forma social, política e econômica levada assumida pelo Partido Comunista da União Soviética stalinizado, e com o que chamavam de “socialismo real”. (Thompson, 1978). Porém ao negar o stalinismo e seus pactos com o patronato, com as burguesias nacionais, com os estados burgueses e potências imperialistas que subjogavam a classe trabalhadora em nível mundial, Thompson acabava por negar também o papel central que Marx, Engels, Lenin e Trotsky conferiam ao partido comunista.

Para estes autores era impossível construir a emancipação humana sem passar pela construção de um partido revolucionário que sintetizasse, na forma de um programa de transição, as demandas históricas do proletariado. O partido comunista é entendido aqui como um partido antiburguês, antipatronal e antiestatal que organiza os despossuídos de meios de produção na luta contra a propriedade privada e venda da força de trabalho como se fosse uma mercadoria. Ou seja, movimento oposto ao que foi feito pelos partidos stalinistas no mundo todo, que buscavam pactuar com setores das classes dominantes e do patronato. No entanto, ao desconsiderar o papel do partido revolucionário na organização da classe trabalhadora em *classe para si*, e assim na construção da consciência de classe antagonista e revolucionária, Thompson acaba afastando-se da tradição desenvolvida por tais teóricos revolucionários.

Por outro lado, coerente com a tradição revolucionária, Leon Trotsky (1978), também vai trabalhar com a noção de experiência para analisar a relação dos trabalhadores e trabalhadoras com os sindicatos e partidos que reivindicam a representação da classe trabalhadora. O autor também analisa que existem muitos partidos e sindicatos que reivindicam a representação da classe trabalhadora, mas que na verdade só fazem solidificar a dominação e exploração dos despossuídos de meios de produção pela classe dominante. Porém, para Trotsky, tal como concebido por Marx, Engels e Lênin, a perspectiva revolucionária e socialista não pode surgir espontaneamente, com as transformações dos meios de produção, ela deve ser construída. Ou seja, para Trotsky, a experiência com as transformações dos meios de produção, e as sínteses feitas pelos trabalhadores e trabalhadoras a cada processo, deve ser combinada com outras experiências com as organizações

subjacentes a estes processos, ou seja, com as experiências feitas com as diversas propostas de tendências políticas e partidos e sindicatos reformistas.

Ainda, para o desenvolvimento da perspectiva revolucionária e socialista, que nega irremediavelmente a ordem do capitalismo, em meio a tal processo, as experiências com as transformações do modo de produção e com os partidos, sindicatos e tendências políticas, necessita ser combinada com a atuação coerente de um partido que sustente o núcleo revolucionário do marxismo, para assim fazer avançar a constituição da consciência de classe antagonista, revolucionária, e socialista. Para Trotsky, a classe trabalhadora, para se fazer cada vez mais revolucionária necessita fazer experiências com as mais diversas propostas de organização social que se colocam em luta política, apenas por meio da experiência é que se poderá escolher a perspectiva que responda, a cada nova fase da luta social e política, ao interesses históricos do proletariado.

Então, embora consideremos a relevância da apreensão das experiências sociais subjacentes a classe trabalhadora, e das formas de organização imediatas que emergem a cada desafio colocado aos trabalhadores e trabalhadoras, partindo das referidas obras de Marx e Engels, não podemos de desconsiderar a importância da crítica social que busca constituir bases para emancipação humana. Neste sentido cabe considerar a relevância dos instrumentos e instituições de luta constituídos pela classe trabalhadora no enfrentamento contra a ordem burguesa, ou seja, o próprio papel das greves, piquetes e ocupações, bem como a formação de sindicatos de massa, correntes sindicais, tendências políticas e partidos revolucionários na constituição da forma consciência de classe antagonista e revolucionária. Sem tais instrumentos sociais político-organizativos torna-se impossível efetivar as proposições teóricas do *corpus socialista*, forma sócio-organizativa alternativa e emancipatória elaborada e proposta por Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

O partido revolucionário marxista, embora seja um desdobramento necessário dos enfrentamentos nos diversos locais de trabalho e na sociedade capitalista como um todo, não pode constituir-se sem uma pré-ideação programática e estratégica. Considerando que a estratégia marxista revolucionária determina que todos os combates devem estar ligados a um objetivo comum, a emancipação humana por via da atuação do proletariado organizado com um programa próprio, independente dos interesses de outras classes ou frações. Não se pode avançar na luta pela emancipação humana sem combate direto contra a propriedade privada, a burguesia e o patronato. As táticas na luta de classes, como enfrentar a burguesia, o patronato e seu Estado podem variar, pois as táticas são entendidas como ações pontuais para determinadas batalhas, porém devem estar

subordinadas a estratégia marxista revolucionária. Acerca da distinção entre estratégia e tática, Leon Trotsky, teórico marxista revolucionário, organizador de soviets e do exército vermelho russo afirma em *Stálin, o grande organizador de derrotas*, afirma:

A concepção da estratégia revolucionária ganhou raízes apenas nos anos pós-guerra, e no começo indubitavelmente sob a influência de uma terminologia militar. Mas isto não quer dizer que ganhou raízes acidentalmente. Antes da guerra falávamos apenas das táticas do partido revolucionário; essa concepção era suficientemente adequada aos métodos sindicais e parlamentares então predominantes que não ultrapassam os limites das tarefas e reivindicações do dia a dia. Por concepção tática entendemos um sistema de medidas que servem a uma tarefa corrente ou a um simples ramo da luta de classes. Estratégia revolucionária, ao contrário, abarca um sistema combinado de ações que, juntas, por sua consistência e crescimento, devem levar o proletariado à conquista do poder.

Marx e Engels vão dedicar suas vidas a construção de uma estratégia própria do proletariado, para expropriar a burguesia e construir o socialismo. Para isso, entendiam como imperativo a organização dos trabalhadores, trabalhadoras e demais grupos insurgentes para a construção de ações conjuntas, até chegar em 1864 na formação da Primeira Internacional, o que queremos dizer com isso? Que o Partido Marxista tem por prerrogativa tencionar-se para produção de percepções acerca da realidade social, oferecendo substratos teóricos e práticos para ação conjunta dos trabalhadores, e assim para o aprofundamento da consciência de classe revolucionária. Não caberia então os revolucionários marxistas esperar que a consciência de classe revolucionária, que intenta construir o socialismo com forma superior de organização social, política e econômica, surja por geração espontânea, uma vez que a percepção dos processos sociais está sempre em disputa, pois a classe dominante busca produzir consensos sociais e políticos por meio da repressão/cooptação/enganação. É claro que todo ser humano tem sempre consciência social (como indicam Marx e Engels na *Ideologia alemã*), porém, a consciência de classe revolucionária deve ser aprofundada e construída por meio da atuação constante na luta de classes e pelo trabalho permanente de organização dos trabalhadores e trabalhadoras para desmisificação do discurso da classe que detém a posse os meios de produção (LENIN, 2010). O partido comunista deve ser sujeito coletivo ativo neste trabalho, como estacam os autores no *Manifesto do Partido Comunista*.

Por meio de tal problematização, consideramos que para compreender a inflexão nos processos de organização e mobilização da classe operária brasileira, não basta apenas a análise sobre as transformações técnico-produtivas, tal como as operadas pelos taylorismo, fordismo, toyotismo. Além disso, é necessário considerar também as ações, e projetos políticos que emergem desde os locais de trabalho, os distintos projetos que emergem via patronal, Estado e trabalhadores, bem como a forma como são levados a cabo pelos sindicatos, organizações, partidos, tendência e

correntes políticas. Sob este ponto de partida, a análise do sindicato dos metalúrgicos do ABC, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), ganha centralidade. Subsiste no meio sindical e político uma série de tendências de interpretações das relações entre trabalhadores e patrões e o Estado. Muitas destas interpretações são canalizadas em formas de propostas e programa políticos e finalmente na forma Partido.

No Brasil tivemos dois importantes partidos de massa, que intentaram produzir propostas para emancipação social e política da classe trabalhadora, ambos buscaram, de forma distinta, ligar-se a aspectos do marxismo. Estes dois partidos desempenharam importante papel na constituição da *forma de ser e agir* do movimento operário. O Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁶, fundado em março de 1922. Este, na segunda metade da década de 1940, dirigindo centrais sindicais, sindicatos, movimento rurais e urbanos, grupos de mobilização, contando com operários fabris, trabalhadores agrícolas e setores da classe média, chegou a contar com cento e oitenta mil filiados. Nas vésperas do golpe militar-burguês o partido contava com cerca de trinta mil militantes (Cf. GORENDER, 1987; MAZZEO, 1998, SALLES e MATTOS: 2007; SANTANA, 2001). O PCB, em consonância com a concepção de partido Gramsci (2004), também agiu durante toda sua trajetória como um educador coletivo, engendrando formas de pensar a relação capital-burguesia entre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a forma de organização e alianças sociais e política a serem desenvolvidas pelo proletariado brasileiro.

Fruto das mobilizações de massa no final da década de 1970, é fundado em 1981 o Partido dos trabalhadores PT, refutando qualquer aliança com setores da burguesia. Este Partido foi expressão da ampla mobilização operária radicalizada, este partido tinha como projeto inicial constituir-se com um partido da classe trabalhadora em oposição aos interesses do patronato, do empresariado e da burguesia. Ao longo da década de 1980 constituiu-se como um partido de tendências, recebendo em seu seio frações de várias outras tendências políticas (além dos militantes sindicalistas, abarcou também militantes da igreja católica, da luta armada, dos partidos estalinistas – PCB, PC do B e MR8 –, ex-militantes do MDB). Sem basear-se no centralismo democrático, forma organizativa reivindicada por Lênin em *Que fazer?*, cada tendência ingressante no partido

¹⁶ Até 1962 a sigla PCB referia-se a Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922, com sua adaptação à democracia burguesa, o partido faz uma revisão profunda para mudar seus estatutos e o nome do partido. Esta mudança causa a divisão do partido em dois. Após 1962, a mesma sigla (PCB) é utilizada para referir-se ao Partido Comunista Brasileiro. Uma fração dos militantes do partido não concordou com as reformas no partido aprovadas em 1962, que incluem a mudança o nome sem a mudança da sigla. Estes decidem fundar um novo partido, que pretende manter o mesmo programa e o mesmo nome adotado até 1962 (Partido Comunista do Brasil), porém tiveram eu adotar outra sigla que foi PC do B. (Cf. SALLES & MATOS, 2007; GORENDER, 1987).

buscava defender seu próprio programa político. (Cf. BERBEL, 1987, GADOTTI E PEREIRA: 1989; COGGIOLA, 2010; DANTAS, 2010).

Por conta do papel destes partidos como construtores ativos de percepções coletivas, como educadores coletivos, avaliamos suas relações com o movimento operário, tendências e correntes políticas, considerando as formas de objetivação e efetividade dos programas e estratégias de ação prática destes partidos na luta por direitos sociais reivindicatórios, que passa inclusive pela luta pela construção do socialismo e da emancipação humana. Neste sentido trata-se então de compará-los as bases do marxismo revolucionário. Assim, na próxima seção pretendemos colocar elementos teóricos para pensar a centralidade da organização do proletariado em classe revolucionária, destacando a importância das ações diretas dos trabalhadores e trabalhadoras para a superação da ordem burguesa, bem como a centralidade do partido revolucionário na construção da emancipação do proletariado. Para isso servimo-nos das formulações dos fundadores da teoria da revolução socialista; Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

CAPITULO I – MARXISMO, MOVIMENTO OPERÁRIO E REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Feitas tais considerações, passemos a uma breve análise da estratégia levada a cabo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre o proletariado brasileiro. Considerado estratégia como um sistema combinado de ações que devem levar o proletariado à conquista do poder. Cabe recordar que, quando tomamos a atuação do PCB e depois o PT para análise, estamos buscando fundamentalmente tirar lições das estratégias utilizadas por estes partidos no desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Considerando ainda as experiências históricas da classe trabalhadora com os partidos que operam em seu meio. Acreditamos que esta reflexão enriquece-se qualitativamente ao comparar as estratégias adotadas por estes partidos com a teoria marxista revolucionária (de Marx, Engels, Lênin e Trotsky). Considerando ainda que o proletariado brasileiro, sob a vigência do capitalismo que impõem a exploração de mais-valia, e impede o usufruto dos meios de produção e reprodução da vida, tende a construir outros partidos futuramente. Torna-se imprescindível um balanço a partir da teoria marxista. Assim colocam-se as questões, 1) Quais as relações que estes partidos estabeleceram com a burguesia, com o patronato e com o proletariado? 2) Que política defendiam? 3) Que lições devemos tirar dos processos mais agudos das lutas de classe no Brasil e da atuação das instituições que a dirigiram? 4) Qual estratégia poderia ter sido implementada naqueles momentos para que a classe trabalhadora alcançasse maiores êxitos suas demandas históricas e experiências sociais? 5) Quais erros devem ser evitados para que se desenvolvam formas de organização e intervenção mais qualitativas na realidade social e política para que se conquistes maiores êxitos num próximo ascenso proletário?

É com tal perspectiva que tomamos nesta seção a análise da atuação do PCB. De início cabe destacar que a atuação deste partido estava organicamente articulada com o programa defendido pelo Partido Comunista Russo. O Partido Comunista da União Soviética, com a morte de Lênin, principal dirigente do Partido, passa por radicais transformações. Já em 1924, as frações mais conservadoras começam a galgar posições de comando na direção do PC russo. Para conquistar maior influência na direção do Partido e da sociedade russa, estas frações aproveitam-se das principais contradições sociais, política e econômicas colocadas no período (TROTSKY, 2005: SERGE, 2008).

Desenvolvia-se neste período um profundo refluxo da organização do proletariado russo, que acabara de sair de um período de guerra civil travada contra as potências imperialistas que invadem a nascente república proletária soviética. Este bloco formado pelas alas mais conservadoras do partido tinha como principal expoente J. Stalin, sob sua direção é expressa a

teoria do “socialismo num país só”, segundo a qual o socialismo poderia sobreviver apenas na Rússia. Ainda, de acordo com esta teoria o socialismo apenas seria possível em países altamente desenvolvidos, tal como os E.U.A., Inglaterra e Alemanha. Em todos os outros países o proletariado deveria lutar por uma fase intermediária, democrático-burguesa, antes de lutar pelo socialismo.

No desenvolver da prática social e política, isso significava que os partidos comunistas espalhados pelo mundo deveriam buscar identificar e apoiar os interesses de suas burguesias nacionais-democráticas. Todo o proletariado deveria ser organizado pelos comunistas para apoiar as demandas dessas burguesias. Apenas após ter atingido a revolução democrática-burguesa que emancipasse a burguesia é que o proletariado poderia engajar-se diretamente em sua própria emancipação, e apenas a partir disso, poderia ter um programa próprio, com independência política em relação aos interesses da burguesia. O VI congresso da Internacional Comunista realizado em 1925 ratificará tal perspectiva. De acordo com Mazzeo¹⁷, em *Sinfonia inacabada*:

O programa do VI Congresso da IC, em seu item 8º assim descreve as etapas da revolução mundial: “A revolução mundial do proletariado é resultado de processos de naturezas diversas, que se efetuam em períodos distintos: revoluções proletárias. Propriamente ditas; revoluções do tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras nacionais de libertação; revoluções coloniais”, caracterizados em *três tipos fundamentais* de revolução: a) *países de capitalismo de tipo superior*, como os Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra etc., com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nestes países a passagem à ditadura do proletariado é direta, podendo-se proceder à imediata expropriação da grande indústria e estruturação do Estado em moldes soviéticos e, ainda, a coletivização da terra; b) *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo*, como Espanha, Portugal, Polónia, Hungria, países balcânicos etc., onde permanecem importantes vestígios de relações semifeudais na economia agrária, com o mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto. Em alguns desses países é possível a formação, mais ou menos rápida, da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Em outros, pode ser desencadeada uma revolução proletária com grande contingente de objetivos de caráter democrático-burguês. Em todos esses países a ditadura do proletariado está subordinada à forma que irá tomar a revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deverá disputar a hegemonia na condução do processo; c) *países coloniais e semicoloniais*, como China e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germes de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nesses países predominavam relações de modo de produção asiático ou relações *feudais-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios de produção encontram-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. *Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário,*

¹⁷ Importante destacar que Mazzeo, além de estudioso do tema é um dos membros dirigentes que compõe o Comitê Central do PCB, isto desde o início da década de 1980 até os dias de hoje. O partido também possui tendências internas, sendo que Mazzeo pertence a ala caiopradiana do partido, os marxistas que assimilam aspectos teóricos de Caio Prado tendem a revisar elementos da perspectiva stalinista sem romper com a estratégia da revolução por etapas. Confira: *Caio Prado Junior e a gênese do marxismo reformista no Brasil*. (AFONSO, 2008).

a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Essa esquematização “etapista” terá uma importância acentuada nos PCs europeus – que aplicavam a política de frente única, de certa forma, reproduzindo mecanicamente a *realpolitik* do Estado soviético. Nos países de extração colonial, particularmente na América latina, acabará por definir a linha de ação dos PCs sendo responsável, não poucas vezes, pela eliminação da criatividade analítica no que se refere às interpretações das realidades latino-americanas”. (p. 47-48).

Dos aspectos centrais desta análise da Internacional comunista desdobra-se uma nova estratégia, que se opõe diretamente à perspectiva marxista revolucionária. Ao definir que na quase totalidade dos países capitalistas “*a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional*”, acabava-se por redirecionar os objetivos dos Partidos Comunistas.

A fração stalinista ainda anunciava que o objetivo comum ainda era a construção do socialismo, mas que, por causa do baixo desenvolvimento das forças produtivas, ele ainda não poderia ser expandido para outros países do mundo. Desta forma, para o proletariado chegar ao poder seria necessária abrir mão da luta pelo socialismo e torna-se o principal sujeito na luta pela democracia burguesa. A luta se daria em duas etapas, primeiramente apóia-se as frações mais progressistas da burguesia para desenvolver as forças produtivas. Apenas em uma nova fase histórica é que se poderia lutar pela emancipação humana por via da atuação do proletariado organizado com um programa próprio, independente dos interesses de outras classes ou frações.

Ou seja, ao invés de lutar pelo socialismo como defendiam Marx, Engels, Lênin e Trotsky, os partidos comunistas passariam a lutar para livrar os países das formas pré-capitalistas, passariam então a lutar diretamente para desenvolver o capitalismo. Isso porque passou-se a defender que “a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista”. Como se pode analisar, a nova estratégia definia que revolução socialista seria realizada por etapas determinadas, seu desdobramento determinava que o proletariado deveria colaborar ativamente com frações da burguesia para livrá-la do atraso. A classe trabalhadora deve ajudar a burguesia a eliminar os resquícios feudais da sociedade e assim edificar o capitalismo, e depois disso, em uma nova fase o construir-se-ia o socialismo. Apenas a partir do momento em que se tem uma forma capitalista desenvolvida é que o proletariado pode lutar pela revolução socialista, e assim, pela sua própria emancipação. Em outra passagem do documento afirma-se

Da mesma forma que em todas as colônias e semicolônias, o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho na China e na Índia estão em um escalão relativamente baixo. Esta circunstância e o jugo da dominação estrangeira, igualmente a existência de fortes resíduos de feudalismo e de relações pré-capitalistas, determinam o caráter da próxima etapa da revolução nestes países..., revolução democrático-burguesa, vale dizer, da etapa da preparação dos pressupostos para a ditadura proletária e a Revolução Socialista (O VI Congresso da Internacional Comunista, Informe y Discusiones apud ANTUNES, p.19-20)

Porém quando se determina outro sujeito revolucionário, que não o proletariado, as formulações da Internacional Comunista de Stalin, acaba-se por distanciar-se das formulações da teoria da revolução socialista elaboradas por Marx, Engels, Lenin e Trotsky, uma vez que nenhum destes autores concebem a subalternização do proletariado as objetivos de setores da burguesia¹⁸. Tal constatação torna-se explícita quando tomamos para análise suas obras.

OS PARTIDOS COMUNISTAS SEPARAM-SE DO MARXISMO REVOLUCIONÁRIO

Em diversas obras Marx e Engels discutem a centralidade do o proletariado na revolução socialista. Isso implica que o proletariado é a única classe revolucionária, que deve organizar-se e agir a partir de suas próprias demandas históricas, contra os interesses de toda a burguesia e das outras frações de classe que a apóia e sustentam. Engels na obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* já ressaltava que desde o momento em que a burguesia ascendeu ao poder, criou com ela seu próprio antagonista; o proletariado. Este seria, por toda história, seu adversário mais importante. Desta forma, para o autor, desde sua constituição e afirmação como classe dominante, a burguesia concentradora de meios de produção, já traz consigo uma contradição latente: o proletariado, uma classe que não possui outra coisa a não ser sua capacidade de vender sua força de trabalho e produzir mercadorias vendáveis. Segundo Engels “(...) desde o momento em que nasceu, a burguesia transportava nas suas entranhas a sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados, e na mesma proporção em que os mestres de ofício das corporações medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e os jornaleiros não agremiados transformavam-se em proletários”. (p. 30).

Os levantes operários que se seguiam no período colocaram em evidência para Marx e Engels quem seria o sujeito histórico da transformação social. Como destaca Engels

¹⁸ Cabe conferir o documento *Estatutos da Internacional Comunista* no qual colaboraram diretamente Lênin e Trotsky. Neste documento, escrito em junho de 1920 sintetizando as deliberações do Segundo Congresso da III Internacional Comunista, os autores reafirmam e complementam as teses centrais desenvolvidas em uma série de obras por Marx e Engels, tais como e necessidade da independência política e organizativa do proletariado contra a burguesia e o patronato (do campo e das cidades) e seu Estado burguês.

Em 1831, estoura em Lyon a primeira insurreição operária, e de 1838 a 1842 atinge o auge o primeiro movimento operário nacional: o dos cartistas ingleses. A luta de classes entre o proletariado e a burguesia passou a ocupar o primeiro plano da história dos países europeus mais avançados, ao mesmo ritmo em que se desenvolvia neles, por um lado, a grande indústria, e por outro lado, a dominação política recém conquistada da burguesia. (p. 52).

O proletariado expressa-se politicamente, chocando-se contra as necessidades e interesses do patronato e do governo. Afirma-se como sujeito autônomo em relação à burguesia, organiza-se independentemente dos interesses e necessidades das classes dominantes, pressiona o patronato e a burguesia por melhores condições de vida e trabalho. Dada sua independência de organização política, em separado dos interesses dos proprietários de meios de produção, o proletariado, com suas próprias demandas históricas e sociais, portaria em si a possibilidade de um novo devir. Esta formulação aparece pela primeira vez no texto “*Introdução a crítica da filosofia do direito*” de Karl Marx, publicado em 1844. Para o autor a emancipação do proletariado residia justamente

(...) Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*, que não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*; de uma esfera que não se oponha às consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político (...); por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade como classe particular, é o *proletariado*. (p. 156).

A partir desta formulação, entende-se que o proletariado seria o protagonista de um novo período de desenvolvimento da humanidade. A única classe social que poderia dissolver a sociedade de classes e assim a dominação de proprietários sobre os despossuídos de meios de produção. Conforme explica Engels no *Do socialismo utópico...* “Desse modo o socialismo já não parecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia. (...)”. (p. 53).

Os autores seguem aprofundando tal perspectiva analítica n’A *Ideologia alemã*, onde analisam que todos os seres humanos vivem em um presente político, social e econômico que lhe foi legado pela história das gerações anteriores, mas que pode ser determinado pelos seres humanos articulados em projetos coletivos. O presente social é entendido com sendo constituído por uma totalidade de relações sociais, que *portam em si* uma infinidade de possibilidades de *poder-ser*. Ou seja, os rumos que serão seguidos pela humanidade dependem totalmente da forma como estes se organizam hoje.

A sociedade burguesa, dividida em classes sociais com interesses históricos antagônicos, só poderia existir enquanto a maioria da sociedade a aceitasse. Nesse sistema, a burguesia é a classe social que tem hegemonia política, social e econômica. Os trabalhadores por não possuírem meios de produção e estarem subalternizados politicamente, juridicamente (pelas leis da burguesia) e militarmente (pelo aparato repressivo burguês), se vêem obrigados a venderem sua mão de obra diariamente para a burguesia para poderem manter-se vivos. Desde a década de 1840, seguindo esta lógica Marx e Engels afirmam no Manifesto do Partido Comunista “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os *proletários*. (p. 46). Por meio da concepção materialista da história toda esta problemática é trazida para o campo da teoria, mas não de qualquer teoria, mas sim de uma teoria que tem como finalidade revolucionar as relações sociais de produção, redefinindo a organização política e econômica da sociedade. Tratava-se de compreender a realidade para poder agir de forma organizada sobre ela. Tendo por intencionalidade transformá-la de acordo com as necessidades históricas dos seres humanos. De acordo com Engels no *Do socialismo utópico...*

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e justamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações peradas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época de que se trata. (...). (p. 54).

É pela organização da produção que a burguesia consegue impor a subalternização à classe trabalhadora. É durante o processo produtivo que a burguesia extrai excedente dos trabalhadores, o trabalho não-pago (mais valia absoluta e relativa), e o acumula, transformando-o em patrimônio próprio. Este esquema se dá por meio de um adiantamento de dinheiro (D) que financia insumos e salários, com isso se produz a mercadoria (M), esta já é comercializada como uma taxa de sobrevalor (D’). O resumo da equação é D-M-D’¹⁹. Ou seja, por mais que trabalhem, as trabalhadoras e trabalhadores assalariados, só estão autorizados, segundo Marx no *Critica ao programa de Gotha*

(...) a trabalhar para assegurar a sua própria existência, isto é, a existir, conquanto trabalhe gratuitamente durante certo tempo para os capitalistas (e, por conseguinte, para os que, como estes últimos, vivem de mais-valia); que todo o sistema de produção capitalista visa

¹⁹ Mas para que se efetive o ciclo a mercadoria tem que ser vendida. Em momentos de crise de superprodução torna-se mais difícil vendê-las e o ciclo D-M-D’ não se realiza. As mercadorias ficam estocadas e desvalorizam-se.

prolongar este trabalho gratuito pelo aumento da jornada de trabalho ou pelo aumento da produtividade, quer dizer, por uma maior tensão da força de trabalho etc.; que o sistema de trabalho assalariado é, portanto, um sistema de escravidão e, a falar a verdade, uma escravidão tanto mais dura quanto mais se desenvolvem as forças sociais produtivas do trabalho, seja qual for o salário, bom ou mau, que o operário recebe. (p. 143).

Mesmo trabalhando para os detentores dos meios de produção, sem se rebelar, isso não garante a manutenção dos empregos e dos respectivos modos de vida do proletariado. Marx, já nos *Manuscritos de Paris*, de 1844 (2004a), ao discutir economia política, destacava que tanto nos períodos de expansão da produção, como nos de estagnação econômica e nos de crise econômica, o proletariado é a classe mais prejudicada, sendo que o pior de todos os períodos é o de crise econômica que milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo são atirados a privação do elementar para manterem-se vivos. A única forma de romper com tal lógica seria reorganizar toda economia, redefinindo a forma de produção e distribuição de mercadorias.

ANARQUIA DA PRODUÇÃO, CRISES CAPITALISTAS E SEUS IMPACTOS SOBRE O PROLETARIADO

Ainda, este sistema de exploração da força de trabalho dos seres humanos despossuídos de meios de produção, por se pautar nas disputas constantes entre os interesses das frações da burguesia, não pode encontrar estabilidade. As distintas frações da burguesia vivem em guerra econômica e política umas contra as outras, sendo que todas as frações da burguesia se unificam sempre para combater os interesses históricos do proletariado.

Conforme destacava Marx, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos*, a cada crise econômica, imensos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras são atirados em condições precárias, paupérrimas, a privação do essencial e a fome. Cada burguês produz o quanto quiser de mercadorias. Para conseguir acumular mais, a burguesia precisa expandir a produção por meio da introdução de novas técnicas e tecnologias produtivas, para com isso eliminar postos de trabalho e pagar menos salários. Porém todas as frações da burguesia querem expandir a produção. Isso leva as frações da burguesia a lutarem entre si para conquistar mercados, e a lutarem contra o proletariado para intensificar a exploração e aumentar sua taxa de lucro. Por isso Lênin na brochura *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (2008) afirmava que a disputa fratricida imposta pelas frações da burguesia provocam crises, guerra e revoluções.

A anarquia da produção, a concorrência, a disputa por produzir mais, com menor preço, introdução de máquinas, gera as primeiras crises de superprodução. Com isso o esquema é D-M-D' não se realiza. Produz-se mais mercadorias do que as pessoas podem comprar. Com isso muitas

empresas e empreendimentos burgueses vão a falência. Os trabalhadores são demitidos, o desemprego se generaliza. A classe trabalhadora é a classe que mais sofre durante os períodos de crise, sendo que uma parte dela tende a perecer. A forma que a burguesia encontra de restabelecer o capitalismo é entrando em guerra entre si, destruindo forças produtivas (trabalhadores e parques produtivos) e conquistando novos nichos de mercado. A cada crise social os despossuídos de meios de produção têm suas vidas arriscadas. A burguesia procurando sobreviver como classe, direcionando todas as perdas produtivas, sociais e econômicas para o proletariado. Porém, os trabalhadores e trabalhadoras são produtores diretos, e detêm o conhecimento sobre a totalidade do sistema produtivo, é a classe que produz tudo e recebe apenas o necessário para manter-se viva enquanto corpo físico. Frente a tal constatação a burguesia torna-se uma classe social supérflua, uma classe parasitária. Segundo Engels no *Do socialismo utópico...*

Além da incapacidade da burguesia para continuar a dirigir as forças produtivas modernas que as crises revelam, a transformação das grandes empresas de produção e transporte em sociedade anônimas, trustes e em propriedade do Estado demonstra que a burguesia já não é indispensável para o desempenho dessas funções. Hoje as funções sociais do capitalista estão todas a cargo de empregados assalariados, e toda a atividade social do capitalista se reduz a cobrar as suas rendas, cortar os seus cupões e jogar na Bolsa, onde os capitalistas de toda espécie arrebata, uns aos outros, os seus capitais. E se antes o modo capitalista de produção deslocava os operários, agora desloca também os capitalistas, lançando-os, do mesmo modo que os operários, entre a população excedente; embora, por enquanto ainda não no exército industrial de reserva. (p. 70).

Tomando o conjunto destas elaborações de Marx e Engels fica-nos claro os antagonismos entre os interesses do proletariado e da burguesia. Lênin e Trotsky, principais responsáveis pela organização da revolução russa de 1917 (REED, 2007; SERGE, 2008) e conseqüentemente responsáveis pela expropriação dos meios de produção em posse da burguesia, tinham clareza das formulações de Marx e Engels. Por que então em 1925 o Partido Comunista russo revolve abrir mão desta base teórica e reorientar os partidos comunistas espalhados pelo mundo a colaborarem com frações da burguesia? Trotsky, combatendo a teoria do “socialismo em um só país” e a “revolução por etapas” buscará, ao longo de sua vida responder a esta questão.

Em 1926 o autor elabora o texto *Tese sobre a revolução e contra-revolução*, onde além de lições históricas dos processos revolucionários faz um breve balanço da revolução russa e dos elementos que possibilitavam a ascensão da fração de Stalin. Para Trotsky para compreender os elementos que orientava os novos rumos seguidos pelo Partido Comunista russo era necessário compreender as novas alianças sociais que foram definidas após a morte de Lênin.

Segundo o autor a nova ordem política do país apoiava-se sobre distintos grupos sociais russos. Já se formava uma ala direita no interior do Partido Bolchevique, esta estava articulada

centralmente com os Kulaks (camponeses ricos) e os Nepmans (comerciantes ricos). Articulou-se no Partido os setores mais conservadores da sociedade russa. Estas frações teriam peso significativo na redefinição dos rumos da luta comunista internacional. Segundo Trotsky

(...) teve lugar um aumento extremo do papel exercido no partido e no aparato do Estado pela categoria especial dos velhos bolcheviques, que eram membros ou trabalharam ativamente no partido durante o período de 1905; que depois, no período da reação, deixaram o partido, se adaptaram ao regime burguês e ocuparam postos mais ou menos destacados no mesmo; que eram defensistas, como toda a *intelligentsia* burguesa; e que, junto com esta última, foram impulsionados adiante na Revolução de Fevereiro (com a qual nem sequer sonhavam ao princípio da guerra); que foram ferrenhos oponentes do programa leninista e da Revolução de Outubro; porém que retornaram ao partido depois que a vitória esteve assegurada ou depois da estabilização do novo regime, na época em que a *intelligentsia* burguesa deteve sua sabotagem. Estes elementos, que se reconciliaram mais ou menos com o regime czarista depois de seu golpe contra-revolucionário em 13 de Junho de 1907, por sua própria natureza não podem ser mais que elementos de tipo conservador.

Para Trotsky estas alas mais conservadoras, e mesmo reacionárias, já usufruindo de benesses sociais e econômicas buscavam neste momento estabilizar a sociedade russa. Queriam interromper o ciclo de mobilizações e transformações sociais. Os interesses destas alas somaram-se a aspectos contraditórios da sociedade russa. Trotsky compreendia que a ala direita do partido também não teria conseguido desenvolver-se sem apoiar-se em elementos da própria sociedade russa. Aliado a tais elementos, o autor acrescenta que as massas proletárias da Rússia estavam muito desgastadas com o longo e árduo processo revolucionário que foi acompanhado pela guerra civil, sendo que esta liquidou milhares dos setores mais revolucionários da Rússia. O autor considera ainda como elemento importante o fato de que a formação política e social das novas gerações acabaram ficando entregues as frações mais conservadoras do Partido Bolchevique, as frações que buscavam a todo custo estabilizar a dinâmica social. Desta forma, os setores mais ativos e revolucionários da juventude acabavam não encontrando espaço para participação no partido.

A educação da juventude do partido está na sua maior parte em suas mãos. (...) Tal é a combinação de circunstâncias que no período recente do desenvolvimento do partido determinou a reorganização da direção do partido e o deslocamento da política do partido para a direita.

Frente a tal condição, para o autor a revolução russa só se sustentaria internamente destituindo os setores conservadores da direção do Partido Bolchevique, e externamente apoiando-se sobre outros processos revolucionários em outros países. As críticas elaborada por Trotsky contra a estagnação do processo revolucionário, contra a “teoria do socialismo em um só país” e a “revolução por etapas” espalharam-se pelo mundo, com isso foram fundadas oposições de esquerda em vários países. Apenas quando o governo stalinista estabelece pactos com o nazismo é que

Trotsky desiste de tentar recolocar a Terceira Internacional nos rumos do marxismo revolucionário e passa a trabalhar pela construção da IV Internacional. Sua crítica é a mais radical e profunda ao stalinismo, e sua iniciativa de reconstrução de um partido revolucionário a mais decida (TROTSKY, 2005). Por isso Trotsky foi expulso da Rússia em 1928 e caçado pelo mundo até ser assassinado a mando das frações stalinistas no México em 1940.

No Brasil o Partido Comunista Brasileiro terá os ensinamentos da fração de Stalin sintetizados pela pena de Octávio Brandão. Buscando ajustar-se as determinações do Partido Comunista da União Soviética, em seu trabalho *Agrarismo e Industrialismo*, que norteará a prática política dos militantes do PCB, identifica-se o feudalismo no Brasil

Dominado por esse agrarismo econômico bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, conseqüência direta daquele. O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão no alicerce. Idade Média. (BRANDÃO, 2006: 36)

Segundo João Quartim de Moraes é na obra de Brandão onde se (...) manifesta com mais nitidez uma concepção staliniana do processo histórico. (QUARTIM, 1991, p. 78). A perspectiva de Brandão será retomada em uma série de escritos de Nelson Werneck Sodré, este consolidará a visão dos resquícios feudais no Brasil²⁰.

No entanto, suas teses não foram aceitas pela totalidade dos militantes do partido, membros do próprio partido passaram a combater tal perspectiva por meio de diversas elaborações²¹. Centralmente influenciados pelo trotskismo, estes militantes serão expulsos do PCB, como foi o caso por exemplo de Mario Pedrosa no início da década de 1930 e depois de Herminio Sachetta em 1937. Expulsando os divergentes, o partido seguirá a risca a perspectiva stalinista, da “revolução por etapas”, do “socialismo num só país” da “aliança estratégica com a burguesia nacional”, que

²⁰ O autor defenderá que o Brasil nutria “resquícios feudais” e a forma de superá-los seria eleger como prioridade do Partido Comunista apoiar a burguesia em sua luta histórica contra o feudalismo e não contra o capitalismo e a totalidade da burguesia. Apenas numa próxima fase, depois de já estabelecida a democracia burguesa, é que seria possível lutar pelo socialismo, nesta fase sim o proletariado poderia ser a “cabeça da revolução”. Dentro do mesmo partido Caio Prado Junior, assimilando elementos centrais da produção da Liga Comunista Internacionalista LCI, defenderá que não existe resquícios feudais no Brasil. Que ao invés de semi-feudal o país é um capitalismo de desenvolvimento colonial e por isso atrasado. Mas Caio Prado não rompe com a estratégia do PCB. O autor defende que a forma para o Brasil livrar-se dos resquícios coloniais seria apoiar a burguesia nacional progressista e sua revolução democrática, esta sim é que deveria ser a “cabeça da revolução”. Ou seja, também para Caio Prado reafirma-se a necessidade da revolução por etapas e a subalternização do proletariado aos interesses de frações da burguesia. (Cf. Afonso, 2008; Mazzeo, 2003; Corsi, 2003).

²¹ In: ABRAMO & KAREPOVS. *Na contracorrente da história*. Editora brasiliense. 1987. SACHETTA. *O caldeirão das bruxas*. Campinas. Editora da Unicamp. 1992.

deveria dirigir os processos revolucionário subalternizado o proletariado brasileiro as necessidade de uma suposta “burguesia nacional”. O PCB também assumirá a defesa das Frentes Populares, que era uma composição política que privilegiava frações da burguesia.

O PCB buscará difundir a perspectiva stalinista junto à classe trabalhadora brasileira, nos sindicatos, movimentos sociais e demais lutas trabalhistas, atuará então como educador coletivo, na acepção de Gramsci (2004), buscando a todo o momento orientar o proletariado brasileiro a lutar pelo estabelecimento da democracia burguesa. Para isso o aliado estratégico do proletariado, a classe que deveria dirigir a primeira fase revolução, a “revolução democrática”, deveria ser a burguesia democrática, entendida como a fração mais progressista da burguesia nacional, esta deveria desempenhar papel de cabeça da revolução. O PCB construía-se e integrava-se às instituições da classe trabalhadora, nos sindicatos, centrais sindicais e demais organizações da classe trabalhadora, defendendo sempre a aliança estratégica com a burguesia nacional²². De acordo com Mazzeo:

Após a reconstrução do partido – quase liquidado com a violenta repressão desencadeada depois do fracasso do movimento insurrecional de 1935 -, o PCB lança bases de sua linha política mais duradoura e que confrontará seu *terceiro período*, que se caracteriza pela absorção das diretrizes do VII Congresso da IC e, conseqüentemente, da política de amplas alianças de classe – com um pequeno interregno que foi o *Manifesto de Agosto, quando o partido dá uma nova guinada à esquerda e, por algum tempo, desenvolve uma política que irá para além da prática de conciliação*. Essa nova diretriz tinha como norte a política das frentes populares de caris policlassista dentro de um largo leque, chamado genericamente de “setores democráticos” da sociedade, no qual situava-se a burguesia “nacional”. Esses aspectos eram tidos como fundamentais, dentro da concepção tática para a construção da primeira “etapa” da revolução, cujo caráter seria “nacional democrático-burguês”, momento em que o proletariado não deveria ter hegemonia política, o que significava também abandonar a antiga linha de independência de classe. Essa nova política, denominada de União Nacional, além de apoiar o governo Vargas contra o nazi-fascismo – caracterizando a versão do PCB do pacto entre a URSS e os Estados Unidos -, vinha justamente com a campanha pela legalidade, pela anistia geral dos presos políticos e pelo envio de tropas brasileiras para lutar ao lado do povo soviético. O elemento fundamental dessa nova política era a *idéia de que o proletariado deveria colaborar na construção do capitalismo nacional*. (p. 71).

Seguindo esta linha o PCB, durante toda sua trajetória de atuação no movimento proletário brasileiro, abandonará completamente a perspectiva da autonomia da classe trabalhadora em relação à burguesia, ao patronato e ao Estado, defendida por Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Boicotará greves, piquetes e ocupações (Santana, 2001), apoiará uma série de governante que defendiam o programa da burguesia e do patronato. Essa linha é sancionada durante a II Conferencia Nacional

²² Para uma critica a tal visão cabe conferir as obras: ABRAMO & KAREPOVS. *Na contracorrente da história*. Editora brasiliense. 1987; SACHETTA. *O caldeirão das bruxas*. Campinas. Editora da Unicamp. 1992; O trotskismo no Brasil

do PCB, de agosto de 1943, chamada “Conferencia da Mantiqueira”. O PCB passa a defender o pacifismo frente ao governo, de acordo com Gorender²³

(...) Prestes e os principais dirigentes saídos da Conferencia da Mantiqueira (Diógenes de arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois) se entregaram à pregação de um trivial pacifismo. Acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de “progressista”, e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira. (p. 20-21).

A tática do pacifismo, evitar a luta de classes a qualquer custo, estava subordinada as determinações do partido de Stalin. Com a desenvolver da segunda guerra mundial e a aliança entre URSS e os EUA, construía-se a convivência pacífica entre estas duas potencia. Getúlio estava ligado à política dos EUA, desta forma, no Brasil os comunistas sob determinações de Stalin tinham que apoiar Getúlio. Com termino da segunda guerra, os acordos de Yalta e Postedan consolidam esta política entre EUA e URSS, o mundo é dividido em zonas de influencia comunista e capitalista. Neste período o PCB passa a organizar o MUT, Movimento Unificado dos Trabalhadores, que constituiu importante base de apoio do governo. Mesmo com as transformações na conjuntura mundial, a estratégia do PCB continua a mesma. Conforme destaca Álvaro Bianchi (2001)

As teses do 7o Congresso da Internacional Comunista tiveram largo curso no Brasil. A Conferencia da Mantiqueira, realizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1943, apoiou uma política de unificação nacional a favor do governo de Getúlio Vargas e contra o nazi-fascismo. O aliancismo pecebista não era um movimento conjuntural, determinado pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial. (107).

Para o PCB a forma de construção do socialismo dependia do desenvolvimento do capitalismo nacional e de burguesia. O proletariado só poderá obter êxito se fizer com que a burguesia democrática chegue ao poder. Por isso, com a queda de Vargas em 1945, o PCB apoiará também a política econômica de Dutra. O apoio direto ao patronato, ao governo e a burguesia em vários momentos causava crise nas bases do PCB, pois muitos trabalhadores e trabalhadoras filiados ao partido tinham dificuldade em defender quem os explorava e os reprimia. Por isso, corriqueiramente o Comitê Central do partido expulsava parte de seus militantes. De acordo com Mazzeo (1998):

(...) No período Dutra (1946-1951). O PCB procurará reforçar a imagem de partido da ordem e da tranquilidade, defensor do “apertar o cinto”, chegando a colocar-se, em muitas ocasiões, contra os movimentos grevistas, para “evitar as provocações”. *Sem dúvida, nessa nova política implementada pelo núcleo dirigente do PCB estão as raízes históricas que*

(COGGIOLA, O. In: *Corações vermelhos*, Mazzeo, 2003), Caio Prado Junior e a gênese do marxismo reformista no Brasil. (AFONSO, 2008).

²³ Importante destacar que Jacob Gorender, além de estudioso do tema também foi um dos membros dirigentes que compunha o Comitê Central do PCB.

irão determinar a política de conciliação imposta muitas vezes sectariamente pelo Comitê Central às bases do partido, como demonstravam as preocupações em expurgar do partido os “elementos sectários ainda existentes” e reforçar a “democracia interna” em suas fileiras. O eixo da ação do PCB era permeado por uma política taticista, que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta “ordeira e pacífica”. (p. 73).

O PCB colocava-se como um partido da base aliada do governo, buscava convencer o proletariado a passar fome para que não declinasse a taxa de lucros da burguesia e do patronato. Mesmo que promovendo intensa exploração, era necessário deixar que a burguesia se desenvolvesse tranqüilamente. Confundindo-se com os partidos burgueses e reformistas e promovendo uma política de filiação em massa, Mazzeo (1998) afirma que no início de 1946 o PCB alcançou número expressivo de militantes, cento e oitenta mil, e também uma bancada parlamentar expressiva, em dezembro de 1945 havia eleito quatorze deputados e um senador, Luis Carlos Prestes. (SANTANA, 2001). Mas isso, ainda não fazia do partido um caudilho na luta dos trabalhadores contra a burguesia, a propriedade privada, o patronato e o Estado. O inchamento do partido certamente está relacionado com seu apoio à fase mais populista do governo Vargas. O PCB segue apoiando o governo Vargas. Após sua deposição passa a apoiar o governo Linhares, em seqüência apoiará também o governo de Dutra. Por meio do MUT o partido batalha de todas as formas para conter as manifestações dos trabalhadores e trabalhadoras do país, para que não façam greves, piquetes e ocupações. Nesta linha, aos seus militantes estará vetada, na prática efetiva, a possibilidade de luta pelo socialismo contra todas as frações da burguesia e do patronato, estão vetadas as possibilidades de agitação organização e propaganda do socialismo. Só se pode lutar pelo estabelecimento da democracia burguesa, exercida pela classe dominante sobre a classe trabalhadora. O apelo de Luis Carlos Prestes, um dos principais dirigente do PCB, buscando construir uma união nacional para a defesa da ordem, expressa com profundidade a estratégia do partido:

Lutamos, antes de tudo, por ordem e tranquilidade. Não cessamos de explicar ao povo que, no período histórico que atravessamos, de desenvolvimento pacífico, só aos fascistas e reacionários interessa a desordem. Por isso, defendemos, intransigentemente, a posse do candidato eleito e reconhecido pelo Tribunal, particularmente diante da maneira como se realizou o pleito, num clima de liberdade. Frente ao governo do general Dutra, nossa política será a mesma que vimos mantendo em face dos governos do sr Vargas e Linhares: apoio a todas as medidas democráticas, contra agitadores, demagogos e salvadores que pretendam perturbar a ordem e interromper o processo democrático com novos golpes armados. (“Prestes faz novo apelo pela União Nacional e para a defesa da ordem. Tribuna Popular, 12 dez. 1945”. Apud BIANCHI, 2001, p. 107).

Em setembro de 1946, o PCB funda a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Já no início do mesmo ano Dutra intensifica o fechamento do regime de exceção. Em 7/5/1947 a CTB

é impugnada por decreto governamental, desencadeia-se a intervenção em mais de uma centena de sindicatos. A partir de então para concorrer às eleições, controladas pelo Estado, e tomar posse era necessário que os candidatos apresentassem um atestado ideológico que assegurasse não ter relações com o comunismo. O PCB avalia que chamando apoio ao governo viveria em harmonia, podendo assim dar continuidade a luta pela revolução democrática-burguesa, porém, o PCB é um aliado dispensável para a burguesia, assim o governo Dutra coloca o PCB na ilegalidade.

Impugnado o PCB cria outra sigla para disputar eleições de novembro de 1947 – Partido Social Trabalhista (PST), chega a eleger um candidato Armando Mazzeo a prefeito de Santo André. Este já ocupava cargo como deputado, mas é impedido de tomar posse como prefeito. Em meio a tal processo, de fechamento do governo, em 1948 o PCB caracteriza o governo Dutra de governo submisso ao imperialismo norteamericano. Com base nessa análise o PCB define que é necessário decretar greves em todo o país, a qualquer custo, para com isso gerar crise no governo. Tinha-se que decretá-las, mesmo que contra a vontade dos trabalhadores. No Rio de Janeiro na Fábrica Odeon, armados com revólveres uma equipe do PCB rende o porteiro, atiram para cima para dispersar as trabalhadoras que estavam na frente do portão e decretam greve da fábrica. (Cf. Santana, 2001).

Durante a década de 1950 acontecerá no Brasil uma nova série de mobilizações. A estratégia do PCB de conciliação com a burguesia será mantida. Em 1950 desencadeou-se a “guerrilha de Porecatu”, a revolta de “Dona Noca” (no interior do Maranhão) e a implantação do Território Livre de Trombas e Formoso em 1953. Simultaneamente, realiza-se em 1953 em São Paulo, Paraíba e Ceará, a 1ª Conferencia Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Em agosto de 1954 organizou-se em Limoeiro, Pernambuco, o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais. As lutas no campo articulam-se em grande medida com as lutas nas cidades produzindo um clima nacional de insurgência popular. Murilo Leal Pereira Neto, no texto intitulado *“Trabalho fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964)*, publicado em 2009, destaca que em São Paulo eclodem uma série de manifestações de massa. Os eixos destas mobilizações articularam (sob a bandeira dos salários e condições de trabalho; os relativos à “carestia dos preços”), a classe operária, classes populares e setores das classes médias. Segundo o autor “No período 1951-1964 o novo não foram as greves operárias e nem a entrada da classe trabalhadora na cena política, mas – em São Paulo, pelo menos – as aproximações entre movimento operário, movimentos populares de bairro, movimento estudantil e setores da classe média nas lutas contra a carestia e nas quatro greves gerais bem sucedidas do período, em 1953, 1954, 1957 e 1963”.

É em meio a tal efervescência que eclode a greve dos 300 mil. Buscando a revolução democrática, o PCB atuará intensivamente nestes processos. De acordo com Gorender o PCB estava (...) na liderança de todo o processo da chamada Greve dos 300 Mil, de março-abril de 1953, greve que marcou o início do ascenso do movimento operário-sindical culminante em 1964. (...). (p. 24). Por meio da participação direta nesta greve o PCB consegue impulsionar o Pacto da Unidade Sindical (PUI), onde disputa espaço com outras tendências políticas (Pereira Neto, 2005: 2009). De acordo com Murilo Leal Pereira Neto, 2009, “Segundo informações, talvez exageradas, de João Amazonas [dirigente do comitê central do PCB] (...) o PCB controlava cerca de 500 comissões de fábrica em 1953”. Ainda, Neto aponta que no período realizava-se “piquetes de massa, com dois ou três mil grevistas, na Greve dos 300 Mil, revelando que “intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve”. Porém, mesmo em meio ao ascenso operário, o PCB mantém a estratégia aprovada pelo PC russo de 1925 e apóia a frações da burguesia. O programa aprovado pelo IV congresso do PCB, de 1954, reafirmava o conteúdo das discussões do Manifesto de agosto de 1950 e o velho etapismo stalinista.

(...) Com vistas à coerência diante da etapa da revolução – que não devia ser socialista, mas antiimperialista e antifeudal -. O Programa recolocou a burguesia nacional na frente revolucionária e lhe ofereceu o privilégio da colaboração na industrialização intensiva a ser promovida pelo futuro regime revolucionário. Sofreriam expropriação somente os grandes capitalistas brasileiros serviçais do imperialismo norte-americano. (GORENDER, p. 21-22).

O PCB continua então buscando canalizar as insurgências proletárias para colaborar com frações da burguesia. A agitação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras continuava crescente, influenciadas pelo novo surto industrial no Brasil, decorrido de 1950 a 1964 principalmente no ABC paulista²⁴ cresce a classe operária organizada, e com isso intensificam-se os atritos entre o patronato e os trabalhadores. As correntes de esquerda organizam intensificam sua organização e o trabalho nos bairros proletários e nos sindicatos. De acordo com Murilo Leal Pereira Neto, 2009,

Um das formas mais contundentes de denúncia e protesto contra a fome foi a realização de passeatas. Entre 1952 e 1953, as *Passeatas da Panela Vazia* já haviam levado (...) cerca de 500 mil pessoas às ruas, no Rio de Janeiro e em São Paulo. O *Movimento da Panela Vazia* era liderado pelo PCB, e em 1954 transformou-se em movimento eleitoral. No final dos anos 1950, a idéia das passeatas foi retomada com as *Marchas da Fome*. A primeira

²⁴ Instalam-se no ABC as seguintes montadoras: Mercedes – Benz (1956), Volkswagen (1956/57), Ford (1957), Toyota (1958), Karmann – Ghia (1960), Scania (1962), além da General Motors que já se encontrava na região desde 1925. (PRATES, 2005).

delas foi realizada, com sucesso, em São Paulo, no dia 28 de novembro de 1958, sob a direção de um amplo leque de entidades: PUI, UEE (União Estadual dos Estudantes), UPES (União Paulista de Estudantes Secundários), FESAB, Casa do Nacionalista, Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, Associação Cívica de Defesa das Liberdades Públicas. Também participaram representantes dos municípios do ABC, de Jundiaí, Sorocaba, Santos e de cidades do Vale do Paraíba. A marcha reuniu participantes aos milhares e fez um longo percurso, do Sindicato dos Gráficos, na rua da Figueira, à Câmara Municipal, no Palacete Prates, rua Libero Badaró, onde os manifestantes foram recebidos por uma comissão de dez vereadores, que recebeu ofício contendo as resoluções de uma assembléia intersindical realizada no dia 9 de novembro. De lá a marcha rumou para a Assembléia Legislativa, no Parque D. Pedro, onde foi recebida por uma comissão de deputados.

Segundo Neto, em 1956 o Pacto da Unidade Sindical “foi reorganizado, congregando 60 entidades, representando um milhão de trabalhadores. Ainda em 1956, a adesão subiu para 103 entidades e os sindicatos começaram a buscar uma unidade nacional. Desde 1957 até a sua extinção, em 1959, o PUI foi presidido por Salvador Romano Losacco, dos bancários. A entidade teve um papel importante na organização da Greve dos 400 mil, em outubro de 1957, e funcionou como um “plenário popular”, articulando lutas fabris, sindicais, de bairro e políticas”.

As mobilizações no campo, as greves nas fábricas e demais locais de trabalho são articuladas as lutas nos bairros e associações, busca-se mantê-las nos limites de lutas democráticas, evitando que assumam maiores patamares de radicalidade. O PCB obtém muitos êxitos nesse sentido. Utilizando-se de sua influencia conquistada por meio da atuação na lutas democráticas o PCB consegue direcionar importante apoio a candidatura de Juscelino Kubitschek. O partido encarava Juscelino com um desenvolvimentista, como expressão da ala esquerda da burguesia nacional (MAZZEO, 1998).

O desenvolvimento da burguesia nacional significava a superação dos resquícios feudais e dos atrasos acumulados pelos Brasil. Mesmo neste período de amplo desenvolvimento infra-estrutural da “era JK”, segundo o PCB, o Brasil ainda não estava pronto para o socialismo. Através da “Declaração política de março de 1958”, o partido demonstra que mantém a convicção na revolução por etapas e pelas reformas estruturais. Segundo esta declaração, existiria uma contradição fundamental entre a burguesia “nacional e progressista” e o imperialismo americano. (MAZZEO, 1998; GORENDER, 1987; BIANCHI, 2001). Segundo a Declaração:

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir o objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios. (Apud BIANCHI, 2001).

Para consolidar a conciliação de interesses entre a burguesia e o proletariado o PCB criou a Frente Nacionalista. Segundo Álvaro Bianchi (2001), esta seria construída pelos “patriotas da burguesia nacional”, a pequena burguesia e o proletariado urbano e rural. Por meio da Frente Nacionalista seria possível, por vias pacíficas, construir um governo nacional, que utilizando-se de formas pacíficas promoveria uma revolução antiimperialista e antifeudal (BIANCHI, 2001, p. 108). A profunda convicção na estratégia de Stalin é reafirmada por Luis Carlos Prestes, secretário geral do PCB declara em junho de 1959, segundo do dirigente:

Vimos que, como resultado do desenvolvimento econômico do país, a contradição que se acentuava cada vez mais era aquela que opunha a nação brasileira ao imperialismo estadunidense e aos seus agentes internos. Essa contradição passou a ser a principal e a dominante, e determinava o processo de transformação na disposição das forças sociais. Condições cada vez mais favoráveis surgiram para unificar amplas forças contra o imperialismo estadunidense, o inimigo principal da nação. Objetivamente, acumulavam-se fatores que levavam à formação de uma frente única contra o imperialismo estadunidense e os seus agentes internos, frente que pode englobar o proletariado, os camponeses, a pequena-burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que estão desacordo com o imperialismo estadunidense e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios estadunidense (...) (Apud LOWY, 1959, p. 105-106).

A busca por alianças com setores da classe dominante, burguesia e latifundiários, leva o PCB a apoiar a candidatura do Marechal Lott e de seu vice João Goulart em 1960. Constatando que um terço do mundo já era “socialista” o PCB, seguindo alinhamento de Moscou, passa a defender via pacífica para o socialismo, isto gera distensões e rachas internos, com a formação do PC do B em 1962, que optava por seguir a via da revolução armada, segundo o modelo chinês.

Preconizando convivência pacífica entre as classes, nas eleições de 1960 para presidente o PCB, juntamente com o PTB e a Frente Nacional, sairá em apoio à candidatura do Marechal Henrique Lott. Com isso, além de seguir o mote da política de colaboração com a burguesia nacional, o PCB também almejava aumentar suas chances de legalização e conquista de cargos no governo. Quem venceu as eleições é Jânio Quadros. O Vice, eleito separadamente, é João Goulart, membro da chapa de Lott. Depois com a renúncia de Jânio, o PCB vai dedicar-se integralmente a luta pela legalidade que garantiria a posse de João Goulart. Na busca pela legalidade o PCB adequou seu programa, estatuto e legenda. Em meio ao ascenso proletário que avançava em um período pré-revolucionário, no dia 17 de março de 1964, Luis Carlos Prestes conclama João Goulart a assumir a direção do proletariado brasileiro:

O povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a colocar-se à frente do processo revolucionário que avança. E as massas puderam naquele dia tomar conhecimento de alguns atos do Presidente da República, conhecer suas palavras em discurso que, sem dúvida alguma, podemos chamar de memorável. Porque, naquele dia, o

Presidente João Goulart, com os atos que assumiu e com as palavras que anunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país. (Apud, BIANCHI, 2001, p.108).

É no decorrer desse processo que o partido se articula na Frente de Mobilização Popular (FMP), agregando-se aos grupos orientados pelas posições nacionalistas de esquerda, reunindo a UNE. Em agosto de 1962, o PCB consegue fundar em São Paulo o Comando Geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGT. Na luta por desenvolver o capitalismo nacional, articula ainda a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). (Mazzeo, 1998: Santana, 2001).

Seguindo as determinações centrais do stalinismo, durante toda sua trajetória o PCB buscou colaborar com a burguesia nacional e com setores governistas. Desta forma não podia se preparar, preparar seus militantes e tampouco o proletariado brasileiro para os enfrentamentos e a etapa da luta de classe que estava aberta. Com isso o PCB assistiu a todo o desenvolvimento do Golpe Militar-burguês passivamente. (GORENDER, 1987: BIANCHI, 2001). Ainda, durante a ditadura militar atuará dentro do MDB, mesmo com o ascenso proletário desencadeado durante a década de 1980 o PCB continuará seguindo o governo. A mesma política foi seguida ainda em 2010, durante as eleições presidenciais²⁵.

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E OS SINDICATOS

Conforme destacamos, os Partidos Comunistas sobre direção das frações stalinistas atuavam nos sindicatos, utilizando esta instituição social para fazer chegar à classe trabalhadora suas orientações políticas e organizacionais. Também no Brasil o PC, ao longo de sua existência organizou, orientou e dirigiu centenas de sindicatos. Estes eram sempre orientados a seguirem a estratégia stalinista de colaboração e subalternização dos interesses da classe trabalhadora aos interesses com frações da burguesia. Mas qual deve ser o papel do partido comunista no sindicato?

Também neste aspecto o PCB distancia-se sobremaneira das formulações do marxismo revolucionário. Os sindicatos são entendidos por Lenin e Trotsky como forma basilar da organização da classe trabalhadora. Para os autores, os sindicatos, mesmo não conseguindo reunir a maioria da classe trabalhadora, ficando restrito centralmente a setores mais organizados da classe trabalhadora, representam uma instituição proletária em que está presentes uma ampla gama de posições políticas e sociais. De acordo com Trotsky “Não existe nenhum país no qual a organização

²⁵ Moura & Ishibashi, 2010. *O PCB, seu bolivarianismo e seu chamado envergonhado a votar em Dilma : para além da miséria da política e da política da miséria*. Disponível no site: <http://www.ler-qi.org/spip.php?article2648>. Visitado em 26/06/2011.

sindical abarque toda a classe operária, embora em alguns compreenda pelo menos um vasto setor”. (1978, p. 19).

Dentro dos sindicatos é possível encontrar desde os trabalhadores, que por uma série de razões, colaboram os interesses do patronato, até mesmo os trabalhadores socialistas e revolucionários. Por ser uma esfera básica de organização do proletariado, os comunistas devem atuar nos sindicatos como tendências revolucionárias. Conforme destaca Trotsky no artigo *Os sindicatos diante da investida econômica da contra-revolução* “o lugar dos comunistas está nos sindicatos”. Para o autor, caberia aos revolucionários, por meio da defesa do programa marxista revolucionário, aplicado a cada greve, piquete e ocupações assegurar que se desenvolvam experiências em que os trabalhadores apartem-se cada vez mais dos interesses do patronato, da burguesia e do Estado e passem a acreditar apenas em sua própria organização.

Ou seja, em oposição a estratégia defendida pelo PCB nos sindicatos brasileiros, de adaptação ao reformismo e a conciliação com setores do patronato e da burguesia, Trotsky argumenta que dentro destas instituições os revolucionários deve defender os interesses históricos do proletariado, propagando um programa revolucionário e organizando os trabalhadores mais avançados. Ao invés de pautar-se por tal orientação, O PCB, ao longo de sua história articulava-se com setores reformistas e pelegos para controlar os elementos radicais e revolucionário que despontavam nos sindicatos. (MAZZEO, 1998; SANTANA, 2001; SALLES & MATOS, 2007). Trotsky já apontava que os setores reformistas e conciliadores no movimento sindical tendem a organiza-se contra os revolucionário e comunistas, segundo o autor em *Os sindicatos diante da investida econômica da contra-revolução*:

(...) a burocracia reformista busca conseqüentemente o objetivo de manter os comunistas fora dos sindicatos e por isso rechaça toda condição que possa facilitar minimamente o trabalho daqueles. O revolucionário proletário não inventa ultimatos arrogantes, porém absurdos, para justificar sua deserção do sindicato, penetra nestes superando todas as barreiras e obstáculos. O comunista não deseja que os burocratas sindicais criem as condições favoráveis para seu trabalho; ele as cria gradualmente, na medida em que adquire influência dentro do sindicato [entre os operários e a vanguarda]. (...). Nenhum sindicato reformista pode estar isento do fermento comunista”.

No texto *Uma discussão necessária com nossos camaradas sindicalistas*, escrito em 1923, Trotsky expõem questões importantes para pensar o papel do partido revolucionário e dos sindicatos na construção da perspectiva revolucionária. O autor considera que, mesmo com intensos embates entre o proletariado, classe em si, contra a burguesia, a perspectiva de uma revolução radical não é aceita a priori. Ela tende a ser encarada como mais uma tendência social possível, porém não a única correta ou necessária. Desta forma, Trotsky considera que “Não se trata, nem

para o partido nem para os sindicatos, de “incorporar-se” ao proletariado (...), mas sim de *ganhar a confiança* do proletariado. E isto só pode ser conseguido mediante táticas corretas, provadas pela experiência. Quem prepara conscientemente, cuidadosa e criticamente esta tática? (...). (Trotsky, 1978, p. 20). Considerando a diversidade de posições que se expressam no meio sindical o autor afirma que os militantes revolucionários não podem se adaptar as frações ou tendências mais atrasadas dos sindicatos, mas que devem buscar organiza-se com as tendências e frações mais avançadas. Conforme desta no texto *O Atraso Político dos Trabalhadores Americanos* de 1938, “O programa deve exprimir as tarefas objetivas dos trabalhadores, e não refletir o seu atraso político. O programa deve dar conta da sociedade tal como ela é, porque ele próprio é um instrumento para lutar contra essa mentalidade atrasada da classe operária, e para vencê-la”.

O autor considera que a burguesia e o patronato, que exercem papel de direção nos aparelhos ideológicos do Estado, por meio de uma serie de instituições, onde inclui-se os sindicatos, busca afastar o proletariado da perspectiva revolucionária que possa colocar em risco sua posição de classe dominante ou diminuir seu poder de controle. Frente a tal condição Trotsky enfatiza que cabe aos revolucionários fazer avançar nos sindicatos a compreensão da tarefa histórica colocada ao proletariado revolucionário:

(...) como o proletariado chegará a *compreensão subjetiva* da tarefa histórica que lhe coloca sua posição objetiva? Se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem partidos nem sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente com o proletariado. Pelo contrário, o *processo* mediante o qual o proletariado compreende sua missão histórica é longo e penoso, e está repleto de contradições internas. (Idem, p. 20).

Interessante notar aqui a relação entre a perspectiva colocada por Marx e Engels em *A ideologia alemã*, de que a consciência social se constrói por meio das relações objetiva/subjetivas, com as análises de Trotsky, para este a própria experiência de luta social, de enfrentamento com a ordem burguesa, e munida de uma teoria revolucionária que demonstre os limites da forma de ser do capitalismo e a impossibilidade de correção deste sistema social, é que colocará para o proletariado o socialismo como melhor tendência social a ser seguida.

Somente através de prolongadas lutas, de duras provas, de muitas vacilações e de uma ampla experiência, os melhores elementos da classe operária, da vanguarda das massas atingem esta compreensão. Isto se aplica tanto ao partido como aos sindicatos. Também os sindicatos começam com um pequeno grupo de operários ativos e crescem gradualmente, à medida que sua experiência lhe permite ganhar a confiança das massas. (...). (p. 20).

No mesmo texto, Trotsky, baseado nas formulações de Marx, Engels e Lenin destacará que o partido revolucionário não pode eximir-se atuar nos sindicatos de massas, frente a outros partidos,

tendências e correntes políticas. Porém, uma vez nos sindicatos, os revolucionários atuam em defesa da necessidade de organização do proletariado em um partido revolucionário, que articule os militantes mais destacados do movimento operário. Para o autor os militantes comunistas deveriam assumir a dianteira na organização de correntes marxistas nos sindicatos de massa, destacando a necessidade da classe trabalhadora se forjar enquanto *classe para si*, em um partido marxista revolucionário. Segundo Trotsky

Os comunistas não temem a palavra “partido”, porque seu partido não tem, nem terá, nada em comum com outros partidos. Seu partido não é um dos partidos políticos do sistema burguês; é uma minoria ativa com consciência de classe do proletariado, sua vanguarda revolucionária. Por isto os comunistas não têm nenhuma razão – nem ideológica, nem organizativa – para se esconder atrás dos sindicatos. Não os utilizam para maquinações de bastidor. Não os rompem quando estão em minoria. Não perturbam de maneira alguma o desenvolvimento independente dos sindicatos e apóiam suas lutas com todas as suas forças. Mas, ao mesmo tempo, o Partido Comunista se reserva o direito de expressar suas opiniões sobre todos os problemas do movimento operário, inclusive sobre os sindicatos, de criticar as táticas dos sindicatos e de fazer-lhes propostas definidas que estes, por seu lado, são livres para aceitar ou rejeitar. O partido trata de ganhar a confiança da classe operária e sobretudo do setor organizado dos sindicatos. (p. 22).

Trotsky, concordando com a perspectiva defendida por Lenin n’*O que fazer* (2010), reafirmará a tradição criada por Marx e Engels de constituição de partidos proletários revolucionários, que se pautam pela organização independente do proletariado em relação as classe dominantes, ao patronato e ao Estado. Segundo Trotsky (1978)

(...) o próprio Marx fundou a Primeira Internacional, cujo objetivo era guiar em todo sentido o movimento operário de todos os países e fazê-lo frutífero. Foi em 1864, e a Internacional criada por Marx *era um partido*. Marx não quis esperar que o partido internacional da classe operária se formasse sozinho, de algum modo não a partir dos sindicatos. Fez tudo o que pôde para fortalecer dentro dos sindicatos a influencia das idéias do socialismo científico, as quais se expressavam pela primeira vez em 1847, no *Manifesto Comunista*. Quando Marx reclamava a total independência dos sindicatos de todos os partidos e seitas burguesas e pequeno-burguesas, fazia-o com objetivo de facilitar ao socialismo científico seu predomínio sobre os sindicatos. Marx nunca considerou o partido do socialismo científico como um a mais dentre tantos partidos políticos existentes (parlamentares, democráticos, etc.) Para Marx, a Internacional era a classe operária consciente, representada neste momento por uma vanguarda ainda pequena.

Trotsky busca destacar as diferenças entre os sindicatos e o partido revolucionário. O partido revolucionário marxista deve ser composto por revolucionários. Pelos quadros mais decididos do movimento operário. Retomando Lênin do *O que fazer*, o partido revolucionário deve ser composto por agitadores, organizadores e propagandistas da revolução socialista e da emancipação do proletariado. Já o sindicato não, para os revolucionários o sindicato deve ser uma organização ampla, que reúna o maior número possível de proletários, desde os mais revolucionários até os mais reformistas. Deve haver espaço para as diversas tendências sociais e políticas presente entre os

trabalhadores. No entanto, não cabe aos revolucionários conviver em harmonia com as direções reformistas e conciliadores nos sindicatos. Os dirigentes reformistas e pró-patronal são entendidos por Trotsky como sendo agentes diretos das classes dominantes no meio sindical, o autor afirma que “(...) a tarefa da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pela burocracia, como organismos de dominação dos operários pelo estado burguês”²⁶. Ainda segundo o autor “Os burocratas fazem todo o possível, em palavras e nos fatos, para demonstrar ao estado ‘democrático’ até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra. Também no trabalho *Teses sobre a ação comunista no movimento sindical*, o autor afirma que cabe aos revolucionários combater dentro dos sindicatos as influências das políticas e formas de atuação que beneficiam a burguesia, para Trotsky

A influência da burguesia sobre o proletariado se reflete na teoria da neutralidade segundo a qual os sindicatos deveriam colocar-se exclusivamente objetivos corporativos, estritamente econômicos e não de classe. A neutralidade sempre foi uma doutrina puramente burguesa contra a qual o marxismo revolucionário leva a cabo uma luta à morte. Os sindicalistas que não se colocam nenhum objetivo de classe, ou seja, que não apontam para a derrubada do sistema capitalista são, apesar de sua composição proletária, os melhores defensores da ordem burguesa.

Desta forma, em combate direto contra o reformismo, neste espaço cabe aos revolucionários propagandear a visão de mundo, programática e estratégica da revolução socialista. Nas palavras do autor:

(...) O partido, para merecer este nome, deve incluir toda a vanguarda da classe operária e usar sua influência ideológica para fazer frutificar todas as manifestações do movimento operário, especialmente o movimento sindical. Mas para que as organizações sindicais mereçam este nome, devem abranger uma massa crescente de operários, e entre eles elementos atrasados. Somente cumprirão sua missão se se guiarem conscientemente por princípios firmemente estabelecidos. E somente podem conseguir esta direção seus melhores elementos estão unidos no partido da revolução proletária. (1978, p. 24).

No sindicato, organização onde prevalece a heterogeneidade política entre seus membros, se encontram desde os reformistas, que preferem evitar o conflito com a patronal, os trabalhadores e trabalhadoras mais decididos na luta pelos seus direitos, em contraposição ao patronato, até as frações mais revolucionárias e as mais conservadoras dos trabalhadores e trabalhadoras. Então o partido comunista deve criar frações organizadas dentro dos sindicatos. Se o partido não consegue trabalhar com os sindicatos, objetivamente, explicita-se que não busca, ou não é capaz de estabelecer as mediações das lutas mais imediatas das lutas históricas do proletariado. Não conseguem articular as demandas máximas com as mínimas em um programa de transição.

²⁶ Os sindicatos na época da decadência imperialista, no site Marxists.org

Para Trotsky, o partido comunista não deve centrar-se em organizar toda a classe operária sob sua bandeira, mas, propagando massivamente o programa revolucionário, deve buscar criar frações revolucionárias dentro dos sindicatos, e, mesmo que em alguns momentos possa dirigir sindicatos, o mais importante é formar por meio da luta direta (piquetes, greves, ocupações e processos autogestionários), a partir de extratos da classe trabalhadora, uma vanguarda experimentada na luta de classes, na organização, agitação e propaganda do programa socialista dentro e fora dos sindicatos. Esse programa centra-se na autonomia dos sindicatos em relação aos interesses do patronato e de seus partidos, autonomia frente ao Estado e a burguesia. Os sindicalistas revolucionários devem atuar permanentemente nos sindicatos de massa, porém com programa próprio, com um programa revolucionário. Os comunistas, desde dentro dos sindicatos, devem lutar pela independência da classe trabalhadora em relação ao governo burguês e seus partidos contra ao reformismo. Dentro dos sindicatos, os militantes revolucionários serão sempre a minoria. Articulando-se com partidos revolucionários o poder de organização destes trabalhadores tende a ser multiplicado. Os revolucionários que atuam nos sindicatos devem ter claro a natureza do Estado burguês e seu papel coercitivo e ideológico sobre a classe trabalhadora, bem como o papel que a minoria revolucionária necessita cumprir nos sindicatos. Deve ter clareza também do papel que cumpre a greve geral na luta pela tomada do poder.

No caso do PCB novamente desvia-se da proposta marxista de atuação nos sindicatos. Este atuava nos sindicatos, centrais sindicais e organizações operárias, ao longo de sua trajetória, buscando consolidar apoio às frações da burguesia e ao governo. Conforme destacam Salles & Matos (2007, p. 116), mesmo o lendário Luiz Carlos Prestes, dirigente de grande importância do PCB, “maior líder popular do país depois de Vargas (...) exortava os milhares e dezenas de dezenas de milhares de trabalhadores e camponeses a “evitar agitações”, “passar fome se for preciso”. Os sindicatos, federações e demais organizações, sob direção do PCB são colocados a serviço da sua estratégia de apoio a frações da burguesia, com isso o partido acaba por colocar estas instituições a serviço de determinados governantes (Vargas, Dutra, J. Kubistchek, J. Goulart, Tancredo Neves, Lula, Dilma Rousseff, etc.). Segundo a estratégia stalinista, as instituições da classe trabalhadora funcionam como apêndices de políticas da burguesia progressista. Com isso as instituições da classe trabalhadora, sob direção do PCB, acabam funcionando como ala esquerda da manutenção do Estado burguês. Foi sempre buscando conciliar os interesses de frações da burguesia que o PCB impulsionou o MUT, Movimento Unificado dos Trabalhadores, a Confederação dos Trabalhadores

do Brasil (CTB), depois o Pacto da Unidade Intersindical (PUI) em São Paulo, e o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Frente de Mobilização Popular (FMP), o Comando geral dos Trabalhadores Brasileiros – CGT , a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), e posteriormente na CUT. Mas que relação os Partidos Comunistas devem ter com o Estado e o Governo burguês?

No *texto Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, escrito em 1921, Lênin argumenta que os revolucionários devem atuar no parlamento, ou seja, devem lançar candidaturas para os mais variados cargos de representação, porém mas devem colocar seus cargos a serviço da demandas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras. Os comunistas eleitos devem atuar como *tribunos do povo*, denunciando toda forma de opressão e de engodo parlamentar. Devem atuar o tempo todo apontando os limites destes espaços políticos, usando seus cargos para organizar a luta do proletariado contra o patronato, o Estado e a burguesia, devem utilizar o parlamento contra o próprio parlamento. Deve-se usar um cargo do Estado para combater o Estado. Porém, no caso do PCB, em nenhum momento de sua história o partido foi capaz de empreender tal assertiva desenvolvida por Lênin. Ao invés de combater o Estado, sua atuação parlamentar acabou sempre por fortalecer a crença no parlamento burguês e em seus representantes, como no caso do apoio da Getúlio Vargas, Dutra, Juscelino Kubistchek, Marechal Lott, João Goulart, Tancredo Neves/Sarney, Lula e em 2010 com Dilma Rousseuf. Esta opção se liga certamente a via stalinista seguida pelo partido, em que buscava-se colaborar com a burguesia sem afrontá-la.

O CARÁTER DO ESTADO BURGUEÊS

Se tomarmos as elaborações do marxismo revolucionário, podemos evidenciar a distância destas com as práticas do PCB. As capitulações do PCB as classes dominantes não derivam de simples erros de leitura de conjuntura, elas ligam-se à estratégia da revolução em etapas. Para Stalin e para o PCB os socialistas deveriam lutar para fazer uma revolução burguesa dentro dos países capitalistas. O proletariado deve fazer todos os sacrifícios possíveis para que a burguesia democrática possa vencer a burguesia retrograda. Assim, o PCB orientava todos os seus militantes para que apossem os políticos e governantes burgueses que eram entendidos como mais democráticos. Estes são os representantes do progresso burguês, progresso das instituições burguesas e dos meios de produção. Desta forma a luta para chegar ao parlamento torna-se um elemento importante da estratégia stalinista. Pois a partir disso pode-se, por dentro do parlamento, servir com base de apoio para as frações mais progressistas do governo, e assim fazer avançar a luta pelo socialismo que se daria em etapas. Os stalinistas tornam-se co-gestores do Estado burguês,

porém com a perspectiva de melhorá-lo, promover reformas e fazê-lo menos danoso a classe trabalhadora.

No entanto, baseando-se no marxismo revolucionário, um partido comunista não poderia jamais fazer-se um colaborador à serviço do Estado burguês, pois este é entendido como um forte aparato organizacional para assegurar a dominação da classe trabalhadora, bem como a organização, controle da produção e distribuição de mercadorias, onde se inclui também controle e repressão às organizações políticas e sindicais do proletariado. Já no trabalho *Glosas Críticas Marginais...* Marx aponta a necessidade da dissolução do Estado para libertação dos trabalhadores e trabalhadoras. O texto explicita que Marx foi um dos primeiros autores (se não o primeiro) a defender a dissolução do Estado (1843/1844). Para o autor “o Estado é a origem de todos os males sociais”, ele é incorrigível, por isso, tanto o Estado como a política devem ser extinguidos. Ou seja, para o autor a causa dos males sociais não é apenas o governo, mas a própria existência do Estado. Este tem sua origem no antagonismo de classe, sendo sempre instrumento de opressão de uma classe sobre outra, por isso Marx afirma que “Estado e escravidão são inseparáveis”. O Estado existe para articular os diversos interesses das frações da burguesia, bem como as políticas sociais, tendo como fim garantir a dominação sobre o proletariado. Por isso, na Rússia em 1905 e 1917, os sovietes (conselhos operários) eram encarados por Lênin e Trotsky como uma forma alternativa de organização da sociedade em concorrência direta com o Estado. Os soviets funcionavam como instituições de duplo poder, organizavam a produção e distribuição e a defesa da população, emitiam ordens e decretos.

A luta do proletariado é pela dissolução do estado burguês. Lênin, buscando as elaborações de Engels na obra “origem da família, do Estado e da propriedade privada” e analisando a experiência da comuna de Paris, em combate direto aos marxistas que aderiram ao reformismo gradualista da social democracia, teorizará em marcos estratégicos na obra *O Estado e a revolução* (2007) a necessidade de combate pela dissolução do estado Burguês. O autor definirá o estado burguês como “(...) uma máquina especialmente destinada ao esmagamento de uma classe por outra, da maioria pela minoria. Compreende-se que a realização de uma tarefa semelhante – a repressão sistemática da atividade de uma maioria de explorados por uma minoria de exploradores – exija uma crueldade, uma ferocidade extrema: são necessárias ondas de sangue através das quais a humanidade se debate na escravidão, na servidão e no salariedade”. (p. 108). O Estado é o principal articulador político e militar da sociedade burguesa. Por meio dele se organiza toda rede de dominação e produção ideológica do capitalismo. O Estado é a instituição social mais importante

para a manutenção deste sistema exploratório que tem uma série de conseqüências sociais, como as quatro formas de alienação (Marx, 2004) e o fetichismo da mercadoria (Marx, 1989). Desta forma, não cabe buscar reformar o Estado, ele tem que ser destruído para que a sociedade seja organizada pela livre associação dos trabalhadores e trabalhadoras. Também Trotsky, na obra *A revolução traída* argumenta que:

(...) A coação estatal e monetária pertencem a herança da sociedade dividida em classes, que só pode determinar as relações entre os seres humanos com a ajuda de fetiches religiosos ou laicos, que são colocados sob a proteção do mais terrível de todos, o Estado, com um grande punhal entre os dentes. Na sociedade comunista, tanto o Estado como o dinheiro desaparecerão. O seu desaparecimento progressivo deve começar sob o regime socialista. Só se poderá falar de vitória real do socialismo a partir do momento em que o Estado não seja mais que um semi-Estado e o dinheiro começa perder sua força mágica. Isso significará então que o socialismo, libertando-se dos fetiches capitalistas, começa a estabelecer entre os seres humanos, relações mais límpidas, mais livres e mais dignas. (p. 89).

Ou seja, o Estado é entendido não apenas como cargos administrativos a serem ocupados, mas também como um aparato burocrático armado existente para manter a subalternização do proletariado. Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista* de 1848 afirmam que o Estado é “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (p. 42). Para estes autores, esta instituição não poderá jamais sanar as contradições da sociedade de classe, pois o Estado é o administrador destas contradições. Por isso a supressão do Estado é um passo a mais na marcha humana pela sua autoconstrução. Ela requer níveis elevados de organização dos produtores. Marx, ainda no *Glosas Críticas Marginais...* considera equivocado afirmar que a dissolução do Estado possa significar produção de caos ou desordem. Para o autor tal afirmação implica em conceber que a sociedade humana não pode existir e autoafirmar-se sem dominação e exploração.

Em síntese, a partir destas formulações pode-se afirmar que estratégia stalinista leva necessariamente a uma ruptura profunda com o marxismo revolucionário. Ao colocar-se como co-administrador do Estado burguês o PCB acaba por tomar partido em defesa da manutenção do Estado e da gestão da dominação de classes. Como fica explícito no caso do PCB, ao determinar com central a aliança com setores da burguesia, o partido se vê comprometido a apoiar a “burguesia progressista”, sobretudo em seus momentos de exercício de governo, apostando que com isso ajuda-se a superar os resquícios de atraso do capitalismo dependente. Lênin, na obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, concebe que o partido deve apresentar candidatos nas eleições burguesas, porém o autor afirma que seus candidatos devem apresentar o programa comunista, baseado na estratégia marxista revolucionária. Deve utilizar o parlamento contra o próprio parlamento, denunciar seus joguetes e falcatruas, denunciar sua deleite burguês ancorado na exploração e na

repressão a classe trabalhadora. Trata-se de fazer do parlamento uma tribuna para o proletariado. Não cabe ao partido buscar administrar esta instituição para colaborar com o desenvolvimento desta ou daquela fração da burguesia, ou tomar partido em seus joguetes e falcatruas. No entanto, não era desta forma que o PCB entendia os cargos parlamentares. As posições ocupadas no parlamento eram colocadas a serviço da estratégia stalinista de apoio à burguesia, para a consolidação da democracia burguesa.

DISSOLUÇÃO DO ESTADO E DITADURA DO PROLETARIADO

Mas como deve ser organizada a luta pela derrubada do estado burguês? O proletariado necessita organizar-se de forma coesa, por meio de uma estratégia que pressupõem a dissolução da sociedade burguesa, necessitará ainda atrair outras frações de classe para aderirem a seu programa e estratégia. A dissolução do Estado deve ser construída por meio de um processo transicional, onde se estabelecerá a ditadura do proletariado, com a tomada armada das instituições burguesas, Estado, exército e meios de produção. De acordo com segundo Marx, no texto *Critica ao programa de Gotha* (de 1875), “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transição revolucionária de uma na outra, a que corresponde um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado”. (p. 147). Também no *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels explicam o que seria a ditadura revolucionária do proletariado e sua relação com o Estado: “O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas”. (p. 58).

Ou seja, não interessa ao proletariado a manutenção do Estado. Desde o início do processo revolucionário, da tomada do Estado do domínio burguês, o proletariado e seu partido trabalhará para desenvolver a autoorganização do proletariado, nos bairros e nos locais de trabalho e com isso buscará superar a fase do Estado proletário, marchando assim para a dissolução definitiva do Estado construindo desta forma o caminho para o comunismo. Como afirmam os autores em outra passagem do mesmo texto, a ditadura do proletariado deve dissolver o poder político:

(...) O poder político é o poder organizado de uma classe para opressão da outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe. (p. 59).

Não cabe então aos marxistas revolucionários buscar manter a instituição estatal, nem mesmo tentar reformá-la, uma vez que esta é incorrigível. Mesmo a ditadura do proletariado, como lembra Lênin, n' *O Estado e a revolução* (2008), embora substitua temporariamente a função de reorganização da produção, por não ter como meta a exploração do proletariado e a manutenção da propriedade privada, mas sim supressão desta e coletivização dos meios de produção, bem como a abolição da concorrência e a anarquia do mercado, a ditadura do proletariado seria então para Lênin uma forma de anti-estado, ou o próprio Estado burguês em decomposição. No mesmo sentido é desenvolvida a análise Engels, no texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Também Engels aponta no mesmo sentido:

(..) O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas nesse mesmo ato destrói a si mesmo como proletariado, destruindo toda a diferença e todo o antagonismo de classe, e com isso o Estado como tal. (...). Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando não existir já nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, justamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado. O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é ao mesmo tempo o seu último ato independente enquanto Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será “abolido”, *extingue-se*. (...). (p. 72-73).

O Estado capitalista, é entendido como instituição social que monopoliza também os meios de repressão e violência contra o proletariado em favor da burguesia. É este Estado que organiza a sociedade capitalista, a produção, a circulação, a economia, a repressão aos insurgentes e o convencimento ideológico. O Estado burguês por meio da coesão, consenso e enganação, assegura que o proletariado viva em condições paupérrimas, jornadas de trabalho extenuantes, habitações precárias, transporte precário, sistema educacional precário. Para Marx e Engels tais condições não seriam circunstanciais, mas sim elemento constitutivo da ordem social criada pela burguesia. Para que ela tenha tudo, uma parte da sociedade precisa viver com o mínimo possível. É a única classe que pode fazer a humanidade avançar para novos e superiores patamares de relações sociais. Para o autor, os meios de produção devem deixar de ser individuais, e serem convertidos em meios de produção coletivos.

No mesmo sentido é desenvolvida a análise de Trotsky n' *A revolução traída*, para o autor o proletariado, sujeito central e classe dirigente do processo revolucionário, necessita “expropriar os

exploradores”, apenas com os trabalhadores organizados como classe dominante é que se “suprime a necessidade de um aparelho burocrático que domine a sociedade e, antes de tudo, da policia e do exército permanente”. (p. 76). Engels destaca que só o proletariado pode organizar a produção em benefício da maioria:

Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção senão a sua. Assim procedendo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, rompendo periodicamente as fronteiras do modo de produção e de troca, e só pode impor-se como uma força e eficácia tão destruidoras como o impulso cego das leis naturais, será posto em vigor com plena consciência pelos produtores e converter-se-á de causa constante de perturbações e cataclismas periódicos, na alavanca mais poderosa da própria produção. (p. 70-71).

Desde o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels faziam a mesma avaliação. Para os autores a única forma de contrapor a dominação da burguesia seria o proletariado assumindo o protagonismo de sua própria emancipação. Constatam a necessidade de construção de um Partido Comunista, que unifique toda a classe trabalhadora em uma só vontade, em um só programa histórico. Este deve participar de todas as lutas protagonizadas pelo proletariado, deve apoiar todas suas lutas. É claro que as classes dominantes combaterão esse Partido, pois ele representa a eliminação da burguesia como classe social hegemônica. Por isso Lênin destacará n’*O Estado e a revolução* (2007), que “O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas trabalhadoras exploradas para um novo regime econômico”. (p. 44). Na análise do autor, o proletariado “precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na “edificação” da economia socialista”. (p. 44). Trotsky complementa a análise de Lênin, pois além de considerar necessária a tomada do poder pelo proletariado, discorre ainda sobre os inevitáveis riscos da tomada do poder estatal pelo proletariado organizado em um partido revolucionário. Para o Trotsky (1978), os riscos da tomada do poder não podem servir como justificativa para a manutenção da ordem burguesa, da manutenção da propriedade privada e da venda da força de trabalho como mercadoria.

Em todo o mundo (...) o poder estatal está nas mãos da burguesia. Nisso, e só nisso, revide para o proletariado o perigo do poder estatal. A tarefa histórica do proletariado é arrancar

das mãos da burguesia este poderosíssimo instrumento de opressão. Nos comunistas não negamos as dificuldades e os perigos que encerra a ditadura do proletariado. Mas isso diminui a necessidade de tomar o poder? (p. 45).

O autor considera que o maior beneficiado com a manutenção do Estado burguês não é a humanidade como um todo, nem sua fração majoritária que é composta pelo proletariado, mas sim a burguesia. Lênin também afirmava n’*O Estado e a revolução* que só o proletariado “tem necessidade de um Estado que vá desaparecendo, isto é, um Estado que cedo comece a desaparecer e não possa deixar de desaparecer”. A burguesia, por sua vez, tende a defender com todas as suas forças a manutenção de tal aparato ideológico-repressivo. Nas palavras de Trotsky:

(...) nos países burgueses a desgraça é que a esmagadora maioria do proletariado não entende corretamente os perigos do Estado *burguês*. De forma como encaram a questão, os sindicalistas, claro que involuntariamente, contribuem para a conciliação passiva dos operários com o estado capitalista. Quando os sindicalistas fazem soar nos ouvidos dos operários, oprimidos pelo Estado burguês, seus alertas sobre o perigo do estado proletário, cumprem um papel puramente reacionário. Os burgueses se precipitarão a repetir aos operários: ‘Não toquem no estado porque é uma armadilha muito perigosa para vocês’. Os comunistas dirão: ‘As dificuldades e os perigos com que o proletariado se enfrenta no dia seguinte à tomada do poder, aprenderemos a superá-los sobre a base da experiência, Mas no presente os perigos mais ameaçadores residem no fato de nosso inimigo de classe tenha as rédeas do poder em suas mãos e a maneje contra nós’. (...) Na sociedade contemporânea há somente duas classes capazes de ter o poder em suas mãos: burguesia e o proletariado. (1978. p. 45).

Embora entenda como necessária a tomada do poder pelo proletariado organizado, o autor considera que sua ditadura do proletariado sobre a burguesia não constitui *em si* uma fase de estabilidade e de garantia de vitória dos trabalhadores e trabalhadoras organizados e assim da construção do socialismo. Por ser transitória a ditadura do proletariado pode avançar para o socialismo ou retroceder para o domínio burguês.

Sim, deter o poder do estado também causa perigos ao regime de ditadura do proletariado, mas a essência desse perigo reside na possibilidade de que este poder volte às mãos da burguesia. O risco mais conhecido e obvio é a burocratização. Em que consiste? Se uma burocracia operária esclarecida pudesse levar a sociedade ao socialismo, ou seja, à liquidação do estado, nós reconciliaríamos com semelhante burocracia. Mas seu caráter é oposto: ao separa-se do proletariado, ao colocar-se acima deste, a burocracia cai sob a influência das classes pequeno-burguesas e pode assim facilitar o retorno do poder às mãos da burguesia. Em outras palavras: para os operários os perigos do estado sob a ditadura do proletariado não são, se se os analisa a fundo, mais do que o perigo da restauração do poder burguês. (p. 46).

Para Trotsky o central então seria a tomada do poder com controle da produção pelo proletariado “A tarefa do partido operário consistiria em tomar o poder em suas mãos, e imediatamente pôr em ordem a economia. Isso significa: organizar toda a economia nacional de acordo com um único plano racional, cujo objetivo não seja o benefício de um punhado de

exploradores, mas os interesses materiais e espirituais de uma população. (...). (p. 99). Colocado os elementos da teoria marxista para analisar o caráter do Estado e a necessidade histórica do proletariado de dissolvê-lo, passemos as formas de organização que viabilizariam sua tomada e extinção pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados.

PROLETARIADO E A PEQUENA BURGUESIA

O proletariado, para derrotar a burguesia precisará articular uma base de apoio. Necessita convencer outros grupos sociais a aderirem à estratégia e ao programa proletário. Desta forma, um partido que pretenda sustentar a estratégia marxista deve se colocar a tarefa de articular outros setores da sociedade para que apoiem a luta histórica do proletariado. Disso deriva a necessidade de elaborações teóricas que reflitam sobre a atuação da pequena burguesia na dinâmica da luta de classes.

Ainda que com estratégias distintas, tanto o PCB como o PT vão buscar articular, por meio de alianças com a classe média, uma base de apoio para sustentação das lutas proletárias. O PCB ao longo de sua trajetória também buscou organizar a classe média para apoiar as frações mais democráticas da sociedade. Foi assim, por exemplo, no caso do *tenentismo* e da coluna Prestes. O PCB pretendia que todo o proletariado apoiasse as demandas e as lutas desencadeadas pela pequena burguesia, mesmo que está se recusasse a lutar pela derrubada do Estado, contra o patronato e a burguesia.

O proletariado deveria lutar com os setores de classe média sem colocar em primeiro plano suas demandas históricas. Aqui também a atuação do proletariado é dividida em duas partes, primeiro luta-se por direitos democráticos. Depois, uma vez assegurado tais direitos é que o proletariado poderá lutar pela sua própria emancipação. Abandona-se o exemplo da revolução russa, em que o partido bolchevique entendia como inseparáveis a luta democrática da luta socialista. Conforme destaca Trotsky em *A revolução Permanente* (2007), apenas o proletariado, lutando por seu próprio programa, poderá conquistar direitos democráticos, como divisão do latifúndio, redução da jornada de trabalho e divisão das horas de trabalho para que todos possam trabalhar, assegurar recursos suficientes à saúde, habitação para atender toda a demanda. Garantir liberdade de organização, expressão, etc. Todas estas conquistas democráticas só são possíveis com o proletariado organizado com um programa independente das frações da burguesia. Mesmo as classes médias mais progressistas não podem levar a cabo as demandas históricas do proletariado.

Ou seja, o partido revolucionário não deve aceitar que o proletariado abra mão de suas demandas em favor de outras classes.

É certo que para que o proletariado faça prevalecer seus interesses históricos, ele necessita articular uma base social de apoio que neutralize as formas de reação das frações da burguesia. Porém, toda a base de apoio da classe trabalhadora deve assimilar seu programa histórico. Ou seja, o partido revolucionário, que organiza o proletariado, em nenhum momento pode abrir mão do combate à propriedade privada, combate ao patronato e a burguesia para consolidar alianças políticas mais facilmente.

A dissolução do Estado deve se dar por meio da mais coesa organização do proletariado e das classes que desejam segui-lo. Ainda que considere que o proletariado só pode confiar em suas próprias forças, para Marx e Engels, o proletariado necessitará aliar-se com outras frações de classe descontentes com a ordem social e econômica estabelecida pela burguesia. Nesse sentido, a atuação das classes médias também é analisada pelos autores do *Manifesto...* A classe média, por não ser uma classe fundamental do capitalismo, não possui um projeto político e social próprio, tende necessariamente a dividir-se. Centralmente, uma parte articulará apoio ao proletariado, esta fração assumirá para si o programa histórico do proletariado, tornara-se então revolucionária, outra parte pegará em armas em defesa da burguesia contra as mobilizações operárias. Segundo os autores:

As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, isto se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para colocar no do proletariado. (p. 49).

Sabendo que as frações da classe média e pequena burguesia, formadas por pequenos proprietários, oscilam em sua atuação política, e que a burguesia, grande proprietária de meios de produção, pretende manter os trabalhadores e trabalhadoras em condição de subalternização social e política, o proletariado deve confiar apenas em suas forças. Ou seja, mesmo buscando apoio em toda a sociedade, deve que organiza-se de forma independente, com programa próprio. O proletariado deve ser a cabeça da revolução. Para Marx n' *As lutas de classe na França* “A revolução só ganhará sua identidade no momento em que ganhará o seu nome original, próprio, e isso só pode fazê-lo no momento em que a classe revolucionária moderna, o proletariado industrial, surgir, dominante, no seu primeiro plano”. Não poderá se consolidar a realização das demandas históricas da classe trabalhadora se não houver centralidade do programa histórico do proletariado na direção do

processo revolucionário. Marx considera ainda que uma parte da pequena burguesia apoiará o processo revolucionário, mas buscarão impedir que as conquistas do proletariado continuem progredindo assim que a pequena burguesia estiver em posição vantajosa. Por isso a necessidade da independência política e programática do proletariado na luta contra a propriedade privada, o patronato, o Estado e a sociedade de classes. Esta análise é reafirmada em 1850 por Marx e Engels na *Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas* (uma Liga Revolucionária da os autores eram membros):

Ao passo que os pequeno-burgueses democratas querem pôr fim à revolução o mais depressa possível, realizando, quando muito, as exigências atrás referidas, o nosso interesse e a nossa tarefa são tornar permanente a revolução até que todas as classes mais ou menos possidentes estejam afastadas da dominação, até que o poder de Estado tenha sido conquistado pelo proletariado, que a associação dos proletários, não só num país, mas em todos os países dominantes do mundo inteiro, tenha avançado a tal ponto que tenha cessado a concorrência dos proletários nesses países e que, pelo menos, estejam concentradas nas mãos dos proletários as forças produtivas decisivas. Para nós não pode tratar-se da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento, não pode tratar-se de encobrir oposições de classes mas de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova.

O PAPEL DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NA DISSOLUÇÃO DO ESTADO

O PCB, mesmo em períodos de suspensão de seu registro, atuou ao longo de sua existência em parceira direta com governos e secretarias federais, estaduais e municipais. Todos seus militantes que eram eleitos a cargo de representação deveriam seguir a mesma orientação estratégica, que era apoiar sempre as frações mais progressistas da burguesia, nos governos, estados e prefeituras. Com isso, voltavam-se para administrar ao Estado e não para dissolvê-lo como propunha Marx e Engels desde a década de 1840. Marx e Engels n'*A ideologia alemã*, no *Manifesto do partido comunista*, mas também Marx na *Miséria da Filosofia* e n'*O 18 brumário de Luís Bonaparte*, colocam em dois patamares as definições classe social. Embora os dois níveis estejam inter-relacionadas, não constituem a mesma coisa.

Num primeiro nível, classe social é pensada, por Marx e Engels, em sua relação na divisão social do trabalho. Tomam então como ponto de análise a classe que possui meios de produção (terras, máquinas, tecnologias e habitações); a burguesia, detentora de meios de produção. Contrapõem-se a esta o proletariado, a classe, em relação à divisão social do trabalho, que não possui meios de produção e que justamente por isso se vê obrigada a vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção para satisfação de suas necessidades humanas vitais. Esta constitui a *classe em si*, como posição objetiva na estruturação social.

Porém para que o proletariado aja em busca da superação deste estado de coisas, da despossessão dos meios de produção e do controle de sua própria existência como ser natural, orgânico ele necessita organizar-se em um partido comunista. Um Partido com um programa coeso que tenha desde sua base a luta contra a burguesia, o patronato e o Estado burguês. Este partido, levantando o programa histórico do proletariado, teria como pressuposto de existência, trabalhar para que a *classe em si*, despossuída de meios de produção, organize-se em *classe para si*, contrapondo as classes dominantes, lutando pela dissolução do estado e abolição da propriedade privada.

Marx e Engels consideram que por si só, em cada local de trabalho, agindo de forma desarticulada, isolada os trabalhadores e trabalhadora não conseguiriam contrapor-se a sociedade capitalista de forma a superá-la e constituir uma nova sociedade. Para os autores, sempre que os trabalhadores e trabalhadoras se colocam em luta e enfrentam-se com a patronal e o Estado burguês, acabam chegando a conclusão de que é necessária uma organização que os unifique. Porém, “(...) A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa”. (...). (p. 48).

Trotsky na obra *A revolução traída* traz importante contribuição para a compreensão das formas de organização da classe trabalhadora. Retomando elementos já colocados por Engels na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2007), Trotsky também parte da perspectiva de que a classe trabalhadora não é homogênea. Ela porta em si variadas tendências sociais e políticas, e justamente por isso pode formar vários partidos políticos. Para Trotsky a perspectiva de atuação de sujeitos de uma classe não correspondem necessariamente a sua posição na sociedade de classes. Pode-se ter trabalhadores defendendo posições políticas, sociais e econômica próprias da pequena-burguesia, e mesmo das classes dominantes. O partido Comunista deve articular as demandas da classe proletária. Para o autor o dinamismo da constituição da consciência não pode ser excluído da história e dos interesses da ordem administrativa da sociedade e da totalidade social. Nas palavras do autor:

(...) na realidade, as classes são heterogêneas, dilaceradas por antagonismos internos e só alcançam os seus fins comuns pela luta das tendências, agrupamentos e partidos. É possível, com algumas restrições, concordar que um partido “é uma parte de uma classe”, mas como uma classe tem muitas partes – uma olhando para frente, outras para trás -, a mesma classe pode formar vários partidos. Pela mesma razão, um partido pode se apoiar em partes de diferentes classes. Não se encontrará em toda a história política um único partido que represente uma única classe a não ser que se tome um romance policial pela realidade. (...) Em sua estrutura social, o proletariado é a classe menos heterogênea da

sociedade capitalista. Ainda assim, a existência de camadas sociais, tais como a aristocracia operária e a burocracia, é suficiente para fazer surgir partidos oportunistas que se tornam, pelo curso natural das coisas, um dos meios de dominação burguesa. (p. 236).

Caberia então aos comunistas o papel de impulsionar as lutas revolucionárias e a organização do proletariado como classe na luta pelo socialismo. É por meio de tais lutas, na disposição de enfrentamento contra o patronato, a burguesia e o Estado burguês, que o proletariado faz suas experiências com diversas tendências, correntes, programas políticos e partidos, neste processo de experimentações vai conservando e descartando opções organizativas que não podem responder por completo suas necessidades imediatas e históricas. Frente as diversas correntes, tendências e partidos políticos, os comunistas devem agir como destacamento mais desenvolvido e avançado na luta de classes, de acordo com Marx e Engels no *Manifesto...* “Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário”. (p. 51). Esta fração mais resoluta deve lutar para construir bases sociais mais amplas para a construção de um partido revolucionário de massas, que organize em seu seio as frações mais resolutas do proletariado, como fez o Partido Bolchevique na Rússia em 1917. (TROTSKY, 2007).

Em todos os momentos, os comunistas devem atuar para organizar a classe trabalhadora em um sujeito político independente da classe dominante, em um partido comunista. Ainda, por meio do *Manifesto do partido comunista*, é possível compreendemos que o objetivo do Partido Comunista é a “constituição do proletariado como classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. (p. 51). Considerando ainda os diversos partidos que atuam em meio à classe trabalhadora, os revolucionários buscam ainda diferenciar o Partido Comunista revolucionário em relação aos partidos burgueses:

Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases de desenvolvimentos por que passa a luta entre os proletários e burgueses, representam, sempre em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto. (p. 51).

Segundo os autores, o Partido Comunista em nenhum momento “(...) se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre burguesia e proletariado, para que, na hora precisa, os operários (...) saibam converter em condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, para que logo após terem sido destruídas as classes reacionárias (...)”. (p. 69).

Os comunistas devem colocar-se como os mais comprometidos com a emancipação do proletariado em relação às classes dominantes, caberia a eles expor os nexos políticos, econômicos e sociais a dominação burguesa, organizar o proletariado como classe, prepará-los para a tomada do poder e para estabelecer a “ditadura revolucionária do proletariado” e assim para construir a luta pelo socialismo. Nas palavras dos autores “Os comunistas se recusam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que os seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista. Nela os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Tem um mundo a ganhar”. (p. 69).

Também Trotsky n’*O programa de transição*, retomando Marx e Engels afirma que para o revolucionário comunista trata-se de “Olhar a realidade de frente; não procurar a linha de menor resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade às massas, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser rigoroso nas pequenas como nas grandes coisas; ousar quando chegar a hora da ação: tais são as regras da IV Internacional”. (p. 65).

V. I Lênin em 1903, na brochura *O que fazer?* fundamentando-se na produção teórica e política de Marx e Engels, aprofundará a teoria do partido revolucionário. Considerando que o capitalismo é um sistema anárquico, que vive constantemente crises, guerras e revoluções, um dos elementos mais importantes do texto de Lênin é a necessidade da organização do partido revolucionário antes dos levantes proletários. O partido revolucionário deve preparar as fileiras do proletariado para serem vitoriosos nos períodos de ascenso das lutas proletárias. Nesta obra o autor destaca que o Partido Revolucionário marxista deve atuar em todas as lutas do proletariado, sempre defendendo o programa histórico dos trabalhadores. Não deve esperar que os trabalhadores se insurjam para começar a agir. Deve prepará-los para que insurjam com o programa correto, tomando como central a independência dos trabalhadores em relação a burguesia. Trata-se de tomar como norteador o princípio da independência de classe.

Lênin critica então o imediatismo, que busca organizar o proletariado apenas no momento imediato da luta econômica ou política. Para o revolucionário, os militantes marxistas revolucionários necessitam construir um partido revolucionário que organize os trabalhadores e militante permanentemente, tanto no ascenso como no descenso da luta proletária. Pautado na teoria revolucionária, o partido deve educar o proletariado na luta de classes cotidiana. Os revolucionários devem ir aos trabalhadores de todas as formas possíveis, buscando ligar sua luta cotidiana,

imediatas, as lutas gerais. Segundo o autor, os revolucionários devem “ir a toda as classes da população como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores”. (p. 148).

Os militantes revolucionários devem buscar o maior número de elementos possíveis para compreender como se dá a luta de classe em cada cidade, região e local de trabalho. Devem fazer circular as denúncias sobre o governo, o patronato, sobre as condições de trabalho, salário e opressão. Devem apoiar todas as lutas que irrompem no tecido social e político, mesmo as que parecem não ter chance de vencer. Os trabalhadores e trabalhadoras devem ser formados para reagir contra toda a forma de opressão no local de trabalho, e não apenas no período da data base, período em que negociam reajustes salariais. Estes elementos da luta de classes imediata e local devem ser articulados com os elementos da luta de classe nacional e internacional pelo partido revolucionário. No mesmo sentido argumenta Trotsky (1978) quando aponta que as lutas locais imediatas não podem, *em si*, dotar proletariado da perspectiva revolucionária socialista, desta forma cabe ao partido construir mediações entre as demandas históricas, considerando as atuais condições de opressão e dominação social, e as tarefas mais candentes que se colocam.

Corriqueiramente, sem a atuação dos revolucionários, os movimentos de enfrentamento espontâneo no local de trabalho acabam esgotando-se em questões econômicas e imediatas. Quando as classes dominantes se vêem obrigadas a ceder, em vista da organização dos trabalhadores, trabalhadoras, as lutas imediatas são resolvidas por concessões parciais, que logicamente não podem resolver as condições estruturais de subalternização da classe trabalhadora. Para Lênin, os revolucionários não podem ceder a tais pressões. Devem ter clareza que sua proposta não se limita simplesmente a valorização do preço da venda da força de trabalho, mas que tem como central a abolição da venda da força de trabalho. A atuação do revolucionário deve intercalar o programa mínimo ao programa máximo em um programa de transição. Lutar pelos reajustes salariais e melhores condições de trabalho, mas ao mesmo tempo em que organiza a luta anticapitalista, contra a burguesia, e o patronato e seu Estado. Deve deixar claro que a exploração continuará enquanto existir capitalismo. Sua luta deve ser organizada para romper com tal sistema de coisas. As demandas candentes do proletariado devem ser relacionadas às tarefas socialistas do presente. Como destaca Trotsky n’ *O programa de transição*, cabe ao partido revolucionário:

(..) ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de *reivindicações transitórias*, partindo das atuais condições e da consciência de amplas camadas da classe operária e conduzindo a apenas uma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado. (19-20).

Mantendo o fio de continuidade da produção e análise teórica de Marx, Engels e Lenin, Trotsky afirma que para o Partido Comunista revolucionário não se trata de “reformular o capitalismo, mas em derrubá-lo. Sua finalidade política é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. (p. 20). Para isso as lutas pontuais, as demandas imediatas do proletariado devem ser articuladas ao programa histórico do proletariado, ou seja, com as tarefas próprias da revolução. É exemplar a atuação de Lênin durante o processo revolucionário decorrido na Rússia em 1917, onde defendera a consigna “Pão, paz e terra”. Afirmava que nem o czar nem a burguesia poderia garantir o acesso do proletariado russo ao pão e acabar com a fome, pois ganhavam com a especulação e a alta de preços.

Também, nem o czar nem a burguesia poderiam parar a guerra, pois a primeira guerra mundial era uma guerra por mercados. Também não podia assegurar o acesso a terra, pois o czar, os grandes proprietários de terra e a burguesia estavam articulados para defender seus próprios interesses. Lênin com tal consigna sintetizava o programa histórico do proletariado, abarcando a defesa da independência da classe trabalhadora em relação às classes dominantes e a luta contra a propriedade privada dos meios de produção. Porém, da mesma maneira que Trotsky, Lenin defendia que estas consignas só poderiam ser conquistadas a partir da perspectiva socialista revolucionária, com a auto-organização do proletariado independente da burguesia e contra ela.

N’*O programa de transição*, entre as reivindicações imediatas Trotsky destaca que o partido revolucionário deve afincar-se na dialética da luta de classes, deve levantar consignas transitórias que permitam aos trabalhadores fazer experiências na luta de classes e superar os partidos e direções que pactuam com as classes dominantes.

Contraposto ao marxismo revolucionário, o stalinismo compreende o Estado burguês é como instituição fundamental para transição ao socialismo. Nesta estratégia, para os stalinistas, a tarefa dos revolucionários é lutar para chegar ao governo, busca-se ocupar os cargos do regime em coalizão política e programática com frações da burguesia mais progressista.

No Brasil, a confiança do PCB nas frações da burguesia, e em sua forma de governo, entendidas como progressiva, custou alto preço para o proletariado. Ao sustentar e difundir esperanças nos governantes e dirigentes políticos da burguesia, o PCB, enquanto educador coletivo acabou por educar politicamente a classe trabalhadora para seguir as frações da classe dominante e seus caudilhos, esta forma de atuação política e social contrapunha-se frontalmente ao aprofundamento da estratégia da independência de classe. Um dos momentos mais agudos que

expressou programaticamente e socialmente as debilidades da estratégia stalinista defendida pelo PCB foi durante o desencadeamento do golpe militar burguês.

O PCB defendeu com muita energia o governo João Goulart. Em meio às campanhas pela legalidade e pelas reformas de base, que eram entendidas como etapas para consolidar a revolução burguesa, a ante-sala da revolução socialista, o PCB colaborou diretamente com a construção do político pequeno burguês. Isso porque entendia Goulart como representação da fração mais progressista da sociedade brasileira. Assim, todo o proletariado deveria compor base de apoio para seu governo. O proletariado deveria seguir Goulart. Por conta do apoio direto a sua ascensão ao governo, o PCB transitava com certa facilidade por entre os meandros do governo João Goulart. Tanto para o PCB como para Goulart, o Estado burguês não era entendido imediatamente com uma instituição burguesa que deveria ser destruída para emancipação do proletariado. Antes disso, o Estado burguês era compreendido como agente fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas. As vitórias eleitorais para ocupar cargos no Estado burguês e no regime capitalista eram entendidas como conquistas diretas do proletariado. Cada vez que setores identificados como “democráticos” chegavam ao governo, o PCB entendia que consolidava-se mais uma vitória da classe trabalhadora.

Conforme veremos, frente ao golpe militar-burguês que se organizava contra o ascenso da classe trabalhadora, o PCB esperava por uma respostas advinda dos setores democráticos da sociedade. Esperava-se que este setor, articulado ao redor de João Goulart, impedisse que as frações mais atrasadas e reacionárias consolidassem qualquer tipo de golpe e impedisse a derrubada do governo. Conforme destaca Gorender (1987), que no período era dirigente do PCB e membro do comitê central, em reunião do Comitê Central realizada depois do golpe “(...) Confiávamos que o golpe seria derrotado, como os de 1955 e 1961. Mas, na reunião, entrando pela madrugada, percebi que os dirigentes dos órgãos intermediários do PCB nada fariam sem a iniciativa favorável de Mário Borges, o que agora devia ser descartado. (p. 13). O PCB desconsiderava que o ascenso da classe trabalhadora do campo e das cidades unificava todas as frações da burguesia contra o proletariado. Assim o golpe militar-burguês que se avizinhava abertamente consolidou-se praticamente sem resistência imediata.

CAPITULO II – O GOLPE MILITAR-BURGUÊS CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO

Embora tenhamos como foco a luta protagonizada pelo operariado fabril, cabe considerar que a luta desta fração da classe trabalhadora se dá em meio a uma série de lutas sociais que eclodem no Brasil. São desencadeados diversos enfrentamentos no campo e na cidade (desde as greves até as marchas contra carestia de vida), que compõem a totalidade social da luta de classes no período. Neste capítulo procuraremos então apontar elementos iniciais para compreender a partir do campo do marxismo os elementos que motivaram o golpe militar-burguês.

É comum que nos livros de história, ciências sociais etc. referir-se ao golpe simplesmente como um golpe militar. Porém é notório que os militares empunharam armas, desencadearam o golpe, porém o fizeram sob determinação e apoio da burguesia nacional e internacional. Adiantamos ainda que forma de saída da ditadura militar, que era o Estado burguês em módulo de guerra, foi pactuada entre setores da esquerda (PCB, PC do B, MR8, PT, MDB etc.) com setores da burguesia. Então, era muito mais conveniente aos setores de esquerda e direita da burguesia afirmar que o golpe fora desferido apenas pelos militares, e que as classes dominantes foram tão vítimas do golpe militar como qualquer outro grupo social e as frações da classe trabalhadora. Basta lembrarmos que o período do chamado “milagre econômico” pró-burguês foi um dos períodos de maior lucratividade para a burguesia. No entanto cabe destacar que tratava-se de *milagre pró-burguês e anti-operário*. Este milagre foi conseguido com arrocho salarial intensa repressão a sindicatos e militantes de esquerda. Com isso, em favor do empresariado, do patronato e da burguesia o milagre econômico não era nada milagroso para o proletariado, o “milagre” constituía-se como verdadeiras penitências para os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Poderia-se clarificar muito as relações da burguesia e do patronato com o golpe militar-burguês se fosse abertos os “arquivos da ditadura”, porém também neste aspecto, exército e burguesia estão unificados para ocultar seus crimes.

Na primeira metade da década de 1960 diversas frações do proletariado organizam-se para lutar por melhores condições de vida. Sobre o protagonismo das Ligas Camponesas, desencadeia-se importante luta contra a concentração de terras, latifúndios e a estrutura agrária. Nas forças armadas destacam-se setores rebelados do exército. Também o movimento operário vive um de seus períodos mais ativos. O ativismo destes setores sociais, delineando uma crise social, política e econômica, marcará um período pré-revolucionário que se abrirá no Brasil.

Durante a década de 1960 intensifica-se a crise econômica, legada pelo governo Juscelino Kubitschek (CARNEIRO, 2002). A inflação era crescente, a renda *per capita* declinava e a

arrecadação do governo era deficitária. Os salários tornam-se insuficientes para satisfazer as necessidades básicas das classes trabalhadoras, também as classes médias vêem seu padrão de vida declinar. A eclosão de greves é crescente, foram 154 em 1962 e mais 302 greves durante 1963 (GASPARI, p. 48, 2002). Também no campo ocorriam cada vez mais conflitos, eram péssimas as condições de trabalho e remuneração, as conquistas trabalhistas não eram estendidas ao campo.

A luta contra o latifúndio e os latifundiários, e conseqüentemente a reforma agrária estavam novamente na ordem do dia. Para controlar estes setores de descontentes, permanecia ainda o autoritarismo dos fazendeiros e coronelismo que articulavam-se aos governos locais, faziam multiplicar os conflitos entre trabalhadores e latifundiários, decorrendo inclusive o assassinato de lideranças rurais. O coronelismo assume sua face mais violenta e multiplica os aspectos de pequenas guerras civis contra os trabalhadores e trabalhadoras no campo. Em meio a tal processo, as classes dominantes encontravam-se em meio a uma crise política, uma vez que tanto o proletariado do campo como o das cidades não aceitavam mais viver sobre aquelas condições, sendo que para mudar sua condição intensificavam sua organização e agitação. Com tudo isso, abre-se no país um período de crise pré-revolucionária. Também neste período o PCB atuará como *educador coletivo*, buscando dirigir os levantes das Ligas Camponesas, do Exército e do movimento operário. Desta forma, cabe aqui algumas considerações sobre a atuação deste partido nestes processos.

LIGAS CAMPONESAS E O PCB

Já no início da década de 1950, parte significativa do *proletariado agrícola* se re-organiza por meio das Ligas Camponesas. Sendo que “Em fins dos anos 1950, as Ligas Camponesas contavam com 35 mil associados em Pernambuco e 70 mil em todo o Nordeste”. (SALLES & MATOS, 2007, p. 122). Quando nos referimos ao *proletariado agrícola*, estamos remetendo-nos as definições desenvolvidas por Lenin e Trotsky (nos *Estatutos da Internacional Comunista*, aprovado durante o Segundo Congresso da III internacional - julho de 1920). Este seria “composto de diaristas ou empregados de fazenda, arregimentados por ano, a termo ou por tarefa, e que ganham sua vida com seu trabalho assalariado nas diversas empresas capitalistas de economia rural e industrial”. No caso do Brasil, o proletariado agrícola, importante setor da classe trabalhadora, articulando-se por meio das Ligas Camponesas, organizava ocupações, marchas e enfrentava-se com as forças repressivas do Estado e da burguesia agrícola. Durante a primeira metade da década de 1960 as Ligas cresciam vertiginosamente. Conforme destacam Salles & Matos:

Já no segundo semestre de 1963, segundo registro em arquivos do Exército brasileiro, as Ligas Camponesas atingiam 18 dos 22 estados brasileiros existentes à época, com 218 Ligas no total concentradas sobretudo no Nordeste, mas também em estados importantes do centro sul, segundo os números que seguem: 64 ligas em Pernambuco, 15 na Paraíba, 12 no Maranhão, 10 no Ceará e 9 na Bahia, 15 em São Paulo, 14 no Rio de Janeiro, 12 em Goiás e 11 Espírito Santo. Em seu momento de auge, as Ligas afirmavam contar com 500 mil afiliados, e um número ainda maior de simpatizantes, que apenas não se filiavam ao movimento devido à perseguição criminosa exercida pelos latifundiários. (p. 122).

Além das Ligas Camponesas, também era crescente o número de sindicatos rurais organizados pelo proletariado agrícola, em números oficiais, os sindicatos rurais no país passaram “de 6 em 1961, para 60 em 1962 e 270 no início de 1963, saltando para 1300 justamente nas vésperas do golpe contra-revolucionário”. (SALLES & MATOS, 2007). A crise no campo, articulada à efervescência proletária nas cidades, fazem gestar uma crise de governabilidade. Nesse período intensifica-se a instabilidade política do país. Em 1961 tem-se a renúncia de Jânio Quadros, como conseqüência da renúncia, Leonel Brizola e o PTB empreendem no sul grande movimento pela legalidade, para que o vice de Jânio, João Goulart assumisse a presidência. Organiza-se em Porto Alegre o “Comitê de Resistência Democrática”, armas são distribuídas. Leonel Brizola chega a declarar que estava preparado para marchar com 90 mil homens armados contra Brasília e dissolver o Congresso, caso João Goulart fosse impedido de assumir o governo. Jango assume, mas a crise de poder persiste.

Em meio à crise política e econômica as Ligas intensificam sua organização e atuação. O PCB também atuará na organização dos camponeses, buscando sobretudo conduzir sua luta de forma pacífica e ordeira. Enquanto a direção majoritária das Ligas Camponesas queria reforma agrária imediata, “na lei ou na marra”. O PCB, como forma de contrapor-se às Ligas, atuará em conjunto com setores da Igreja Católica e em aliança com o Ministério do Trabalho. A entidade que foi criada pelo partido, para atingir esta finalidade, foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil- ULTAB. Já em 1963 o PCB cria a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG, esta tinha como objetivo central consolidar uma articulação dos camponeses com a suposta “burguesia democrática”, resolvendo as demandas dos camponeses por meio das “reformas de base” de João Goulart. Conforme explicam os autores:

Em seu V Congresso, em 1960, o PCB define que a luta anti-imperialista poderia levar alguns setores latifundiários a posições nacionalistas, o que exigiria uma frente única com estes setores, levando o partido a defender uma reforma agrária restrita às propriedades improdutivas ou pouco cultivadas e ainda assim mediante indenização, além do loteamento de terras aos pequenos agricultores, que deveriam pagá-las através de financiamento. A direção majoritária das Ligas, por outro lado, defende o enfrentamento direto contra o latifúndio, que passa a ser sintetizado em sua consigna de reforma agrária radical (“na lei ou na marra”). Enquanto o PCB defendia um arremedo de reforma agrária passível de ser

implementado no bojo das chamadas “reformas de base” de Jango, as Ligas defendiam a utilização de métodos de guerra civil no campo para impor o fim do latifúndio. (p. 123).

O problema central da atuação do PCB no processo de organização do proletariado agrícola é que acabou impondo que as Ligas Camponesas seguissem a pequena burguesia do campo e os “latifundiários nacionalistas”. Para se organizar com estes setores as Ligas deveriam abrir mão de sua luta pela reforma agrária efetiva que atenderia as demandas do proletariado agrícola, para aceitar uma caricatura de reforma agrária. Com tal forma de atuação, pautada nas determinações do PC russo, novamente o PCB distancia-se das formulações do marxismo revolucionário. Se nos pautamos pela orientação estratégica de Lênin e Trotsky, pautadas no Segundo Congresso da III internacional - julho de 1920, podemos vislumbrar que o partido brasileiro deveria ter atuado de forma que assegura-se ao movimento camponês a independência de classe, esse princípio é que deveria nortear as alianças que deveriam ser construídas. Um partido revolucionário marxista deveria empenhar-se para construir uma sólida aliança entre as Ligas Camponesas e o movimento operário em efervescência, unificando o proletariado do campo com o proletariado das cidades.

Segundo a tradição marxista revolucionária, a luta camponesa deve ser conduzida por um programa operário-camponês, que pressuponha a expropriação da burguesia no campo e nas cidades e autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras em todas as esferas produtivas. Também no caso do Brasil, o proletariado do campo deveria ter sido encarado com centralidade na luta contra o governo, o patronato do campo e a burguesia agrícola. Caberia ao partido revolucionário a tarefa de unificar a luta do campo à luta do proletariado urbano. Conforme já destacavam Lênin e Trotsky nos *Estatutos da Internacional Comunista*:

O proletariado não poderá jamais ser uma força revolucionária ativa, uma classe agindo no interesse do socialismo, se não se conduzir como a vanguarda do povo trabalhador explorado, se não se comportar como o chefe de guerra ao qual cabe a missão de conduzir o assalto contra os exploradores; mas esse assalto não terá sucesso se os camponeses não participarem da luta de classes, se a massa dos camponeses trabalhadores não se juntar ao Partido Comunista proletário das cidades (...).

Importante destacar que, seguindo importante fio de continuidade com as elaborações de Lenin no *Que fazer?* e Trotsky no *Balanço e perspectivas*, no mesmo documento acrescenta-se que o proletariado do campo deve ser organizado em separado aos interesses do patronato agrícola. Segundo o documento “A organização desse proletariado [deve se dar] em uma categoria distinta e independente dos outros grupos da população dos campos”.

Ou seja, assim como o proletariado urbano necessita se organizar em separado do patronato, desvinculando-se dos interesses das distintas frações da burguesia e do Estado, o proletariado do

campo também necessita manter sua independência política em relação aos interesses do patronato agrícola e a burguesia do campo. Conforme definição nos *Estatutos da Internacional Comunista*, “Os camponeses ricos são os empresários capitalistas da agricultura; eles cultivam habitualmente suas terras com o concurso dos trabalhadores assalariados (...). Esta camada da população rural é bastante numerosa e representa, ao mesmo tempo, o adversário mais inveterado do proletariado revolucionário”.

Ou seja, não cabe subordinar os interesses históricos do proletariado agrícola aos interesses das frações da burguesia agrária ou do patronato do campo. O aliado estratégico do proletariado do campo é o proletariado das cidades. Conforme definiam os *Estatutos...* “(...) o proletariado revolucionário das pequenas cidades deverá armar seus aliados rurais e organizar, em todas essas cidades, sovietes nos quais nenhum explorador será admitido e onde os proletários e semiproletários serão chamados a desempenhar o papel preponderante”.

Porém o PCB não se atentava para esta definição dos marxistas revolucionários. O partido brasileiro distanciou-se sobremaneira da tarefa que os Partidos Comunistas deveriam cumprir em relação à organização do proletariado agrícola. Para Lênin e Trotsky, sobretudo em períodos de ascensos das lutas camponesas, o partido revolucionário deve ser ativo na proposição de sua organização, deve contribuir ativamente para a criação de fóruns proletários democráticos que permitam desenvolver a organização política e de autodefesa dos trabalhadores e trabalhadoras agrícolas. Deve promover a formação de *sovietes agrícolas* (conselhos proletários). Estes conselhos agrícolas devem organizar e formular as principais demandas destes trabalhadores. Conforme definem nos *Estatutos...* “Os partidos comunistas devem fazer tudo o que depender deles para começar o mais cedo possível a organização dos sovietes no campo e, em primeiro lugar, dos sovietes que representarão os trabalhadores assalariados e semi-proletários”.

Também no caso do Brasil a organização de sovietes no campo, sobretudo naquele momento, não era uma consigna geral, uma vez que se vivia um dos processos mais importantes de ascenso das lutas no campo. O patronato e a burguesia do campo respondiam ao ascenso com brutal repressão. Desta forma, tornava-se estratégico a organização proletária independente, bem como a criação dos *sovietes rurais* para deliberar e criar formas de autodefesa proletária. Porém, organizando e conduzido à colaboração de classe o PCB, seguindo o referencial estratégico do stalinismo, subalterniza as demandas do proletariado do campo aos interesses da Igreja e do patronato agrícola, com isso o potencial de combatividade do proletariado do campo não foi canalizado para formas superiores de organização que tornasse possível a autodefesa dos

trabalhadores e trabalhadoras. Como não se fortaleceu a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, fortaleceram-se os setores patronais, coronelistas e latifundiários, que armaram-se para desencadear uma verdadeira guerra de guerrilha no campo para eliminar fisicamente os setores descontentes em crescente mobilização. A perseguição e repressão aos trabalhadores e trabalhadoras, ativistas e militantes camponeses foram intensas, como destacam Salles & Matos:

Evidentemente, tal desenvolvimento político não deixou de ser acompanhado e combatido pela classe dominante, tanto antes como depois do golpe de Estado. A repressão às Ligas e ao movimento dos trabalhadores do campo em geral foi brutal em todo o período, organizada tanto a partir das forças repressivas estatais como a partir dos bandos armados sustentados pelos proprietários. Além das prisões, perseguições e expulsão forçada com destruição de moradias camponesas, foram inúmeros os casos de assassinato de trabalhadores, incluindo a morte, entre abril de 1961 e janeiro de 1962, de dois principais líderes das Ligas em todo o Nordeste; Alfredo Nascimento e João Pedro Teixeira (da Liga de Sapé). Além disso, o assassinato de um jovem dirigente trotskista em Pernambuco²⁷ dá uma boa visão da eficácia do terror latifundiário contra os dirigentes do movimento camponês antes do golpe de 64. (p. 124).

O expressivo crescimento das Ligas e sua atividade permanente colocavam em risco a manutenção dos lucros do patronato agrícola, a propriedade privada em posse dos latifundiários, e assim a própria estrutura fundiária no Brasil. As ligas exerciam intensa pressão sobre os grandes proprietários, sobre os governos locais, estaduais e o patronato agrícola. Articulado o governo e as classes dominantes, sustentavam grupos paramilitares para combater o proletariado agrícola com métodos de guerra civil, como se dava no caso da região de Alagoas. Ou seja, o patronato e a burguesia do campo respondiam ao ascenso camponês com repressão armada, atentados e assassinatos de militantes. De acordo com Salles & Matos:

Em Alagoas comerciantes e latifundiários mobilizaram um exército particular de 10.000 homens sob supervisão do próprio secretário de Segurança, coronel João Mendonça, todos treinados para sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no estado, 22 contavam com pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustível cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. (...) A organização desse Exército clandestino, com *know-how* da CIA, custou cerca de Cr\$ 100 milhões. E em todo o Nordeste havia formações do mesmo tipo. Diariamente, o piloto de um avião particular fazia vôos de reconhecimento, ao longo das divisas do Estado de Alagoas, a estabelecer contato com grupos de guerrilheiros, organizados por outros latifundiários da região. (p. 126).

Tais elementos apontam a impossibilidade de uma aliança entre latifundiários, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais combativos. Por meio do desdobramento social da proposta organizativa do PCB, evidencia-se o desvio estratégico levado a cabo pelo stalinismo, bem como o

alto preço que tal desvio tem para o proletariado do campo e das cidades. O partido não teve como orientação organizar uma ampla base de apoio e solidariedade ao campesinato.

Além dos levantes do proletariado das cidades, também setores do exército estavam se organizando e se rebelando, estes deveriam ter sido organizados para atuar em conjunto com o proletariado do campo. Conforme destacam Salles e Matos, em meio á efervescência social, também nas Forças Armadas desenvolvia-se importante processo de organização:

A década de 50 e 60 foi marcada por um intenso processo de politização nas Forças Armadas, percorrendo desde o alto-mando até as bases e passando por toda a oficialidade ' um período marcado por um importante peso dos militares na vida política nacional: a tentativa de golpe militar contra Vargas em 1953, a “Novembrada” em 1954, o peso determinante de Lott na estabilidade do governo JK e a tentativa de golpe militar em 1961. As divisões entre as distintas frações burguesas e a polarização de classes atravessavam o Exército e as demais Armas, reunindo de um lado os setores que se ligavam ao trabalhismo e apoiavam o ascenso popular e de outro os setores mais diretamente pró-imperialistas e que se ligavam à UDN. A partir de 1961, as divisões que até então se expressavam predominantemente entre setores da oficialidade e do alto-mando, passaram a se expressar também com revoltas das bases contra o alto-mando e tendências à ligação dos soldados e sub-oficiais com o movimento operário e camponês. (p. 127).

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB, criada em 1962 para organizar as baixas patentes do exército, tinha acordo com as demandas das Ligas Camponesas por reforma agrária e queriam contribuir para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras. Os militares de baixa patente eram oriundos da classe trabalhadora, também sofriam intensa opressão nas Forças Armadas, comiam em cozinhas separadas, não podiam ouvir rádio, não podiam se casar, nem votar ou serem eleitos e seus salários não chegavam sequer um salário mínimo. (SALLES & MATOS, 2007, p. 128). Tratava-se então de buscar desenvolver e aprofundar os acordos programáticos entre os militares insurrectos e o proletariado do campo. Porém, a direção política mais influente no exército também era o PCB que era contrário a qualquer radicalização das lutas sociais, queriam que tanto os camponeses como os militares seguisse as alas janguistas e as frações da “burguesia democrática”. Amplos setores em luta deveriam ser contidos para seguir as determinações da base de João Goulart. De acordo com os autores:

A AMFNB evoluiu de mero sindicato assistencialista a um sindicato com elementos de auto-organização. A primeira direção da AMFNB foram os chamados “conciliadores”. A radicalização da entidade se acentuou em 63 quando os “combativos”, com base nos setores mais proletários da Marinha (navios e centros de distribuição), conquistaram a direção. Os “combativos” foram expressão e limite do que ocorria na base. Parte de seus principais dirigentes eram militantes do PCB ou influenciados por este partido. Ainda que mais combativa, esta direção também conciliava com os oficiais, defendia que os oficiais e os

²⁷ Os demais militantes trotskistas que atuavam na região foram presos em seguida – sob os governos de João Goulart e Miguel Arraes - em nome da Lei de Segurança Nacional.

marinheiros “recebessem cada um o seu”, ao mesmo tempo em que dava vazão ao desejo da base defendendo para a AMFNB um funcionamento similar aos exemplos históricos de democracia operária. (p. 128).

Toda a luta do PCB por disciplinar a rebeldia das baixas patentes do exército não conseguiu impedir que em 1963 eclodisse a “revolta dos sargentos”. Articulando-se com as altas patentes do exército o PCB ajudara a consolidar as bases para repressão à revolta. Porém a repressão a este movimento não conseguiu minar a organização dos rebelados. Apenas com o golpe militar-burguês, que procedeu uma “limpeza no exército”, é que se consegue calá-los definitivamente, como assassinatos, prisões e torturas.

Durante todo o período de organização e atuação das Ligas Camponesas e das baixas patentes do exército, tem-se em paralelo o ascenso do proletariado urbano. O intenso processo de industrialização do país contribuía em larga medida neste processo. Com a industrialização desenvolveu-se neste setor condições precárias de trabalho e superexploração. Os trabalhadores e trabalhadoras organizam-se contra as condições paupérrimas que lhe eram impostas, utilizando-se de suas tradicionais formas de luta: greves, piquetes e paralisações. Assim, “Entre 1961 e 1963, o processo dá um novo salto, quadruplicando o número de greves econômicas nos serviços e na indústria. Os grevistas chegam a 5,6 milhões, caracterizando o maior ascenso grevístico da história do país até aquele momento. (SALLES & MATOS, 2007, p. 135).

Buscando capitalizar o ascenso proletário, já em 1961, o PCB impulsiona a criação do Comando Geral de Greve. Em agosto de 1962, em conjunto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Neste mesmo ano os trabalhadores desencadeiam duas greves gerais, uma em julho e outra em setembro de 1962. A direção do PCB, munida de seus dirigentes políticos, sindicais e intelectuais, trabalhava intensamente para buscar fazer com que estas greves manifestassem apoio a João Goulart e a malfadada “burguesia progressista”.

(...) Aquelas duas greves de 1962, ao mesmo tempo em que representaram um pico na ação conjunta e organizada da classe a nível nacional, ocorreram como mobilizações controladas, organizadas pela burocracia do CGT para demonstrar seu apoio político a João Goulart e seus projetos. As direções, em primeiro lugar o PCB, faziam assim da classe operária o fiel da balança da correlação de forças entre as distintas frações das classes dominantes. (CEIB, p.136).

Por dentro e por fora dos organismos sindicais é crescente os levantes de trabalhadores e trabalhadoras. No ano seguinte, em 29 de outubro, eclode outra greve geral, sendo que esta tinge 700 mil trabalhadores, só terminando em 4 de novembro. A greve atinge 40 cidades do interior paulista, englobando 80 sindicatos de 11 categorias. (SALLES; MATOS, 2007). Em março de

1963, via Federação de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, desencadeia-se uma greve que envolve 220.000 trabalhadores, que durou três dias. (PRAUM, 2005). Porém o movimento operário, articulado por meio do CGT-PCB, vive os processos organizativos quase que isolado da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e das Ligas Camponesas.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) rapidamente passou a desempenhar importante papel aglutinador, mas o PCB, que dirigia esta organização, não despendeu esforços para unificá-la organicamente com outras organizações proletárias. Intencionava-se que toda a massa proletária, camponesa, operária e militar, seguisse a “burguesia progressista” representada por João Goulart, e foi neste sentido que trabalhou CGT-PCB. Como destacam Vito e Neto (1991) “Durante os 3 anos do governo João Goulart, o CGT manteve um relacionamento ambíguo com o Governo, se confundindo com a política populista de Jango. Dessa aliança vinha a crença de um poder que o Comando não tinha”. (VITO; NETO, 1991, p. 13). Conforme destaca Mazzeo (1999), a atuação do PCB em busca de solidificar uma aliança do proletariado com setores da burguesia, construindo mecanismos políticos e sindicais para que a burguesia nacional dirigisse a classe trabalhadora, impediu que o proletariado desenvolvesse um programa e uma atuação política independente das frações da burguesia que pudesse desarticular as classes dominantes. Segundo Mazzeo, o PCB

“(…) agindo de acordo com os direcionamentos de 1958-1960, praticando uma linha política moderada e institucionalizada, orientava-se no sentido da realização da “etapa democrático-burguesa” da sociedade brasileira objetivando o desenvolvimento de um capitalismo nacional e independente, como o primeiro momento da revolução brasileira. Desse modo, a linha implementada pelo PCB, de caráter democrático-reformista – que, em sua concepção, deveria estar sendo desenvolvida juntamente com outros segmentos sociais, e com frações da burguesia -, *objetivamente, obstaculizava qualquer tentativa de construção de espaços políticos populares que permitissem a desarticulação do pólo autocrático-burguês*, na medida em que, segundo essa visão, as tarefas democráticas deveriam estar sendo capitaneadas não pelo proletariado, mas pela burguesia “progressista”. (p. 140).

De acordo com o autor “No bojo da crise política que antecedeu o golpe de estado de 1964, o PCB desenvolvia a política de construção de uma frente nacionalista com a “burguesia nacional”. A determinação de seguir os setores janguistas e sua “burguesa nacional” impediu que se desenvolvesse um trabalho intenso para a unificação das principais lutas proletárias que se desenvolviam. Sem isso, não se constituiu uma sólida base programática pautada na independência de classe que pudesse ser assimilada amplamente pela classe trabalhadora. Assim, dificultava-se sobremaneira a possibilidade da unidade do proletariado em uma plataforma política própria que refletisse suas principais necessidades históricas.

E novamente, depois de constatada a ofensiva operária por meio de uma série de greves, o Estado, a burguesia e o patronato reagem, e reagem duramente em defesa dos seus lucros, da dominação de classes e da estabilidade do sistema capitalista brasileiro. Assim, o golpe militar-burguês que figurava como risco eminente concretizou-se, mas Jango optou pelo não resistir, e a partir do golpe de 1964 o processo de desenvolvimento da organização do movimento sindical e proletário foi interrompido, pois se abre uma intensa onda governamental repressiva, sendo que de 1964 até 1970 “o Ministério do Trabalho interveio mais de 760 vezes nos sindicatos, cassando dirigentes e impondo interventores” (BOTELHO, 2000, p. 70). O governo Ditatorial-burguês, em uma onda repressiva cassa direitos democrático-burgueses e afasta os operários combativos dos sindicatos. Estes são substituídos por sindicalistas pelegos²⁸ e interventores (como Joquinção) que colaboravam diretamente com o governo, o patronato e os ricos. Assim,

(...) os primeiros dois anos de instauração da ditadura (até 1966) foram de retrocesso agudo da luta de classes com intervenção nos sindicatos, perseguição e prisão de dirigentes, demonstrando que o alvo principal do golpe era a classe operária, como condição para que a burguesia pudesse impor seus planos econômicos que visavam incorporar de vez a economia nacional ao sistema capitalista mundial - o que se conheceu como “milagre econômico”. (CEIB, 2008, p. 13).

Embora seja comum referir-se ao Golpe de 1964 como um golpe militar, é sabido hoje que os militares não deram o golpe sozinhos, oposto a isso, sabemos que uma parte da burguesia brasileira e do patronato apoiou o golpe, como no caso da FIESP. Ainda, frente o ascenso de lutas protagonizadas pelas Ligas Camponesas e pelo proletariado rural, somado a atuação do movimento operário, do proletariado urbano, tem-se a divisão das frações da pequena burguesia. Uma parte da pequena burguesia apóia a organização proletária, enquanto outras frações articulam o apoio as classes dominantes. Uma expressão desta divisão foi o movimento “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março de 1964. O objetivo central desta marcha era demonstrar repúdio às reformas de base propostas pelo governo João Goulart e exigir controle sobre as mobilizações e jornadas de greves, piquetes, paralisações e enfrentamentos que eram desencadeados continuamente.

Ou seja, o golpe foi uma forma radical de manter a ordem de classe, dissolvendo sindicatos, partidos políticos e demais organizações proletárias que pressionavam as classes dominantes e seu governo em busca de transformações estruturais. Desta forma podemos dizer que a ditadura militar era também uma ditadura burguesa, tínhamos na verdade um *Estado burguês em módulo de guerra*

²⁸ Pelego é um pedaço de pele de carneiro que é utilizado entre a sela e o dorso dos animais de montaria. Os sindicalistas pelegos são aqueles que buscam impedir que sua base, os trabalhadores, entrem em conflito com o patronato.

contra o proletariado e suas instituições (partidos, sindicatos e correntes políticas). O golpe militar-burguês era ainda uma forma eficiente para cassar inclusive os setores reformistas que chegavam ao governo.

Uma vez consolidado o golpe, a burguesia utilizando-se do aparato repressivo de todas as Forças Armadas do Estado, poderia cassar partidos, sindicatos e correntes políticas, afastar e cassar parlamentares do Governo Federal, Estadual, Assembléias Legislativas, Ministérios, secretarias, prefeituras e Câmaras municipais. Por isso parece-nos mais preciso indicar tal evento como um golpe militar-burguês. Principalmente porque o golpe teve um destinatário certo: o proletariado brasileiro, a burguesia entendia que era preciso “frear o avanço organizativo-contestatório dos trabalhadores”. (SALLES; MATOS, 2007). Para conter o ascenso proletário advindo do campo e das cidades a burguesia adentra uma nova fase da dominação de classe pelas armas, o Estado burguês assume o módulo de guerra. Havia relações de troca de favores entre o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e as empresas montadoras de veículos do ABC, que fornecia veículos ao departamento em troca de sua atuação na região do ABC para coibir e dispersar ações grevistas. A colaboração ativa entre o patronato a burguesia e os militares também é destacada por Lisboa (2008), segundo o analista

Havia capitalistas interessados em manter o regime, com os meios necessários, para garantir a acumulação capitalista e o enfrentamento à queda da taxa de lucro. (...). Em 1969, no dia 11 de novembro, uma semana após a morte de Marighela, grandes empresários da Volkswagen, General Motors, Chrysler, Firestone, Philips, entre outros, enviavam seus representantes para se reunirem com o chefe do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no ABC paulista, comandado pelo major Vicente de Albuquerque, do IV Regimento de Infantaria do Exército. Esses representantes eram os chefes de segurança dessas indústrias e o objetivo dessa reunião era organizar o Grupo de Trabalho (depois chamado Centro Comunitário) que serviria de cobertura à colaboração entre as empresas privadas do ABC, o Dops e o Exército para mapear os operários que se rebelavam contra a exploração e os ativistas e militantes nas fábricas, entregando-os nas mãos da repressão. Além de repassar recursos, carros, equipamentos aos órgãos de repressão, como se conhece sobre o financiamento empresarial à Operação Bandeirantes (Oban), esses monopólios colocavam diretamente seus esquemas de segurança industrial sob as ordens dos militares e da polícia política para impedir a reorganização operária nas fábricas. (...). (p. 24-25).

O golpe militar-burguês visava fazer refluir o período pré-revolucionário que se abria no País desde o início da década de 1960. Em síntese, no caso do Brasil, os principais elementos constitutivos deste período pré-revolucionário seriam: a) a crise econômica, com explosão inflacionária e déficits na balança de pagamentos. b) organização e radicalização do campesinato, com a insígnia “reforma agrária na Lei ou na marra”. c) organização, radicalização dos trabalhadores em greves, políticas contra as políticas governamentais, bem como contra os “arrochos”, expressa pela deflagração de greves massivas deflagradas no período d) insubordinação,

organização e radicalização nas Forças Armadas, com tendência a unificação com operários e com os camponeses. (SALLES; MATOS, 2007).

Ou seja, o período pré-revolucionário não pode ser caracterizado apenas por conta do “povo na rua”, mas também considera-se uma série de elementos constitutivos colocados durante o final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960 (1955- 1964), as classes em condição de subalternização social, política e econômica questionam por meio de uma série de ações efetivas a dominação que lhes são impostas. Estes elementos se articulavam em uma totalidade concreta que colocava em risco a ordem burguesa propriamente dita (manutenção da propriedade privada, salariedade, governo etc.). Trotsky n’*O programa de transição* destaca que num período pré-revolucionário pode se identificar quando “A economia, o Estado, a política da burguesia estão profundamente afetadas pela crise social”. O autor acrescenta ainda que o partido revolucionário deve ser sujeito ativo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária propriamente dita.

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desmoralização da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de *reivindicações transitórias*, partindo das atuais condições e da consciência de amplas camadas da classe operária e conduzindo a apenas uma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado. (19-20).

Também, se tomamos as formulações de Lênin em 1915 em *A bancarrota da II Internacional*, entendemos que não se tratava ainda de um processo propriamente revolucionário, e que, portanto, necessitava-se de atuação intensa do partido revolucionário para desenvolvê-la e evitar que a situação pré-revolucionária refluísse para uma situação contra-revolucionária, com abertura de uma nova fase de repressão e dominação da burguesia e do patronato sobre os setores em mobilização. Sobretudo em uma situação pré-revolucionária o partido revolucionário necessita agitar, organizar e propagandear um programa de independência de classe, articulando os interesses das distintas frações do proletariado em separando dos interesses da burguesia e do patronato. Segundo a análise do autor

Para um marxista é indubitável que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária; ademais, não toda situação revolucionária desemboca em uma revolução. Quais são, em termos gerais, os sinais distintivos de uma situação revolucionária? Seguramente não cometeremos um erro se apontamos estes três sinais principais: 1) A impossibilidade para as classes dominantes de manter sua dominação sem mudanças; tal ou qual crise nas “alturas”, uma crise na política da classe dominante, que origina uma fissura

através da qual irrompe o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que a revolução ocorra, não costuma ser suficiente que “os de baixo não queiram”, mas é preciso que além disso “os de cima não possam” seguir vivendo como antes; 2) Uma agravação, superior à habitual, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas; 3) Uma intensificação considerável, pelas causas acima, da atividade das massas, que em “tempos de paz” se deixam espoliar tranquilamente, porém nessas épocas turbulentas são empurradas, tanto por toda a situação da crise, *como pelos próprios “de cima”*, a uma ação histórica independente.

É claro que o fato de ter-se uma situação pré-revolucionária no Brasil em 1964 não indica que esta se desenvolveria naturalmente para uma situação revolucionária caso não houvesse o golpe militar-burguês. No mesmo texto Lênin considera que o fato de existir uma situação revolucionária não significa que será feita uma revolução e que esta será vitoriosa. Segundo o autor “nem toda situação revolucionária origina uma revolução, mas somente a situação em que as mudanças objetivas enumeradas acima são acompanhadas por uma mudança subjetiva, a saber: a capacidade da *classe* revolucionária de levar a cabo ações revolucionárias de massas suficientemente *fortes* para romper (ou deslocar) o velho governo, o qual nunca, nem sequer num período de crise, “cairá” se não for derrubado. No texto “*O que é uma situação revolucionária?*”, publicado em 1931, Trotsky complementa a análise de Lênin acerca da caracterização do que seria uma situação revolucionária:

Para analisar uma situação, de um ponto de vista revolucionário, é necessário distinguir entre as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária e a situação revolucionária propriamente dita. As condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária se dão, em geral, quando as forças produtivas de um país estão em decadência; quando diminui sistematicamente o peso do país capitalista no mercado mundial e os recursos das classes também se reduzem sistematicamente; quando o desemprego já não é simplesmente a consequência de uma flutuação conjuntural, mas um mal social permanente com tendência a se elevar. Estas são as características da situação da Inglaterra; podemos dizer que ali se dão e se aprofundam diariamente as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária. Porém, não podemos esquecer que a situação revolucionária deve ser definida politicamente – não apenas sociologicamente –, e aqui entra o fator subjetivo, o qual não consiste somente no problema do partido do proletariado, mas que é uma questão de consciência de todas as classes, obviamente, fundamentalmente do proletariado e seu partido. A situação revolucionária somente existe quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes.

Embora existisse no Brasil daquele período intensa atividade contestatória, anseio por mudanças nas entidades representativas, pressão por mudança nas políticas econômicas e sociais que evoluíram para uma situação pré-revolucionária, estávamos em uma fase que a burguesia ainda lutava vorazmente para renovar seus mecanismos de dominação de classe. Por meio do golpe militar-burguês, a burguesia adiantou-se, convertendo o *Estado burguês em módulo de guerra*, impedindo que a situação pré-revolucionária evoluísse para uma situação revolucionária. Por meio

da exacerbação da *dominação por meio das armas*, impediu a criação de organismos de autodeterminação proletária (soviets) e o estabelecimento de embriões desta forma de duplo poder.

Ou seja, no caso do Brasil caberia a um partido marxista revolucionário ajudar desenvolver a organização da classe trabalhadora. A partir das contradições econômicas, políticas e sociais postas pelo ascenso proletário, tratava-se de constituir um programa que permitisse à organização crescente dos trabalhadores e trabalhadoras adentrar em um patamar superior de organização e atuação. Oposto á esta tarefa política, social e histórica, um partido oportunista, que sustente ilusões em frações da burguesia, tende a funcionar como principal freio no desenvolvimento da situação revolucionária. E foi justamente este papel que desempenhou o PCB, uma vez que levou o proletariado a distanciar-se sobremaneira da consolidação de um programa transitório. Evitou com isso a possibilidade do que Lênin chamava de transcrescimento da revolução democrática em revolução socialista.

Com a Ditadura Militar-burguesa instaurada configurou-se um período contra-revolucionário, com cassação das liberdades democráticas. Políticos, parlamentares, artistas, professores, militantes sindicais são presos, torturados e assassinados. Torna-se ampla e comum a intervenção e extinção de sindicatos, marcado por muitas prisões, morte de trabalhadores e sindicalistas. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi um dos sindicatos invadidos. Mas qual caminho deveria ter sido seguido para que o proletariado pudesse evitar esta derrota e o golpe militar burguês? De acordo com Salles e Matos, tratava-se de levantar um programa transitório, que permitisse aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades avançarem de um processo pré-revolucionário para um período propriamente revolucionário.

Frente à crise nacional aberta com a renúncia de Jânio Quadros, que incluiu certo vazio de poder causado pela incapacidade dos ministros militares de consolidar o golpe, estavam colocadas as condições e a necessidade de lutar por um governo provisório das organizações operárias (intersindicais combativas, CGG) e camponesas (Ligas Camponesas, Ultab) em luta. A luta por um governo deste tipo deveria estar ligada: 1) à luta pela formação de milícias de operários junto aos sindicatos, e de camponeses, junto às Ligas para resistir ao golpe, chamando operários e camponeses a se solidarizarem com as bases das Forças Armadas rebeladas e exigindo que todo militar ou direção burguesa que se colocava contra o golpe repartisse armas à população. 2) À luta por um programa operário independente que respondesse às demandas mais sentidas pelo movimento de massas numa perspectiva independente da burguesia (tanto do programa da UDN quanto das “reformas de base” janguistas), que tivesse como pontos centrais: a expropriação do latifúndio e repartição das terras entre os camponeses pobres, principalmente das terras mais produtivas, sob controle dos próprios camponeses, com crédito barato do Estado para financiar sua produção; o reajuste automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida, com um salário mínimo capaz de atender as necessidades básicas de uma família; e a estatização sem indenização e sob controle dos trabalhadores das grandes indústrias e empresas de serviços essenciais à população. 3) À luta por uma Assembléia Constituinte Revolucionária, sob as ruínas do regime então vigente, da qual participassem todas as

organizações operárias e camponesas, proporcionalmente ao peso social real que estas têm na sociedade, que ajudasse as massas a superar suas ilusões na democracia burguesa. 4) À luta para que se desenvolvessem conselhos (soviets) de operários, camponeses e soldados, com delegados eleitos com mandatos revogáveis por local de trabalho, para conformar um governo baseado na democracia direta das massas. (SALLES & MATOS, p. 162-163).

A ofensiva proletária só refluíu com uma intensa e duradoura reação contra-revolucionária levada a cabo pela burguesia, o patronato, setores das classes médias e do exército que serviram de base social, política e econômica para o golpe militar-burguês. Em 1964 o Governo Ditatorial intervém no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânica e de Material de São Paulo, que era então presidida por Affonso Delléris. Um dos principais objetivos de tal investida era localizar os nomes dos 1800 delegados sindicais acusados de serem simpatizantes ou ligados ao Partido Comunista. Estes trabalhadores foram presos, torturados, e ainda passaram a compor uma “lista negra” que os impedia de empregar-se novamente nas indústrias. Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997) – conhecido entre os metalúrgicos e sindicalistas como “Joaquinzão pelego” – é indicado como “facilitador” da intervenção, como recompensa teria tornado-se candidato único à presidência da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo em 1965. Joaquinção também era apoiado pelo PCB contra os sindicalistas de base.

Mas não parou por aí, além dos ataques as entidades sindicais, a burguesia em mais uma fase de aguda intolerância efetivada pelas armadas, criou e desenvolveu também uma série de ataques jurídicos aos direitos dos trabalhadores. Estes mecanismos faziam-se importantes para gerar um sobre-acumulo de mais valia e restituir os padrões de acumulação da burguesia e do patronato no país. Em 1967 o governo revoga a “Lei de estabilidade” prevista na CLT, substituindo-a pelo FGTS. A “Lei de estabilidade” assegurava estabilidade ao trabalhador empregado a mais de 10 anos em uma mesma empresa, este só poderia ser demitido em caso de “falta grave”. Estes trabalhadores normalmente recebiam salários maiores por conta dos anos de trabalho. Então em momentos de cortes de pessoal por conta de variações de vendas, etc., o patronato ficava impedido de demitir estes trabalhadores “mais caros” para o patronato. Com a Lei do FGTS institui-se a legalidade da demissão destes trabalhadores, porém seria necessário pagar-lhe uma indenização (que é constituída mediante pagamento obrigatório feito pelo trabalhador e pelo empregador mensalmente). Com isso o patronato fica ainda mais livre para substituí-los por mão-de-obra mais barata, aumentando assim ainda mais a lucratividade das empresas. Além disso, estes trabalhadores eram também portadores de uma série de experiências de lutas e resistências decorridas em períodos anteriores (como destaca LEITE, 2009). Com a revogação desta Lei, o patronato ficou desimpedido para executar uma série

de outras demissões, diminuir os custos com mão-de-obra e atuar de forma a dificultar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Desencadeado o golpe nem mesmo o PCB, que fazia esforços imensos para colaborar com frações da burguesia nacional escapou à repressão. O partido inicia um processo de autocrítica, parte de seus militantes buscam avaliar os erros e equívocos do passado, estes erros foram ponderados para que servissem como aprendizado político. Porém, ainda assim, o partido não revê sua estratégia, ou seja, o partido não abre mão da perspectiva stalinista. Frente ao aparato militar instituído como Governo, o PC opta por uma via “pacifista” perante o Regime e de colaboração com frações da burguesia. Isso porque ainda entendiam que a luta dos revolucionários deveria se dar em duas etapas a primeira antimperialista e antilatifundiária, que seria dirigida organizada pela burguesia nacional e posteriormente, uma abrir-se-ia uma segunda fase de luta pelo socialismo. Conforme aponta Mazzeo (1999)

As resoluções do VI Congresso situam o golpe de estado no contexto da contraposição que se estabelece entre o grupo “entreguista” e o grupo nacionalista e, desta forma, conclamam a burguesia “nacional” a formar uma frente antimperialista e antilatifundiária, ou seja, dentro do mesmo quadro de alianças políticas que vinha se realizando. Portanto, nessa análise, é mantida a idéia de que a contradição fundamental – da etapa nacional e democrática da revolução brasileira localizava-se nas forças produtivas nacionais, que buscavam novas formas de desenvolvimento e progresso, e nos obstáculos que a estrutura da economia do país lhe impunha, sendo que as forças sociais que defendiam a conservação dessa estrutura eram o imperialismo e os latifundiários – isto é, o imperialismo e o latifúndio constituíram-se num entrave ao desenvolvimento econômico e à democracia. No entrando as Resoluções acabam reconhecendo certo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas que ocorria em “setores restritos”. (...). (p. 134).

O PCB mantendo-se distante do marxismo revolucionário, na contramão da organização proletária combativa classista, toma como orientação a atuação diluída no MDB. Os militantes pecebistas deveriam construir suas formas de atuação social e política em acordo com as frações mais progressistas da burguesia do MDB, conhecidos como “autênticos do MDB. Tinha que conduzir então as lutas dentro da legalidade ditatorial-burguesa em articulação com os sindicalistas (pelegos) apoiando diretamente e construindo a conciliação de classe. Como forma organizativa do proletariado brasileiro “O PCB colocava a necessidade de uma frente democrática antiimperialista e propunha um acordo com todos os setores antiditatoriais sem nenhum viés de classe. O plano político se reduzia à luta parlamentar e o respaldo ao MDB (...). Por sua vez, no movimento operário, levantava uma política conciliadora com a burocracia pelega, que se expressava em sua integração aos sindicatos como parte da intervenção”. (CEB, 2008, p. 42). O PCB segue orientação contrária a tradição revolucionária, sua política de colaboração com setores da burguesia e dos

sindicalistas pelegos minam qualquer possibilidade do proletariado organizar-se com uma política independente da burguesia e do patronato.

O pacifismo adotado pelo PCB em relação à nova ordem social, política e econômica imposta pelo Estado burguês-militarizado, leva-o a fragmentar-se em uma série de dissidências, que embora rompessem com o pacifismo proposto pelo partido, conservaram os elementos centrais do stalinismo e da conciliação com setores da burguesia. Estes grupos dissidentes não rompem com a estratégia stalinista de revolução em etapas, primeiramente vinha a revolução burguesa, depois a proletária. (MAZZEO, 1998: GORENDER, 1987, BIANCHI, 2001: SALLES & MATOS, 2007). Mesmo frente à ditadura militar-burguesa, estes grupos organizavam-se para melhorar a sociedade burguesa, porém agora para efetivar esta primeira etapa democrática era necessário “pegar em armas”. Assim, estes grupos discentes marchavam para o “reformismo armado” (SALLES & MATOS, 2007).. Entre as principais correntes formadas a partir da fragmentação do partido, pós-golpe militar, necessita-se destacar:

Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), Ala Vermelha (AV), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). De acordo com Gorender (1986) e Mazzeo (1998), embora rompam com o PCB, estas dissidências não rompem com a estratégia da revolução por etapas, nem com a busca de realização de alianças com a burguesia nacional. Ou seja, enquanto parte da esquerda organiza-se a partir do movimento operário para construir greves, piquetes e ocupações, como forma de unificar a classe operária contra a ditadura, outros setores, oriundo de rachas do PCB e PC do B organizam grupos de guerrilha urbana, na sua maioria lutando ainda por uma revolução democrática-burguesa em etapas, na tentativa de substituir a ditadura militar-burguesa, por uma democracia burguesa, buscando organizar a burguesia progressista, que deveria ser sustentada pelo proletariado e pelos camponeses. Tal estratégia, focada nas determinações do congresso de 1925 e 1928, revolução por etapas, socialismo num só país, caracterizava os grupos guerrilheiros brasileiros como uma espécie de reformismo armado. (SALLES; MATOS, 2007).

A estratégia foquista constitui uma cisão com a estratégia revolucionária desenvolvida por Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Os foquistas não buscaram organizar o proletariado a partir do princípio da independência política e programática do proletariado em relação aos interesses de todas as frações da burguesia e do patronato, nem mesmo se colocaram a tarefa de organizar um partido revolucionário proletário de massas. Não se tentou sequer armar os operários insurgentes,

como no caso do ABC. Tal estratégia pressupunha ainda um vanguardismo extremado, uma espécie de radicalismo isolacionista conduzido por pequenos grupos, ao invés de buscar reorganizar um partido revolucionário com base nos trabalhadores e na população empobrecida que mais sofriam com a situação econômica e social. Sob dura perseguição ditatorial a maioria dos grupos guerrilheiros deixaram de existir até 1973. Posteriormente, parte de seus dissidentes iriam compor o Partido dos Trabalhadores (PT), PMDB, CUT, CGT etc. (GORENDER, 1987: BERBEL, 1991: MAZZEO, 1998).

Mas, mesmo com a opção vanguardista e isolacionista de determinados grupos, e com a cassação de centenas de lideranças sindicais, os trabalhadores conseguem se recompor e auto-organizar-se em resposta a primeira fase de repressão e perseguição 1964-1966.

Já no segundo semestre de 1966 começa um lento movimento de resistência nas fábricas, expressando um processo de reorganização do movimento operário contra o arrocho salarial, a inflação, o custo de vida e as pressões patronais para impor níveis de produção mais elevados. Ainda que com métodos defensivos e semiclandestinos - sabotagens e operações tartarugas -, os operários se rebelavam contra a opressão e exploração. Iniciava-se um processo de militância operária que daria lugar ao surgimento das comissões de fábrica e da auto-organização antiburocrática, contra as direções pelegas colaboracionistas. (CEIB, 2008.p. 13).

Estas comissões de fábrica serão a principal base de apoio dos novos ascensos que decorrerão de 1966 em diante. É em meio a tal processo reorganizativo que, entre 1966/1967, os trabalhadores e trabalhadoras constroem a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, agregando desde a ala de esquerda da igreja, passando por militantes “independentes” sem filiação partidária e ideológica clara e coesa, e militantes de correntes que reivindicavam elementos do trotskismo.

Este misto de ideologias que compunham a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo articula-se principalmente em torno da luta pela liberdade sindical e contra o sindicalismo pelego subalterno ao governo, expresso nas práticas políticas da Federação Estadual dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Paulo, presidida por Joaquinão, e apoiadas pelo PCB e PDT. A reorganização do movimento operário, expresso pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo estava nucleado em torno das comissões de fábrica e auto-organização nos locais de trabalho. Os trabalhadores que constituíam a Oposição serão os principais articuladores das greves de Osasco-SP e Contagem-MG.

Em 16 de abril de 1968 é deflagrada uma importante greve com ocupação da fábrica pelos trabalhadores da metalúrgica Belgo Mineira na cidade de Contagem, esta, desencadeada por fora da direção sindical, também foi fruto direto da auto-organização no local de trabalho. Mesmo com toda repressão ao movimento operário e a classe trabalhadora, a ditadura militar-burguesa não conseguia

extinguir a organização proletária nos diversos locais de trabalho. A Oposição Sindical disputou e venceu a chapa pelega nas eleições para a direção do sindicato de Osasco em 1967 (VITO; NETO). Em abril de 1968, em Minas Gerais, na cidade de Contagem, é deflagrada uma grande greve envolvendo milhares de grevistas que estende-se de 16 a 24 de abril.

A greve começou na Companhia Belgo-Mineira e envolveu 1.200 operários; foram se somando a Manesmann, a Belgo-Mineira (de João Monlevade), a Acesita (de Timóteo), até chegar a abarcar no total 16.000 operários. Foi um processo que surgiu das fábricas, e até a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos que estava entre as mais ativas de Minas Gerais foi apanhada de surpresa. As fábricas eram ocupadas pelos operários, que passavam a assumir as tarefas de direção, desde os refeitórios até os postos de vigilância. Os operários formavam comissões para negociar com os patrões, para cuidar dos portões das fábricas, enfim, para dirigir a fábrica sob seu poder. Nos pátios faziam assembléias massivas. (CEIB, 2008.p. 38).

O processo grevista na cidade de Contagem tornou-se rapidamente o centro irradiador do enfrentamento contra o patronato e o Estado burguês-militarizado. Quatro meses depois das mobilizações massivas do operariado em Contagem, em agosto de 1968, milhares de metalúrgicos de Osasco deflagram outra greve que começou a espalhar-se para outros setores, esta também foi considerada ilegal sendo arrasada pela Ditadura (VITO; NETO, 1991: ERICKSON, 1979). As mobilizações no Brasil desenvolvem-se em paralelo com outros levantes internacionais. Na França em 1968 decorria as ações radicais de operário e estudantes, que ficou conhecida como “o maio Francês”, além da “Primavera de Praga”, o “outono quente” na Itália, também desencadeavam-se insurgências na Argentina e na Líbia em 1968.

Frente a nova conjuntura aberta, o governo militar-burguês move seu aparato repressivo para conter as mobilizações proletárias no Brasil. Além de reprimir duramente os levantes grevistas, para minar as possibilidades de generalização da luta proletária, o general-presidente Costa e Silva anunciou a extensão do abono salarial de 10% para todos os trabalhadores brasileiros. Porém, mesmo com a tentativa de neutralização da crise aberta em 1968 pelos grevistas, opondo-se frontalmente as determinações do Regime, as greves de Osasco e Contagem tornaram-se “dois símbolos de luta contra a ditadura em 1968, e mesmo que derrotados marcaram um real processo de ruptura do proletariado com as velhas direções e aparatos (PC, varguismo, sindicalismo oficial), apontando para a auto-organização e o classismo. (CEIB, 2008. p. 41).

Além da atuação dos militantes e ativistas, nestes locais eram desenvolvidos trabalhos clandestinos por correntes políticas, entre elas encontramos a *Ação Popular (AP)*, a *Corrente Revolucionária* e o *Comando de Libertação Nacional (COLINA)*, estas correntes políticas articulavam-se com os trabalhadores mais combativos nos locais de trabalho, muitos destes haviam

vivido as experiências de greves, piquetes e ocupações no período anterior ao golpe. (SANTANA, 2001; GORENDER, 1987; IBRAHIM, 1986). Conforme destaca Santana

Para os operários, o ano [de 1968] começa *quente*. No dia 16 de abril de 1968, em um contexto de muitas demissões, falências de empresas e atrasos no pagamento de salários, os operários da siderúrgica Belgo Mineira, situada em Contagem, Minas Gerais, paralisaram suas atividades e se concentram na sede do sindicato. Aparentemente, a ação grevista, que reivindicava um reajuste salarial acima do teto de 17% proposto pelo governo, teria se dado para além do sindicato, não recebendo seu apoio. Porém, pode-se perceber claramente o trabalho “clandestino” dos grupos de esquerda, principalmente da Ação Popular (AP), da Corrente Revolucionária e do Comando de Libertação Nacional (COLINA). A Chapa identificada com tais setores ganhou as eleições sindicais em meados de 1967; mas, alguns nomes, entre eles o cabeça da chapa Enio Seabra, foram vetados pelo Ministério do Trabalho. Ainda assim, essas organizações continuaram influenciando as atividades do sindicato e começaram um intenso trabalho de agitação nas fábricas. (p. 164).

Estes enfrentamentos nos locais de trabalho, articulação por meio de comissões de fábrica, têm como ponto de partida os reajustes salariais. A greve salarial, *em si*, tende a não pautar como objetivo central o enfrentamento com o Estado. Porém como o arrocho dos salários constituía o principal sustentáculo da nova ordem social e política, sempre que o proletariado contrapunha sua proposta às propostas do patronato e do governo militar-burguês, acabava por desafiar a ordem. Dessa forma, o Estado militar-burguês tomava como central sufocar de imediato qualquer forma de intransigência proletária. Ainda assim, as mobilizações continuaram ocorrendo, organizada centralmente pelos militantes de base, nos diversos locais de trabalho. Conforme aponta Ibrahim (1986)

A retomada da luta sindical ocorreu em torno da resistência à política de arrocho salarial imposta pela ditadura, a luta contra o Fundo de Garantia e pela estabilidade (no emprego), pelo direito de greve e contra os interventores no sindicato. A responsabilidade dessa luta recaiu fundamentalmente sobre os militantes de base, aqueles ativistas que formavam a periferia das direções sindicais, aqueles que vivenciaram a experiência das assembleias sindicais, das greves e dos piquetes. Esses setores mais combativos e conscientes começaram a se aglutinar para a luta, mas ao mesmo tempo passaram por um processo de reflexão sobre a prática sindical anterior (...). Desse processo nasceram as primeiras oposições sindicais (...) que não se colocavam apenas como uma alternativa às direções pelegas ou aos interventores, mas como agentes de uma nova prática sindical, que teria como eixo central o rompimento com a estrutura sindical oficial, mediante a organização pela base e as comissões de fábrica.

É claro que este processo de reorganização, pelas condições impostas no regime militar, não pôde de início atingir proporções massivas, desenvolviam-se de forma intestina. Mas, mesmo com tais restrições, acaba avançando em diversos setores e categorias. Os partidos e tendências políticas vão buscar capitalizar as conquistas organizativas destes movimentos, para isso era necessário criar novas instituições políticas que os articulasse. Já no final de 1967, sob influência direta do PCB, foi fundado o MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho), que conseguiu articular uma série de

sindicatos paulistas, tal como sindicatos de Guarulhos, Osasco e Campinas. O MIA foi mantido em 1968, ano em que é criado, em Belo Horizonte, o CIA (Comitê Intersindical Antiarrocho).

Em paralelo a reorganização do proletariado, também neste ano avança a reorganização do movimento estudantil brasileiro, que por sua vez também recebia influência não apenas do proletariado brasileiro, mas também da articulação que acontecia entre o operariado e os estudantes no Maio Francês de 1968. No Brasil os estudantes buscam lutar contra a ditadura levantando consigna “Abaixo a ditadura”. O governo e as classes dominantes buscaram silenciar a organização e manifestações. Busca-se reprimir e desbastar rapidamente os focos agitadores, tanto do movimento operário como do movimento estudantil, pois ambos eram entendidos como inimigos do novo regime. Conforme desta Rezende (1966) “Os movimentos grevistas e estudantis foram encarados como clandestinos e ilegais por colocarem em questão a ordem estabelecida pelo movimento de 1964. A imprensa publicou o pavor que alguns setores dominantes apresentavam ante a possibilidade de expansão do movimento grevista para vários estados da Federação”. (p. 24). Ainda neste ano é organizada a “marcha dos cem mil”. Colocava-se como eminente o risco das lutas contra o regime generalizarem-se pelo país.

Avaliando que havia então o início de um processo que poderia redundar em um novo ascenso de lutas, o Estado burguês-militarizado vai buscar fazê-lo refluir. Em dezembro de 1968 o governo decreta o Ato Institucional nº5 - AI-5. Frente ao novo período de reorganização do proletariado mundial e dos elementos objetivos da reorganização proletária no Brasil, o Estado burguês-ditatorial intensifica a repressão e perseguição à classe trabalhadora e suas entidades históricas. O AI-5 será base importante para a sustentação do “milagre econômico” pró-burguês. Este Ato Institucional será o respaldo político-jurídico que permitiria ao Estado utilizar-se da repressão para assegurar alta produção, articulada aos baixos salários e repressão nos locais de trabalho, perseguição aos sindicatos, correntes políticas de esquerda e aos partidos proletários. O AI-5 significava que o governo estava disposto a tudo para salvaguardar os interesses da burguesia e do patronato.

A partir do Ato Institucional nº5 - AI-5 intensifica-se a perseguição as entidades e organizações dos trabalhadores procurando amordaçar a classe operária em prol do enriquecimento das classes dominantes, contando para isso, novamente, com a colaboração do sindicalismo pelego. Mas os operários não desistem de lutar contra a ditadura e o regime de trabalho despótico, com cuidado redobrado, em movimentos clandestinos os trabalhadores continuam tentando organizar-se.

A partir de então se fortalece também a organização dos operários no chão das fábricas, através de grupos clandestinos, foram criados comitês em várias fábricas como forma de driblar os sindicatos “pelegos” e o forte esquema repressivo dos patrões e do Estado, com isso tem-se uma nova fase do sindicalismo que se constituía pela base, independente dos interesses do patronato, governo e dos sindicalistas pelegos pró-patronal e pró-governo. (ANTUNES, 1992; ERICKSON, 1979; MARONI, 1982; SADER, 1991; SALLES; MATOS, 2007; VITO & NETO, 1991). Por meio das comissões de fábrica avança-se no processo de construção da classe operária brasileira em pleno calor do enfretamento com a dura repressão pelo Estado Ditatorial. Os operários se organizam em uma forma de sindicalismo independente, paralelamente ao sindicalismo pelego controlado pelo Estado e ainda, sob o aparelho repressor do governo ditatorial. Em 1969, operários da Volkswagen, em ato de protesto pediram demissão coletivamente. “Seu ato acabou por obter vitória nas reivindicações. Diante do fato, a empresa recuou e cedeu às demandas concedendo aumento salarial sem pedir consentimento à ditadura. (SANTANA, 2001, p.174).

Nem todas as correntes políticas e partidárias apoiavam o novo processo de luta que se abria em 1968. No campo sindical, o PCB, ou pelo menos o que sobrou dele, como já havia decidido no VI Congresso em 1967, seguindo o caminho da “via pacífica para o socialismo”, a “revolução por etapas”, articulação do proletariado com a “burguesia democrática” e o “socialismo num só país”, vai orientar sua militância para atuarem nas fábricas, sindicatos, nos movimentos e demais locais de trabalho, respeitando a ordem ditatorial-burguesa. Suas reivindicações limitavam-se a revisão da política do arrocho salarial. Ou seja, o partido não atuará nos sindicatos e nas fábricas com um programa socialista, ou mesmo segundo uma perspectiva de contestação aberta contra o Regime. De forma moderada, o partido buscava organizar as lutas reivindicatórias dentro da legalidade, e sem afrontar o patronato, o Estado e a burguesia (SANTANA, 2000, p. 160).

O PCB não buscará então organizar o proletariado brasileiro para a derrubada da ordem. Porém, ainda assim, mesmo após o AI 5, a reorganização dos trabalhadores não é dissipada, a resistência manteve-se e ainda continuou a expandir-se. Conforme destaca Antunes (1981): “Após a repressão desencadeada sobre o movimento operário pelo golpe militar de 1964, destruindo seus organismos sindicais e o desenlace da experiência das Comissões de Fábrica de Osasco, em 1968, também alvo de intensa repressão, a classe operária viveu um período de intensa resistência (...)”.

A resistência proletária contribuirá em larga medida para gerar uma crise política e de legitimidade no Regime ditatorial-burguês. Esta crise política soma-se à crise econômica mundial iniciada na década de 1970. Segundo Corsi, esta era uma crise econômica mundial de grandes

proporções, sendo que a “nítida tendência ao declínio da economia pode ser observada pela comparação do PNB dos sete países mais ricos do mundo. Entre 1960 e 1973 o PNB dos sete países mais ricos do mundo cresceu em média 4,8%. Entre 1973 e 1979, 2,8%. De 1979 a 1990, 2,25” (CORSI, 2003, pg18). A crise econômica mundial tem impactos diretos no modelo de desenvolvimento aplicado no Brasil, “A repercussão da crise econômica internacional - crise do petróleo - e a crise política aberta com a derrota dos EUA no Vietnã minam as condições econômicas e políticas que sustentavam o “milagre econômico”. (CEIB, 2008. p. 17).

O “milagre econômico” (1968-1973) *pró-burguês* dependia diretamente de aportes econômicos do imperialismo internacional, de acordo com Carneiro (2002) esta etapa do desenvolvimento econômico brasileiro dependia de grande montante de recursos externos para sustentar-se, por outro lado era sustentado também pela produção de bens de consumo duráveis. Outro elemento indispensável ao “milagre econômico” *pró-burguês* era a superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Sobretudo nos setores produtores de bens de consumo duráveis, tal como o ABC paulista. Os ritmos de trabalho eram extenuantes, as condições precárias, os salários arrochados, o período foi marcado pelo crescente empobrecimento dos assalariados que só podia ser mantido sobre férrea repressão. O que para a burguesia e para o patronato era um “milagre econômico” para as classes trabalhadoras era uma verdadeira “penitencia”. O Estado *burguês-militarizado* era a forma de fazer com que o proletariado continuasse a sustentar o *milagre pró-burguês e anti-operário*.

Porém a mudança da conjuntura internacional e a intensificação da luta de classes no país sustentarão novas distensões no tecido social. A crise política, econômica e social aprofunda-se durante a primeira metade desta década, com isso o governo *burguês militarizado* começa a perder parte de sua base de apoio. Setores da classe média começam a se descolar da base de apoio do *Estado burguês militarizado*, com isso o governo começa a desenvolver autoreformas:

Alta inflação, arrocho salarial, queda das taxas de crescimento e diminuição do nível de vida das classes médias fomentam o descontentamento e a ruptura destas com o regime militar. As classes médias urbanas se organizavam contra a carestia de vida e pela liberdade dos presos e os camponeses retomam a luta pela terra. O governo Geisel (1974) propunha a perspectiva de uma “abertura lenta, gradual e segura” que desviasse o descontentamento para uma saída política de “distensão”, pactuada entre as oposições burguesas e as direções conciliadoras. Um verdadeiro pacto de transição da burguesia e dos militares que buscou, através de uma maior participação no jogo eleitoral e um novo sistema de partidos, recriar ilusões democráticas e reconstruir seu apoio social. (CEIB, 2008, p.17).

Trotsky (1978) aponta que em períodos de hegemonia burguesa, atrelada a burguesia, as classes médias conseguem beneficiar-se da ordem. Porém, o despontar das crises econômicas tende

a arruinar e fazer perecer parte da pequena burguesia. Nos períodos de crise econômica as classes médias sentem seu padrão de vida declinar, a elevação dos preços corroem seus salários, seus cargos ficam em risco. Estes elementos tendem a fazer com que as classes médias se dividam em relação a base de apoio do governo. Marx já destaca desde os *Manuscritos econômico-filosóficos* que em períodos de crise economia frações da pequena burguesia caem nas frações da classe trabalhadora, com o fechamento de grandes empresas, de multinacionais e enxugamento de postos de trabalho no Estado, perdem postos de administrativos e de comando, tendo que se realocar no mercado de trabalho. Uma parcela muito reduzida da pequena burguesia consegue manter seus altos postos de trabalho em períodos de crise econômica. O Estado burguês é um aparato que tem por finalidade a reprodução da burguesia, e não da pequena burguesia, em períodos de crise o Estado burguês vai fazer de tudo para salvar a burguesia, inclusive empreender ataques a pequena burguesia. Nestes períodos, corriqueiramente, pode-se ter ataques ao funcionalismo público, com cortes no número de postos de trabalho.

Isso não implica que em períodos de crise econômica e social as classes médias tomem para si o programa histórico do proletariado, somando-se a luta contra o patronato, o Estado e a burguesia. A tendência é que as frações majoritárias da pequena burguesia lutem para sobreviver durante os períodos de crise, mas que se acomodem nos períodos de estabilidade. Pois a pequena burguesia também não pode confluir organicamente suas necessidades com os interesses históricos do proletariado. Em meio aos processos de luta de classe ela oscila entre as classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado), buscando conquistar algumas benesses. Por isso parte da pequena burguesia tende a apoiar o proletariado em algumas de suas lutas. Por outro lado, se o proletariado progride em luta contra o Estado e a burguesia, fundamentado nos preceitos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, a pequena burguesia vê então o sistema social, político e econômico em instabilidade, e com isso, sua existência é novamente arriscada.

Foi nesse sentido que as crises econômicas e políticas combinadas acabaram por descolar frações da pequena burguesia da base de apoio da ditadura militar-burguesa. Desta forma, as motivações políticas, econômicas e sociais, fornecem base para que se constituam uma série de movimentos que pressionam o governo, tal como o Movimento Negro Unificado (MNU), Pastoral da Terra, Juventude Universitária Católica, Ação Católica Operária, Comunidades de Bairro, Clube de Mães, Movimento Estudantil, Novo Sindicalismo, O Movimento Grevista do ABC paulista, União Metalúrgica de Luta (UML), Mulheres Operárias etc. (ABRAMO, 1999: ANTUNES, 1992: FREDERICO, 1979: MARONI, 1982: SADER, 1991). Uma série de movimentos sociais articula-se

também a partir da Igreja católica e das Comunidades Eclesiais de Base, por meio da Operação Periferia, estimulada pela igreja católica e levada a cabo por adeptos a Teologia da Libertação, que defendiam “luta terrena pela justiça social”.

Economicamente, o arrocho salarial e a extrema desigualdade de acesso a renda – que beneficia diretamente o patronato - caracteriza o período. Mesmo sob ditadura, organizam-se movimentos de amplas massas. Como por exemplo, Movimento contra a Carestia e Conselhos de Saúde, que lutavam contra a desnutrição, verminose e tuberculose. As Mulheres Operárias, em conjunto com esposas de operários também tiveram importante atuação na política sindical e no cotidiano dos movimentos da periferia, pressionando o Governo. O ascenso das lutas sociais afastam cada vez mais setores de classe média da base de sustentação do governo:

Esta ruptura das classes médias deixaram o regime no ar e abriram as brechas nas alturas que a classe operária aproveitou para retomar o caminho iniciado em 1968. De fato, constituiu uma etapa preparatória para que o proletariado fosse assumindo as demandas democráticas mais sentidas de seus aliados, colocando-se como caudilho da classe média urbana e rural e da luta antiimperialista. Como expressão da militância operária de base ressurgem as comissões de fábrica e a recuperação de sindicatos que junto às correntes de esquerda, formou uma oposição sindical metalúrgica contra os pelegos. (CEIB, 2008, p. 17-18).

O Estado ditatorial-burguês, representado na figura de Geisel, por um lado, busca responder a este novo período de crise por meio de dois movimentos políticos: 1) propõe a abertura “lenta e gradual”, que era uma saída política que buscava a transição para um “novo regime” “que permitisse manter a base social nas classes médias e nos setores moderados da oposição, garantindo a superação da crise econômica sem questionar o bloco dominante” (LER-QI, *A classe operária na luta contra a ditadura*, 2007, p. 2) Por outro lado, para minar o descontentamento das classes dominantes e sua base de apoio, propõem um plano de expansão da economia por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Porém mesmo com o novo plano proposto, a crise econômica e política se mantêm. Com as classes dominantes em crise, e seu Estado-militarizado fragilizado, somado a organização continua da classe trabalhadora, o ano de 1974 marca início de um novo período da luta de classes no país.

(...) o ano de 1974 marca o início de uma nova contra-ofensiva operária e popular. Podemos dizer que foi um momento onde se combinaram a crise econômica internacional e do modelo brasileiro, o começo da decadência dos EUA (e com ela o giro em sua política de mudança de regimes), o desgaste da ditadura, a ruptura da classe média com o regime e o ressurgir das lutas da classe operária. Voltam à cena as comissões de fábrica e a militância operária, vai se articulando o fenômeno das oposições sindicais, aglutinando distintos setores com distintas dinâmicas e posições em relação à reorganização da classe operária e à transição. Se preparava o auge proletário. (CEIB, 2008, p. 50-51).

Foram variados os elementos que apontam para o avanço progressivo do descontentamento popular com o Regime Militar, principalmente após o período do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), caracterizado como militar da “linha dura” do Exército e também importante colaborador da burguesia e do patronato. Expressão deste descontentamento pôde ser observado em relação aos resultados das eleições para o Senado em 1974, que demonstrou enorme o apoio aos candidatos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), este partido policlassista (que reúne vários seguimentos das classes sociais) opositor do Regime chegou a alcançar 59% dos votos, conquistando 16 das 22 cadeiras do Senado. O partido foi o mais votado em municípios de São Paulo durante a década de 1970, expressando a rejeição ao partido da Ditadura Militar o ARENA (Aliança Renovadora Nacional)²⁹. O sucessor de Médice foi Ernesto Geisel, que governaria de 1974 a 1979, frente ao descontentamento crescente em relação à Ditadura, Geisel dá início a política de abertura “lenta e gradual”. Tanto o PCB, como o PC do B e o MR8 continuavam seguindo a estratégia stalinista de colaboração de classe, desta forma buscavam articular-se com as frações entendidas como mais democráticas da burguesia, mesmo clandestinos militavam dentro do MDB, assim apóiam o plano de Geisel. (Sader, 1988, Gorender, 1987, Mazzeo, 1998).

Os resultados eleitorais eram encarados como elemento que atestavam o descontentamento das massas com a ditadura, porém as forças de esquerda na época não conseguiram canalizar tal descontentamento para construção de um programa político que fosse capaz de destituir o Governo Militar-burguês e que mudasse definitivamente as condições de subsistência da maioria da população brasileira. Pelo contrário, pode-se dizer que toda efervescência popular fora canalizada para um pacto com parte das classes possuidoras, uma forma de “saída negociada” do período do módulo de guerra assumido pelo Estado burguês, mas que assegurava a manutenção da ordem burguesa.

DAS PARALISAÇÕES POR FÁBRICA À GREVE GERAL METALÚRGICA

Conforme destacamos, após o golpe militar-burguês abriu-se um período de intensa perseguição aos militantes de esquerda, partidos e correntes políticas. A atuação coercitiva do *Estado burguês em modulo de guerra* conseguiu debilitar significativamente as instituições e organização do proletariado brasileiro e conter o desenvolvimento da situação pré-revolucionária

²⁹ De 1965 a 1980 vigorou no Brasil o bipartidarismo, ou seja, o Governo Ditatorial-burguês só permitia a existência de dois partidos políticos, o seu, que era o ARENA – Aliança Renovadora Nacional e um partido de oposição o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. O objetivo do bipartidarismo era impedir que se formassem partido proletários independentes do governo e da burguesia.

que estava aberta, porém, a partir de 1966 os trabalhadores e trabalhadoras já passam a se reorganizar a partir dos diversos locais de trabalho. Contra as intervenções nos sindicatos e o sindicalismo pelego, organizam-se oposições sindicais. Desencadeiam uma grande greve em Contagem (MG) e outra em Osasco. O Estado responde a tais mobilizações com repressão, em 1968 decreta o AI-5 que respalda uma das fases mais sanguinárias do Estado brasileiro, centenas de militantes figuram entre os mortos e desaparecidos. Ainda assim, a repressão ditatorial-burguesa não consegue impedir que na década de 1970 abra-se outro período pré-revolucionário.

De acordo com SADER (1988) principalmente a partir deste período novos sujeitos coletivos figuram nas disputas políticas do País. Com isso estabelecem-se novos padrões de ação operária e popular. Abre-se um novo período histórico de luta de classes no Brasil, marcado pela ofensiva proletária contra o patronato brasileiro e o Governo Ditatorial-burguês. É sem dúvida um período de desenvolvimento de importantes experiências organizativas e de solidariedade de classe, que possibilitam sustentar rupturas com padrões de legitimação da ordem imposta pelos militares.

É também neste contexto que se gesta o movimento dos operários do ABC paulista, embora o operariado desta região estivesse sob a mesma conjuntura repressiva e problemáticas semelhantes as que eram impostas à classe trabalhadora brasileira, no ABC as contradições de classe expressam-se de forma muito mais aguda. O proletariado do ABC, produzia produtos industrializados de alto valor agregado, com salários arrojados e sob intensa repressão, era naquele momento o principal sustentáculo do milagre econômico pró-burguês. Sob o protagonismo deste, a luta contra o patronato e o Estado-burguês militarizado assumirá proporções nacionais. Suas lutas caminham em paralelo e influenciam progressivamente outros movimentos sociais da década de 1970. Além de sua centralidade no sistema produtivo, as lutas operárias no ABC, constituíram o movimento que envolveu maiores contingentes de despossuídos de meios de produção, todos estes elementos lhe possibilitaram radicalizar a contraposição às determinações do Governo Ditatorial.

Nesse sentido, pode-se dizer que, com o movimento operário do ABC paulista, a mobilização proletária atingiu o setor de ponta do capitalismo brasileiro. A partir disso, estabeleceu-se um período de novos padrões de ação coletiva no Brasil, com nova capacidade de organização, radicalização e enfrentamento contra o *status quo*. O movimento operário do ABC será o principal norteador e protagonista das lutas radicalizadas contra a ditadura militar-burguesa. Com isso abre-se um novo período de luta de classes no País marcado pela ofensiva proletária sobre o patronato industrial no Brasil e seu Governo autoritário. Disso deriva a constituição de experiências coletivas organizativas compartilhadas. São novas articulações proletárias que se desenvolvem a partir de

experiências vividas e interesses comuns, como solidariedade de classe. A classe operária em sua condição objetiva, marcada pela despossessão dos meios de produção, de diversas formas organiza-se em ofensiva contra a ordem burguesa brasileira e seu *Estado em módulo de guerra de classe*. A classe trabalhadora constitui-se e objetiva-se contra a ordem social que lhe é imposta pelas armas. Trata-se de um período de rupturas com os padrões de legitimação da ordem Ditatorial, que defendia os interesses do patronato e da burguesia.

EXPANDE-SE O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC PAULISTA

Com as atividades industriais em expansão, assumia maior importância a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do ABC. O sindicato passa a ampliar sua base de ação. Houve intervenção ditatorial no Sindicato de São Bernardo em 1964, depois disso, Alonso Monteiro Cruz assume a presidência do sindicato, posição em que permanece de 1965 a 1969. Paulo Vidal, candidato da situação, seria seu sucessor em 1969, este já havia participado da diretoria de Alonso. A esquerda fez oposição à candidatura de Paulo Vidal, mas foi derrotada pelo candidato situacional. A Oposição entendia que quem favorece o patrão é traidor de classe. A preocupação central da gestão de Vidal era reconquistar a confiança dos operários e atrair mais membros para o sindicato, no plano da administração do sindicato e na luta política pautava-se pelo corporativismo, reformismo e economicismo, pela luta sindical dentro da legalidade. (ABRAMO, 1999: PARANHOS, 1999).

A conjuntura social do ascenso proletário é refletida dentro dos sindicatos, as direções que colaboram com a burguesia, o patronato e o Estado são pressionadas e chegam a perder seus cargos. Aos poucos vai ascendendo às direções sindicais uma nova camada de sindicalistas que, mesmo em atrito com o patronato, buscava expressar as demandas econômicas e corporativas existente nas bases. Na grande São Paulo, um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras que se opunham aos sindicalistas pelegos e as políticas salariais do governo ficou conhecido como Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. No ABC paulista a agrupação de maior projeção que se opunham aos pelegos ficou conhecida como “Os sindicalistas autênticos”, este setor de sindicalistas tinha como objetivo maior a melhoria das condições de vidas dos trabalhadores e a democratização das relações entre os trabalhadores e o patronato.

Em 1971 é aberta uma sub-sede do Sindicato de São Bernardo em Diadema. Já em 1970 o Sindicato de São Bernardo e Diadema decidem-se por separar-se da Federação Metalúrgica de São Paulo (dirigida pelo interventor conhecido entre os operários como “Joaquinzão pelego”) e fazer

campanha própria por reajuste salarial, pois entendia que a indústria automobilística tinha condições de conceder melhores reajustes, porém a campanha da Federação nivelava as reivindicações salariais por baixo. A Federação era entendida como um braço do patronato no movimento sindical, uma entidade colaboracionista.

O sindicato de São Bernardo não tinha autonomia de representação, quem negociava suas pautas junto ao Tribunal Regional do Trabalho era a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo presidida por Joaquinção, esta recolhia as pautas dos sindicatos de São Paulo e negociava junto ao Governo Militar-burguês, os resultados de seus acordos eram estendidos para todos os sindicatos que eram vinculados a Federação, incluindo São Bernardo.

Durante 1973 e 1974 muitas formas de pressão foram levadas a cabo pelo operariado do ABC. Existia no período, sobretudo a partir das comissões de fábrica e o surgimento da Oposição Metalúrgica, intensa pressão para que o sindicato se tornasse símbolo de luta em defesa das melhorias salariais e de condições de trabalho. Com isso as direções pelegas eram cada vez mais rechaçadas. Influenciado por esta pressão, desde 1971, o Sindicato de São Bernardo fazia campanha pela antecipação de reajuste salarial. A reposição era conquistada, mas como era em forma de antecipação, era sempre descontada no reajuste do ano seguinte. (ABRAMO, 1999: PARANHOS, 1999: SADER, 1991).

O período era de altas taxas inflacionárias que corroíam o poder de compra dos assalariados, exemplo disso é que a campanha salarial, baseada em estudos do DIEESE, de 1973 reivindicava 38% de reajuste. Mas o patronato e a burguesia eram acobertados pelas forças repressivas e jurídicas do Estado ditatorial-burguês, que colaboravam diretamente para assegurar os patamares mais elevados de lucratividade e superexploração, para isso o governo utilizava de todas as armas possíveis para não atender as demandas dos trabalhadores. Por conta deste choque de interesses entre trabalhadores, patronato e governo decorria uma série de enfrentamentos, como a uma greve em 1973 na Villares no ABC que durou uma semana, nesta greve a tática utilizada pelos operários foi paralisar e retomar o trabalho, esta forma de organização foi chamada pelos trabalhadores de “operação gato selvagem”. (ANTUNES, 1992)

Também em 1973 operários da Ford organizaram uma “Operação Tartaruga”, seguindo seu exemplo, em novembro do mesmo ano foi a vez dos operários da Volkswagen, dirigidos por 3.000 ferramenteiros, com isso os operários da Ford conquistaram o aumento. No início de 1974 foi a vez dos operários da Mercedes, da Villares, Brastemp e Chrysler. Seguidas de novas paralisações da Volkswagen, Mercedes e Ford. Fruto também do avanço organizativo evidenciou-se em 1974, com

os metalúrgicos pressionando o patronato, o sindicato reivindicava reposição e não antecipação, ou seja, sem desconto futuro. O reajuste foi conquistado, porém houve intensa repressão aos operários. Por conta da campanha de reposição de 1974, na Volkswagen 200 operários foram presos. (ANTUNES: ABRAMO).

Em 1974 São Bernardo decide novamente fazer campanha salarial em separado da Federação, que era considerada conformista e minimalista nas pautas. Porém, para que se desvinculasse da Federação e lançasse uma campanha própria o Sindicato de São Bernardo precisava realizar uma assembléia metalurgia com um *quorum* mínimo de um oitavo (1/8) de seus filiados. O Sindicato dedicou-se a tal empreitada, convocou assembléias, distribuiu panfletos, fez faixas e cartazes, mas a assembléia de metalúrgicos de São Bernardo não atingiu o *quorum* necessário para um dissídio em separado da Federação, com isso a Federação continuou representando-os neste ano.

Conhecedores do 'sindicalismo pelego', também os metalúrgicos do ABC tinham grande desconfiança em relação ao sindicato, este era entendido como um braço do Estado Ditatorial que buscava controlar os trabalhadores, com isso, os operários buscavam travar suas lutas dentro das fábricas, as táticas de enfrentamento e pressão contra o patronato eram diversas, variando de fábrica para fábrica (FREDERICO, 1979). Sobre rígida vigilância e repressão política, a atividade sindical persistiu em luta intestina. As comissões operárias constituíam-se como formas de contra-poder desenvolvidas pelos trabalhadores em cada fábrica. Com elas tem-se a base organizacional efetiva para as greves por fábricas.

As formas de resistência afloravam e estimulavam novas lutas dentro das fábricas e nos sindicatos. O movimento pela reposição de 1974 serviu de impulso para nova campanha em 1975, ano em que o sindicato de São Bernardo tentou novamente desencadear uma campanha autônoma, em separado da Federação colaboracionista, mas novamente não se conseguiu atingir o *quorum* necessário. O Sindicato de São Bernardo, por sua vez, decidiu não entregar sua pauta de reivindicações a Federação, como forma de desvelar que o reajuste não era pautado de acordo com as reivindicações dos metalúrgicos, e sim de acordo com os interesses do Governo Militar.

Durante toda a década de 1970 a gestão do Sindicato de São Bernardo do Campo organizou os trabalhadores e trabalhadoras para lutar pelos direitos já constituídos, buscando aproximação com a base, moveu amplas campanhas para trazer o operariado para o sindicato, aumentar o número de filiados para poder atingir o *quorum* necessário para desvincular-se da Federação, para isso, o sindicato fez propaganda, construiu uma nova sede com dentistas, médicos etc. Expressão do novo

período de lutas do sindicato de São Bernardo foi a “Declaração de São Bernardo do Campo”, que, de certa forma, busca imprimir os traços gerais da nova direção que se pretendia ao movimento operário. (ANTUNES, 1992: ABRAMO, 1999: PARANHOS, 1999).

Os sindicalistas autênticos, apoiando-se no ascenso das lutas proletárias, vão ocupando os cargos de representação, tal como se deu no caso do grupo de Lula em São Bernardo do Campo e Benedito Marcilio em Santo André. Ambos buscavam agir dentro da legalidade, não queriam se envolver com movimentos de greve política ou com grupos clandestino-ilegais, para não perder a legitimidade frente ao Estado Ditatorial e ao patronato.

A correlação de forças começa a mudar substancialmente em 1976, ano em que o Sindicato de São Bernardo consegue o *quorum* necessário para uma campanha em separado da Federação. Com isso Sindicato de São Bernardo consegue negociar sua pauta em separado e conquistar suas demandas. E ainda, outro elemento que reafirmou a orientação do Sindicato de São Bernardo foi que a Federação neste ano não conseguiu ter suas demandas atendidas. Este fato teve importante impacto nas bases metalúrgicas do ABC, marcando o início de uma nova onda de adesões ao Sindicato de São Bernardo.

A confiança neste sindicato aumenta também por conta da campanha pela reposição salarial que farão em 1977. Neste ano tem-se a divulgação do Banco Internacional, por meio do jornal Folha de São Paulo do reconhecimento da fraude governamental-burguesa nos índices de reajuste em 1973. Embora tenha apoiado materialmente o golpe militar burguês, este jornal, seguindo frações da classe média que começa a romper com o regime divulga informações cedidas pelo Banco Mundial, segundo o qual havia em 1977 uma defasagem de 34,1% nos salários por conta de uma fraude nos índices de inflação efetivada pelo Governo Militar entre 1973/1974 durante a gestão Médici, cometida pelo então Ministro da fazenda Delfim Neto. Tal notícia acabou por reafirmar a legitimidade das reivindicações econômicas dos trabalhadores. A falsificação do índice inflacionário que lesou os salários dos trabalhadores mobiliza-os a desencadear uma série de ações contestatórias, o clima era de revolta.

Tal acontecimento deu grande impulso à mobilização do sindicato, que fez uma grande campanha pela reposição salarial, chamando os metalúrgicos a mobilizarem-se. Principalmente a partir destes fatos, a base metalúrgica do ABC vai se radicalizando em movimento crescentemente. Mas a perseguição Estatal, com apoio do patronato e da burguesia continuava a cercear o proletariado. Para se ter uma idéia da perseguição à organização dos trabalhadores, em 1977

operários da Scania foram demitidos sob a alegação de fazerem “propaganda do sindicato” (SADER, 1991).

Será sobre esse cenário político, econômico e social que será gestado o movimento operário do ABC paulista³⁰. A organização do proletariado desta região marcará um importante momento da organização da classe trabalhadora no Brasil e do enfrentamento contra a ditadura militar-burguesa. O movimento operário do ABC tem seu período de maior desenvolvimento, organização e de ofensiva contra a burguesia durante os anos 1978, 1979 e 1980. Neste período a classe operária tem condições objetivas para aproximar-se da formação de um projeto *para si*. Abre-se novamente um período pré-revolucionário no Brasil. As greves do ABC paulista abriram novo espaço social e político no país, lançando bases para uma série de mobilizações da classe trabalhadora durante toda a década de 1980.

O movimento dos operários e operárias do ABC, tendo como centralidade o ativismo operário fabril, com greves, piquetes, ocupações, passeatas e enfrentamentos, assumiu caráter ofensivo e de desgaste para o Estado burguês-militarizado, para o empresariado e o patronato. Ao mesmo tempo em que constituía um pólo produtivo de bens com auto valor agregado como carros, caminhões e ônibus, as condições de trabalho no ABC eram muito insalubres, o ritmo de trabalho extenuante e os salários estavam estagnados. A seguir temo a localização do ABC.

Figura I - Brasil/Estado de São Paulo/Grande ABC

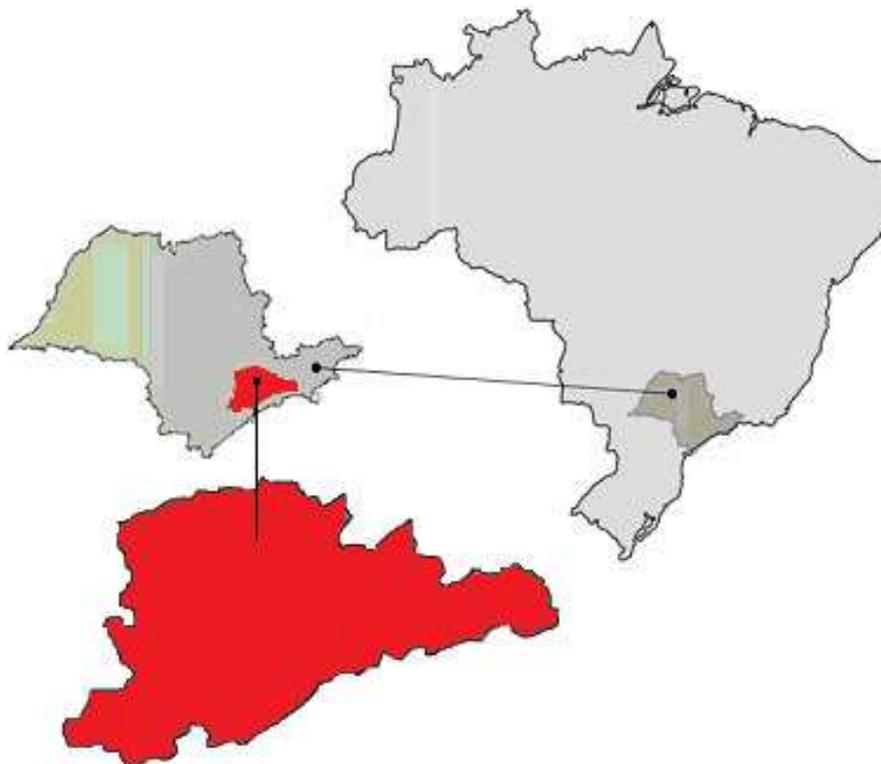


Figura II - Grande ABC



SOBRE A GREVE DE 1978

A conjuntura de mobilização proletária, somada aos descontentamentos deste operariado serviu como base de insatisfação, rebelião e organização da classe operária brasileira. As experiências de lutas sindicais e enfrentamentos decorridos nos anos anteriores acabaram por forjar

³⁰ ABC é a sigla utilizada para referir-se as cidades: Santo André, São Bernardo e São Caetano, as três cidades estão

uma camada de ativistas e dirigentes muito experimentados. Assim “No ascenso de 1978, esses ativistas forjados no trabalho clandestino do período pós-1968 estavam na primeira fila das greves paulistas, retomando em nível superior o processo antiburocrático organizado a partir das fábricas”. (CEIB, 2008, p. 24). Estes ativistas estavam espalhados em uma série de fábricas no ABC e se enfrentavam diretamente com as direções sindicais “pelegas” e colaboracionistas. A concentração operária nesse pólo produtivo fornecerá bases sociais para um processo de experiência de novas proporções de organização, agitação e enfrentamento. O ascenso proletário de 1978, impulsionado a partir do ABC, marcará a abertura de um novo processo pré-revolucionário no Brasil.

A partir de então, com a irrupção do proletariado metalúrgico, configura-se uma situação pré-revolucionária de tipo clássica, com os trabalhadores como força dirigente e referência dos setores populares. As classes médias em atividade, solidarizando-se com a classe operária e começando a reconhecê-la como a classe essencial por seu papel e seu peso no processo produtivo e por sua ofensiva política. (CEIB, 2008, p. 60).

Antunes a partir de seu livro *A rebeldia do trabalho* (1992) colocará grande ênfase sobre o caráter espontâneo das greves do ABC, a partir desta análise pode-se conduzir o leitor a concluir que o período pré-revolucionário não foi aprofundado por conta do atraso da classe operária brasileira que não possuía um projeto revolucionário *para si*. Aqui tomamos caminho distinto, entendemos que Antunes, ao classificar estas ações simplesmente como espontâneas, acaba por contribuir para ocultar a atuação das correntes políticas, sindicais e partidárias que durante anos prepararam as bases dos levantes que eclodiriam durante a década de 1970. Uma das conseqüências desta leitura de Antunes está a defesa incondicional que faz do grupo nucleado ao redor de Lula. Entendendo que o proletariado brasileiro não pode ter projeto próprio Antunes tomara a defesa acrítica da tendência Articulação durante toda a década de 1980 e 1990. Esta seria para o autor a corrente que fazia mais mediações entre as demandas reais da classe trabalhadora e o programa socialista. (C.f. *O novo sindicalismo*. Editora Brasil Urgente. São Paulo. 1991.)

Aqui então, buscamos nos apropriar dos elementos teóricos colocados por Lênin em *Que fazer*, onde analisa que “O ‘elemento espontâneo’ não é mais do que a *forma embrionária* do consciente” (p. 88). Lênin afirma que é comum que a espontaneidade (ou *consciência de classe embrionária*) manifeste-se em toda greve na qual não esteja atuando uma organização revolucionária com um programa político claro que seja capaz de aglutinar setores de vanguarda. No seio da classe trabalhadora coexiste uma série de posições políticas que se chocam e se organizam. Se no seu meio não se encontram correntes revolucionárias, capazes de articular as

localizadas no Estado de São Paulo.

demandas imediatas do proletariado com suas demandas históricas, torna-se muito mais difícil que a *consciência de classe embrionária* desenvolva-se para formas de *consciência de classe revolucionária*. Para Lênin caberia aos marxistas revolucionários, por meio de exemplos concretos na luta de classes, estabelecer mediações entre *consciência de classe embrionária* e a *consciência de classe revolucionária*. Esta mediação se centra na agitação e propaganda do programa revolucionário. Apenas organizando e atuando em greves, piquetes e ocupações, contra o patronato, o governo e o Estado é que aprofundar a *consciência de classe embrionária*, convertendo-a em *consciência de classe revolucionária*. (C.f. LÊNIN, 2010).

O processo de greve desenvolvido durante o no de 1978 portava *em si* uma série de elementos de revolta contra o patronato e o Estado burguês-militarizado. Esta revolta começou a explodir em ações espontâneas, que para nós eram na verdade manifestações latentes da *consciência de classe embrionária*. No breve período de 1978-1980 esta *consciência de classe embrionária* avança aos saltos assumindo cada vez mais elementos de enfrentamento aberto contra o patronato e a ordem militar-burguesa. Porém a repressão, por um lado, somada aos efeitos deletérios da atuação dos “autênticos”, da Igreja e dos partidos e tendências sindicais reformistas estão entre os principais atores coletivos que trabalharão para fazer refluir o período pré-revolucionário aberto em 1978.

O marco inicial do ascenso proletário, que abriria mais um período pré-revolucionário no país foi a greve deflagrada em 12 de maio de 1978 pelos trabalhadores da Scania-Vabis, em São Bernardo, as máquinas fora sendo paradas uma a uma até completar o silêncio. (ANTUNES: 1992). Os levantes iniciais têm por base a revolta contra a repressão no local de trabalho, o descontentamento com as condições salariais e condições de trabalho. Poucos dias antes da greve deflagrada pelos trabalhadores da Scania, em março de 1978, na Mercedes 17 trabalhadores haviam sido demitidos por fazerem paralisação.

A greve da Scania durou quatro dias, o movimento preparado por militantes de base, foi uma grande surpresa, não apenas para o patronato e o Estado, mas também para o próprio sindicato do ABC. Este é pego de surpresa pela mobilização e pela paralisação do operariado. O operariado, envolto no clima de intensa organização clandestina radicalizava-se mais do que a direção do sindicato, a base passou à frente da direção. No entanto, mesmo não tendo sido o sindicato quem preparou a paralisação, foi sua direção que negociou sem fim. No quarto dia de greve, Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo participou de uma assembléia na Scania para tentar viabilizar um acordo. E a direção do sindicato chega a um acordo verbal com a direção da Scania para por fim a greve, a paralisação é interrompida, mas a empresa não cumpre o acordo, e

ainda intensificou a vigilância para que não houvesse outra paralisação. (C.f: ABRAMO, 1999: ANTUNES: 1992).

A partir da greve dos operários da Scania, as greves generalizam-se no Estado de São Paulo e para outros Estados, teríamos uma longa série de greves que ficariam conhecidas como “greve dos braços cruzados, máquinas paradas”. (Cf: ABRAMO, 1999: ANTUNES, 1992: FREDERICO, 1978: CHASIN, 1980: SALLES, & MATOS, 2007: VITO; NETO, 1991). Conforme explica Vito Gianotti (2007)

De maio a junho a onda grevista estendeu-se por todo o Estado de São Paulo. Essas greves eram lideradas, nas fábricas, por militantes organizados em grupos clandestinos. Os trabalhadores entravam nas fábricas, como se fossem trabalhar, mas ficavam perto das máquinas com os braços cruzados [...] Eram greves isoladas, fábrica por fábrica, de curta duração, ou de no máximo, uma semana. As reivindicações começavam pela reposição salarial e se estendiam para outras condições de trabalho, como a legalização das comissões de fábricas e melhores de trabalho. [...] Em setembro de 1978, na cidade de Cabo de Santo Agostinho (PE) ocorre a primeira greve de cortadores de cana, desde o golpe de 1964. (...). Calcula-se que o número de grevistas no Brasil, durante todo o ano de 1978, tenha chegado a um milhão. A maioria dessas greves foi de metalúrgicos e o eixo central era São Bernardo do Campo e a cidade de São Paulo. (p. 222).

A greve dos operários da Scania forneceu elementos de confiança para que trabalhadores e trabalhadoras de outras fábricas e locais de trabalho se mobilizassem e decretassem novas greves, piquetes e paralisações. As greves e paralisações disseminam-se pelo mundo fabril, só no ABC, operários/as de 41 empresas entraram em greve. Em São Paulo são mais 6 empresas e em Osasco mais 3. Soma-se ainda, no segundo semestre de 1978, a greve de autopeças, e, em dezembro do mesmo ano na Villares, um trabalhador além de ser agredido pela chefia é demitido e em demonstração de solidariedade, os trabalhadores desta fábrica decretam greve. No mesmo mês houve outra greve por reajuste na Resil. (ANTUNES, 1992). Totaliza-se na Grande São Paulo (onde se inclui o Grande ABC) mais de 150 fábricas paralisadas e em greve. (ABRAMO, 1999).

No dia 15 de maio de 1978 os operários da Ford decretam greve. No dia seguinte foi a vez dos operários e operárias da Volkswagen (dia 16 de maio). Depois eclode mais uma greve na Mercedes-Benz. A repressão e perseguição aos trabalhadores eram intensas não apenas do lado de fora da fábrica, por meio do Dops, polícia e agentes do governo, mas também dentro das fábricas. Abramo (1999) destaca que na Volkswagen a segurança era formada por 400 homens “organizados em uma complexa hierarquia militar: sargento, tenente, coronel. Havia circuito de TV controlando todos os departamentos e ruas internas e um sistema de guardas de trânsito e semáforos” (p 109). Esse aparato facilitava identificar e reprimir os trabalhadores e impedir ações como panfletagem, piquetes, greves, passeatas, paralisações e protestos.

A interfábricas foi uma expressão deste movimento de construção autônoma pelos trabalhadores e sindicato de base, ela era responsável pela difusão de informações sobre as mobilizações proletárias. Sem poder organizar-se livremente em sindicatos, tendências políticas e partidos, o operariado fabril organiza-se clandestinamente em uma rede operária de base. Muitos dos operários que organizavam a interfábricas estavam militantes que haviam vivido os Ascenso proletários da década de 1960. A interfábricas era composta pela Oposição Metalúrgica de São Paulo que também difundia informações acerca dos acontecimentos do ABC entre os metalúrgicos da grande São Paulo. Com essa rede de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras, a efervescência operária atinge importantes segmentos do proletariado da capital paulista. Oposição Metalúrgica buscava estreitar sua articulação com os sindicatos do ABC. Compunha-se uma aliança estratégica, pois a Oposição formava setores e se dividia na região Sul e Leste da grande São Paulo. No dia 30 de maio de 1978 a Oposição Metalúrgica conduz a greve dos trabalhadores da fábrica da Toshiba.

No final do mesmo dia o Sindicato de São Bernardo assina um acordo coletivo que assegura 11% de aumento e 13% de antecipação, acordo esse que foi estendido a outros operários do setor, com isso tem-se uma amortização do ciclo grevista no ABC. Porém isso não impede que na Grande São Paulo, em novembro de 1978 desencadeia-se outro movimento grevista.

A partir de 1978, com as greves por empresas e o acirramento das disputas entre capital e trabalho, a adesão ao sindicato também passa a aumentar. As assembleias de fábricas faziam avançar a organização dos trabalhadores. As paralisações eram o ponto de partida para desencadear processos de discussão, além disso, daí em diante a negociação com o patronato começava com as máquinas paradas. (ABRAMO, 1999).

As greves e paralisações de 1978 rompem com o silenciamento que fora imposto ao movimento sindical desde 1964, silenciamento este que fora aprofundado em 1968 e pelo AI5, que após intensa repressão, deixou o movimento operário na defensiva. Mas a luta operária não se construiu apenas com vitórias proletárias, após o ciclo de greve de 1978 houve demissão em massa de operários, tanto no ABC como na grande São Paulo. Na grande São Paulo a estimativa de demissões em 1978 foi de 1.200 operários (ANTUNES, 1992; SADER, 1991).

A revolta operária contra a superexploração, péssimas condições de trabalho, autoritarismo do patronato e repressão política que lhes eram impostos pelo Regime Militar, somada aos obstáculos colocados pelo patronato e sindicalismo pelego, serviram como elementos importantes na construção da classe operária enquanto ator histórico-político em busca de transformação.

A precariedade das condições de trabalho, baixos salários, despotismo patronal, significa condições de vida precárias. Era grande o número de metalúrgicos que moravam em favelas e barracos (ABRAMO, 1999; TOMIZAKI, 2007; RAINHO, 1980). Trabalhava-se muito, fazia-se muitas horas-extras e ainda assim ganhava-se muito pouco. A precariedade das condições de trabalho e de vida consumiu a vitalidade de gerações de operários e operárias em favor do patronato, da burguesia e do Estado burguês-ditatorial.

Os operários mobilizaram-se intensamente e combateram contra a estagnação de seus salários, a superexploração e o despotismo das chefias. A organização dos metalúrgicos do ABC paulista como *classe para si* configurava-se como estratégica para a classe trabalhadora do país, pois o ABC já ocupava posição de centralidade no sistema produtivo brasileiro como principal pólo produtivo. (Cf: ABRAMO, 1999; ANTUNES, 1992; FREDERICO, 1978; CHASIN, 1980; SALLES & MATOS, 2007; VITO & NETO, 1991).

No plano organizativo, as greves e paralisações de 1978 abrem as portas para outras manifestações e levantes de operários/as, pois não escapam a subjetividade operária, pelo contrário, foram incorporadas como experiências vividas, percebidas e compartilhadas, servindo de substrato objetivo para a nova onda grevista de 1979, que se desenvolveu num plano organizativo mais intenso e articulado consolidado por meio da greve geral metalúrgica. (SALLES, E., MATOS, D, 2007).

Por outro lado, cabe frisar que não só os/as operários/as aprendem com a greve, o Estado Ditatorial-burguês e o patronato também tiram lições das disputas com os trabalhadores. Com isso Estado e patronato preparam-se para o novo embate em 1979, antecipam-se à reincidência do movimento grevista e lançam um pacote de reajustes para dividir o operariado. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP³¹), órgão de representação patronal passa recomendações a seus filiados de como proceder em caso de greve. As recomendações deixaram claro a disposição e os métodos que seriam empregados. Entre eles:

2. Não pagar em nenhuma hipótese horas paradas e não estabelecer acordos e compensações, pois não existindo no Brasil fundo para greve, esse será um excelente recurso para as empresas;
3. Tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública. (...) Com esta providência teremos a possibilidade de envolver o poder público. (...)
4. Suspender por um ou dois dias (disciplinarmente) aqueles que entrarem na fábrica sob condições de trabalhar e não cumprir o prometido. Em última instância dispensar um certo número de pessoas por justa causa, após, junto com o responsável pela área paralisada, pedir ao trabalhador que execute uma determinada tarefa (a negativa caracterizará um ato de insubordinação). Essa situação gera insegurança no pessoal. Geralmente após essa prática ou

³¹De acordo com informações no site (<http://www.fiesp.com.br/>), a FIESP hoje representa 132 sindicatos patronais, os quais representam, aproximadamente, 150 mil indústrias das mais diferentes cadeias produtivas.

os empregados ou o sindicato pedirão a sustação das dispensas, propondo volta ao trabalho. (SADER, 1991, p. 303).

A intensa agitação política desencadeada por consequência a greve de 1978, que desafiava a lei anti-greve, teve também desdobramento positivo no sentido organizativo da classe trabalhadora nacional. Em julho de 1978 foi realizado no Rio de Janeiro o V congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais. É a partir deste congresso que se consolida o Bloco dos autênticos. (Rodrigues, 1991). Além dos autênticos muitos outros grupos militavam no ABC, dentro e fora das fábricas, nas organizações de bairro etc. Porém tinham que o fazer de forma clandestina. Este era o caso da Ala Vermelha, da Colina, do Partido Operário Revolucionário, entre outras. Mesmo que minoritárias, havia uma série de propostas políticas convivendo no seio do proletariado. Neste ano o PCB, que desenvolvia trabalho político no ABC, mesmo não tendo peso de direção neste processo, julgou como positiva as greves do ABC de 1978. Posição oposta a que teria em 1979 e 1980, anos em que combaterá as greves. Diferente dos anos consecutivos, em 1978 o PCB entendia que a greve de 1978 poderia ser uma pressão sobre o governo militar-burguês que tenderia a ajudar a fortalecer as frações mais democráticas da burguesia brasileira, contribuindo assim para a luta pela abertura política sobre controle da “burguesia nacional”. Segundo Santana (2001):

A posição do PCB acerca da greve, e de outros movimentos que se espalhavam pelo país, se desdobrava no plano sindical e no plano político geral. No plano sindical, a perspectiva comunista era de uma análise positiva da greve, devendo evitar, contudo, o *triumfalismo*, evitando-se cair nos erros do passado. Acerca do plano político mais geral, a política comunista pode ser aferida na Declaração do Comitê Central do PCB sobre o movimento sindical, publicada no *Voz Operária* nº 152, de novembro de 1978 (Carone, 1982c, p. 371). Nesse documento, o partido avalia que o regime apresenta crescente debilitamento explicitado pelo ascenso do movimento e as lutas operárias teriam aberto uma primeira brecha em áreas das mais sensíveis no sistema, isto é, sua “política salarial antioperária, base da política econômica do regime”. Segundo o partido, o avanço do movimento operário teria lançado a luta pela democracia para um outro patamar. (p. 185).

No entanto enquanto ocorriam as greves, o PCB estava voltado para a construção de um pacto com a burguesia, os militares e o patronato para a sucessão do governo. No primeiro semestre de 1978 acontecia a sucessão de Geisel. Magalhães Pinto, um dos articuladores do golpe em 1964, articulado ao ARENA, e assim ao exército, a burguesia e ao patronato, colocava-se como candidato a sucessão do comando presidencial-ditatorial. Este colocava-se como defensor da “conciliação nacional” por meio da colaboração mútua entre as classes sociais sob a ditadura. Frente as crise, econômica, política e social que se desenvolveu durante toda a década de 1970, Magalhães Pinto Propunha a Frente Nacional de Redemocratização. Esta Frente tinha como objetivo dar início a um período de autoreforma do regime militar-burguês. Conforme destaca Mazzeo (1999), o PCB,

capitulando ao projeto de autoreforma, que mantinha a subalternização do proletariado, articula-se com uma das frações dos militares e da burguesia em apoio à candidatura de Magalhães Pinto, porém por fim o Regime acaba por escolher João Batista Figueiredo para a sucessão.

Com a inviabilidade de sua candidatura, Magalhães Pinto – juntamente com Euler Bentes – assina uma nota política lançando a Frente Nacional de Redemocratização, em 1978. A Frente cooptou um grande setor da oposição, incluindo parte da esquerda do MDB, - como o PCB, que adere ao projeto, coerente com a sua visão “etapista” da revolução brasileira -, para a candidatura do General Euler Bentes Monteiro, o que dividirá definitivamente a esquerda do partido – efetivamente o pólo que até então tinha sustentado o MDB na ofensiva contra a diluição partidária. O PCB, dentro de sua visão *taticista-politicista*, entendia essas mobilizações – que efetivamente evidenciam a desagregação do bloco de apoio ao governo – como uma iniciativa positiva, no sentido de dar maior amplitude a Frente e debilitar, ainda mais, o centro político da ditadura em desarticulação. A controvérsia, no entanto, residia no fato de que sua disposição em particular das articulações políticas dos “desgarrados” da ditadura militar-bonapartista acabava por fortalecer a tática da transição pactuada, proposta pelos dissidentes, exatamente porque diluía o núcleo de esquerda do MDB no projeto da *auto-reforma*. Além do mais, dentro dessa lógica, o movimento operário ficaria subordinado por este arranjo político para a recomposição do bloco hegemônico burguês, na medida em que estaria deslocando a crítica que realizava ao modelo de acumulação, restringindo-a ao âmbito politicista. (MAZZEO, 1999, p. 166).

Enquanto eclodem greves por todo o país, com o desenvolvimento de um período pré revolucionário no país, com o proletariado voltando-se contra o patronato, a burguesia, o Estado e suas políticas, o PCB constrói sucessões entre as frações dominantes no governo. Conforme destaca o autor, neste processo “ o PCB assumia uma postura conciliadora ao participar de uma articulação “pelo alto” que excluía o fundamento da crítica realizada pelos trabalhadores e pelos setores populares e de esquerda da Frente, instituindo em seus objetivos de manter a unidade política pluriclassista, quando essa forma de aliança de classes entrava em crise, contribuindo objetivamente para o desmantelamento do núcleo democrático-popular do MDB e para a rearticulação da hegemonia burguesa”. (p. 166).

Em via oposta ao PCB, fazendo um balanço do ascenso operário de 1978, Lisboa (2008), destaca que para que o movimento obtivesse maior êxito em sua organização e reivindicações, era necessário que o sindicato do ABC se articulasse às dezenas e comissões de fábrica que já existiam, fomentando ainda a organização de novas comissões nos locais de trabalho. Com isso seria possível dotar o movimento grevista de maior coesão e organicidade. O sindicato deveria ser dirigido por estas comissões. Porém, os autênticos combatiam a formação de comissões de fábrica, o que pode ser verificado nos boletins do sindicato no período. Os autênticos alegavam as comissões dividiam a categoria. O próprio Lula concede entrevista em 1978 afirmando que não apenas foi contrário à “criação de comissões”, como ainda “(...) e em algumas empresas em que elas surgiram nós

procuramos acabar com elas. E por que? Porque o problema era de todos e não era de meia dúzia. (Entrevista de Lula. *Apud* Jácome Rodrigues, 1991, p. 149). A direção do sindicato do ABC não aceitava que a articulação com as propostas oriundas das diversas comissões de fábrica era uma forma de expandir a greve para além dos interesses imediatos da gestão do sindicato.

Para conter os anseios dos operários por organizações nos locais de trabalho, os autênticos defendiam que fossem eleitos delegados sindicais nos locais de trabalho. Nos casos em que as comissões de fábrica eram inevitáveis, quando o sindicato não conseguia “acabar com elas”, procurava mantê-las subalternizadas a ele. Segundo Leôncio Rodrigues (1991) “Os “autênticos” e o próprio Lula, preferiam valorizar o delegado sindical e, diante das comissões de fábrica, entendiam que elas deveriam ser subordinadas às diretorias dos respectivos sindicatos”. (p. 30). Com tais intervenções sobre as comissões de fábrica reafirmava-se a centralidade das assembleias plebiscitárias, onde todos poderiam ir e votar, porém só o sindicato poderia falar e dirigir.

No campo do marxismo revolucionário as comissões de fábrica e os comitês de operários são formas organizativas importantíssimas para o desenvolvimento do contra-poder proletário. Lênin, em pleno processo de desenvolvimento da revolução russa, considerava que, caso os sovietes começassem a ser dirigidos por agentes da burguesia e do imperialismo, impedindo os operários de expressarem suas demandas nos sovietes, era necessário organizar as comissões de fábrica como forma de auto-governo operário. Gramsci (1973), seguindo a reflexão de Lênin acerca dos conselhos de fábrica, define-os como germe do Estado operário, e assim, da democracia proletária. O autor chega inclusive a formular a consigna “Todo o poder do Estado aos Conselhos Operários e Camponeses”. (p. 35).

Também para Trotsky as comissões de fábrica significaram importante elemento para auto-organização proletária. Segundo o autor, na obra *O programa de transição*, “o principal significado dos comitês é o de se tornarem estados-maiores de combate para as camadas operárias que o sindicato não é, geralmente, capaz de mobilizar. É, aliás, precisamente dessas camadas mais explorada que sairão os destacamentos mais abnegados da revolução. (p. 26). Trotsky destacava que as comissões, corriqueiramente, podem ser utilizadas contra os interesses dos sindicalistas conciliadores, com isso, as direções convertem-se em burocracias sindicais comprometidas com os interesses do patronato, do estado e da burguesia. A partir desta análise afirma que “Os burocratas dos sindicatos estarão contra, em regra geral, à criação de comitês de fábrica, assim como se opõem a todo processo audacioso no caminho das mobilizações das massas. (...). (p. 26). Para Trotsky era necessário compreender que as comissões de fábrica oriundas de ascensos proletários, rebeladas

contra o patronato, estabelecem uma dualidade de poderes dentro do local de trabalho. Nestes processos os trabalhadores auto-organizados entram em disputa direta pela organização do trabalho e da produção. Segundo o autor:

Desde que o comitê aparece, se estabelece de fato uma dualidade de poder na fábrica. Por sua própria essência, esta dualidade de poder é transitória, porque encerra em si mesma dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário. A importância principal dos comitês de fábrica consiste, precisamente, no fato de abrir um período diretamente revolucionário entre o regime burguês e o regime proletário. A onda de ocupações de fábrica em certo número de países demonstra amplamente que a propaganda sobre os comitês de fábrica não é nem prematura nem artificial. Novas ondas desse tipo serão inevitáveis num futuro próximo. É necessário iniciar a tempo uma campanha a favor dos comitês de fábrica para que os acontecimentos não nos peguem de surpresa. (p. 26-27).

Quando se faz uma análise aprofundada do caráter das comissões de fábrica, considerando o papel que pode cumprir na luta pela auto-organização, e contra o patronato e a burguesia, evidencia-se o papel cumprido pela direção do sindicato nas greves do ABC. Ao combaterem as comissões de fábrica, sobretudo naquele período de ascenso proletário, a direção impediu que a organização do operariado se estendesse e se fortalecesse. Bem como impedia o desenvolvimento de um período de crise pré-revolucionária para um período revolucionário. O sindicato só passou a aceitar a existência das comissões quando conseguiu fazer delas apêndices do sindicato, transformando-as em “correia de transmissão” das diretrizes da direção do sindicato do ABC. O sindicato utilizava-se de todo seu aparato para assegurar que seus “aliados” controlassem as comissões.

Embora o movimento grevista de 1978 tenha sido amplo e abrangente, influenciando uma série de outros levantes, enfrentamentos, greves, piquetes e ocupações, faltou enraizá-lo nos locais de trabalho por meio das comissões e assegurar que as propostas oriundas das fábricas fosse organizadas e acatadas. Contrário a isso, “os autênticos” acabaram por levar a cabo uma forma organizativa que isolava e sufocava as comissões de fábrica. Estes “se opunham às comissões de fábrica e se encarregavam de despolitizar o movimento de luta contra a ditadura, despolitizando a luta reivindicativa, barrando a consigna Abaixo a Ditadura, que em 1978 era a tarefa política central de uma ofensiva operária. A esquerda estava dividida entre o apoio ao processo das comissões de fábrica de São Paulo ou aos sindicalistas do ABC”. (CEIB, 2008, p. 64). Ao invés de isolar e sufocar as comissões era necessário assegurar que em cada local de trabalho se votassem delegados revogáveis para constituir um fórum de frente única, democrático, que servisse como centro organizador das lutas que se abriam.

Quando se generaliza o processo de luta contra a ditadura e ressurgem as comissões de fábrica, era urgente a tarefa de preparar a greve geral e massificar a necessidade de um organismo de frente única das massas para a luta política. Um organismo democrático,

baseado em delegados eleitos na base, que armasse a autodefesa contra a repressão, capaz de permitir o desenvolvimento da espontaneidade das massas e levar à superação das direções colaboracionistas e o controle sobre as direções sindicais que apareciam como “combativas”. Que rompesse o cerco corporativo da burocracia pelega, mas também dos sindicalistas “autênticos” do ABC, reunindo em seu interior os delegados das diversas fábricas, mas também os representantes de bairros dos comitês contra a carestia da vida e os delegados dos camponeses sem terra. (CEIB, 2008, p. 64).

Porém, sem a auto-organização nos locais de trabalho, com delegados revogáveis, que permitissem que se expressasse a potencialidade radical das bases em um organismo de frente única, dificultava-se muito a resistência dos operários e a longevidade de sua organização. Com as comissões nos locais de trabalho, eleições diretas e um organismo de unificação e centralização política, poder-se-ia garantir o aprofundamento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras fazendo avançar na sua radicalização, alterando a correlação de forças em favor do operariado. Ainda, fazia-se necessário articular as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras em greve, as pautas democráticas gerais que emergiam da classe trabalhadora brasileira, como o acesso à terra, boicote a dívida externa etc. Sem construir um programa que respondesse aos problemas imediatos e históricos do proletariado brasileiro, e isolando as lutas que ocorriam no ABC das greves, piquetes e ocupações que eram deflagradas em São Paulo, das organizações de bairro, do proletariado agrícola, tornava-se muito mais difícil evitar que a organização refluísse.

SOBRE A GREVE DE 1979

Durante o ciclo de greves de 1979 a capacidade organizativa do operariado do ABC avança muito. A disputa com o patronato acirra-se. A greve geral de 1979 começa a partir do ABC, à meia noite do dia 12 para o dia 13 de maio, iniciando-se com o “turno da noite” sem a presença do sindicato do ABC. Os trabalhadores e trabalhadoras, em assembléia decretaram a greve geral, o próprio sindicato dos metalúrgicos do ABC, mais uma vez, ficou para trás.

No primeiro dia de greve (13 de maio), só em São Bernardo 42 fábricas e 90 mil operários/as estavam paralisados/as. Também em Santo André somavam-se 60 fábricas e 38.622 operários/as em greve. E, em São Caetano foram mais de 25 mil operários/as que aderiram à paralisação. São Bernardo, Santo André e São Caetano juntos somavam 155.000 operários/as em greve. A greve é decretada ilegal pelo Ministério do Trabalho, mas, ainda assim permanece ativa como realidade objetiva. (ANTUNES, 1992: SADER, 1991: SALLES, E., MATOS, D, 2007). Lula e a direção do Sindicato mais uma vez são colocados à frente da direção da greve sem estarem preparados para ela. A insubordinação proletária vinha da base metalúrgica e pressionava as direções sindicais.

Ou seja, semelhante ao que ocorrera em 1978, a greve geral metalúrgica de 1979 rapidamente estendeu-se a outras categorias. Porém este processo dava-se em proporções muito maiores, tratava-se de um novo salto na situação de enfrentamento contra o patronato e a Lei anti-greve do Estado burguês militarizado. “Já haviam entrado em greve quase dois milhões de operários e começavam os piquetes multitudinários, independentes, que se auto-denominavam “ corrente de trabalhadores” ou “piquetões””. Segundo Giannotti (2007)

(...) Os piquetes, conhecidos como “piquetões”, começavam com um punhado de ativistas que saía em manifestação/passeata convidando e incentivando todas as fábricas a parar. “Piquetões” de 5 a 10 mil pessoas desfilavam pelos bairros de maior concentração operária de São Paulo. Essa experiência se repetiu, de forma mais limitada, em cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. (p. 224).

As greves criaram uma fratura política-social que permitiam o desencadear de novos movimentos contestatórios. Frente ao avanço do movimento grevista, o Governo e o Patronato reagem, no dia 20 de maio de 1979 tem-se uma série de prisões de operários/as e militantes. No dia 21, as manifestações públicas no estádio Vila Euclides e no Paço Municipal são proibidas pelo Governo Militar-burguês. Tem-se certamente uma nova configuração do movimento grevista com ofensiva da classe trabalhadora contra a política imposta pela ditadura, contra o patronato industrial. A polícia vai para as ruas para dispensar, com pancadas, bombas e tiros as aglomerações operárias.

Foto 3 – Assembléia e 1979



No dia 23 de março (uma quarta-feira), após 10 dias de greve, a direção do sindicato do ABC negocia o acordo de fim de greve com o Ministério do Trabalho, que propõe um “protocolo de intenções” ao operariado em greve, mas esta proposta fica a cabo das demandas expressas na pauta dos metalúrgicos. Lula tenta convencer os grevistas a voltarem ao trabalho, porém sua proposta é recusada pela assembléia. Conforme relata Fernando Henrique Cardoso (2006)

No desenrolar da greve de 1979 em São Bernardo houve um momento no qual coube recurso ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo para julgar os direitos reclamados pelos trabalhadores e a legitimidade da greve (...) Fomos [Fernando Henrique e Almir Pazzianotto, o advogado do sindicato] ao julgamento, pois acreditava que haveria uma decisão histórica, com a vitória dos trabalhadores, pela primeira vez no regime militar. Fomos ao julgamento e houve a vitória (...) Chegamos ao estádio de futebol de Vila Euclides, onde os trabalhadores se reuniam em assembléia. (...) Atravessamos a massa de operários até chegar ao pequeno palanque onde estava Lula. Comunicamos o resultado a Lula, que se dirigiu aos companheiros para encaminhar o fim da greve. A massa protestou, pois continuava altamente mobilizada e desejava alcançar ainda mais resultados do que os acordados pelo TRT, sem perceber que o simples fato de uma decisão considerar a greve legal era histórica. Lula habilmente, para não perder a confiança dos liderados, propôs a continuação da greve, logo aprovada entusiasticamente. Terminada a assembléia tomamos o mesmo carro de volta com Lula e outro dirigente sindical. Lula, que acabava de propor a continuação do movimento, nos diz: “precisamos acabar com esta greve”. (p. 87).

A recusa dos grevistas em voltar ao trabalho evidenciava para o governo ditatorial-burguês a possibilidade de desenvolvimento e radicalização do ascenso operário. Desta forma, o governo decide mobilizar seu aparato repressivo e jurídico contra a mobilização. Manda-se intervir nos Sindicatos de São Bernardo, Santo André e São Caetano. O Estado Ditatorial-burguês, atuando como um comitê de negociação da burguesia explícita a quem serve de fato, para qual classe trabalha. O operariado resolve enfrentar o aparato repressivo, paus e pedras contra escudo, cassetete, cavalaria, camburão e bala.

A direção do sindicato atuava claramente buscando evitar a radicalização das greves, para isso cumpria o papel de tentar esfriar os ânimos de grupos mais radicalizados, bem como buscava controlar os *mecanismos de auto-organização* (comissões de fábrica e comitê de trabalhadores) que surgiam em meio às greves. Esta contenção era operada porque os autênticos entendiam que o sindicato deveria ser o responsável direto que deveria por fim ao impasse entre o radicalizado movimento grevista e o intransigente patronato. Atuando como árbitro entre os interesses do proletariado e o patronato, o sindicato coloca-se como principal sujeito facilitador da conciliação de classe. Com tal intuito norteador, o sindicato do ABC buscava assumir a dianteira nos processos de negociações. Para conseguir o monopólio da representação do operariado, a direção do sindicato

isolava as comissões de fábrica mais radicalizadas e que não podiam colaborar diretamente com os interesses da direção sindical.

Para os autênticos as greves constituíam simplesmente um mecanismo para forçar as negociações com o patronato. Tal orientação contribuiu em grande medida para impedir que outras lideranças mais combativas se formassem a partir das comissões de fábrica. Em resumo pode-se dizer que eram três os mecanismos centrais que permitiram aos autênticos controlar o ascenso dos operários e operárias do ABC: 1) combate as comissões de fábrica, 2) monopólio da representação nas negociações, e por fim a 3) exclusividade do direito de expressar propostas nos fóruns de deliberação coletiva, nas assembleias plebiscitárias apenas a direção do sindicato é que tinha direito a fala. Somados estes monopólios, tinha-se uma blindagem que garantia grande vantagem aos autênticos em relação a outras direções alternativas. A estes três monopólios acrescenta-se ainda o descolamento conseguido pelos autênticos em relação ao grupo dos pelegos. O descolamento dos mecanismos de autodeterminação operária permitiu-lhes, com uma roupagem um pouco mais combativa, manter-se a frente da greve, pois era um sindicato diferente ao de São Paulo (de Joaquinão Pelego) que falava explicitamente “contra a greve”.

Embora Lula e a diretoria do sindicato do ABC não falassem contra a greve, desde o início preparavam seu fim. As greves deveriam limitar-se a funcionar como um instrumento para pressionar o patronato a sentar-se à mesa de negociações. Estas direções nem sequer cogitavam a hipótese de unificação das greves para lutar efetivamente pela derrubada da ditadura militar-burguesa. Lula inclusive se dizia contra uma greve geral alegando que as reivindicações dos metalúrgicos do ABC eram diferentes das dos metalúrgicos do interior e de outras categorias. (SALLES, E., MATOS, D. 2007).

Foto 4 – Assembléia no Estádio Vila Euclides em 1979



Amparada pelo clima popular de organização, a greve do ABC contou com ampla solidariedade nacional. A burguesia responde a isso, lançando uma campanha televisiva em favor do governo Ditatorial-burguês e do patronato afirmando que os trabalhadores do ABC eram privilegiados, que tem os maiores salários do país, etc (ANTUNES, 1992).

Na assembléia geral de terça-feira (27 de março), completados 15 dias de greve, em uma votação apertada, sob insistência de Lula que queria acabar com a greve, a maioria decidiu pela volta ao trabalho e uma “trégua” de 45 dias para que o patronato apresentasse uma nova proposta. Ainda assim, o patronato preparou a retaliação ao operariado havia se organizado para lutar por suas demandas, muitos trabalhadores são demitidos.

A greve geral de 1979 teve importantes avanços organizativos, foi qualitativamente mais intensa e extensa que àquela de 1978, tanto em organização quanto em alcance. Em 1978 ocorreram uma série de paralisações parciais e greves, que ocorreram de forma dispersa e não coesa. Mas em 1979 a greve articulou amplos setores da categoria metalúrgica e uma significativa base de apoio ao operariado do ABC. O movimento além de conquistar parte de suas pautas, avançou também em sua organização e articulação, demonstrando avanço não só quantitativo, mas também qualitativo, pois suas manifestações paralisaram, só no ABC, mais de 150.000 trabalhadores, e ainda estendeu-

se a outras categorias, cidades e estados. Somou-se um total de 436 estabelecimentos em greve no País com mais de 3 milhões de trabalhadores paralisados (ANTUNES, 1992, SADER, 1991).

Com as paralisações parciais de 1978 e a greve geral metalúrgica de 1979, a correlação de forças altera-se em favor dos trabalhadores e contra o patronato e o Estado burguês-militarizado. A onda proletária insurgente estava em ascensão. Em abril de 1979 é realizado em São Paulo o Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Porém, ainda neste momento não houve articulação orgânica entre os metalúrgicos de São Paulo em luta e os metalúrgicos do ABC. Estes núcleos de mobilização nacional não se entendiam enquanto vanguarda proletária do país, com possibilidade objetiva de re-determinar o desenvolvimento social e político do Brasil.

O movimento mostrava-se forte o suficiente para determinar mudanças político-salariais no País e influenciar outros movimentos, como a greve desencadeada pela Oposição Sindical em São Paulo que envolveu mais de 300 mil trabalhadores que exigiam a unificação com ABC para vingar a morte de Santo Dias, operário grevista assassinado em um piquete com um tiro nas costas, efetuado pelo policial militar Herculano Leonel a serviço da ditadura militar-burguesa. Outros segmentos sociais também saíram em luta pelos seus direitos, fazendo greve, contrariando portanto a lei anti-greve do governo militar-burguês, como os trabalhadores e professores da USP (Universidade de São Paulo) que deflagraram greve em 1979 (SALLES, E., MATOS, D., 2007). Ainda, outros segmentos decretaram greves, como observa Eduardo Noronha (1991), no trabalho *A explosão da greves na década de 1980*

Neste ano, além dos metalúrgicos, que continuaram a liderar o movimento, com 18,3% das greves e 31,1% das jornadas perdidas, novas categorias do setor privado entraram em cena: os trabalhadores da construção (8,1% das greves e 10,5% das jornadas), os motoristas e cobradores (8,9 % e 3,0 %) e algumas outras categorias do setor industrial. Além desses, dois outros segmentos, o dos médicos (7,7 % e 3, 0 %), e dos professores (9,3 % e 35, 4 %), deram início a movimentos que ao longo do tempo os transformariam nos principais grupos grevistas dos assalariados de classe média. (p. 105).

Frente à ofensiva do proletariado contra o patronato e o Estado burguês-militarizado, fazia-se urgente impor um fim ao risco de derrubada do regime de exceção, tornou-se então estratégico derrotar o operariado organizado, e redefinir a autoridade das políticas governamentais e patronais. O projeto passava por buscar, a todo custo, controlar totalmente o tipo de abertura que seria permitida, restringindo e reprimindo as alternativas apresentadas pelos trabalhadores por via direta.

Assim, também em 1979 o operariado foi alvo de intensa repressão patronal e governamental, além dos ataques que o operariado sofreu das Forças Armadas, terminada a greve o patronato inicia uma nova onda de demissões. Frente a este duplo ataque da patronal e do Estado, o

operariado do ABC novamente ficou isolado. Não conseguiu ligar-se organicamente a outros processos de luta operária que acontecia em São Paulo. Somou-se a este isolamento o boicote político levado a cabo pelos partidos stalinistas brasileiros, o PCB, PC do B e MR8. Estes negaram qualquer forma de solidariedade aos levantes dos trabalhadores e trabalhadoras do ABC. Para estes partidos, os enfrentamentos desencadeados a partir do ABC significavam uma afronta ao Estado burguês-militar e a toda “burguesia democrática”, com isso para os stalinistas, os levantes atrapalhava a transição da ditadura para democracia burguesa. Conforme aponta Santana (2001) no caso do PCB:

Se em 1978, o tom era de muito mais apoio e percepção de possibilidades, agora já se sentem críticas a determinadas posturas e receio de que as possibilidades fossem de resultados negativos, tanto para os trabalhadores como para a sociedade, na busca por democratização. Essa posição do partido se acirrará em movimentos futuros, na medida em que tinha ligação, também, com a consolidação de um bloco alternativo às posturas do PCB. (p. 193).

Os partidos stalinistas, ao invés de se aliarem com o proletariado em ascenso preferiram manter-se nas fileiras dos setores “mais democráticos” do movimento sindical, como forma de enfraquecer a ala representada pelos “autênticos”. Com isso, as organizações stalinistas acabaram por organizar-se com o setor dos “pelegos”. Esta fração reformista era a mais expressiva preocupada em não afrontar o regime.

Diante desse espetacular processo de luta operária em São Paulo, o PCB e o MR-8 - aliados diretos dos pelegos -, e o PCdoB - que se colocava como “opositor” -, todos juntos faziam de tudo contra as greves, pois em sua estratégia de conciliação de classes com a burguesia “opositora” - e a aliança com os pelegos - defendiam a transição pacífica para a “democracia” e consideravam que as greves deveriam se restringir à luta salarial para não “atrapalhar” a “abertura”. O PCB publicou um folheto com o título “Chega de Aventuras”, sem tocar na traição do pelego Joaquinzão e ainda defendendo que a repressão patronal pós-greve era culpa dos que estiveram à frente das lutas. Este era o nefasto papel que cumpria a burocracia stalinista junto com os pelegos, aliando-se à burguesia para trair as greves em nome de garantir a “abertura”. (CEIB, 2008, p. 24-25).

De forma geral, podemos considerar que de fato o operariado do ABC tirou uma série de lições das greves de 1979, esta foi organizada de forma muito mais qualitativa do que as greves e paralisações de 1978. Ainda no plano sindical-organizativo os sindicalistas tentam canalizar também as mobilizações de 1979 em um novo encontro operário, que foi realizado em fevereiro de 1980. Este ficou conhecido como “Encontro de João Monlevade”, cidade de Minas Gerais. Foi sediado no Sindicato dos metalúrgicos. Segundo Rodrigues “Do encontro participaram líderes de pastorais operárias, de atividades comunitárias de base, das oposições sindicais, além de diretores de sindicatos oficiais”. (p. 17).

Ou seja, a dinâmica do movimento operário do ABC apontava que a organização proletária no país teria continuidade. Internacionalmente desencadearam-se outros levantes de trabalhadores contribuindo com o quadro geral de mobilizações. No mesmo período em outros países também eclodiram ações proletárias radicalizadas, como na Nicarágua em 17 de julho de 1979, quando trabalhadores, camponeses e estudantes, acabavam de derrubar a ditadura de Somoza. Também na Polônia, com a Comuna de Gdanski, os trabalhadores desencadeiam uma grande greve e insurreição política.

Com mobilizações operárias acontecendo dentro e fora do Brasil, diante do risco premente da radicalização do movimento operário brasileiro, que se organizava cada vez mais, o governo foi obrigado a ceder em alguns pontos para neutralizar o risco de ser derrubado pela insurgência proletária. Assim, como forma de desmobilizar os/as operários/as radicalizados, o governo Ditatorial-burguês viu-se obrigado a fazer uma concessão parlamentar eleitoral, em dezembro de 1979 modificou a legislação eleitoral e restabeleceu o pluripartidarismo partidário, com isso o ARENA (partido do governo Ditatorial-burguês) tornou-se Partido Democrático Social (PDS). E o MDB tornou-se PMDB. As lideranças sindicais do ABC, aliados com setores da igreja católica, sindicalistas e intelectuais lançam o “*movimento pró-PT*”, que objetivava criar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Além destes, outros partidos foram criados, como o Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Popular - PP e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Já os partidos que se reivindicavam comunistas continuaram sendo considerados ilegais. Interessante observar que, mais atrasados do que o regime ditatorial, o PCB, PC do B e MR8 posicionavam-se contra a fundação do PT. Para o estes partidos de matriz stalinistas, os operários deveriam lutar apenas pelo reajuste salarial, como pauta única. Com a ampliação da pauta dos metalúrgicos e a discussão de formarem um novo partido dos trabalhadores, em que a burguesia não poderia participar, estes partidos passam a demonstrar hostilidade também em relação a proposição de atuação partidária oriunda de setores do movimento dos operários do ABC. Entendiam que os operários e sindicalistas não deveriam fundar um novo partido, mas sim, ligar-se ao MDB junto com as frações burguesia que eram entendidas como progressistas, compondo assim a luta pelo restabelecimento da democracia burguesa no país.

SOBRE A GREVE DE 1980

Além da legalização de partidos políticos e a lei de anistia de 1979, outra resposta do governo ditatorial-burguês as mobilizações proletárias e operárias foi definir uma nova política

salarial, com regime diferenciado de aumentos, com conseqüente diferenciação de salários e correções periódicas. Com isso visava-se dividir os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, impondo mais obstáculos às mobilizações operárias, o que por sua vez deveria reduzir os motivos e as possibilidades de greve, pois dificultaria a mobilização coletiva da categoria. De acordo com a política salarial do governo, o operariado não poderia mais definir seus próprios reajustes. Com isso, seria possível também desvincular os aumentos de lucros do patronato, fruto do bom desempenho do setor, da obrigatoriedade dos reajustes salariais dos/as operários/as. Facilitaria assim a acumulação de capital para os industriais.

Porém, para o descontentamento do governo ditatorial-burguês e do patronato industrial, a proposta não teve aceitação no ABC paulista. Tendo como substrato as paralisações de 1978 e a greve geral metalúrgica de 1979, estes resolvem dar início novamente a uma campanha em separado da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e do restante dos metalúrgicos do interior. Esta mobilização dos metalúrgicos do ABC foi pautada em um amplo processo de discussão no ABC, até 30 de março 1980, onde se decidiu pela greve geral, foram realizadas cerca de 300 assembléias preparatórias, onde se discutiu a construção da pauta e formas de mobilização, como a “Comissão dos 400” eleita a partir das fábricas, que deveria ser o centro político da greve. (ANTUNES, 1992).

Seguindo deliberação de assembléia geral de 1980, com a presença de cerca de 66 mil operários/as, declara-se greve geral a partir de 1º de abril de 1980³². Aderiram a esta proposta de greve, num primeiro momento, mais de trinta sindicatos, não só do ABC, mas também de Sertãozinho, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Araraquara, Américo Brasiliense, Ourinhos, Mococa, Jundiaí, Lorena (ANTUNES, 1992). O proletariado brasileiro novamente desencadeava centenas de greves, piquetes e ocupações, afrontando diretamente a Lei antigreve do Estado burguês-militar.

No mesmo dia que eclode a greve geral, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que emitia a condenação jurídica das greves, que eram então seguidas pela intervenção do exército e da política, declara-se incompetente para julgar a ilegalidade. Isso porque a greve envolvia muitos sindicatos de muitas cidades, muito para além da região do ABC. A declaração do Tribunal Regional do Trabalho foi comemorada pelos metalúrgicos como uma conquista da greve.

Porém, para não deixar o patronato e o Estado burguês-militar sem respaldo jurídico, o Tribunal Regional do Trabalho lança uma contraproposta em relação à pauta apresentada pelo

movimento grevista, por meio desta proposta consegue que setores dos metalúrgicos (principalmente do interior que tinham salários menores) voltem ao trabalho. Mas o ABC ainda considera que o acordo proposto rebaixa o piso salarial no ABC. Os grevistas entendiam que o patronato do ABC podia conceder maiores aumentos, e que é possível conseguir maiores reajustes. Assim, “Dos 140 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, cerca de 90% permanecem em greve”. (ANTUNES, 1992, p.71). Dadas as experiências adquiridas com as últimas greves e mobilizações, somadas a intensa organização e debates que precederam a deflagração da greve de 1980, os trabalhadores e trabalhadoras já estavam preparados para uma greve de longa duração, e mostravam-se predispostos a enfrentar seus desdobramentos.

O ABC, também não era um bloco homogêneo, assim como a classe operária também não o é, apenas oito dias depois de decretada a greve geral, em São Caetano a greve é encerrada. O Sindicato de São Caetano sai da greve no dia 8 de abril de 1980, mas São Bernardo, Diadema e Santo André mantiveram a greve. Neste momento permaneciam em greve cerca de 170 mil operários/as. (ANTUNES, 1992, p. 72). No dia 14 de abril de 1980, o Tribunal Regional do Trabalho, fazendo valer os interesses do patronato, da burguesia e do Estado, declarou a greve ilegal. O argumento utilizado para o novo parecer era que, como muitos sindicatos havia decretado fim de suas greves, agora, apenas dois sindicatos eram responsáveis pela greve do ABC, o sindicato de São Bernardo e de Santo André, ambos sob instância do TRT. Sem a preocupação de suas direções em unificar a greve do ABC com as mobilizações que eram desencadeadas em São Paulo, consolidou-se seu isolamento. Ainda assim, em assembléia geral em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários/as deliberou-se pela manutenção da greve, e ainda denunciavam:

Estão lutando contra os trabalhadores como se fôssemos inimigos da pátria, ladrões, assassinos. Patrões, polícia, governo, tribunais, rádio, televisão, jornal, tudo enfim, é utilizado para massacrar homens e mulheres que pacificamente, lutam por reivindicações reconhecidamente justas. (“Ao Povo Brasileiro: Por que continuamos em Greve”. Documento da Diretoria do sindicato dos trabalhadores, 15/04/80).

Frente à resistência dos grevistas de São Bernardo, o patronato queria ceder às exigências e atender parte das reivindicações. Porém o governo militar-burguês não podia aceitar ser derrotado pelo operariado insurrecto, não se tratava apenas de uma questão salarial, novamente era a própria ordem social e política que estava em jogo naquele momento, ceder aos grevistas implicava reconhecer o poder de pressão daquele movimento e ainda permitir um precedente muito grande para novas ações radicalizadas contra o governo. O Governo ditatorial-burguês buscou impor uma

³² Realizaram-se assembléias simultâneas em São Bernardo com 60 mil operários, em Santo André, com 4 mil operários

derrota exemplar ao movimento operário do ABC, sendo que já no dia 19 de abril de 1980 é decretada a intervenção nos sindicatos. O Governo orientou o patronato a não ceder às pressões dos trabalhadores, assegurando que o Banco Central e o Banco do Brasil arcariam com todos os prejuízos da greve.

Com 19 dias de greve o Dops realiza uma série de prisões aos dirigentes sindicais e militantes. Toda diretoria do Sindicato de São Bernardo é presa. Também são proibidas as reuniões e assembleias operárias em prédios e espaços públicos, tal como o Estádio da Vila Euclides. A prisão da direção do sindicato gerou impactos tanto sobre os trabalhadores como sobre o patronato. O patronato sentiu-se representado pelo Estado, conseguindo maior respaldo para demitir e reprimir trabalhadores. No seio do operariado intensifica-se a ojeriza contra o governo e o patronato. Porém, a organização dos trabalhadores era tão complexa que a prisão da diretoria não pode fazer a greve refluir, por conta da “Comissão dos 400” qualquer trabalhador que fosse preso poderia ser substituído rapidamente dando prosseguimento à greve.

Como estavam proibidas as reuniões e assembleias operárias em prédios e espaços públicos, bem como no Estádio da Vila Euclides, nesse momento os trabalhadores passam a realizar suas assembleias na Igreja da Matriz (a seguir temos uma imagem desta ocupada pelos trabalhadores). Mas ainda assim, no dia 23 de abril, decorridos 23 dias de greve, em São Bernardo 90% dos/as operários/as decidem por manterem-se paralisados, em Santo André a porcentagem de paralisados chega a 70%. (ANTUNES, 1992). Mas sem dúvida estas proibições, somadas a falta de uma estratégia marxista para organização acabaram dificultando o avanço da organização dos trabalhadores.

Foto 5 – operários em assembléia na Igreja da Matriz em São Bernardo - 1980



Foto 6 – Igreja da Matriz - 2010



A greve encontra apoio nos bairros operários. Mas, as prisões continuam sendo realizadas pela ditadura militar-burguesa, a cada nova assembléia operária novos contingentes de trabalhadores são presos. Além disso, nos locais de trabalho o patronato faz de tudo para aterrorizar os trabalhadores e trabalhadoras, uma parte dos/as operários/as sucumbem e voltam ao trabalho. No dia 1.º de maio, Dia do Trabalho, os/as operários/as do ABC fazem uma caminhada nas ruas do ABC, são centenas de milhares de trabalhadores marchando e cantando o refrão “caminhando e cantando...”, de Geraldo Vandré os operários ocupam o estádio Vila Euclides.

Foto 07 – Assembléia operária em 1980



No dia 4 de maio encerra-se a greve em Santo André. Mas em São Bernardo a greve continua. No dia 5 de maio de 1980, 68 pessoas foram feridas em confronto com a polícia e 40 foram presas. O movimento pró-PT lançou campanha pela libertação dos presos políticos, com o mesmo intuito aconteceu, no dia 8 de maio, uma passeata protagonizada por mulheres e crianças. Enquanto isso o PCB, o PC do B e o MR8 mantinham sua oposição ao movimento grevista. (BERBEL, 1991).

Apenas no dia 11 de maio de 1980, grevistas voltaram ao trabalho. A nota do boletim do comando de greve ainda ameaçava o patronato “atrás de cada máquina eles terão um trabalhador em guerra. Voltamos apenas para evitar a repressão da polícia do governo, face a face e desarmados”. O movimento grevista, mesmo isolado, lutando contra a vontade do governo ditatorial-burguês, do patronato, sob intensa repressão, violência policial e prisões, resistiu durante 41 dias. Desde o início Lula e os autênticos, buscando uma saída negociada a ditadura, temiam a radicalização do proletariado fabril em luta. A greve econômica assumia cada vez mais elementos de uma greve política contra o regime, os autênticos entendiam como necessário controlar o movimento em crescente radicalização, por isso eram incapazes de fazer avançar o movimento, com tudo isso os metalúrgicos ficaram isolados politicamente. Por fim, com o acordo de fim de greve segue-se um processo de demissões em massa e desconto dos dias parados, é refreado o ascenso das massas proletárias contra o regime militar-burguês.

Por sua vez, a luta operária tinha cunho político significativo, para além da luta local/regional do ABC paulista. Tratava-se da manifestação explícita e contínua da insubordinação da classe operária em relação ao governo, expressa em luta contundente contra a política econômica do governo ditatorial-burguês. Ou seja, mesmo derrotada no ABC as greves haviam causado importantes fraturas o regime.

Nos momentos mais críticos das greves do ABC faltou apoio de partidos de esquerda, que alegavam lutar em favor do proletariado brasileiro, estes deveriam ter mobilizado suas bases de influência em apoio aos operários e operárias em greve no ABC e em São Paulo. Porém o PCB, PC do B e MR-8 procuravam abster-se destes processos para não entrar em confronto com a suposta “burguesia nacional”. Estes partidos que se alegavam stalinistas não estavam dispostos a tomar para si a radicalidade pré-revolucionária do proletariado do ABC paulista. Por outro lado, as direções sindicalistas, corporativistas e demais burocratas do sindicalismo de esquerda também não poderiam assumir a tarefa de organizar o proletariado a partir de suas demandas históricas e imediatas. As direções sindicais do grupo dos autênticos não intencionavam estar à frente de um movimento radicalizado que tivesse como objetivo a derrubada da ditadura militar-burguesa. Contrário a isso, a direção do sindicato do ABC buscava impedir que o proletariado se insurgisse radicalmente contra a ordem, como relata Lula em entrevista sobre o 1º de Maio de 1980:

O que eu sei é que durante muitos momentos, entre 78 e 80, não aconteceram coisas maiores no ABC porque a gente da diretoria não deixava acontecer (...). Uma vez tive que segurar um trabalhador entrando com bombas dentro da calça, a gente tinha que pegar o cara convencer que aquela não era a maneira correta naquele momento (...). Outra vez, o pessoal queria tocar fogo na Brastemp, e a gente tinha que convencer as pessoas politicamente que não era

necessário fazer aquilo. Eu digo pra você que, se alguém dá um tiro naquele 1º de maio, teria uma carnificina em São Bernardo, não sei se estouraria uma guerra civil, mas tinha muito trabalhador preparado, muitos trabalhadores que agente passava semanas tentando mostrar para eles que esse caminho é o fim do que agente está pensando em fazer, nós não temos como resistir se começar uma coisa dessas. (LULA respondendo ao entrevistador José Arbex Jr. Revista Caros Amigos, 2000).

Esta disposição latente dos trabalhadores poderia ter sido aproveitada como ponto de partida para ações mais contundentes, que assegurassem o atendimento de demandas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros(as), com derrubada da ditadura e instituição de uma assembléia popular soberana, que abrissem os arquivos da ditadura e punisse todos os torturadores e toda sua base de apoio (empresários, patrões, militares e políticos). Também Matos (2011), destaca que estas greves, como expressão mais radicalizada das greves que eclodiram durante a década de 1970, poderiam ter sido convertidas:

(...) Em uma greve geral política de caráter insurrecional pela derrubada da ditadura militar, colocando em pé um governo dos trabalhadores aliado aos camponeses pobres e demais setores explorados e oprimidos da sociedade, baseado em organismos de democracia direta das massas e em milícias a eles subordinados que os defendessem das investidas contra-revolucionárias da burguesia; implementassem um programa que respondesse às demandas mais sentidas pela população e aos problemas estruturais do país. Entretanto esta perspectiva estratégica nunca foi colocada. (MATOS, 2011. p. 139).

Mas não era esse o interesse de Lula e seus companheiros do sindicato. Os autênticos, sem disposição para enfrentar-se contra a ordem, não podiam canalizar toda radicalidade que o movimento tinha potencial de assumir. Assim, esta base social e política radicalizada, que em diversos momentos se coloca à frente da direção, acabou não encontrando canais que permitissem que toda sua potencialidade fosse expressa em um programa político-social. As lideranças sindicalistas não vislumbrassem além das ações sindicais-corporativas imediatas que podiam ser negociadas com o patronato e o governo. Esse sentido, conforme analisa Matos (2011) “(...) a decidida atuação de Lula e os demais sindicalistas “autênticos” foi fundamental para manter essas lutas dentro dos marcos econômicos e corporativos, ao mesmo tempo em que “costuravam” com os setores do MDB uma transição pactuada pela via do Congresso biônico”. (p. 139).

A partir daí teremos um importante refluxo do movimento operário a partir do ABC, que até então representava a vanguarda do combate travado pela classe trabalhadora. Para assegurar a continuidade do ascenso operário iniciado em 1978 era imprescindível a unificação dos/as operários/as do ABC com os/as operários/as de São Paulo liderados pela Oposição Sindical Metalúrgica e demais setores em luta. Esta articulação deveria ter sido empreendida desde o início

do movimento do ABC pelas lideranças sindicais e partidárias. (SALLES, E., MATOS, D, 2007: CEIB, 2008).

Os impactos na subjetividade coletiva do proletariado, desencadeados por essa derrota objetiva da greve foram imensos, tendo como consequência mais latente o intenso refluxo que se seguiu nas bases do ABC. Mesmo com os avanços acumulados nos últimos três anos 1978, 1979 e 1980, a partir de então as mobilizações de massa não seriam retomadas com as mesmas proporções, radicalidade e centralidade proletária. Desta forma, “a derrota da greve metalúrgica de 1980 marcou um ponto de inflexão e o começo de um novo período da luta de classes, já que a ditadura militar conseguiu impedir sua derrubada revolucionária. Esta derrota, essencial para frear o desenvolvimento da situação pré-revolucionária (...)”. (CEIB, 2008, p. 11).

Ao invés de esgotar-se nas bases do ABC, a greve deveria ter sido convertida em um movimento nacional de trabalhadores por uma nova ordem social. Além da livre criação de comissões de fábrica, para ampliar-se, o processo de desenvolvimento coletivo de ações radicais necessitava ser intensificado e extrapolar o ABC paulista, convertendo-se em uma verdadeira luta nacional contra o patronato e a ditadura militar-burguesa.

Conforme já apontado, além da unificação entre os levantes operários de São Bernardo com os de São Paulo, faltou ainda durante todo este processo, que era o maior e mais intenso processo de luta desencadeado pelo proletariado brasileiro, o apoio de partidos e tendências que se reivindicavam socialistas, como o PCB, PC do B e MR8. Estes organizavam a Unidade Sindical, que poderia ser orientada a apoiar de todas as formas possíveis as greves do ABC, porém buscando garantir a transição democrática, negaram-se a lutar para colocar a nova entidade a serviço da luta proletária que era desencadeada pelo operariado do ABC.

Ou seja, o lento processo de transição da *ditadura burguesa* para a *democracia burguesa* que vinha sendo ferreamente controlado pelas classes dominantes, e sem a participação significativa da classe trabalhadora, deixando-se de lado suas demandas históricas, passou por um momento de inflexão, justamente nos anos 1978/1979 e 1980, período em que a classe trabalhadora organizada passa a questionar diretamente o patronato e o Estado burguês-militarizado. O movimento operário do ABC, por meio de greves, piquetes, ocupações, paralisações e enfrentamentos com as forças repressivas do Estado destaca-se, como um guia da luta de classes nacional, como vanguarda da classe trabalhadora.

Frente a tal empecilho, para que as classes dominantes conseguissem dar prosseguimento a seu projeto de transição, que mantinha a ordem de classes e a subalternização do proletariado

brasileiro, tornou-se central derrotar o movimento operário do ABC. Para derrotar este ascenso de greves, piquetes, ocupações e paralisações, o regime buscará lançar mão de todas as armas que possuía. Uma das vias utilizadas será buscar fazer acordos de cúpula com os principais grupos e dirigentes sindicais, em separado aos movimentos que eclodiam. Também decretará prisões, cassações de mandatos, perseguições políticas, “fechamento” de sindicatos, e demais formas de coação possíveis. Articulado com o patronato buscará demitir os trabalhadores e trabalhadoras militantes. Com apoio da mídia burguesa lançará campanhas difamatórias contra os grevistas, buscando desmoralizá-los frente à opinião pública, etc.

Também contribuiu para drenar o poder de pressão e organização do ascenso grevistas as posturas políticas e sociais adotadas pelas lideranças dos sindicatos, que coadunam com a proposta de transição elaborada por setores da burguesia e dos militares, “os dirigentes “autênticos” do ABC foram os atores centrais que garantiram a armadilha da transição burguesa, utilizando a autoridade conquistada por terem dirigido as principais lutas operárias deste período. (CEIB, 2008, p. 22). Além destes, devemos considerar o imenso prejuízo político e organizativo causado pelo isolamento que fora imposto ao movimento operário do ABC em relação a outras mobilizações que ocorriam no mesmo período, este soma-se ao isolamento das comissões de fábrica combativas, bem como a cooptação das comissões de fábrica reformistas, que servira de base de apoio aos autênticos.

Por fim deve-se considerar ainda a contínua e intensa repressão desencadeada pelo Estado e patronato, dentro e fora dos locais de trabalho, sobre o operariado, e a pressão social e política que os setores “democráticos” faziam sobre o movimento operário do ABC, acusando-o de radicalista. Com tudo isso, a radicalidade deste movimento é sufocada por uma série de mecanismos internos e externos ao movimento operário, que construiu bases para a transição por via eleitoral e não da derrubada do regime e de sua base de apoio.

Assim, com o desvio da luta de classes para o terreno eleitoral, os militares e a burguesia com a ajuda dos reformistas aprofundaram os mecanismos da transição negociada, de mudança do regime militar para um regime democrático que conservasse os marcos do Estado burguês. Começou a primar a armadilha da abertura democrática por cima, com seus mecanismos institucionais, colocando no centro a luta pela legalidade dos partidos. O período posterior à derrota metalúrgica, ainda que mantivesse uma alta porcentagem de greves, manifestações e lutas, adquirirá outro caráter - mais popular, sem centralidade operária - e estará marcado pela generalização da ilusão na democracia em geral sem conteúdo de classe. Em 1984, com a vitória de Tancredo Neves (no Colégio Eleitoral depois da derrota da campanha das Diretas) como candidato da Aliança Democrática e a posse de José Sarney (vice que assumiu com a morte de Tancredo em 1985), consumou-se o triunfo da burguesia e do seu sistema social - a ditadura do capital -, agora com a roupagem democrática. (CEIB, p. 11-12).

O MOVIMENTO OPERÁRIO DURANTE A DÉCADA DE 1980

Durante toda a década de 1980 o país vivenciará um novo período de crise econômica, classificado por Carneiro como “crise da dívida externa”. Segundo o autor, durante esta década teria ocorrido uma deterioração global da situação econômica, com piora dos termos de troca, ao mesmo tempo em que ficavam escassos os financiamentos externos. Em meio a este quadro ocorria a transferência de recursos nacionais para o pagamento da dívida externa. (p. 115).

Combinando-se o aumento dos juros da dívida externa com estagnação de mercados, o Brasil comprometerá sua arrecadação com o pagamento dos juros da dívida externa e com isso, viverá uma crise duradoura nos anos 1980, que gerou estagnação de recursos estatais para investimentos internos e arrocho salarial (CARNEIRO, 2002: CORSI, 2006: SINGER, 1987). O patronato e a burguesia manterão os salários estagnados, e com a proteção do mercado podia-se elevar os preços internos que penalizavam o proletariado, a inflação crescente corroerá os salários, este será o motivo principal das quatro greves gerais que serão desencadeadas durante a década de 1980 (1983, 1986, 1987 e 1989).

Frente a crise econômica, que articulava-se com a crise do Estado-ditatorial, uma série de mobilizações, greves e ocupações serão desencadeadas a partir dos diversos locais de trabalho. No caso do ABC, a derrota da greve de 1980 produz um importante refluxo no conjunto do movimento operário e na reorganização grevista. Porém este refluxo geral não significa a ausência de greves na região. Em muitas fábricas importantes do ABC as mobilizações continuaram. Nas fábricas mais importantes, com maior número de trabalhadores e trabalhadoras, continuaram a eclodir greves. Este é o caso do operariado da Volks, Ford, Mercedes, Scania, Brastemp, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), etc.

O que se pode reter como elemento positivo é que, mesmo a derrota do movimento grevista de 1980 não pode reverter o desgaste que o governo e o patronato foram expostos pela ação operária organizada. Nesse ínterim, a classe operária brasileira destaca-se nacionalmente como sujeito político organizado contra o governo e o patronato, depois de ter se projetado nacionalmente com as greves operárias do ABC decorrida a partir de 1978, 1979 e 1980, ainda que aquém de sua potencialidade, a projeção da luta capital-trabalho ultrapassa sua dimensão local influenciando uma série de outros movimentos sociais no Brasil, ou seja, o refluxo que se abre no ABC não impede que as greves, piquetes e ocupações sigam um fluxo crescente pelo restante do país. Mesmo com o refluxo da atividade contestatória do conjunto do operariado do ABC, as mobilizações continuavam a eclodir de forma crescente em outros estados, cidades e regiões. Os trabalhadores e trabalhadoras,

nos diversos locais de trabalho, continuam a se organizar. No mesmo ano, em julho, é realizado o Encontro de São Bernardo. Dois meses depois, entre os dias 13 e 14 de setembro de 1980 é realizado, em Nova Iguaçu no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à estrutura Sindical (ENTOES). (Rodrigues, 1991).

Dentro e fora das fábricas mobilizações operárias continuavam a acontecer durante toda a década de 1980, entre exemplos mais importantes estão a greve da Ford em 1981, a greve geral de 1983, a segunda greve geral em 1986, a ocupação com enfrentamento armado com o exército na Companhia Siderúrgica Nacional em 1988, seguidas pelas greves com ocupações da Belco-Mineira e da Mannesmann em 1989. Além da multiplicação de confrontos radicalizados, a classe trabalhadora brasileira construiu também organizações de massa. Isso pode-se evidenciar pela organização da classe trabalhadora durante toda a década de 1980, pois a legislação anti-greve passa a ser ignorada, além dos metalúrgicos muitas outras categorias passam a fazer greve. Ainda como desdobramento das greves do ABC tem-se a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), Conclat (1981), CUT (1983), CGT (1986).

Até 1983, ano a primeira greve geral da década, eclode uma série de greves em diversas regiões do país. As direções sindicais e políticas, tal como o Sindicato do ABC, CUT (fundada em 1983 sob hegemonia do PT), PT, as direções stalinistas (PCB, PC do B, MR8) e CGT, vivenciarão estes ascensos porém preocupados em construir o *Pacto de Transição*, e buscando conquistar cargos no “Novo Regime” burguês em processo de desmilitarização, estas direções políticas e sindicais furtar-se-ão do desafio de buscar unificar as lutas que eclodem durante toda a década em um programa independente para a classe trabalhadora.

A estas mobilizações e a crise financeira, o patronato respondia com demissões em massa. A Volkswagen de São Bernardo do Campo, em janeiro de 1981, anunciou a demissão de 3 mil trabalhadores, colocando mais 7000 em férias, além disso a empresa, ainda que sem sucesso, procura implantar uma técnica toyotista de produção CCQ (Circulo de controle de Qualidade). Também houve 457 demissões na Ford em julho, e mais demissões na Mercedes, na Merico, na Artebe... Como resposta os operários da Ford de São Bernardo desencadeiam uma greve dentro da fábrica que dura 6 dias, sendo que uma das condições para a saída da greve foi a criação de uma sua comissão de fábrica. A resposta do Sindicato a essa enxurrada repressiva foi, em junho, um insuficiente ato na Praça da Sé que foi chamado de “*Campanha Nacional contra o desemprego*”.

Em junho de 1981 é organizado o *Encontro de Vitória*, onde aprova-se a criação de uma central única de trabalhadores, a qual o PCB, PC do B e MR8 foram contrário. Em agosto do

mesmo ano é realizado em Praia Grande (SP) a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), segundo Leôncio Rodrigues, está seria a primeira e última grande conferência em que participam praticamente todas as frações de militantes do movimento operário. Ao final da conferência propôs-se a realização de novo encontro para o ano seguinte, onde se previa a fundação da CUT. Mas a criação de uma central sobre hegemonia do Novo Sindicalismo não era consensual, como destaca Antunes, 1991:

No I CONCLAT (1981) desenhava-se, entretanto, uma forte polarização: de um lado encontraram-se aqueles que defendiam um sindicalismo de perfil classista, mais combativo e, de outro, aqueles que apregoavam um sindicalismo de perfil mais conciliador, mais moderado. No primeiro bloco encontrava-se o que de mais expressivo havia no novo sindicalismo, com Lula, Olívio Dutra etc. Este bloco foi responsável pela criação da CUT. (p. 46)

No bloco opositor à criação da Central encontravam-se os stalinistas do PCB, PC do B e MR8, bem como setores mais pelegos do PMDB, estes entendiam que com a fundação da nova central perderiam de vez a possibilidade de hegemonizar a direção o movimento sindical. Como não conseguiram evitar a aprovação da criação da central, buscaram justificativas para adiar o próximo encontro da CONCLAT. Alegaram impossibilidades de realizar o encontro em 1982 por se tratar de um ano eleitoral, por fim acabaram conseguindo adiar a conferência para 1983. (Leôncio Rodrigues, 1991). Conforme analisa Antunes, delineavam-se assim, dois pólos do movimento sindical brasileiro, os classistas e combativos pró-CUT e os conciliadores e moderados:

No outro pólo, no sindicalismo mais conciliador e moderado – então denominado Unidade Sindical – soldava-se uma aliança entre o peleguismo moderno do tipo Joaquim dos Santos Andrade e os setores sindicais vinculados à esquerda tradicional, PCB e MR8 que contou com a adesão de sindicalistas ligados ao PC do B. Este núcleo tinha também apoio expressivo de José Francisco da Silva, presidente da CONTAG. Este bloco foi responsável pela criação da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que depois denominou-se CGT. (p. 46-47).

Os dirigente partidários e os sindicalistas do PCB, PC do B e MR8, bem como setores mais pelegos do PMDB estavam na contramão dos desdobramentos da luta operária. Defendiam a conciliação de classes, enquanto o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras queriam ampliar suas liberdades e conquistas por meio da luta direta contra o patronato e o governo. Como ficou claro com a greve dos operários e operárias da Volkswagen, e também com a greve e ocupação desencadeada pelos operários da Ford em 1981.

Em setembro de 1981 a administração da Volkswagen propunha a redução da jornada de trabalho com redução dos salários. A proposta patronal foi rechaçada sem medo pelos operários e operárias da empresa. O Sindicato de São Bernardo apoiou os operários da Volks, fez campanha

contra esta iniciativa patronal e propôs um plebiscito interno para que os trabalhadores votassem a proposta da empresa. O plebiscito aconteceu, e a empresa perdeu no ABC.

Apenas dois meses depois, em 20 novembro de 1981 operários da Ford de São Bernardo fazem 1 hora de paralisação como forma de protesto contra as prisões de operários que dirigiam greves e mobilizações e, por isso, tinham sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Três dias depois da paralisação, a direção da empresa decidiu demitir 12 operários em represaria. Frente a isso os operários deliberaram em assembléia por decretar greve com ocupação da fábrica por tempo indeterminado. (ANTUNES, 1991).

Também no ano seguinte, em 1982, desencadeiam-se outras greves e paralisações. Os operários e operárias da Volkswagen pararam por um dia. Em maio o sindicato de São Bernardo convoca uma assembléia delibera-se pela greve da categoria, a greve vai de 10 a 15 de maio. De junho a dezembro de 1982 têm-se outras greves que foram acontecendo de forma desordenada, por isso a onda grevista de 1982 foi chamada de “greve pipoca”. Em outubro na Ford tem-se uma greve de sete horas e trinta minutos, que freia as demissões e negocia estabilidade de noventa dias. Existia ainda uma certa tendência para radicalização nas bases metalúrgicas, sendo que em algumas fábricas cogitou-se a hipótese de tomada da fábrica com controle operário. (PARANHOS, 1999). Mas a direção do Sindicato e ala majoritária do Partido dos Trabalhadores (a Articulação-PT) apontavam outros caminhos para os trabalhadores que não o enfrentamento com o patronato e a burguesia.

A vida sindical fazia-se intensa. Em meio às greves, piquetes, paralisações e passeatas, os trabalhadores e trabalhadoras ainda buscavam organizar encontros para construir novas entidades que pudessem representar seus interesses mais candentes. Já em junho de 1982 realizou-se em Goiânia o VI encontro Nacional da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANANPOS), entre as principais preocupações do encontro estava evitar o adiamento da CONCLAT, imposto pelos partidos e correntes stalinistas, e a criação da CUT.

Em contraposição aos interesses do PCB, PC do B e MR8 a Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 1983, ano da greve dos petroleiros e de nova onda mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste ano só no ABC foram registradas 62 greves, sendo que a greve das montadoras desencadeada em novembro de 1983 durou dez dias. Somou-se ainda as greves do ABC as do Município de São Paulo, neste foram registradas mais 34 greves (RENNER, 2002). Ainda, entre as mobilizações deste ano, será deflagrada uma greve geral de junho de 1983 contra a política salarial do governo e por liberdade sindical. Para conter a inflação econômica o governo

novamente resolve arrochar os salários e cassa militantes sindicais. Segundo Antunes (1991) e Boito (1999), a greve geral de 1983, que durou apenas um dia, envolveu cerca de 3 milhões de trabalhadores (ANTUNES, 1991). Conforme análise de Boito (1999), a greve geral de 1983

(...) ainda sob o governo militar, foi um protesto contra o decreto que alterava a política salarial, reduzindo o índice de reajuste automático das faixas salariais acima de três salários mínimos a um patamar inferior ao da inflação, e contra as deposições, pelo governo militar, de diretorias sindicais que vinham organizando greves contra a política econômica do governo. A greve de 1983 também fazia agitação contra o pagamento da dívida externa. (p. 133).

Esta greve geral, assim como as outras três greves gerais que serão convocadas pelas direções partidárias, sindicais, movimentos sociais e pela Igreja, durante a década de 1980, não foi tomada em seu sentido estratégico mais profundo. Trotsky analisava que as greves gerais são instrumentos da classe trabalhadora que colocam em questão a própria dominação patronal e burguesa vigentes sobre a ordem capitalista. Desta forma, como as greves gerais colocam sempre a possibilidade de abrirem-se intensos processos repressivos, só podem se cogitadas em momentos que o proletariado está organizado e coeso, pronto para combater as forças repressivas do Estado e da burguesia. Assim, para o autor, com a greve geral demanda elevadíssimo nível de organização dos trabalhadores e trabalhadoras no mais diversos locais de trabalho, esta seria na verdade um instrumento que compõe a política revolucionária, devendo ser utilizada apenas para esse fim. Nas palavras do autor “A importância fundamental da greve geral, independentemente dos êxitos parciais que pode conquistar (mas que também pode não conquistar), radica no fato de que coloca a questão do poder de um modo revolucionário. Paralisando as fábricas, os transportes, todos os meios de comunicação em geral, as centrais elétricas, etc, o proletariado paralisa assim não só a produção, mas também o governo. O poder do Estado fica suspenso no ar³³”.

Uma vez que o poder do Estado fica suspenso no ar, por conta da paralisação do sistema produtivo, comunicação e circulação de mercadorias, para recobrar o controle as forças repressivas podem ser voltadas brutalmente contra a classe trabalhadoras e suas organizações. Para Trotsky, frente a uma greve geral o poder estatal se vê entre dois caminhos:

(...) domar o proletariado mediante a fome e a força obrigando-o a colocar de novo em movimento a maquinaria estatal burguesa, ou retroceder ante o proletariado. Quaisquer que sejam as consignas e o motivo pelos quais haja surgido a greve geral, se esta abarca realmente às massas e se essas massas estão decididas a lutar, a greve geral coloca inevitavelmente ante todas as classes da nação a pergunta: quem será o dono da casa? Os chefes do proletariado devem compreender esta lógica interna da greve geral; do contrário, não são chefes senão diletantes e aventureiros. Politicamente, isto significa: os chefes estão

³³ “Una vez más ¿adónde va Francia?”, fines de marzo de 1935

obrigados a colocar o proletariado o problema da conquista revolucionária do poder. Caso contrário, não devem se aventurar a falar da greve geral. Mas renunciando à greve geral, renunciam por ele mesmo a toda luta revolucionária, ou seja, abandonam o proletariado ao fascismo”³⁴.

Ou seja, como para o autor a greve geral tende a colocar em questão quem determina a ordem produtiva, social e política, este tipo de greve só pode ser levado a cabo coerentemente se os partidos, sindicatos e tendências estão prontos para organizar a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a garantia dos empregos, ou mesmo a autogestão das fábricas e demais centros de produção e distribuição de mercadorias, como se torna inevitável em caso de *boicote patronal*. Ou seja, a greve geral, embora coloque como central a disputa entre as classes sociais a questão do poder de organização social e política da produção, não pode em si mesma resolver definitivamente os impasses entre a patronal e o proletariado. Para isso é necessário que no seio do proletariado insurgente se crie organismos de auto-decisão que estejam prontos a assumir o controle da produção e organização social. Por isso, Trotsky em outros escritos define a greve geral, como prólogo da própria insurreição armada:

(...) uma manifestação grevística de protesto não é ainda uma greve política revolucionária no verdadeiro sentido do termo: é só um ensaio para a preparação da mesma. A greve política revolucionária propriamente dita constitui, por assim dizer, o último ato da luta do proletariado pelo poder. A greve geral, ao paralisar o Estado capitalista em suas funções, coloca a pergunta: Quem manda na casa? Esta questão só se resolve mediante o emprego da força armada. Por isso, uma greve revolucionária que não conduz à insurreição armada culmina inevitavelmente com a derrota do proletariado. Se algum sentido tem as frases de Molotov sobre as greves políticas revolucionárias e “formas mais elevadas de luta”, é o seguinte: em toda o mundo e em forma simultânea ou quase simultânea, a situação revolucionária alcançou tal grau de maturidade que os partidos comunistas do Oriente, do Ocidente, do Sul e do Norte tem colocado a tarefa da greve geral, prólogo imediato à insurreição armada”³⁵

Em outras palavras, como a greve geral jamais resolve o problema do poder, caso esta não culmine na insurreição armada, acaba por construir a desmoralização e a derrota do proletariado. Para o autor, por fora da organização de um combate de classes onde o proletariado e suas direções estejam dispostos a marchar até as últimas conseqüências do enfrentamento dos trabalhadores contra patronato e a burguesia, a greve geral tende a ser um instrumento banalizado, que apenas põe em risco a organização e integridade das fileiras trabalhadoras. Nas palavras do autor “A greve geral não pode ter influência decisiva mais que quando é o prelúdio de uma insurreição”.³⁶

³⁴ “Una vez más ¿adónde va Francia?”, fines de marzo de 1935

³⁵ “El ‘Tercer período’ de los errores de la Internacional Comunista”

³⁶ «Terrorismo y comunismo», 1920

No caso da greve geral de 1983, a análise de Trotsky elucida muito da falta de uma estratégia conseqüente a organização da luta de classe. As greves gerais durante a década de 1980 ao invés de serem colocadas a serviço da derrubada da ordem militar-burguesa, farão parte de um instrumental de pressão pela transição pactuada entre setores dos autênticos, dos militares, do patronato da burguesia e da Igreja.

Prova da pouca eficácia das greves gerais é que, mesmo com a intensa mobilização operária no país, o patronato e a burguesia não recuam. Avançam na introdução de técnicas produtivas que poupam mão-de-obra e geram demissões. Exemplo disso é que nesse ano (1983) a Volkswagen implanta Comando Numéricos Computadorizados, tanto na fermentaria central como na manufatura, e passou também a utilizar o “Jumbo”, um equipamento de solda que pode soldar centenas de pontos de solda por minutos (retomaremos este ponto). Além de constituir avanços tecnológicos importantes estes equipamentos são também formas de poupar mão-de-obra. O sindicato se dividia entre a luta pelas *Diretas já* (iniciada em março de 1983)³⁷ e o apoio às greves. O governo é irresoluto, e em 1983 empreende mais uma intervenção no sindicato do ABC, completando quatro intervenções neste sindicato.

Todas estas mobilizações proporcionaram ampla base para a consolidação da CUT, os setores mais combativos dos trabalhadores e trabalhadoras, tal como a Oposição Sindical de São Paulo, Sindicato do ABC, militantes da Pastoral Operária, Convergência Socialista, O Trabalho, e diversas outras correntes sindicais e políticas, engrossaram suas fileiras. Conforme destaca Boito (1999) “Na segunda metade da década de 1980, as correntes sindicais mais ativas na luta reivindicatória já estavam organizadas na Central Única dos Trabalhadores, ou gravitavam ao seu redor”. (p. 131).

Analisando as forças que compunham a CUT, Antunes (1991), destaca que esta Central sustentava-se sobre “(...) quatro expressivas fatias da classe trabalhadora brasileira: no operariado industrial, nos trabalhadores rurais, nos funcionários públicos e nos trabalhadores vinculados ao setor de serviços”. (p. 50). Segundo Leôncio Rodrigues, “Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista ou trotskista. (p. 35). Segundo Antunes, a ala majoritária da CUT, com cerca de 60 por cento dos integrantes, era representada pela Articulação Sindical, que pautava suas ações na lutas imediatas e econômicas,

³⁷ Entre as principais lideranças desse movimento além de Luiz Inácio Lula da Silva, estavam: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Teotônio Vilela, José Serra, Eduardo Suplicy, Leonel Brizola, Miguel Arraes e José Richa.

reformas sociais e leis de mercado, esta corrente é profundamente influenciada por valores social-democrata (p. 53), esta era a ala de Lula. A Articulação Sindical voltou-se cada vez mais para a negociação com o Estado e o patronato. Segundo Antunes, em 1991 esta ala aceitou compor o Pacto social com Collor.

Mas, contraposta a Articulação Sindical, tinha-se também uma outra ala composta por variadas tendências sindicais e políticas, esta era denominada “CUT pela base”, desta ala faziam parte o Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo (MOMSP), a Democracia Socialista (que se baseava nas idéias de Ernest Mendel e no Secretariado Unificado da Quarta Internacional). Além destes dois grupos principais que compunham a “CUT pela base”, tinha-se ainda uma outra tendência, a Convergência Socialista (que se organizava a partir da Liga Internacional dos Trabalhadores da Quarta Internacional - LIT). Segundo Antunes, quando a “CUT pela base” se organizava com a Convergência, juntas estas correntes chegavam a constituir 40 % da CUT. A *Articulação Sindical*, dos “autênticos”, lutava ferozmente para que tais correntes não aumentassem sua influência. A cada oportunidade a Articulação Sindical agarrava-se às lutas por reformas imediatas como forma de se diferenciar das correntes socialistas, a qual era acusada pela Articulação de ser idealista. Para Boito Junior (1991), mesmo com todas as contradições, a CUT destacou-se “como uma das centrais mais duradouras e talvez como maior capacidade de mobilização da história do sindicalismo brasileiro”.

Com a consolidação desta central sindical o PCB vê minar diante de si a possibilidade de dirigir estes setores sindicais. Em seguida o PCB, PC do B e MR8 perderiam também o monopólio da representabilidade do movimento rural exercido por meio da CONTAG, os militantes do PT e da CUT fundam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 1984 que passam a aglutinar setores expressivos do proletariado do campo. Os stalinistas, em contraposição a CUT, articula-se com setores do sindicalismo pelego e fundam a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1986.

Embora ainda sobrevivesse certa disposição operária para a luta e enfrentamento, aos poucos também vai se transformando a disposição de luta da PT e da CUT. Os partidos, centrais sindicais e tendências políticas dividem seus esforços organizativos em duas frentes principais: as eleições, onde se dedicam cada vez mais as disputa por cargos políticos no governo; e as negociações com as classes dominantes, exercito, etc. onde articulam a desmilitarização da sociedade brasileira.

Já em 1984, com o Sindicato de São Bernardo e Diadema sobre intervenção, recomendou apenas que os operários desencadeassem uma onda de “operações tartaruga”, e greves por empresa. Neste ano o DIEESE registrou um total de 33 greves em São Bernardo e Diadema. (IBIDEM,

2002). Mesmo com certo arrefecimento das direções sindicais, a base operária continua a desencadear greve piquetes e ocupações.

O operariado desde o ABC paulista tinha aprendido a desafiar o patronato, desta forma outras greves importantes foram desencadeadas pelos metalúrgicos do ABC paulista, como por exemplo, a greve de 1985, que durou 54 dias, chegando inclusive a ser declarada ilegal pela ditadura. As ações dos operários do ABC somavam-se as demais ações de enfrentamento do proletariado brasileiro, pois também a greve de 1985 espalhou-se por outras cidades e categorias, pelos sindicatos “independentes” do interior de São Paulo, estendendo-se por 29 dias.

Em 1985 continuava a crescer a onda grevista. Em abril os operários da *General Motors* decretam greve, esta estende-se por 28 dias. Aos primeiros 15 dias de greve a GM demitiu 93 dos operários que estavam em greve, sendo que 22 deles pertenciam a Comissão de Fábrica e 14 da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. Diante da intransigência do patronato, os operários deliberaram em assembléia pela ocupação da fábrica, estes implantaram um sistema de autogestão na GM. A empresa passou a funcionar sob gestão operária. O processo estava tão radicalizado que os operários ameaçaram explodir a fábrica caso o exército decidisse invadi-la para desocupação, na ocasião 400 operários amarraram-se às máquinas. (ANTUNES, 1991).

Ainda em maio de 1985 professores e funcionários das universidades federais, também deflagraram greve, segundo Antunes (1991) esta envolveu 4 mil trabalhadores. Também em setembro deste ano os bancários desencadeiam uma greve que chega a atingir 700 mil aderentes. (Noronha, 1991). Ainda segundo Antunes “(..) Houve greve por categoria desencadeadas também pelos portuários, marítimos, médicos, professores secundários, trabalhadores rurais “bóias-frias”, funcionários da Previdência Social, entre outras” (p. 21).

Também no ano seguinte, 1986, continua a onda grevista “Em julho, por motivações diversas desencadeou-se grande número de greves, inclusive nas montadoras. Na Mercedes, Brastemp e Ford realizaram-se greves com duração de 24, 7 e 11 dias, respectivamente.” (RENNER, 2002, p. 183). No mesmo ano, no mês de dezembro entraram em greve a Scania, Volkswagen e novamente a Ford. Em São Paulo foram contabilizadas 216 greves. (IBIDEM, 2002). Em dezembro de 1986 é desencadeada a segunda greve geral da década de 1980, esta, assim como a greve geral de 1983, também durou apenas um dia, teve como foco a luta contra a volta da inflação. A greve geral de 1986 foi articulada pela CUT em conjunto com a CGT, de acordo com Antunes (1991) e Boito (1999), está teria envolvido cerca de 10 milhões de grevistas (Cf. ANTUNES, 1991: NORONHA, 1991). Segundo Boito (1999), esta segunda greve geral “(...) foi um protesto contra o

Plano Cruzado II, particularmente contra o fim do congelamento dos preços, reivindicava uma política e recuperação salarial e também agitava a bandeira do não-pagamento da dívida externa”. (p. 133).

Em 1987 novamente os operários da Volkswagen e da Ford deflagram greve, desta vez como forma de resistir aos cortes de postos de trabalho e demissões decorrentes da unificação entre as duas empresas por meio da Autolatina. Os operários permaneceram em greve durante 14 dias. Mesmo que negociada, houve a demissão de 10.203 trabalhadores.

No mesmo ano outra jornada de greves é realizada. Em março, no Rio de Janeiro, eclode uma greve na Marinha. Em setembro do mesmo ano, os trabalhadores da Usina Itapu também desencadeiam, a estas greves segue-se a greve dos petroleiros. O governo busca reprimir as greves como forma de conter os levantes dos trabalhadores. Era preciso punir exemplarmente as greves para fazê-las refluir. Desta forma, de acordo com Boito (1991) “A marinha reprimiu brutalmente a greve dos marinheiros, de março de 1987, e colocou fuzileiros navais para operarem o porto do Rio de Janeiro. O Exército reprimiu violentamente a greve dos trabalhadores da usina hidroelétrica de Itaipú, em setembro de 1987, ferindo a tiros vários operários. Também em 1987, as tropas do Exército ocuparam as refinarias de petróleo para forçar a suspensão de uma greve dos petroleiros. (p. 73).

Em agosto deste ano é decretada a terceira greve geral no país, que também durou apenas um dia, esta teve como pauta central a luta salarial, novamente mobiliza cerca de dez milhões de grevistas pelo país (BOITO, 1999). Conforme destaca Boito (1999), esta greve geral (...) foi um protesto contra a implantação do Plano Bresser. De novo, um protesto contra alterações na política salarial do governo federal. Na greve de 1987, foi dada ênfase maior às palavras-de-ordem democráticas e populares: não-pagamento da dívida externa, reforma agrária, semana de quarenta horas, estabilidade no emprego. Verifica-se a politização crescente da luta grevista. (...)” (p. 133). Os dados apresentado por Noronha expressam a dimensão das greves desse ano:

Em 1987 o número de greves atingiu seu recorde (2118), bem como o de jornadas não trabalhadas (132 milhões). A ocorrência de greves longas resultou em uma das mais altas médias de dias parados (8,2 dias), só inferior à de 1981 (8,8), expressando a dificuldade das negociações. A média de grevistas foi o único indicador com valores baixos em 1987: 4 123 grevistas, o que se pode ser explicado pela predominância de greves por empresas ou grupos de empresas contrapostas às de categoria. Foi, portanto, o ano de mais intenso conflito, desde 1978. (p. 117).

É em meio a tais mobilizações que em novembro de 1988 foi desencadeada uma das ações mais radicais do movimento operário brasileiro, depois da ocupação da Ford em 1981, os

metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, que naquele momento era uma empresa estatal, decidiram decretar sua quinta greve daquela década. Estes já haviam declarado greve em 1984, 1985, 1986 e 1987. Nestas quatro greves o governo havia destacado tropas para coagir os operários em greve.

Em 1988, frente à inflexibilidade do governo em conceder as demandas apresentadas pelos trabalhadores: pagamento das horas extras, redução da jornada de trabalho e readmissão de operários demitidos por motivos políticos (realização, organização de greves, piquetes e paralisações), os operários decidem ocupar a fábrica. As tropas do exército são mobilizadas. Os grevistas em ocupação da fábrica ficam em alerta, 10.000 trabalhadores decidem ficar em assembléia permanente a partir de 7 de novembro. No dia seguinte chegam as tropas do exército, cerca de 2.000 mil homens treinados militarmente e armados com armas de fogo para impor a vontade do patronato, da burguesia e do Estado. Os operários responderam aos tiros com pedras. A ocupação durou 17 dias, a energia elétrica e água da fábrica foram cortadas. Durante os confrontos três metalúrgicos sofram assassinados pelas tropas do governo, muitos foram os operários brutalmente espancados. (ANTUNES, 1991, p. 25). Este deveria ser um exemplo de repressão para o movimento operário brasileiro. Mas, trabalhadores em ocupação não cediam a repressão, nem mesmo frente à morte de companheiros de luta e de trabalho. Com isso, o governo se viu obrigado a desmilitarizar a fábrica. No dia 23 de novembro 72 veículos dos militares e mais 80 veículos de combate se retiraram da fábrica. Operários assistiam a retirada e vaiavam as tropas armadas. (ANTUNES, 1991). Mesmo com a clara disposição do governo brasileiro em esmagar as greves, piquetes e ocupações, estas formas de luta operária não deixaram de utilizadas.

Também, entre os dias 11 e 13 de setembro 1989 foi desencadeada a greve nacional dos bancários. Segundo Antunes (1991), durante os três dias a greve “atingiu 700 mil trabalhadores e aproximadamente 30 mil estabelecimentos bancários”. (p. 20). Sem a articulação orgânica das fábricas e do proletariado insurrecto, como resposta patronal e estatal às greves, piquetes e ocupações, eram deflagradas dezenas de demissões, repressão e prisões. As direções sindicais e partidárias deixavam os trabalhadores e trabalhadores sucumbirem em lutas isoladas e sem o respaldo necessário. Estes processos repressivos entenderam-se a cada greve, inclusive nos casos de greves gerais. Porém, isso não impediu estas direções sindicais e partidárias de evocarem o proletariado brasileiro para mais uma greve geral em março de 1989. Neste ano foi realizada a quarta greve geral da década de 1980, está durará dos dias. Segundo Boito (1999),

(...) De novo, tratou-se de uma greve geral contra o plano de estabilização, o Plano Verão, que alterava a política de indexação de salários. Essa greve deu um salto no plano da mobilização. Embora tampouco tenha sido uma greve de luta, isto, uma greve cujo objetivo seria procurar manter os trabalhadores paralisados até o atendimento das reivindicações, a greve de 1999 prolongou a duração do protesto grevista para dois dias – as anteriores tinham tido a duração de apenas um. O número de grevistas foi o dobro do da greve de 1987, chegando a quase vinte milhões. Entre [a greve geral de]1983 e [a de] 1989, portanto, esse número cresceu dez vezes. (p. 133-134).

De 1987 a 1989, radicalizam-se as lutas operárias. Enquanto as direções sindicais e partidárias vacilavam, a classe trabalhadora organizada continuava avançando contra a ordem burguesa. Apenas quatro meses depois da ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, que como vimos contou com enfrentamentos dos operários com as tropas armadas do governo e com a morte de três operários, eclodem novas ocupações de fábricas com disposição dos operários para se enfrentarem com as forças repressivas do estado burguês. Em março de 1989 os operários da Belco-Mineira ocupam a empresa, esta contava então com 2.800 trabalhadores. Os operários em greve e em ocupação chegaram a improvisar inclusive um sistema de defesa, construíram uma barricada utilizando arame farpado, tambores de óleo e plástico, ameaçando incendiá-la, com isso intentavam dificultar a invasão das tropas do governo “(...) Os metalúrgicos cercaram o galpão onde estavam dormindo com arame farpado, tambores de óleo e plástico e ameaçaram incendiar a siderúrgica caso houvesse invasão policial”. (ANTUNES, 1991, p. 25). O mesmo exemplo é seguido pelos operários da Mannesmann, empresa que contava com 9.800 trabalhadores. Os operários em greve e sustentando a ocupação da fábrica avisavam que estavam munidos de benzina que podia ser utilizada para fazer coquetéis molotov, declaravam que estavam dispostos a se enfrentarem com as tropas do governo caso houvesse tentativa de desocupação. (ANTUNES, 1991, p. 25). Ainda, em março deste mesmo ano é decretada a terceira greve geral da década de 1980.

Trotsky, *n’O programa de transição* destaca que as greves com ocupação como uma forma direta de questionamento da propriedade privada “As greves com ocupação (...) excedem os limites do regime capitalista “normal”. Independentemente das reivindicações dos grevistas, a ocupação temporária das empresas golpeia no cerne a propriedade capitalista. Toda greve com ocupação coloca na prática de saber que é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários. (p. 25-26).

Porém, mesmo este nível radicalizado de questionamento da propriedade capitalista não foi assimilado pelos partidos de esquerda. O proletariado cumpria seu papel de questionar o cerne da sociedade capitalista, mas os partidos que se reivindicavam como representantes do proletariado não foram capazes de dar uma resposta a altura dos desafios colocados pelo proletariado em luta. Trotsky (2008) analisa que as ocupações de fábrica constituem um aviso dos trabalhadores e

trabalhadoras tanto ao patronato e as classes dominantes, como aos partidos de esquerda, se nenhuma organização revolucionária for ao seu encontro, as classes dominantes irão, com o intento de esmagá-los como buscaram fazer com os operários da Companhia Siderúrgica Nacional em 1988.

Nas palavras do autor:

As greves com ocupação de fábrica são uma advertência muito séria, da parte das massas, endereçada não apenas à burguesia, como também às organizações operárias, incluindo a IV Internacional. Em 1919-1920, os operários italianos ocuparam as fábricas por iniciativa própria, assinalando aos seus próprios “chefes” a chegada da revolução social. Os “chefes” não levaram em conta a advertência. O resultado foi a vitória do fascismo. (p. 32).

SOBRE A PRÁTICA SINDICAL DO PCB DURANTE A DÉCADA DE 1980

Cabe precisar a atuação das correntes de orientação stalinistas durante a década de 1980. Em oposição à criação e atuação da CUT, até 1986, o PCB, PC do B e MR8 em conjunto com o PMDB atuaram no meio sindical por intermediação da Conclat. Esta central sindical mobilizava toda sua base proletária para apoiar a transição pactuada. Em março de 1986 (ano de greve geral) o PCB, PC do B e MR8 e o PMDB fundam a Central Geral do Trabalho CGT, mas esta ao invés de ser mais um instrumento de luta da classe trabalhadora contra o patronato e a burguesia, funcionará com mais um instrumento de conciliação de classes, voltado-se assim contra a luta pelas demandas históricas da classe trabalhadora.

A CGT impulsionada, as duras penas pelo PCB, será a percussora do sindicalismo de resultados, exercerá seu papel de *educador coletivo* plasmando a consigna “lutar para negociar, negociar para mudar”. “Joaquim Pelego”, importante correia de transmissão da política de conciliação de classes protagonizada pelo PCB, tornou-se o presidente da entidade. Hercules Correia e Luís Antonio Medeiros, ambos membros do PCB que eram dirigentes sindicais de destaque na Central, estavam incumbidos de concretizar a estratégia sindical e política do partido. Será Luís Antonio Medeiros que substituirá Joaquim Pelego na direção da CGT. Medeiros será defensor radical da lógica do “lutar para negociar, negociar para mudar”.

Tanto na esfera política partidária, como na atuação sindical, o PCB mantém-se sob a perspectiva do Pacto Social, que consistia em contribuir ativamente com a organização social da transição do regime. O Pacto Social significava uma forma de saída negociada para promover a desmilitarização das instituições sociais brasileiras. Por meio dele organizava-se frações que se descolavam pouco a pouco do bloco militar-burguês. Além do PCB, entre os principais sujeitos que articularam Pacto Social para a *saída negociada* da ditadura militar-burguesa estão também os

setores dos militares, da patronal, da Igreja, do MDB, e os sindicalistas, sobretudo os “autênticos”. Conforme destaca Mazzeo (1999).

Durante todo esse processo, o PCB participa como um dos avalizadores da *transição pactuada*, e sua política aparece como a “mão esquerda” do pacto de elites. (...) o partido atua com uma postura de subordinação ao viés do pacto que excluía os setores de vanguarda que constituíram os movimentos operários. (...) o PCB, de acordo com sua visão “etapista”, *privilegiou o caminho do pacto*, no sentido de viabilizar a saída institucional dentro da ordem autocrática do colégio eleitoral. (...). (p. 175).

Buscando resguardar o Pacto Social o PCB chegou a negar-se a aderir à luta massiva pelas *Diretas Já*. Isso porque sua direção considerava que esta luta poderia prejudicar a *transição pactuada*, agudizando a luta de classes e o recrudescimento do regime. Porém, com a derrota das *Diretas*, o PCB, por meio das entidades sindicais em que tinha capacidade de direção, lança-se com novo fôlego para a construção deste pacto de conciliatório apoiando ainda a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney.

Raciocinando sob o prisma da frente pluriclassista, o velho Partidão preferiu apostar na transição sem “tumultos” do colégio eleitoral. Uma vez derrotada a emenda pelas diretas, o PCB começa a colaborar vigorosamente para a soldagem do pacto. (...). Assim, transformado em paladino da unidade com setores democráticos da sociedade – leia-se da burguesia “nacional” -, o PCB acabou sendo um dos articuladores conscientes da Aliança Democrática e do acordo para eleger Tancredo Neves e Sarney, instrumentalizando também o movimento sindical sob sua influência para o projeto de institucionalização da autocracia burguesa, atrelando-o à razão liberal-conservadora, à qual se havia aliado subordinadamente. (p. 175).

Esta mesma política de conciliação de classes foi aplicada primeiramente durante todo o período de existência da Conclat, dirigida pelo Partido até 1986, ano em que fundam a CGT em 1986. A partir disso, buscar fazer da CGT a organizadora coletiva do proletariado em direção a consolidação do pacto com os setores da burguesia progressista. Segundo análise de Santana (2001)

A postura assumida pelo PCB no campo sindical era oriunda da linha política geral, que também se refletia na inserção do partido na arena política. O regime militar flexibiliza-se passo a passo, e a transição ganha cada vez mais terreno. O PCB não se integra de imediato à proposta de eleições diretas para presidente, mesmo quando a proposta era defendida por outros setores, como o PT por exemplo. Na ótica do partido, dependendo da forma como fosse encaminhado, o processo poderia desaguar no famoso *retrocesso*. Com o deslanchar da campanha, que passa a integrar setores mais amplos, o partido dela participa, mas ainda de forma temerosa. A integração do PCB na campanha das *Diretas Já* se dá, na órbita sindical, sob a perspectiva de que se deveria qualificar “as entidades sindicais como interlocutores políticos”. Isso seria “um imperativo para o movimento gremial brasileiro”, à medida que “os trabalhadores brasileiros só terão melhores condições para a luta econômica e reivindicatória com democracia” (*Voz da Unidade*, 11/8/1984). (p. 249). Vale lembrar que derrotada a campanha das *Diretas Já* e com a solução da transição política pela via indireta do colégio eleitoral, o PCB, que com outros setores trabalha por essa campanha, dá apoio a Tancredo Neves na eleição contra Maluf. O *Voz da Unidade* de 11/8/1984 traz uma matéria sob o título “Conclat apóia Tancredo e propõe programa para a democracia”, na

qual o jornal publica o proposto pela Conclat, indicando que nele “alinha-se os pontos que sindicalistas de todo o país consideram prioritários para o governo democrático”. Tanto no documento da Conclat, quanto na matéria do jornal, Tancredo é chamado de “candidato único indicado pelos partidos de oposição”. Com a vitória de Tancredo e o início da Nova República capitaneada por José Sarney, após a morte de Tancredo, o PCB vai dar apoio a algumas medidas do governo. (p. 249-250).

Com o avançar da Transição Pactuada, o PCB busca aproximar cada vez mais do governo. Sob o governo de Sarney, o PCB, em decadência contínua, apóia o projeto “fiscais de Sarney” e a defesa do “pacto social”. É em meio a tal processo que o PCB consegue voltar à legalidade política. Além de aderir ao governismo, o Partido volta-se contra as ações classistas levadas a cabo pela intensa atividade do movimento operário brasileiro durante a década de 1980. De acordo com Mazzeo (1999), o PCB, atuando como a mão esquerda da transição articulada com os militares, a burguesia e o patronato,

Efetivamente, realizou a *transição pactuada* sob ótica de uma autocracia burguesa, que objetivamente implementou seu projeto de *auto-reforma* do regime. O PCB, uma vez legalizado, em 1985, continuou a desenvolver sua política de aliança com a “burguesia nacional” para consolidar a “revolução democrático-burguesa” e tentou subordinar o movimento sindical ao projeto do governo Sarney por meio de sua política sindical realizada na CGT. Em função de sua postura de adesão ao governo, um número bastante expressivo de quadros partidários começa a abandonar o partido, constituindo, assim, o início de sua melancólica desagregação política e ideológica. (...). (p.175-176).

É também sobre esta perspectiva que, segundo Santana, “Continuando na lógica de atuação do *lutar para negociar, negociar para mudar*, o PCB criticará o PT e a CUT por suas posturas agressivas e de enfrentamento”. (p. 252). Para o PCB estas posturas de enfrentamento contra a burguesia, o patronato, o Estado e os ricos poderiam perturbar a transição pactuada. De acordo com tal caracterização feita pelo PCB, conforme análise de Santana “A CUT e o PT, ou ao menos alguns de seus setores, passam de *divisionistas* a entraves para a transição. A estratégia do confronto é considerada pouco eficaz, e conspiraria contra os interesses dos trabalhadores”. (p. 253). Porém, o movimento operário, em sua maioria, não estava muito disposto a conciliação de classes, como podemos observar por meio das lutas radicalizadas, com ocupações de fábrica e enfrentamento com as tropas do governo. Com isso o PCB vai isolando-se cada vez mais do proletariado, ao mesmo tempo em que funde-se com os objetivos dos setores da burguesia e do patronato. Como analisa Santana (2001):

Ocorria que o PT, ao demarcar sua lógica de ação por uma política mais ostensiva de oposição, ganhava terreno, enquanto o PCB perdia, com sua política de alianças e sua cautela nas ações de oposição. Tais posturas o fizeram parecer, em muitos momentos, como o fizera no passado, um partido dócil. Mais ainda, ao mesmo tempo em que perdia espaços no movimento organizativo dos trabalhadores, o PCB não conseguia reforçar sua posição

no plano político com e no interior das alianças. Ainda que levasse um pouco mais de tempo para o avanço do PT atingir o sistema político, ao menos no movimento social organizado ele já se fazia sentir. A ligação do PT e da CUT com o ascenso do movimento sindical, nos anos oitenta, vai comprovar isso. Mesmo que relativizada, posteriormente, por esses dois agentes, a estratégia de enfrentamento dava frutos importantes nos setores organizados da sociedade. (p. 253).

Atuando a reboque dos interesses das classes dominantes, o PCB compõe a retaguarda do fluxo das lutas de classe, defendendo a Aliança democrática e o governo Sarney, calculando que isso aproximaria o PCB da burguesia democrática, e que com isso, o partido poderia voltar a cena política *nos braços da burguesia nacional*. Porém, esta política caudatária não surtiu os efeitos esperados, “Enquanto o PCB se mantém no apoio ao governo Sarney; o PT – que nas eleições de 1985 havia conseguido votações mais expressivas do que em 1982, em todo o país, logrando mesmo eleger a prefeita de fortaleza, Maria Luiza Fontenelle – consolida e reforça sua postura oposicionista. (SANTANA, 2001, p. 253).

Durante a década de 1980, enquanto o proletariado vivia mais um período de intensa luta por autodeterminação e independência das classes dominantes, o PCB coloca toda sua militância, partidária e sindical, bem como sua produção teórica a serviço do PMDB. Nesse ínterim constrói também o Pacto Social, que era uma forma de realizar a transição pactuada com a ditadura militar-burguesa, buscando conter assim a agudização da luta de classe. Insistindo na mesma política durante toda a década de 1980, o PCB fica isolado dos sindicatos combativos, nesta condição passa a adotar uma postura apoliticista, defendendo a neutralidade política-partidária das entidades sindicais. Com isso, rompe com a perspectiva de atuação sindical defendida de Marx a Trotsky e distancia-se cada vez mais do campo do marxismo revolucionário.

O PCB defendia que só por meio de acordos com os militares e a burguesia, com uma postura pacífica e ordeira, seria possível o reordenamento político e social, com a retomada das liberdades democrático-burguesas. Assim deveria separar a burguesia de sua hegemonia calcada na sua fase militarizada. Com o Pacto Social das classes dominantes, da forma mais harmoniosa possível, buscou consolidar a separação dos militares da burguesia. Os militares voltariam para os quartéis, abandonariam o Congresso, e Planalto. Por sua vez a burguesia reassumiria o controle social. Trilhando por tal lógica o PCB assumiu a postura do partido do entendimento, da democracia burguesa. Conforme publicado em seu periódico, *Voz da Unidade* de março de 1986:

(...) a realização de um amplo acordo político-social envolvendo, na componente política, todas as forças empenhadas na sustentação da transição democrática e, na componente social, o governo, empresários e os trabalhadores, estes representados por suas entidades sindicais. Acreditamos que as conversações pertinentes para a construção do acordo, no que se refere aos interesses dos trabalhadores, podem ter por base inicial o programa da Aliança

Democrática e um certo número de pontos de maior importância dos programas dos congressos e encontros sindicais. (Apud Santana, 2001).

Com tantas contradições, a CGT tem vida curta, criada em 1986 ela se divide em 1988. Neste ano a Corrente Sindical Classista, do PC do B migra para a CUT, justamente na fase de declínio desta central. No segundo turno das eleições de 1989 o PCB compõe a base apoio a candidatura de Lula, articulando a Frente Brasil Popular. Em novembro de 1990 o PCB resolve abandonar a CGT e compor a CUT. Já em 1991, uma parte dos dissidentes da GCT, dirigidos por um membro dissidente do PCB Luís Antonio Medeiros, criará a Força Sindical, central orientada sob a bandeira do sindicalismo de resultados. Tanto Medeiros como Hercules Correia, saem do PCB e aderem ao PMDB.

Desta forma, é a própria orientação do PCB, articulado durante tantas décadas aos interesses de setores da burguesia, e educando centenas de trabalhadores e trabalhadoras para cumprirem tal objetivo, que colaborará para consolidar bases para o neopeleguismo. Segundo Leôncio Rodrigues, desde a fundação da CGT já existia um delineamento muito claro entre a CGT e a CUT, de acordo com o autor “No plano ideológico, enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifesta-se oficialmente pelo socialismo, o “sindicalismo de resultados” [entenda-se a CGT] manifestava-se a favor da economia de mercado”. (p. 36). A CGT, com todas suas incongruências continuam tentando esfriar os ânimos dos operários, tentando evitar a manifestações e sua radicalização.

De forma geral pode-se dizer que a vaga histórica aberta pelas greves do ABC durante anos de 1978, 1979 e 1980 acabaram por funcionar como importante articulador de sua base durante toda a década de 1980, desencadeando campanhas salariais unificadas, ocupações de fábrica e vários enfrentamentos com o Estado. Porém, sem poder contar com uma organização revolucionária, os levantes operários foram atenuados sem ter esgotado sua potencialidade. As principais direções sindicais CUT e CGT e partidárias PT e PCB, PC do B, transformavam os conflitos de classe em disputas imediatas pela reforma do sistema social, político e econômico brasileiro, buscando canalizá-las para acordos com o patronato e a burguesia. Estas direções sindicais e partidárias, durante toda a década de 1980 buscaram conter a radicalidade das lutas proletárias. No caso da CUT destaca-se o III Congresso em 1988, ano em que marca uma nova guinada em direção a busca do entendimento entre trabalhadores e patrões.

A fase de transição para o sindicalismo de negociação teria sido concretizada no III Congresso da CUT, realizado ainda em 1988, quando ainda no Brasil não havia chegado os impactos do refluxo mundial e nem o neoliberalismo. A proposta da ala majoritária da CUT era migrar definitivamente de uma estratégia entendida pela organização como sendo *defencionista*

para uma prática de *sindicalismo propositivo*. De acordo com Boito, o sindicalismo propositivo seria “um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo”. (p. 144). Esta postura da CUT marcaria uma nova fase de dialogo e busca de acordos como o patronato e com o Estado. A tática de greve não chega a ser completamente abandonada, mas sua importância é redimensionada. A base da CUT não aceitou facilmente tal mudança de postura, porém a direção da organização empreendeu intensos esforços para moldar a base do operariado nos marcos do colaboracionismo de classe determinados por este *sindicalismo propositivo* cômodo a burocracia sindical e patronato. Esta nova perspectiva de atuação em meio a classe trabalhadora e nas classes média, acabava por lançar novas bases para as eleições presidenciais de 1989.

Conforme destaca Adalberto Cardoso (2002), o objetivo central da CUT esteve sempre centrado na construção do PT. “O objetivo principal foi, quase sempre, organizar os trabalhadores para ganhar eleições pelo PT e seus aliados de esquerda, e somente então tomar parte direta no processo político institucional”. (p. 62). Com isso, segundo o autor, a CUT procurava fazer oposição o governo, como forma de fortalecer a oposição petista. Porém frente ao novo cenário internacional e nacional, a central iria mudar sua estratégia a partir da década de 1990. Conforme destaca Plínio de Arruda Sampaio (2006):

A conversão da CUT aos cânones do “melhorismo” é um exemplo emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e subjetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. Sob o comando da tendência liderada por Lula, que esmagou todos os adversários que se opuseram a sua estratégia de acomodação, a CUT abandonou o sindicalismo classista, responsável pela sua conhecida combatividade, e aderiu incondicionalmente ao “sindicalismo de resultados”. Compactuando com um padrão de acumulação que é antagônico aos interesses estratégicos da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato, e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de negócios e benesses abertas ao sindicalismo. As diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo, que há anos lançavam mão de tais expedientes, foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas.

A partir da década de 1990, o país encontra-se sob novo patamar de pressão da concorrência internacional, e em busca da superação da crise produtiva e também, á procura de novos níveis de lucratividade. O governo brasileiro procura definir uma nova forma de inserção na economia internacional que possibilite controlar a inflação brasileira que não necessite de altos investimentos e nem implique altos riscos objetivos de reprodução e aplicação ao capital. É nesse período que a economia brasileira passa por um importante processo de reajuste que acabaria por redefinir o

modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ajustando-o ao modelo neoliberal, com desregulamentação financeira, enxugamento dos gastos do Estado, abertura comercial.

A CUT, não ficará alheia aos interesses do empresariado e do governo. Distanciando-se cada vez mais dos interesses históricos proletários, hegemoniza-se pela defesa da ordem burguesa, passando a articular-se com o governo. A corrente majoritária da CUT, formada pela Articulação Sindical será o principal sujeito coletivo que operará esta mudança. Conforme aponta Boito (1999)

Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical, que obteve aprovação de suas novas concepções e estratégias nos encontros decisórios da central, a despeito da resistência das correntes minoritárias – diversas correntes sobre influência trotskista, comunista e da parte radicalizada dos católicos ligados à Teologia da Libertação. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a idéia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma contraposição ao “sindicalismo defensivo” dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo em setembro de 1991. Esse foi um congresso marcado pela exacerbação do conflito entre Articulação Sindical e as correntes minoritárias situadas à sua esquerda. Numa votação decisiva, que estabelecia os critérios para a formação da executiva nacional da central, a Articulação Sindical negou-se a concluir a contagem dos votos dos delegados. (p, 132).

Exemplo concreto da incorporação às negociações com o patronato, o Estado e o empresariado pôde ser observado pela participação da CUT nos processos de implantação das Câmaras Setoriais, um fórum tripartite formado pelo governo, empresários e sindicalistas. Em meio à crise política e econômica no Brasil aberta no início da década de 1990, a CUT volta-se para construir o “entendimento nacional” em favor dos lucros do patronato e do domínio das classes dominantes. Conforme destaca Lisboa (2004)

Logo que o governo Collor assumiu em 1990, Jair Meneguelli, presidente da CUT, sentou-se para discutir o “entendimento nacional” (pacto), desmarcando a greve geral de junho e desarmando o movimento operário. Deu início aos pactos das câmaras setoriais, abrindo as portas para intensificar a exploração dos trabalhadores pela via dos acordos de banco de horas, congelamentos salariais, aceitação de demissões para elevar a produtividade, defesa de isenções de impostos para a patronal e a conseqüente majoração das margens de lucro etc. A CUT foi peça fundamental para impedir que se convocassem ações combativas e uma greve geral para que o movimento operário entrasse em cena e transformasse o movimento pelo Fora Collor numa ação independente dirigida pela classe operária em aliança com os estudantes e a classe média para levar à derrubada revolucionária do governo. Em 1992, Vicentinho, então presidente da CUT, declarava que “temia falar em pacto... Mas acho que sem um acordo entre os empresários e os trabalhadores, em que a participação do governo seja mínima, o Brasil não conseguirá ir para a frente” [Revista Veja 21/10/1992]. Durante o governo FHC, a CUT selou pactos traidores como a reforma da previdência, onde Vicentinho e Luiz Antonio Medeiros da Força Sindical (dois burocratas em ação conjunta) negociaram o fim da aposentadoria por tempo de serviço. E

essa escandalosa traição da direção da CUT nunca foi denunciada com firmeza pelo PSTU e a esquerda. (LISBOA, 2004, p. 114-115).

Também Adalberto Cardoso (2002) aponta duas formas diferentes de ação social e política desenvolvida ao longo dos primeiros vinte anos pela CUT. De acordo com sua análise, na década de 1980 a central teria ficado fora dos projetos governamentais, apenas criticando-os por fora do governo. Porém na década de 1990 passou a colaborar diretamente com governo e o patronato, co-administrando as políticas trabalhistas e sindicais.

Em suma, na década de 1980 a CUT exerceu pressão a partir de fora do sistema político, negando-lhe legitimidade e contestando seu modo de operação, para tanto utilizando seu poder social real. Na década de 1990 essa estratégia foi complementada pela decisão de participar, isto é, pela decisão de reconhecer a democracia e seus procedimentos e de atuar em seu interior para formular regras e normas para o uso do trabalho e para a política social. (p. 64).

Também, em 1998, o principal sindicato da CUT, o Sindicato do ABC foi o ator central na criação e implantação do banco de horas, que era na verdade um grande ataque aos direitos da classe trabalhadora no Brasil. Conforme destaca Boito (1999) “A norma que impõe um limite legal à duração da semana de trabalho, foi, inicialmente, minada pelo banco de horas introduzido em São Bernardo graças ao acordo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com as montadoras de veículos. Posteriormente, esse acordo serviu de base para o projeto de lei do governo que alterou a legislação sobre esse tema”. (p. 13).

BASES SOCIAIS E DIREÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Em meio a eclosão das greves massivas dos operários e operárias do ABC, e frente a projeção nacional da figura de seus dirigentes, discutia-se a viabilidade da fundação de um novo partido político voltado aos interesses dos trabalhadores. “A radicalização das lutas sindicais que chega ao auge em 1978 empurra os grevistas à esfera política, daí a formação do PT com os inúmeros grupos que permeiam sua composição interna”. (TRAGTENBERG, 1988).

Desde as discussões de 1978 discutia-se a viabilidade de criação de um partido que se contrapunha ao programa do MDB e do ARENA. A opção do MDB por maior moderação nas eleições de 1970 torna mais coesa a organização de uma de suas correntes, que era denominada de “autênticos do MDB”, este setor do MDB pautava a crítica ao governo ditatorial-burguês reivindicando a luta pela democracia burguesa, desta forma tornou-se expressão à esquerda no interior do partido. O MDB era composto por amplo leque de tendências sociais e políticas, como definia a Carta de Princípios do PT, entre os militantes do MDB incluíam-se “industriais, operários,

fazendeiros e os peões, comerciantes e comerciários”. As correntes de corte stalinista (PCB, PC do B e MR8) também irão compor o MDB. (BERBEL, 1991).

Os “autênticos do MDB” identificam que a opção por maior moderação nas eleições teve impacto negativo sobre a base de apoio do partido, este impacto podia ser vislumbrado pelo menor número de votos que recebera nas eleições. Com a crise econômica de 1973, e a intensificação das críticas ao regime, em 1974 a ala “esquerda do MDB” sai fortalecida. Isso intensifica as disputas no interior do partido. Em 1974 o General Geisel anuncia um novo período de distensão da política repressiva. Iria diminuir as perseguições e ampliar as liberdades democrático-burguesas. Neste momento os autênticos do MDB entendem ser necessário expressar então o descontentamento popular com o regime político-social, buscam então aproximação com intelectuais do CEBRAP, encarados como intelectuais “de esquerda”, entre estes estavam Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Francisco Welffort etc. Mas, já neste período de sensível disposição para flexibilização a ditadura, desenvolve-se junto a este setor dos autênticos e dos intelectuais de esquerda a perspectiva da necessidade de criação de um novo partido. (BERBEL, 1991).

Com diferenças, o então deputado federal Plínio Arruda Sampaio, bem como Almino Afonso, Francisco Welffort, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, falavam da necessidade de constituição de um partido socialista que, opondo-se a perspectiva stalinista, lutasse pela democracia e pelo socialismo. A sigla discutida era Partido Popular Democrático e Socialista, este deveria ligar-se com os movimentos sociais que afluíam no período. (BERBEL, 1991, p. 32).

Mas foi das bases do ABC que emergiu com grande força uma nova proposta partidária. Em meio às mobilizações de massa e as assembleias plebiscitárias de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, um setor dos sindicalistas grevistas, que havia exercido papel de direção política e conquistado grande projeção entre os trabalhadores e trabalhadoras, levantou a bandeira da construção do PT, entre estes estavam; Lula, Jacó Bittar, Paulo Skromov e Wagner Benevides. Conforme destaca Tragtenberg

Um partido político passava a ser discutido num setor da esquerda, comandado por um pequeno grupo do Sindicato dos Coureiros de São Paulo, controlado por uma tendência trotskista revolucionária, porém sem adesão massiva dos outros setores da esquerda. Muito menos os sindicalistas de São Bernardo viam com segurança, inicialmente, o apoio à organização partidária enquanto não tivessem garantia de que isso não colocaria em risco os benefícios da estrutura sindical reconquistada. Resistiram durante quase dois anos a uma possível composição para criar o Partido dos Trabalhadores, nos atuais moldes. Mas antes que as oposições sindicais de São Paulo e a esquerda das Comunidades Eclesiais de Base tivessem aderido firmemente, os sindicalistas de São Bernardo integraram o processo de criação do PT, associados a um grupo de intelectuais, ligados ao socialismo democrático, com a fundação simbólica desse Partido no restaurante São Francisco, em São Bernardo do Campo. (p. 315).

A proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores é lançada um mês após o ciclo de greve de 1978 desencadeado pelos operários e operárias do ABC. De acordo com Berbel a proposta de criação do partido já teria sido lançada “pelo presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luis Inácio da Silva (Lula), um mês após a realização das primeiras greves em São Bernardo do Campo, em 1978”. (p. 01). Segundo Lélia Abramo, já a partir de 1978:

[...] parte das oposições estava se articulando para a criação de um novo partido de caráter socialista; essa iniciativa, entretanto, não teve êxito. No decorrer das memoráveis greves de 1978-80, todos os que participavam do movimento começaram a perceber a necessidade de sair das lutas puramente reivindicatórias e estendê-las para o campo político. Para isso a estrutura sindical era insuficiente; tornava-se evidente a necessidade da criação de um partido de trabalhadores. Essa idéia alastrou-se como um rastilho de pólvora. O Partido dos Trabalhadores ia nascer exatamente de todas as bases populares de oposição que vinham lutando contra a opressão naquele momento, especialmente os metalúrgicos do ABC (p. 370).

Mas, a posição pela criação de um partido proletário também não era homogênea. Na contramão dos anseios sociais e políticos do proletariado mais avançado em luta estavam os partidos de tradição stalinista. Conforme destaca Tragtenberg (1988) “No plano exterior, o PT encontrou seus opositores nos setores mais burocratizados da chamada esquerda como o PCB, PC do B, MR-8”.

Segundo Berbel, o PCB, desde o surgimento da proposta de fundação do PT, adota posição contrária a sua criação, chegando a participar de reuniões com intuito de boicotar e dificultar a construção do partido. De acordo com Santana (2001), “Coerente com sua política de frente contra a ditadura, organizada no MDB, o PCB buscará constantemente esvaziar o debate acerca do PT e indicar o caminho, a seu ver, mais correto”. (p. 199). Ao invés de apoio a construção do PT, o PCB conclama a classe trabalhadora para que articule-se em apoio ao MDB. O PCB sustentará esta posição durante toda a década de 1980. Santana (2001) discorre sobre a posição do PCB em 1978 em relação a formação do PT.

Se os “novos atores” emergentes duvidavam das iniciativas dos partidos então legalmente existentes, e colocavam a perspectiva da criação de um novo partido, o PCB conclamava o povo a votar no MDB nas eleições de novembro de 1978. Na lógica do partido, como ficou explícito no pronunciamento da Comissão Executiva do Comitê Central do partido, publicado no Voz Operária nº 146, de maio de 1978, “todo voto atribuído ao MDB é um voto de oposição, de repúdio à continuação do arbítrio e, nesse sentido, é um voto válido e democrático”. Considerando que a eleição de 1974 serviu como ponto de inflexão para o regime, os comunistas assinalam que desde 1978 deveria se transformar na expressão do repúdio nacional, contra as *manobras pseudo-reformistas da ditadura*, devendo se converter numa manifestação categórica em favor da completa democratização da vida nacional e contra a perpetuação do *fascismo sob novas vestes*. O texto assinala um ponto importante, que terá reverberações mais tarde, e que diz respeito à reforma partidária acenada pelo regime. O partido vai colocar-se a favor do pluralismo como princípio.

Porém, ele assiná-la que, naquelas condições, seria equivocado precipitar a formação aberta de novos partidos, na medida em que isso enfraqueceria a *unidade oposicionista* representada pelo MDB e favoreceria as *manobras diversionista do regime*. O PCB indica, assim, qual deveria ser a postura não somente até as eleições, mas sim até o fim do regime. No documento temos a indicação daquelas que seriam as medidas democráticas pleiteadas pelo PCB, e pelas quais se concentraria o movimento antitadura. Elas seriam, entre outras, a convocação de uma Assembléia nacional Constituinte, anistia ampla e irrestrita, fim de todos os atos e leis de exceção, respeito à livre organização partidária e completa liberdade sindical. (p. 188-189).

Porém, amparado sobre o movimento operário que procurava por uma organização combativa que representasse seus interesses, os sindicalistas, trabalhadores de base e setores de intelectuais encontraram terreno fértil e apoio massivo para a construção do PT. O PCB acaba por se organizar com as frações mais reformistas do MDB-PMDB. Muitos de seus militantes rompem com este partido e vão aderir a proposta de criação do PT.

Co-dirigindo a formação do PT, o sindicato de Santo André, influenciado pela *Convergência Socialista*, apresentou a proposta de criação do Partido em janeiro de 1979, no congresso de Lins (22 a 26 de janeiro).

Em janeiro de 1979 foi apresentada e aprovada a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André, ao IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que se realizou em Lins. Este Congresso com milhares de delegados, representava um milhão de metalúrgicos e deixava claro que o partido que queriam construir baseava sua legitimidade em que tanto o programa como seu funcionamento deveriam expressar o perfil classista dos trabalhadores e sem a interferência dos patrões. Assim se votou pela primeira vez a proposta do PT e se decidiu constituir uma comissão para integrar outros estados e avançar na discussão do programa e dos estatutos. (CEIB, 2008, p. 96).

As greves de 1978, 1979 e 1980 haviam atraído amplos setores sociais que se solidarizavam com a luta operária. Além disso, antes mesmo de se consolidar, enquanto movimento pró-PT, setores do proletariado que compunha os núcleos de base do movimento desempenhavam importantes ações de solidariedade às lutas operárias, ajudavam a organizar piquetes, greves, ocupações, arrecadação de alimentos, etc. Com isso estabelece-se relações orgânicas com a base proletária, parte deste apoio será canalizado para a construção do Partido. Baseando-se nestes aspectos Berbel considera que o movimento pró-PT cumpriu papel importante na organização das greves do ABC.

A existência orgânica do Movimento pró-PT introduziu novos elementos no movimento grevista. Seus núcleos engajaram-se diretamente na organização da solidariedade, que se manifestou em várias regiões do país e, em São Paulo, adquiriu um caráter permanente. Diferente dos outros partidos, o PT esteve presente durante o movimento através da direção do sindicato e da organização desta solidariedade, sem, no entanto, **em momento algum, procurar elaborar uma política para esta greve**. Ainda que umbilicalmente envolvido, o PT não conseguiu desencadear um envolvimento mais consistente de solidariedade. Através de sua direção nacional, lançou-se a perspectiva de uma greve geral de solidariedade, que

foi descartado imediatamente pelos dirigentes da “Unidade Sindical” [dirigida pelo PCB, PC do B e MR8]. Nenhuma proposta que unificasse todos aqueles que se manifestavam em solidariedade foi elaborada, procurando contornar os setores do movimento sindical que se colocavam em aberta divergência. (BERBEL, p. 123 – grifo nosso).

Segundo a autora, a atuação em apoio as greves do ABC foi protagonizada pelos militantes de base. A direção política do PT preocupada com o risco de afrontar as classes médias que apoiavam a construção do partido, e temendo a radicalização da base do PT opta por separar a luta política da luta sindical. Desta forma, conforme destaca Matos (2004):

Já em 1980-81, em seu nascimento, o PT mostrava a quem veio quando se negava a colocar seu aparato a serviço das heróicas greves protagonizadas pelos operários do ABC, para não se contrapor à ditadura e ameaçar seu processo de “legalização”, como demonstram as declarações do próprio Lula na época. Desde o princípio o PT sempre se aliou aos setores burgueses que se encontravam no MDB, para impedir que o ascenso grevístico se chocasse diretamente contra o a ditadura e derrubasse de forma revolucionária o já podre regime de 1964.

Mesmo atuando de forma ambígua, o PT surge de um movimento que buscava responder de forma moderada aos anseios das massas proletárias, tanto no que diz respeito à descrença nos partidos existentes naquele momento (MDB e ARENA). O PT, contando com figuras públicas que podiam atrair grande quantidade de votos e conquistar êxitos eleitorais trouxe para sua órbita diversas correntes e tendências políticas.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASES NA FUNDAÇÃO DO PT

As Comunidades Eclesiais de Base teriam grande peso na construção do PT, pois estas comunidades estavam enraizadas nos mais variados bairros proletários. Segundo Berbel, depois do golpe militar-burguês, importantes setores da Igreja católica deixam de lutar contra o comunismo para lutar contra o autoritarismo e a perseguição que sofriam os ativistas e simpatizantes da igreja. Após o ano de 1968 a relação do regime militar-burguês com a igreja muda, padres, bispos e fiéis ativistas passam a ser perseguidos sistematicamente pelo regime. Sob tal pressão, durante a década de 1970 a CNBB unifica-se na defesa de liberdades democrático-burguesas e de direitos. Com os partidos e sindicatos sob censura, as igrejas, impulsionando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tornam-se um alternativa para organização popular criaram-se os clube de mães, associação de moradores, movimentos contra o alto custo de vida (contra carestia), grupos de jovens, de negros, entre outros. Inicialmente busca-se sobretudo pensar soluções para problemas locais e imediatos, mas suas preocupações vão se ampliando. Em 1975 criam a pastoral da Terra. (BERBEL, 1991).

No ABC desenvolve-se uma relação de proximidade muito grande entre os militantes operários e suas famílias e as Comunidades Eclesiais de Base. Durante a greve de 1979 a diocese regional do ABC dirigida pelo bispo Cláudio Hummes tem importante participação na arrecadação de alimentos para o fundo de greve, mas também serviu como espaço para realização de reuniões, plenárias e assembléia de trabalhadores e trabalhadoras.

Em princípio, os militantes da CEBs não voltaram-se para o PT. Porém o surgimento do partido como “partido dos assalariados”, disputaria espaço com os núcleos de bairros e Comunidade Eclesiais de Base (CEBs). O PT assimila uma série de demandas colocadas pelas CEBs. Com isso capta muitos dos militantes católicos. Segundo Berbel, as CEBs só se voltariam para o PT forma significativa em 1980. (BERBEL, 1991).

OUTRAS CORRENTES NO PT

O PST, (antiga Liga Operária) trotskista, de orientação morenista, em 1978 também discutia a necessidade de fundação de um partido. Criaram neste ano um movimento denominado *Convergência Socialista*, em poucos meses reunira 800 militantes. Como vimos inicialmente, esta corrente vai tomar parte na fundação do PT desde os seus primeiros momentos. Esta vai ainda manter-se no PT durante toda a década de 1980.

Outra tendência que também comporia o PT seria a Ação Popular (AP). Esta surge em 1962 da Juventude Universitária Católica. Assim, a Ação Popular (AP) derivou das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), esta a partir de 1963 aproxima-se do stalinismo e passa a denominar-se marxista-leninista. (GORENDER, 1987: BERBEL, 1991). Em 1965, estreitando relações com Cuba, simpatiza-se pelo foquismo e decide-se pela luta armada. Fazem o primeiro atentado a bomba em 25 de julho de 1966. A partir de 1971 passa a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista.

De acordo com Gorender, “A AP marxista foi convencida pela doutrinação chinesa da presença de sobrevivências de um suposto feudalismo na sociedade brasileira. Em decorrência, trocou-se a perspectiva da revolução socialista como tarefa do presente pela teoria da revolução em duas etapas. O que fez da revolução nacional e democrática a tarefa do presente”. (p. 114). Desta forma, a aproximação da maioria da AP-ML evoluiu para idéia de fusão com o PC do B. Para isso era necessário a “aceitação de sua legitimidade como único partido revolucionário da classe operária brasileira. A primeira linha doutrinária: o stalinismo irrestrito, que se tornou o universo ideológico comum de ambas as organizações. (...)”. (p. 116). Em 1973 a maioria dos militantes desta organização decide fundir-se ao PC do B.

Outra corrente que aderira ao PT foi a *Ala Vermelha*, uma corrente dissidente do PC do B que também defendia a revolução por etapas, o “socialismo num só país” e a aliança com a burguesia nacional. A Ala vermelha, de início buscava tentar conciliar a guerra popular prolongada de Mao Tse Tung e o cercamento da cidade pelo campo, com o foquismo. A maior parte de seus militantes era oriundo dos meios estudantis. A Ala Vermelha “integrou-se na produção”, seus militantes procuraram emprego em locais que consideravam estratégicos para a construção do partido. Segundo Gorender esta organização concentrou cerca de 120 militantes em locais que considerava funcional para sua construção, 90 na produção agrícola e 30 em fábricas. Em 1968, esta corrente matinha em São Bernardo o “Jornal do ABC”. A partir de 1974 volta-se para as bases da Igreja. Este afluxo de militantes oriundos das fileiras do stalinismo para o PT exercerá influência significativa nos rumos do partido.

Também adentraram ao PT militantes do POR(t), Partido Operário Revolucionário Trotskista orientava-se a partir do referencial de J. Pousadas. Estes efetivaram uma forma de entrismo no PT, nesta forma de incorporação o militante de um partido entra em outro para receber informações estratégicas, ocupar posição de direção, influenciar nos rumos do partido com propostas e construir base no partido que está sofrendo entrismo. O PCB também operou entrismo no PT (DANTAS, 2010). Outra corrente que compôs o PT foi a corrente lambertista (de Lambert) brasileira que se denominada *O Trabalho*.

Também a corrente mandelista (de Ernest Mandel), a Democracia Socialista e a Organização, Socialista Internacionalista. Dantas (2010) afirma que estas tendências, embora reivindicasse o trotskismo, acabaram por se adaptar à direção de Lula e dos sindicalistas “autênticos”. Este processo de capitulação aos caudilhos remonta aos desdobramentos do pós-guerra, período em que a maioria das correntes trotskistas adaptaram-se a imediatividade dos movimentos de massa. (DANTAS, p. 20). Quando analisamos o documento enviado por Nahuel Moreno, dirigente trotskista da Liga Internacional dos Trabalhadores, que no Brasil se chamava *Convergência Socialista*, fica claro a política do seguidismo a direções de massa. Segundo moreno, em 1985, os trotskistas deveriam defender “(...) à palavra-de-ordem de governo do PT e das centrais sindicais, e a uma política de chamamento e pressão sobre as direções políticas e sindicais da classe operária.

O ponto comum entre todas as correntes e tendências políticas era a luta contra a ditadura militar-burguesa e, então, pelas liberdades democráticas, outro eixo era “melhora das condições de vida e trabalho”. Os dirigentes das greves do ABC e do novo sindicalismo foram laçados ao centro

da cena política nacional, neste processo esta direção buscava isolar os setores mais radicais. Segundo a autora “Tal experiência, permitiu à direção da greve ser o centro gravitacional de uma nova proposta partidária que atrairá diferentes setores da esquerda brasileira”. (BERBEL, 1991, p. 2). Porém, segundo a autora, só se chegou a definição de uma proposta comum em 1980. As discussões entre as diversas tendências e correntes políticas acerca do caráter que o partido deveria expressar estende-se por pelo menos dois anos. Corroborando com a perspectiva da autora a declaração de Lula de 2001:

Tivemos uma grande reunião em São Bernardo do Campo com mais de 70 deputados do MDB. Tudo que era autêntico do MDB estava lá: Alceu Collares, Chico Pinto, Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, Walmor de Lucca, Aírton Soares, Cristina Tavares, Fernando Lyra, Alencar Furtado, Almino Afonso e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Surgiram aí algumas discordâncias. Uns achavam que não podíamos ter um partido dos trabalhadores. Outros, que não era hora de criar partido e que deveríamos ficar todos em torno do PMDB. Eu achava que o PMDB não podia representar o conjunto das classes trabalhadoras. Eu achava que os sindicatos não poderiam ser apêndices do PMDB. Já que era para criar um partido, era preferível criar o nosso. E resolvemos criar. Aí, em 80, fomos ficando mais importantes e o Fernando Henrique Cardoso foi se afastando dessa idéia e já foi imaginando que o Franco Montoro, de quem era suplente, poderia ser eleito governador em 82 e ele assumiria quatro anos de mandato. E foi se afastando da gente. [*Lula, de sobrevivente da fome a líder político*. Entrevista publicada no jornal O Globo, caderno Brasil, de 25/11/2001]

A partir da aprovação massiva pelo IX Congresso de Trabalhadores, no dia 1 de maio de 1979, em meio a uma manifestação com cerca de 100 mil trabalhadores, é lançada a *Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores*. Esta Carta, muito influenciada pela perspectiva da *Convergência Socialista*, o MDB é caracterizado como um partido policlassista que agrega “industriais e operários, fazendeiros e os peões, comerciantes e comerciários”, sendo que sempre prevalecia “em toda linha” os interesses dos patrões. De início, entre os elementos positivos da proposta de criação do PT está justamente a perspectiva da necessidade da autonomia do partido em relação aos interesses das classes dominantes, como consta na Carta “O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores” (1 de maio de 1979).

Trechos da Carta de Princípios circulam na grande mídia. Porém, na prática, embora o texto repudie a composição política com setores burgueses, a ala majoritária da direção do PT defendia a necessidade de aliança com setores do MDB para criação do Partido dos Trabalhadores. Centralmente, a ala lulista, referia-se ao setor do MDB composto pelos “autênticos do MDB”, mas este setor era dirigido justamente por setores da pequena burguesia radicalizada contra a ditadura militar-burguesa. Esta ala será incorporada, exercendo sempre importante peso na direção dos

trabalhos do partido. (COGGIOLA, 2010: DANTAS, 2010). Desta forma, direção do partido será exercida por uma burocracia que pendia à esquerda em favor da pequena burguesia. Com a derrota das mobilizações dos operários e operárias do ABC, e o ascenso das greves do funcionalismo público a correlação interna de forças pende ainda mais para a pequena burguesia. Ou seja, mesmo sobre influencia de militantes socialistas, o partido não nasce como um partido marxista, socialista, com qualquer corte de partido revolucionário. Com tal composição inicial, o PT em sua origem configura-se como amorfo e indefinido.

(...) Tinha, por um lado, a marca da classe operária (que procurava se expressar politicamente) em luta contra a ditadura, mas também tinha a marca dos setores reformistas que buscavam um partido policlassista e o empurravam ao terreno da transição democrática. Isto ficou evidente na política do PT para as eleições de 82 que tinha como palavra de ordem trabalhador vota em trabalhador. Isto é, uma política de classe, ainda que reformista que avalizava a armadilha eleitoral com a qual a ditadura se mascarava. (CEIB, 2008)

Em meio ao processo de fundação do partido, sob direção Lula e os sindicalistas autênticos, buscava-se apartar o operariado mobilizado dos principais fóruns deliberativos do partido. Determinava-se a separação da luta sindical da luta política. Para a luta sindical utilizava-se o sindicato do ABC para a luta política utilizar-se-ia o PT. Segundo Matos (2011), a separação entre as lutas econômicas e as lutas políticas seriam elementos constitutivos do **modo petista de militar**, segundo esta estratégia, “Aos sindicatos cabia lutar pelo emprego e salário; ao partido cabia a luta política. Esta separação foi justificada por inúmeros intelectuais e pelo próprio Lula como uma estratégia que se diferenciava tanto do stalinismo como da social democracia e que deveria primar por um suposto “espontaneismo”, através do qual os trabalhadores e o próprio partido iriam chegar a posições sobre o socialismo e outras questões ao sabor de suas lutas”. (p. 140). Análise convergente é feita por Também José Carlos Brito, militante sindical e político durante a década de 1980

Sindicato para proteger os metalúrgicos, que ingressavam num processo de declínio como categoria e como perspectiva de trabalho futuro, e o PT como organização política para atuar nos períodos eleitorais. O partido político, criado dessa forma, acabou sendo um reflexo das limitações pelas quais o sindicato se estabeleceu como corporativista, transpondo a questão das datas-base para a reivindicação salarial, com possíveis greves ou não no sindicalismo, para aquilo que correspondia no partido a eleições – igualmente com data marcada -, sem que nesse intervalo se criassem ações permanentes de trabalho social, condição primordial para a organização do movimento social. (In: Tragtenberg, Uma Vida para as Ciências Humanas. Editora Unesp, pág. 317).

Com o refluxo da luta sindical causado pela derrota da greve de 1980, a direção da greve fica “liberada” para concentrar-se no direcionamento da organização do partido, podendo fazê-lo

com o mínimo de intervenções da base operária radical. A mesma direção política do sindicato do ABC consolidam-se como uma das principais direções do PT. Estes já se faziam maioria no dia 10 de fevereiro de 1980 quando funda-se oficialmente o PT no Colégio Sion de São Paulo. Na fundação do partido, sob hegemonia dos autênticos, reafirma-se o caráter burocrático-administrativo do PT, sua estruturação impede que se desenvolvam mecanismos que permitam ao grande contingente de proletários de sua base se pronunciem. Desta forma, conforme analisa Matos (2011), a formação do Partido dos Trabalhadores expressava caráter ambíguo, pois ao mesmo tempo em que expressava importante influência classista de dezenas de milhares de trabalhadores sobre os rumos e determinações políticas do país, a consolidação do PT como partido também teria sido uma forma de expressão do desvio deste processo. Ainda, segundo o autor, (...) “essa ambigüidade, justamente pela ausência de uma clara estratégia revolucionária, assentou as bases para a posterior integração do PT ao regime democrático burguês. (p. 139).

Durante todo o processo que levará a consolidação do PT, fortalece-se cada vez mais uma burocracia partidária nucleada pelos autênticos e pela pequena burguesia, que buscavam destacar-s e isolar as alas mais progressivas e distanciar-se da base radicalizada. A direção do partido para deliberar sobre suas ações, a cada passo, fazia-o em separado, longe de qualquer mecanismo de intervenção de suas bases. Por isso Dantas (2010) afirma que os trabalhadores nunca controlaram o partido que estavam criando, segundo o autor “O PT nasceu de uma proposta do movimento sindical (sindicato dos metalúrgicos de S. André), mas este influxo não tomou forma democrática na direção do PT, desde o início centralizado nas mãos da direção dos sindicalistas “autênticos” e de Lula. (p. 19). Ou seja, desde sua origem o PT já nasce equidistante da perspectiva de partido marxista. Consolida-se, a cada passo, como um partido que lutaria por reformas no sistema social capitalista. Conforme destaca Tragtenberg (1988):

Já em 1981, através de um boletim “Governe o Brasil, entre para o PT”, o Partido já afirmava sua intenção de exercer o poder; aliás, qual partido não o quer? Só que as condições de exercício do poder pelo PT apareciam no Boletim do Partido editado em 1981 nos seguintes termos: “Se você é trabalhador e acha que a situação não está boa; se você quer que o Brasil seja um país onde todos tenham garantia de emprego e um salário digno; se você quer um serviço de atendimento médico e ensino de boa qualidade e inteiramente gratuito; se você entende que o preço dos aluguéis é muito elevado e que os impostos são um roubo contra o trabalhador contribuinte; se você quer ter o direito de se organizar num sindicato independente e que lute pelos seus direitos; se você acha que os trabalhadores rurais devem ter a terra que necessitam para plantar; e, enfim, se você acha que está tudo errado e que o Brasil precisa ser governado de uma maneira justa e honesta, venha então somar forças conosco e construir o PT – Partido dos Trabalhadores. ” ENTRE PARA O PT E GOVERNE O BRASIL.”

Porém, amparado sobre o movimento operário que procurava por uma organização combativa que representasse seus interesses, os sindicalistas, trabalhadores de base e setores de intelectuais encontraram terreno fértil e apoio massivo para a construção do PT. O PCB acaba por se organizar com as frações mais reformistas do MDB-PMDB para construir o Pacto social de transição da ditadura militar-burguesa. O PCB seria novamente mais um paladino da conciliação de classes, uma vez que, conforme destaca Plínio Arruda Sampaio (2006), “Conduzido de “cima para baixo”, o processo de redemocratização redundou na institucionalização da contra-revolução permanente instaurada pela ditadura militar. Por conta deste apoio a transição da classe dominante muitos dos militantes do PCB rompem com o partido e vão aderir a proposta de criação do PT. Conforme analisa Tragtenberg

(...) o grupo majoritário “Articulação”, formado por sindicalistas oriundos do ABC, intelectuais independentes, que detêm o controle da máquina do partido, formada em 1983 com o nome de “Articulação dos 113”, a partir de um manifesto com 113 assinaturas. Esse manifesto fora lançado em junho de 1983. Entre outras coisas dizia: “Estamos convencidos de que o PT vive, hoje, um momento muito difícil, mas não aquela crise que os seus inimigos apregoam. Diante disto, resolvemos nos articular para uma intervenção coletiva na vida do nosso partido. No entanto, afirmamos, neste momento, a vigorosa vontade de milhares de militantes, que, apoiados no reconhecimento da necessidade histórica do PT, querem fazer do Partido um dos instrumentos para os trabalhadores construírem uma sociedade socialista, onde não haja explorados nem exploradores. Defendemos, assim, o PT como um partido de massas, de lutas e democrático. Combatemos, por isso, as posições que, por um lado, tentam diluí-lo em uma frente oposicionista liberal como o PMDB de ação predominantemente parlamentar-institucional; ou que se deixam seduzir por uma proposta “socialista” sem trabalhadores como o PDT. Também combatemos aqueles que, incapazes de traduzir o nosso papel em termos de uma efetiva política de organização e acumulação de forças se encerram numa proposta de partido vanguardista tradicional, que se autoneia representante da classe trabalhadora... Somos contra aqueles que, também não submetendo à democracia interna do PT, subordinam-se a comandos paralelos e priorizam a divulgação de suas posições políticas, em detrimento daquelas do próprio Partido. Ao contrário daqueles “iluminados”, não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do País, para vencer a ditadura e para chegar ao poder.”

A estratégia de organização política e de luta da Articulação receberá influência direta dos setores oriundos do stalinismo. Conforme destaca Antonio Ozaí da Silva (2003), a Articulação receberá militantes, teóricos, dirigentes políticos e sindicais que haviam rompido com o PCB, como já possuíam elevado nível de experiência militante e organizativa, foi possível a estes galgarem importantes posições de direção do PT:

Esses quadros são originários do PCB e PC do B – e das suas cisões. Suas referências ideológicas são: a revolução cubana, a China e, em certa medida, outros países no Leste Europeu, como a ex-Alemanha Oriental (RDA). Formados predominantemente no caldo cultural stalinista, romperam com o reformismo e a teoria da revolução por etapas e, em sua maioria, abraçaram, desde o início, o projeto de construção do PT como partido estratégico – inclusive como fundadores da ART. Os laços com Cuba induziram à identificação de

parcela destes marxistas com o castrismo. Seria este o núcleo dirigente da ART? De fato, parte expressiva dos quadros que organizam a ART provém da experiência da luta armada, em particular dos setores vinculados à ALN. Por isso, concretizou-se a idéia da existência de um grupo castrista organicamente estruturado no interior da ART. Mas, além desses, há outros militantes formados em outras vertentes da tradição marxista: Eder Sader e Marco Aurélio Garcia (POLOP), Luiz Gushiken e Vito Letizia (de formação trotskista) etc. (p. 3).

Antonio Ozaí da Silva (2003) destaca que além da influencia estratégica no PT, seus dirigentes tem relações dúbias com as burocracias de corte stalinista. Analisa que o partido

(...) manteve relações incestuosas com a burocracia governante e dirigente dos partidos comunistas do Leste e cultuou o Partido Comunista cubano e sua liderança, apoiando-os acriticamente. Com efeito, várias delegações petistas são enviadas para fazerem cursos de marxismo na Alemanha Oriental, cujo partido governante já foi chamado de partido irmão. Um dos grupos de petistas que viaja a esse país, para aprofundar sua formação política, vê-se em situação constrangedora diante dos protestos populares bem diante da sede do partido onde aprendiam o “marxismo real”. As dezenas de militantes, selecionados por vínculos políticos e pessoais, que vão aprender marxismo na pátria de Marx são quadros políticos vinculados à corrente majoritária. Para muitos é a primeira experiência internacionalista e/ou a primeira oportunidade de aprofundamento dos rudimentos teóricos que tinham adquirido nos embates concretos e nos cursos ministrados no Instituto Cajamar – que se tornou o centro, por excelência, de formação política da ART. Nas salas de aula da ex-RDA, esses quadros políticos – os futuros formadores da base da ART – aprendem um marxismo que, como testemunha Frei Betto, “em nome da mais revolucionária das teorias políticas surgidas, na história, ensinava-se a não pensar”. Nesse país, os nativos são obrigados a aprender a língua russa, tinham uma formação manualesca e assimilavam a história do processo revolucionário na Rússia pela leitura mecanicista da História do Partido da União Soviética, publicada por Stalin em 1938. (pg. 9-10).

Sob certa influencia da teoria da revolução por etapas, buscarão lutar primeiramente pela chegada aos cargos do Estado burguês, com isso pretendem fazer avançar a democratização das instituições do Estado e a modernização do capitalismo brasileiro. Apenas em uma fazer posterior é que se poderia discutir efetivamente o socialismo.

Também Álvaro Bianchi (2001), afirma que pelo menos desde 1985, já se expressavam elementos programáticos oriundos do PCB na direção do PT. O partido passa a ser apresentado como uma “alternativa democrática e popular”. De acordo com o autor, o 5º Encontro do PT realizado em 1987, reafirmaria elementos da estratégia do PCB no interior do Partido dos Trabalhadores. Mesmo que com diferenças, a direção do PT também orientará os militantes e base de apoio para que trabalhassem primeiramente, em conjunto com setores da burguesia, pelo estabelecimento da democracia burguesa. Desta forma, podemos dizer que o PT seria a maior tendência política organizada na luta pelo pacto social de transição negociada em prol de setores da burguesia. A confluência entre os setores reformistas, oriundos sobre tudo da direções das greves do ABC, com a perspectiva do PCB de aliança com setores progressista da burguesia, é reafirmada por meio das resoluções políticas do 5º Encontro Nacional onde constava:

(...) ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a se oporem a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocando-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, e que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. (Apud, BIANCHI, 2001).

No entanto, para construir a via do pacto social, a Articulação se via obrigada a combater permanentemente as alas mais radicalizadas dos militantes do PT. A Articulação luta durante anos a fio para isolar os grupos mais radicais, sobretudo os setores oriundos das greves e os trotskistas, tratava-se de buscar manter sua hegemonia no partido. Silva 2003 argumenta que mesmo o PT convivendo com diversas tendências internas, será a Articulação que imprimirá as delimitações políticas e programáticas do partido.

Tendência majoritária, a Articulação (ART) é a face do PT. Sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e dos prefeitos, a ART é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido. Não é exagero afirmar que a evolução do PT se confunde com sua trajetória. Essa influência política determinante tem raízes na própria constituição do PT. O elemento essencial para a formação do PT foi a participação dos sindicalistas. Com efeito, os dirigentes sindicais expressam um dos pilares de sustentação do PT, que lhe dá um caráter de massa. O prestígio dos sindicalistas reflete essa relação – principalmente pelo carisma de lideranças como Lula. Essa base sindical é constituída por diferentes categorias e setores econômicos – com destaque para os metalúrgicos do ABCD. A militância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), também contribuíram para o crescimento e a consolidação do PT no meio rural. No III CONCURT, 94,1% dos delegados rurais declararam preferência pelo PT. A ART é a principal porta de entrada para o novo contingente de trabalhadores que desperta para a luta política e para muitos dos que decidem assumir a militância partidária.

A negação da realização de Congressos do partido, durante toda a década de 1980, pode ser tomada como expressão da cisão operada entre as demandas históricas e sociais bases e as instâncias de decisões do partido. Como recorda Coggiola, o I Congresso Nacional do partido é realizado apenas em 1991, quase doze anos depois do lançamento de sua proposta de fundação. Mas é importante destacar que a direção do partido tinha a preocupação de anunciar demandas do proletariado, como forma de sustentar seu apoio a direção lulista, em uma política pendular, busca conciliar elementos parciais e imediatos das pautas do movimento operário com as demandas da pequena burguesia. Desta forma o PT colocava-se como partido do “entendimento”. Por isso, Coggiola (2010) caracteriza o PT como um partido *centrista pequeno burguês*, que oscilava entre os interesses da pequena burguesia, que o dirigia, e as demandas mais candente do proletariado que compunha sua base.

Segundo Coggiola (2010) e Dantas (2010), mesmo o PT sendo apoiado sobre uma base eminentemente proletária, articulado algumas de suas principais demanda imediatas, sua direção, exercida centralmente pelos sindicalistas autênticos, dirigia o partido de forma isolada. A direção gozava de certo descolamento das bases. Não haviam mecanismos que permitissem à base conduzir o partido. Com isso “O PT das origens não eclodiu e nem se estruturou sob controle dos trabalhadores combativos”. (DANTAS, 2010).

Acobertado tais aspectos, as adesões ao partido ampliavam-se, mas o mecanismo de direção continuava concentrado nas mãos de uma burocracia partidária. A proposta de um partido dos trabalhadores atraía cada vez mais aderentes, ao mesmo tempo deixava-se de lado o caráter da direção. De acordo com Berbel, após o Primeiro Encontro Nacional pró-PT, realizado em outubro de 1979, intensificou-se o processo de adesão de diversas forças políticas ao movimento para criação do partido.

Ainda que se afirme que “(...) Cada um dos grupos e, em alguns casos, indivíduos que se dirigiam ao PT traziam consigo uma trajetória e propostas partidárias diferentes, de cuja combinação nasceriam as definições e indefinições do novo partido”. (BERBEL, 1991, p. 16). No entanto o fato de concentra diversas correntes e tendências políticas, a hegemonia sobre os rumos do partido permanecia sobre orientação dos autênticos. Mesmo ampliando a base de apoio, a direção do partido ainda toma as decisões em separado destas bases, com isso o projeto de partido de lula e dos sindicalistas autênticos e da pequena burguesia que compõem o PT mantém-se intacto. Para Coggiola, a base do partido era proletária, mas a direção configurou-se como pequeno-burguesa. As diversas forças políticas que integraram o partido não foram capazes de travar a luta necessária para reverter este mecanismo.

Entre estas forças políticas que passaram a integrar o PT estavam inclusive remanescentes da luta armada, entre estes estavam a Ação Popular, e a Ala Vermelha. Segundo a autora “O movimento pelo novo partido contaria com sindicalistas que se indispunham com a estrutura sindical; com diversos agrupamentos da esquerda clandestina que ainda se recuperavam das experiências de 1968; com intelectuais e setores da esquerda do MDB, o partido oficial da oposição e, ainda, com setores da Igreja Católica.” (BERBEL, 1991, p. 2). Por conta desta diversidade de aderentes, desde o início imperam indefinições programáticas no Partido, chega-se a formulação do primeiro programa apenas em 1980. (BERBEL, 1991). De acordo com Matos (2011), composto por uma série de correntes o PT era marcado por constantes atritos entre sua duas estratégias principais,

o classismo e o reformismo-eleitoreiro. Estas estratégias conviviam em intensa disputa, que acabava por determinar ambigüidades nas resoluções e atuações do partido.

Durante boa parte dos anos 1980, o PT esteve marcado pelas tensões entre o que trazia de classismo proveniente do ascenso operário e a marca crescente da estratégia reformista/eleitoralista, dando expressões contraditórias para sua adaptação ao regime, apesar de que sua evolução de conjunto apontava no sentido da completa integração que ocorreria anos depois. Deste modo, compreende-se como o PT, ao mesmo tempo em que não foi um dos assinantes da lei da Anistia, constituiu-se como um avalista da mesma. Apesar de não ter defendido o voto indireto para a presidência em 1984, assentou as bases para esse pacto na medida em que se diluiu em um movimento policlassista que defendia as “Diretas já” pela via institucional e impediu que a CUT levasse a cabo sua resolução de greve geral para impor eleições livres pela ação direta das massas. O PT não assinou a Constituição de 1988, mas depois se tornou defensor da mesma, sem, entretanto, recorrer aos métodos da luta de classes para resistir aos ataques neoliberais que eram desferidos contra ela. Para minar as contradições provenientes de sua origem, a direção majoritária do PT, ao mesmo tempo em que cumpria um papel determinante no desvio do Ascenso, expropriando-o politicamente em benefício de uma localização como “ala esquerda” do regime democrático burguês que surgia, destruía os componentes de democracia operária que se expressavam tanto nos núcleos de base do PT como na estrutura organizativa do PT.

A DELIMITAÇÃO POLÍTICA E PROGRAMÁTICA DO PT

Nenhum dos grupos que compunham o PT via-o como um partido revolucionário. Inicialmente este era definido como um partido de frente única contra a ditadura. Era um partido que representaria os interesses dos trabalhadores, que lutaria pela melhora das condições de vida e trabalho. A direção do partido optou por não se definir como socialista, alegando que suas bases não eram socialistas.

Desde a construção inicial do PT, o grupo de Lula e dos sindicalistas autênticos (Articulação-PT), **não buscou** incorporar de forma transitória as demandas imediatas e mediatas dos despossuídos de meios de produção. Em nenhum momento **contraponha** os latifundiários à coletivização das terras, o trabalhador aos industriais e assim a coletivização dos meios de produção. Nunca pensou em dissolução da estruturação política institucional do país, como dissolução do congresso, etc. Pelo contrário, a Articulação combatia o tempo todo as propostas das frações mais a esquerda expressas dentro do partido. Chegando inclusive a expulsar militantes que defendiam o marxismo revolucionário (DANTAS, 2010). Em 1988 expulsa do seu interior a tendência Causa Operária, que deu origem ao Partido da Causa Operária (PCO), em 1991 expulsa a Convergência Socialista, que daria origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Gadotti e Pereira atestam o esforço de Lula para desqualificar e isolar as demandas e propostas defendidas por militantes combativos:

(...) Internamente, os grupos chamados “radicais” da esquerda oficial, “tradicional” pressionam para fazer prevalecer suas linhas básicas de ação política. Lula destacou-se, desde esse momento, pela defesa da democracia interna e rejeitou uma concepção pronta da ideologia do partido, preferindo caminhar lenta, mas seguramente, na construção do projeto do partido com a própria luta e organização. “Eu entendo – declarou [Lula] à revista *Isto É* de 20 de fevereiro de 1980 – que estes grupos radicais têm que evoluir politicamente até o ponto de entender que propostas políticas radicais não têm vez no meio da classe trabalhadora. (...). (p. 22).

Para a ala representada por Lula no PT, tratava-se de lutar pela democracia burguesa e melhores condições de vida e trabalho dentro do capitalismo. A Articulação-PT funcionalmente criticava a *forma de ser* imediata do capitalismo brasileiro, mas toda sua plataforma baseava-se na perspectiva de autoreforma do sistema capitalista. Tratava-se de uma série de reformas que seriam operadas em conjunto com setores da burguesia e que mantinha a divisão entre proprietários e não proprietários de meios de produção e a subalternização social, econômica e política da classe trabalhadora. De acordo com Coggiola (2010), dadas tais delimitações, pode-se dizer que o partido

(...) assumiu um programa democratizante, que nem sequer era conseqüentemente democrático, propondo “a desvinculação das empresas esta estatais dos monopólios”, e não a extinção do imperialismo; “a nacionalização do latifúndio improdutivo, e não a reforma agrária através de expropriação do capital agrário, culminando na “democratização do Estado”, que deveria ser “submetido ao controle das organizações e do povo”, o que não era conseqüentemente democrático, já que não propunha a destruição do aparato de Estado, da ditadura militar e do conjunto do regime político. (p. 13).

O PT, mesmo proclamando que não aceitariam o patronato e a burguesia no partido, considerava que a aliança com setores da burguesia, supostamente “progressistas”, como indispensável, por isso não dispensavam apoio de setores do PMDB. A discussão que predominou no PT foi a de priorizar a luta imediata, a pauta do dia, ou seja a luta contra a ditadura e pela democracia burguesa. Mesmo no que tange a luta contra a ditadura o PT expressa limites claros, pois, assim como os stalinistas do PCB, PC do B e MR8, acabou por apoiar a transição pactuada. O PT foi um avalista da anistia ampla e irrestrita, que absorvia os agentes da ditadura militar-burguesa torturaram e assassinaram militantes, sindicalistas, socialistas e demais lutadores sociais. No movimento pelas Diretas já o classismo tornou-se secundário (DANTAS, 2010: MATOS, 2011). Desta forma, Matos (2011) analisa que a ala majoritária do PT acabou “legitimando pela esquerda” o pacto de transição “lenta, gradual e pacífica” do regime militar para a “democracia” burguesa, contribuiu para a preservação das instituições repressivas que se forjaram durante os “anos de chumbo” na medida em que nunca levou adiante a luta por uma verdadeira comissão independente de verdade e justiça. (p. 141).

Também, durante a década de 1980 Lula e as demais lideranças sindicais destacadas durante as greves concentrar-se-ão muito mais nas disputas eleitorais. A opção das lideranças sindicais pela busca da melhora das condições de vida e trabalho por via eleitoral-burguesa, acaba por exercer forte ressonância também sobre a base do sindicato do ABC, que por fim, em um processo cheio de nuances, tem como uma de suas principais conseqüências redefinir todo o rumo da militância no ABC, a luta maior agora era pela construção do partido (PT) e das disputas eleitorais³⁸, ou seja, referenda-se a divisão social do trabalho e a sociedade de classes. Esta máxima irá marcar todas as lideranças sindicais do ABC ao longo da década de 1980, como se pode observar por exe. os intensos esforços na campanha a eleição de Lula para governador de São Paulo em 1982 (mas perdeu para Franco Montoro) e para Deputado Federal em 1986, sendo um dos candidatos mais votados.

Esta saída pactuada impediu a derrubada do regime militar-burguês e da base que lhe garantia sustentação: a burguesia e o patronato. Impediu assim o movimento operário de trilhar um desenvolvimento autônomo em relação às classes dominantes e seus consortes, esta opção levou ao progressivo fortalecimento das classes dominantes brasileiras. A burguesia e o patronato, em busca da conservação hierarquia de classes, seriam agora os condutores do proletariado impedindo que os trabalhadores se articulassem como classe revolucionária contra a estruturação secular que os subsume. A burguesia e o patronato agem novamente como forma de dissolver a organização da classe operária, os sindicatos continuaram sendo interditados pelo governo ditatorial-burguês. Com isso prolongam seu sistema de dominação.

Para a construção da saída pactuada era estratégico pautar-se pelas lutas imediatas, visando conquistar cargos políticos, ampliando a participação dos trabalhadores na gestão do estado burguês capitalista. A declaração de José Dirceu e Oliveira Silva, dirigentes e fundadores do PT, em 1989, no prefácio do livro *Pra que PT* (1989) é expressão desta perspectiva, nas palavras dos autores “Uma revolução política cultural é, portanto, condição para que o projeto do PT seja uma realidade.

³⁸ Grande parte dos integrantes do sindicato voltaram-se para as eleições, lançando-se como candidatos à prefeituras, e deputados. Como exemplo podemos destacar o caso de Djalma Bom, que era tesoureiro do sindicato de São Bernardo, liderança ativa durante as greves, concorreu e foi eleito Deputado Federal pelo PT em 1982. Feijó, metalúrgico da Ford da diretoria do sindicato do ABC, foi membro da 1ª comissão de fábrica da Ford, também se candidatara a Deputado Federal em 1982. Benedito Marcílio do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, também candidatou-se a Deputado Federal em 1982. Em 1982 Gilson Meneses será eleito o primeiro prefeito do PT no Brasil, a frente da prefeitura de Diadema a partir de 1982. Jair Meneguelli, ferramenteiro, presidente do sindicato de São Bernardo de 1981 a 1986, presidente da CUT, de 1983 – 1994 será eleito Deputado Federal em 1995, reeleito em 1999, ainda, passou ao executivo da FIESP. Vicentinho, vice-presidente do Sindicato de São Bernardo em 1982, é eleito Deputado Federal em 2002 e reeleito em 2006. Luiz Marinho, que era pintor e que também foi companheiro de Lula em muitas das lutas sindicais, em 2002 concorrera a eleição para vice-governador do Estado de São Paulo vice de José Genuíno pelo PT. Lula disputa

Levar cada cidadão trabalhador à luta social e à emancipação política. Organizar associações, sindicatos, desenvolver formas de luta e defender reivindicações. Democratizar a sociedade”. (p. 11). Destacando quais políticas devem ser seguidas e quais caminhos devem ser trilhados pelo partido, os autores afirmam:

Saindo de sua fase de partido de resistência, o PT se encontra hoje frente ao desafio de ser uma alternativa de poder. Para isso desenvolve uma política de alianças e trabalha em um plano de governo, já que não governará apenas para a classe trabalhadora. Nas condições brasileiras, criar um partido de trabalhadores, enfrentar o preconceito, a ditadura e o poder econômico, já é em si revolucionário. No entanto o ato de fazer política representa, em nosso país, uma ruptura com a ignorância e a passividade social, tão ao gosto das elites dominantes. (p. 12).

Como um partido nascido dos movimentos reivindicatórios e anseios de participação popular na organização da sociedade, em meio a uma intensa conjuntura de embates da luta de classe que marcaram a década de 1980, o PT tem que trabalhar sempre com as demandas proletárias. Caso não o fizesse, o partido perderia frações de sua base para outras correntes políticas existentes no período. Porém afirmar a perspectiva da participação popular no governo burguês não implica defender a transformação estrutural profunda da sociedade, não implica defender a coletivização dos meios de produção, das fábricas e terra. Gadoti e Pereira (1989) destacam a linha da ala majoritária do partido:

O PT é DE TODOS OS TRABALHADORES comprometidos com o sonho (por que não?) de uma sociedade no mínimo mais justa e igualitária: operários, camponeses, estudantes, jovens, velhos, padres, comerciantes, mulheres, donas de casa, artistas, professores, médicos... Partido da classe trabalhadora. Não só do operário urbano. (p. 16).

Em relação ao socialismo, outro tema em pauta nos movimentos reivindicatórios na década de 1980, da qual o PT não podia se furtar de responder. A resposta que a ala majoritária do partido dava era que a tarefa imediata a ser debatida pelo partido não era a luta pelo socialismo, mas a luta contra a ditadura e pela consolidação da democracia no país. Desta forma, procuravam contrapor-se também a perspectiva de ditadura do proletariado, entendida por Marx, Engels, Lenin e Trotsky como um processo em que o proletariado organiza-se para expropriar os meios de produção em posse da burguesia, que é uma minoria social. José Genuíno (1999) destaca que o partido luta por uma justiça diferente da reivindicada pelo socialismo, segundo o autor trata-se de “não pode sacrificar a liberdade de poucos em nome do bem-estar de muitos e nem o bem-estar de muitos em nome da liberdade de todos”. Neste texto Genuíno busca reafirmar o caráter reformador do PT.

as eleições para Governador do Estado de São Paulo em 1982 e para Deputado Federal em 1986, em 1989 disputa as eleições presidenciais, o que se repete em 1994, 1998, 2002 e 2006.

É sobre a característica essencial da sociedade brasileira, sociedade injusta, que é preciso atuar politicamente no sentido de inverter a realidade em favor de uma tendência à justiça. A ação política de esquerda deve partir de uma crítica contundente às instituições sociais, econômicas e políticas e desembocar num profundo programa reformador das mesmas, visando radicalizar a democracia, ampliar a cidadania - criando novas esferas de participação social e política - e garantir direitos. Um programa reformador deve voltar-se para a reconstrução do Estado, capacitando-o para uma ação eficaz no provimento de serviços públicos essenciais, no seu papel normativo, regulador e fiscalizador, no desempenho de políticas públicas estratégicas e compensatórias e na sua capacidade fiscal e de investimentos. Deve voltar-se também para a reforma das instituições sociais e para a criação de novas instituições capazes de dar vazão às exigências de uma cidadania participativa. O papel do Ministério Público, dos órgãos de defesa do consumidor, de entidades de defesa dos consumidores, o aparecimento de entidades não-governamentais que atuam em várias frentes representam sinais de alento e de revigoramento da sociedade civil. Mas estamos muito longe, ainda, de uma sociedade civil participativa, autônoma e de uma cidadania com direitos respeitados. É preciso enfatizar, portanto, a organização da sociedade civil e seu papel decisivo, inclusive na reconstrução do Estado, no sentido de criar instituições capazes de garantir participação e direitos.

Ou seja, a estratégia do PT desde sua origem, mostrou-se equidistante da perspectiva de Lênin e Trotsky, expostos nas obras “*Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*”, “*O Estado e a Revolução*”, e em “*A revolução permanente*” e “*1905*”, obras em que os autores afirmam que a revolução democrática só pode ser levada a cabo por um partido marxista revolucionária, que desde sua origem paute-se pelas tarefas da revolução socialista, como abolição da propriedade privada, do patronato e do Estado burguês.

Mesclando sempre elementos e demandas do proletariado e da pequena-burguesia, e subalternizando a primeira à segunda, a ala majoritária do partido utilizava as indefinições programáticas em benefício próprio. Por outro lado, sempre que necessitava do apoio do proletariado, a Articulação buscava situar-se mais à esquerda do que realmente estava, como pode-se observar pela consigna levantada nas eleições de 1982 “Vote no três, o resto é burguês”. Em publicações “oficiais” a ala majoritária do partido acaba por revelar a perspectiva da luta pela democracia burguesa e não pelo socialismo, em vários momentos Gadotti e Pereira (1989), afirmam “O PT entende que o socialismo será o ponto de chegada e nosso ponto de partida resultante de um movimento social e político construído a partir do movimento histórico. A alternativa ao Estado capitalista é a organização autônoma da classe trabalhadora, como afirmava Marx: a *emancipação*. (...) (p. 25-26). Com tal perspectiva de atuação, segundo a definição de Coggiola (2010).

(...) o PT se configurou com um partido da pequena-burguesia radical e da franja de ativistas católicos, com presença de intelectuais universitários, unidos na perspectiva de progredir politicamente seguindo um atalho, o do prestígio dos dirigentes sindicais “autênticos” um conglomerado disparatado, mas unificado pela perspectiva de um êxito rápido, garantido pela presença de Lula (transformado nesse momento, como Lech Walesa, em figura mundial da perspectiva democratizante, norte-americano em primeiro lugar). (p. 13).

Mesmo sendo fruto de um intenso processo de luta de classes, com o isolamento do proletariado radicalizado da direção do partido, segundo Coggiola, o PT repetiu a forma de desenvolvimento dos partidos trabalhistas, que não se constituem sobre a base como um programa marxista revolucionário, mas sim sobre os movimentos de ascensão das lutas proletárias, conduzindo-os dentro dos limites da democracia burguesa, que em última instância reafirmam a dominação da burguesia e do patronato sobre os despossuídos de meios de produção.

Ao longo da década de 1980 a ala majoritária do PT buscará desloca-se das determinações da base proletária, moldando, sob as bases pequeno-burguesas que compunham o partido, formas de atuação mais conservadoras que reafirmavam a luta pela democracia burguesa e descartava a luta e enfrentamento direto contra a burguesia, o patronato e o latifúndio. Este deveria ser um assunto a ser debatido quando o Brasil já tivesse alcançado um patamar muito desenvolvido de democracia burguesa e participação popular. Porém não se tinha idéia de quando se alcançaria tal nível de democracia. Ainda que de forma distinta, e em outro nível, esta perspectiva acabava por alinhar-se com a perspectiva dos setores stalinistas, que defendiam a revolução por etapas, tendo como luta imediata a luta pela democracia burguesa. Com isso, o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores acaba minando os elementos mais avançados da luta operária, segundo a análise de Dantas (2010):

(...) A imensa combatividade da época foi sendo paulatinamente canalizada para o beco sem saída da transição democrática burguesa pela cúpula. E ele próprio conformou-se como um partido cada vez mais de colaboração de classe, cada vez mais aburguesado e finalmente como baluarte do grande capital em sua ofensiva neoliberal. (p. 18).

Reafirmando seu caráter de partido da pequena burguesia, dos pequenos proprietários e funcionários públicos, em 1989 o PT, ainda muito influente no proletariado, ao invés de levantar uma candidatura proletária, independente dos interesses da burguesia e do patronato, compõem uma frente eleitora marcadamente de colaboração de classes. (COGGIOLA, 2010). Nas eleições deste ano o partido articulou-se na coligação “Frente Brasil Popular”. Esta foi composta pelo PT, PSB e PC do B, configurava-se como uma política de Frente Popular, uma vez que articulava partidos expressamente defensores da pequena-burguesia e burguesia “nacionalista”. Mario Covas do PSDB e Leonel Brizola também faziam parte de sua base de apoio. Buscando a vitória eleitoral a qualquer preço, a “Frente Brasil Popular” chegou a declarar que não tocaria na propriedade privada e no patrimônio dos grandes bancos, que pagaria a dívida pública de 300 milhões de dólares. (COGGIOLA, 2010).

Como se sabe, naquele ano Lula acabou, por um pequeno percentual de diferença, sendo derrotado no segundo turno pelo governador de Alagoas Fernando Collor de Mello do quase inexpressivo PRN (Partido da Reconstrução Nacional), mas que apoiou-se em uma campanha milionária. Para setores da burguesia o PT ainda estava muito próximo da influência da base proletária. A burguesia e o patronato ainda nutriam certo receio em relação as políticas de governo do partido. Poderia se pensar que o partido estava muito sujeito a ceder as pressões da classe trabalhadora que demandava por transformações radicais na sociedade brasileira.

Collor acabou conseguindo ser respaldado pela burguesia brasileira (mesmo que por falta de alternativa), e ainda por uma parte da própria base do sindicalista. Como podemos observar, na tabela 01, até mesmo a classe operária ficou dividida na hora de eleger o candidato, pois o discurso de Collor de Mello voltou-se também para os trabalhadores, Collor destacava que governaria contra os “marajás” (que sugere a burguesia), e em favor dos “descamisados”, (que sugere o proletariado brasileiro).

O PT havia conseguido envolver uma ampla vanguarda operária, militante e combativa nas disputas eleitorais. Após longos anos de alimentação das ilusões na transformação social por meio do voto e nas eleições burguesas, as eleições de 1989 eram pitadas como um momento predominante da possibilidade de transformação social por via eleitoral. A derrota da campanha causou impacto significativo, sobretudo na vanguarda militante.

Tabela 02 – Votação presidenciais no Brasil e no ABC – 1989

Candidatos	Região do ABC				Brasil			
	1º Turno		2º Turno		1º Turno		2º Turno	
	votos	% total	votos	% s/ total	votos	% s/ total	votos	% s/ total
Collor	193.131	17,19	468.956	39,44	20.611.011	28,52	35.089.998	42,75
Lula	426.344	34,90	654.749	55,06	11.622.673	16,08	31.076.364	37,86
Brizola	15.939	9,69	--	--	11.168.228	15,45	--	--
Covas	215.019	16,95	--	--	7.790.392	10,78	--	--
Maluf	228.442	18,38	--	--	5.986.575	8,28	--	--
Afif	42.404	3,18	--	--	3.272.462	4,53	--	--
Ulysses	12.284	1,25	--	--	3.204.932	4,43	--	--
Freire	10.504	0,82	--	--	769.123	1,06	--	--

Fonte: Jornal “Diário do grande ABC, 20/12/1989; 23/12/1989. Apud ALMEIDA 1996

Além da derrota eleitoral, o PT deixa outras marcas na classe trabalhadora brasileira. O PT com sua ala majoritária (a Articulação-PT), acabou por se consolidar como uma forma de aliança operário-burguês conduzida de acordo com as demandas da pequena e média burguesia, com isso, a representação dos trabalhadores será redimensionada. Desta forma, segundo Matos (2011), o balanço dos elementos que levaram o partido a ser derrotado nas eleições aprofundará seu processo

de integração à ordem burguesa. Esta tendência já nascida com o partido na década de 1980, passará por um aceleramento qualitativo durante a década de 1990.

Este processo de integração nos anos 1980 deu salto nos anos 1990, como resultado da combinação entre o balanço da derrota eleitoral em 1989 e a crescente adaptação ao novo cenário na luta de classes internacional (queda do stalinismo, ofensiva neoliberal). Logo após o surgimento do sindicalismo “de resultados” da Força Sindical, foi o próprio PT e a CUT que começaram a atuar no mesmo sentido em seu bastião, o sindicato metalúrgico do ABC. Durante todos os anos 1990 este sindicato – símbolo do ascenso anterior – abre mão até mesmo dos métodos de greve econômicas e corporativas que envolvia as categorias de conjunto e passa a adotar como linha central as chamadas “câmaras setoriais” em que os acordos coletivos eram negociados ramo por ramo dentro de cada categoria. (p. 141).

As esperanças de um futuro melhor são canalizadas pela ala majoritária do PT para a disputa eleitoral distanciando-se do enfrentamento direto contra o Estado e o patronato, como os trabalhadores fizeram em 1978, 1979 e 1980. Ou seja, o PT, que surge em meio à resistência proletária contra a ditadura e os impactos da derrota da greve de 1980, ao invés de pautar-se pela derrubada da Ditadura e pelo estabelecimento de um novo governo de trabalhadores, acabou optando por lutar pela abertura lenta e gradual, pela redemocratização, referendando ativamente a estrutura eleitoral burguesa, apostando nas transformações sociais por via parlamentar-burguesa. Embora ainda sobrevivesse certa disposição operária para a luta e enfrentamento, não era mais essa a estratégia central das direções das alas majoritárias do Sindicato do ABC, do PT ou da CUT.

Em 1992, com o movimento “Fora Collor”, o PT via-se novamente frente a um ascenso de massas, que buscava derrubar o presidente. Novamente o partido coloca-se como ala esquerda da democracia burguesa brasileira. O PT busca canalizar a luta de massas para a via institucional para autoreforma do governo. Desta forma, segundo Matos (2004) “No “Fora Collor”, o PT salva a crise aberta no regime de domínio canalizando conscientemente todo o descontentamento das massas que se expressava nas ruas para a via institucional, controlada pelo *impeachment* no Congresso”. Para o mesmo autor (2011, p. 141), “(...) a direção do PT conteve a ação independente de massa e canalizou todo o descontentamento para apostas nas eleições de 1994”. Para Matos (2004: 2011), durante a década de 1990 fica cada vez mais explícito que o PT buscava minimizar os atritos entre a classe trabalhadora em luta e o governo, como fez também em relação à greve dos petroleiros desencadeada em 2 de maio de 1995, foi uma das mais importantes da década de 1990, envolveu 45 mil petroleiros e entendeu-se durante 30 dias.

De acordo com Álvaro Bianchi (1995), esta greve acabou por influenciar outras categorias a se mobilizarem (previdenciários, aeroportuários, eletricistas e servidores de universidades federais, ferroviários e metroviários). Com isso constituiu-se uma pauta conjunta que voltava-se contra as

privatizações e o neoliberalismo no Brasil. Apenas na primeira quinzena de maio havia 350 mil trabalhadores e trabalhadoras em greve. No entanto, de acordo com o autor, mesmo com intensa mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, a direção da CUT e do PT negam-se a construir a unificação das lutas, não aceitam convocar nem sequer um dia de paralisação nacional, decidem direcionar a luta para marcos parlamentares. Aos poucos os setores em greve e mobilizados foram se desarticulando e retornando ao trabalho. Nem o PT nem a CUT buscam apoiar a luta direta que se desenvolvia. Desta forma, no dia 24 de maio, por meio de determinação do governo FHC o Exército foi mobilizado para conter os trabalhadores. Na ocasião o Exército ocupou quatro refinarias.

No dia 31 de maio Lula declarou ao jornal Gazeta mercantil que se dependesse dele e de Vicentinho “a greve já teria acabado, mas são os petroleiros que decidem”. Lula e a ala majoritária do PT e da CUT estavam não apenas contra a greve dos petroleiros, mas também contra muitos dos setores que se mobilizaram em apoio aos mesmos, como os professores, trabalhadores do setor de transportes e médicos, é o que podemos apreender a partir de sua entrevista ao mesmo jornal

(...) numa greve de metalúrgicos é o rico que fica sem comprar carro; mas numa greve de professores é o filho do pobre quem perde e fica sem aprender. Mesma coisa acontece com a greve dos transportes. Quem anda de ônibus? Na greve dos médicos é a população mais pobre que precisa dos médicos e da previdência e fica prejudicada. A greve dos petroleiros, que deixou a o pobre sem gás, nos dá esse aprendizado. (Apud BIANCHI, 1995, p. 3).

Os princípios dirigentes do PT e a CUT entendiam que estas greves podiam desgastá-los frente a opinião pública. (BIANCHI, 1995). O que por sua vez poderia comprometer seus resultados em disputas eleitorais e alianças políticas nos governos. De acordo com Álvaro Bianchi (1995),

As declarações de dirigentes petistas e cutistas contra a greve evidenciaram a existência de projetos antagônicos no interior do movimento operário. Enquanto os petroleiros da FUP e todos os que apoiaram de forma decidida a greve colocaram a ação direta da classe como única forma de barrar os planos neoliberais, a direção da CUT e do PT apostaram na via da negociação no Congresso Nacional e aceitava participar da Reforma Constitucional. A greve na verdade, atrapalhava seus planos. Os dirigentes do PT e da CUT colocaram-se do lado do governo, contra os petroleiros. (p. 3).

Segundo análise de Matos, nesta jornada de mobilizações “o PT e sua direção máxima, Lula, não só impediram as tendências á greve geral política contra as privatizações e a ofensiva neoliberal, como atuaram contra a greve petroleira declarando à imprensa em rede televisiva nacional que ela deveria terminar. (2011, p. 141). Também, embora criticasse supraestruturalmente o neoliberalismo, o PT não o combatia nas cidade onde governava. Segundo análise do autor, embora o PT fizesse críticas a Fernando Henrique Cardoso, nas cidades e município onde o PT

chegava ao governo, garantia a aplicação dos mesmos projetos governo neoliberal, como no caso da Lei de Responsabilidade fiscal.

Ao longo da década de 90, em cada cidade ou estado que o PT passava a governar, garantia a aplicação de todos os planos neoliberais que FHC aplicava nacionalmente, em alguns casos tendo mais êxito que o Governo Federal, como quando conseguiu implementar a taxa dos inativos no Rio Grande do Sul ao mesmo tempo em que o Congresso impediu que FHC fizesse o mesmo em âmbito nacional. Em 1995, o PT se colocou contra a greve dos petroleiros que obrigou o governo federal a colocar tanques de guerra e o exército dentro das refinarias. Em 1999, o PT conseguiu evitar que a desvalorização do real no Brasil provocasse uma crise de proporções semelhantes às que se desenvolveram com a desvalorização do peso na Argentina entre 2001 e 2002. (MATOS, 2004).

Plínio de Arruda Sampaio (2006) destaca que durante a década de 1990 a estratégia política do PT, que previa o acúmulo de forças, conquista de instituições e posições no Estado, para a partir disso reformar a sociedade, foi substituída pela luta pelo melhorismo:

Assim, a estratégia de acúmulo de forças sofreu uma mudança qualitativa: a luta pela conquista de direitos dentro da ordem foi gradativamente substituída pelo “melhorismo”. Sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O rebaixamento da pauta política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou o processo de burocratização das organizações construídas na década de oitenta.

Para o autor durante a década de 1990 o reformismo característico da tendência majoritária do PT seria revisto e progressivamente rebaixado.

Por iniciativa do chamado campo majoritário, comandado por Lula e José Dirceu, o PT começou a sua adaptação aos novos tempos ainda no início dos anos noventa. No início, o giro para o “melhorismo” ficou parcialmente mascarado pela manutenção de uma retórica petista que preservava elementos reformistas. Logo, as definições ficariam mais claras. Na segunda metade da década de noventa, a perspectiva de conquistar a presidência da República acelerou a conversão neoliberal do PT.

Desta forma, o PT torna-se cada vez mais funcional a burguesia no Brasil. Valendo-se de sua história de luta por reformas durante a década de 1980, e da hegemonia em importantes sindicatos e na CUT, o PT tornava-se um agente importante para aplicar os interesses das classe dominantes durante a década de 1990 e 2000. De acordo com matos (2011) “Ao longo de sua trajetória, o PT, o lulismo termina utilizando a autoridade conquistada junto as classe exploradas e oprimidas, pelo papel orgânico do PT na direção das principais organizações do movimento de massas, para se gabaritar como “melhor implementador” dos interesses monopólicos no país”. (p. 142)

Durante a década de 2000, frente a crise econômica e altos índices de desemprego, somado as crises econômicas e política internacionais o PT voltava a representar esperanças de estabilidade e melhoras para a classe trabalhadora. O partido constituiria importante elemento de estabilização da ordem social e política no país, desta forma “no Brasil a burguesia ainda pôde lançar mão do PT para conter as contradições de classe, impondo até agora uma saída pacífica de alternância eleitoral, e conseguido manter a ofensiva neoliberal que vigora desde a década de 90”. (MATOS, 2004).

Ainda que seguindo progressivamente o caminho da adaptação as necessidades da burguesia e da conciliação de classes, reivindicando melhoras no sistema social capitalista, o PT ainda mantinha a imagem de partido reformista. Mantendo-se na CUT, no Sindicato do ABC, bem como nos principais sindicatos do país, disputando eleições ano a ano, o PT conseguiu expandir sua base de votos. A chegada de Lula a presidência da República em 2002 dá novo impulso ao partido. (André Singer, 2010a). Conforme apontado por Luis Inácio Lula da Silva, na Carta aos Brasileiros, o partido busca ampliar sua base de apoio, quer governar para todas as classes sociais. Afirmando-se como partido defensor da ordem de classes e o *status quo* burguês, o PT ocupa espaços ao centro e à direita do regime. Conforme destaca Matos (2004)

Ontem, o PSDB era o grande defensor da ofensiva neoliberal e o PT buscava-se projetar com um discurso anti-neoliberal (apesar de que nas cidades e estados em que passava a governar aplicava rigorosamente os ditames do FMI). Hoje, o PT é o paladino do neoliberalismo e é o PSDB que lança um discurso com traços neodesenvolvimentistas (apesar de que em nada aplica este discurso nas cidades e estados onde governa).

As políticas neoliberais, o apoio a setores do patronato e da burguesia, somado à recessão econômica de 2003, levam a cisões na base de apoio do partido, setores de importantes da classe trabalhadora iniciam um processo de ruptura com o governo Lula e o PT. Neste aspecto ganha centralidade a greve nacional dos servidores federais contra a reforma da previdência em 2003. Este setor de trabalhadores que até então havia sido base de apoio da construção do PT protagoniza um importante processo de luta de classes sob o novo governo. Esta greve chegou a envolver 450 mil trabalhadores e durou mais de 30 dias. A direção majoritária da CUT, articulada com o governo buscou boicotar esse movimento. Também no mesmo ano o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra passam a pressionar o governo Lula. Neste período “ocupações de terra já começavam a se desenvolver pelo país à revelia das direções governistas. As ocupações de terra se enfrentaram não só com as forças de repressão do Estado, mas também com bandos de jagunços armados pelos fazendeiros, chegando em determinados momentos a configurar elementos incipientes de guerra

civil no campo” (MATOS, 2004). Durante seus dois mandatos o governo Lula lutou para arrefecer as lutas contestatórias, mas retomaremos esse ponto em outra parte do trabalho.

No entanto, contando com um período de grande expansão da economia mundial (FILGUEIRAS, 2007: 2010), durante os dois governos de Lula, houve considerável diminuição do desemprego no país. Segundo dados do Ipeadata, em 2003 o índice de desemprego aberto na região Metropolitana de São Paulo era de 11, 20%. Porém em novembro de 2011, este índice era de 8,10%. Este elemento exerceu importante influencia para fazer ascender o índice de aprovação do governo.

Cabe destaca que, observando outros dados, pode-se notar que ao mesmo tempo em que diminui o índice de desemprego, aumenta também o índice de demissões. O que aponta para o maior índice de rotatividade no trabalho, característica do trabalho temporário. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego³⁹ (Site do Ipeadata, 2011), em 1999 o índice de demissões era de 635.522, de 1999 até julho de 2011 esse índice cresceu mais de 100%, chegando à casa dos 1.556.300. Para uma análise profunda acerca da diminuição do desemprego, com aumento do número de carteiras assinadas, é necessário acompanhar o crescimento dos postos de trabalho terceirizados, que estrutura-se sobre baixos salários e contratos temporários.

³⁹ Cadastro geral de empregados e desempregados TEM/CAGED.

CAPITULO III – O MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC: O CASO DA VOLKSWAGEN ABC

Como aporte para esta seção buscaremos analisar o conteúdo do livro “Sindicalismo em tempos de crise – A experiência na Volkswagen do Brasil”. O trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado realizada na UNICAMP, reflete sobre a atuação sindical do sindicato do ABC e da Volkswagen. O mesmo foi escrito por um dos dirigentes do sindicato do ABC, Mario dos Santos Barbosa, este foi também operário da Volkswagen, exerceu durante sua trajetória de militante vários cargos de representação. Centralmente, podemos adiantar que o autor entende como positivas as principais transformações operadas no Sindicato do ABC e que foram transpostas para os operários da Volkswagen via Comissão de Fábrica e Comitê Sindical da empresa. Cabe ressaltar que existe ampla bibliografia que avalia esta mudança de postura como prejudicial a organização e aos direitos dos trabalhadores. (ALVES, 2000; ANTUNES, 2006; 2002: 1997; BOITO, 2002; 1999.).

Mesmo que em sentido oposto à análise crítica, a exposição de Barbosa ganha centralidade pois denota e defende a trajetória desenvolvida tanto pela representação dos trabalhadores da Volkswagen. De forma geral, um elemento que chama a atenção na análise de Barbosa é a pouca centralidade que se deu ao papel cumprido pelas greves de 1978, 1979 e 1980. O tratamento ligeiro destes processos incorre em dificultar a possibilidade de pensar profundamente as lições tiradas pelos operários e operárias de tais experiências. Conforme destacado anteriormente, este ciclo de greves, foi um dos mais importantes na construção das experiências de luta de classe nos Brasil, as principais forças político-social que emergiram dali tiveram grande importância nacional. Nas entrevistas que realizei com os dirigentes sindicais do grupo de Mario, Articulação sindical, também pude observar o mesmo aspecto. Nas passagens em que se menciona as lutas a centralidade é sempre atribuída à boa utilização dos canais existente para dialogar com o patronato e não na luta direta dos trabalhadores e trabalhadoras do ABC em seu processo de auto-organização em oposição ao patronato e ao governo. O ponto central para Barbosa é que “Utilizando-se dos canais institucionais existentes, as novas lideranças sindicais reconquistaram na prática o direito de greve e o papel dos sindicatos oficiais como espaço de representação coletiva”. (p. 43).

Um aspecto positivo do livro é que o mesmo põe a nu a posição que a ala majoritária do sindicalismo do ABC tinha em relação à militância e ao enfrentamento da ordem militar-burguesa vigente até aquele momento. O aspecto visto como mais importante é a possibilidade dos trabalhadores poderem dialogar diretamente com o governo e as classes dominantes. Este aspecto foi qualitativamente aprofundado e fortalecido nos últimos trinta anos (1980-2010). Acredita-se que

por meio deste intercâmbio com as classes dominantes e o governo, por meio da utilização dos espaços de representação abertos, foi possível avançar em favor das demandas dos trabalhadores, melhorando as condições de trabalho e relação capital-trabalho, que distanciou-se dos enfrentamentos mais agudos (1978, 1979 e 1980).

A ação do novo sindicalismo, ao longo dos anos 1980, contribuiu para a afirmação das lideranças dos trabalhadores, bem como para o seu reconhecimento como interlocutores pelo empresariado, governo e outros segmentos sociais. Neste processo, a referida ação colaborou também para alterar de forma significativa o padrão das relações de trabalho no Brasil, abrindo espaço para influenciar os rumos da economia por intermédio das lutas contra o desemprego, em favor da redução da jornada de trabalho e contra os planos de estabilização com base no arrocho salarial (Barbosa, p. 43).

Cabe considerar que, conforme colocamos anteriormente na análise sobre as greves, a direção do novo sindicalismo foi em muitos momentos ultrapassada pela ação direta dos trabalhadores organizados. E esta ação direta é que servia como instrumento para pressionar o patronato e o Estado. Tanto que no período de acentuado refluxo, como diminuição da pressão exercida pela base operária, o novo sindicalismo converteu-se em neo-peleguismo.

Parece-nos correta a análise que Barbosa faz em relação ao período de recessão econômica no Brasil no início da década de 1980 e seus impactos sobre os trabalhadores, com aumento de desemprego abriu-se margens para a mudança da perspectiva de enfrentamento com o patronato. Porém, o autor negligencia o giro que o PT e a CUT fizeram, de distanciamento progressivo do enfrentamento direto com o patronato e o governo, para centrar-se nas disputas eleitorais. Segundo a análise de Barbosa, o período de recessão econômica é que cumpre o papel explicativo de tal mudança e não a forma de atuação do sindicato. Assim, a mudança de estratégia soa como compulsória, uma determinação das condições materiais objetivas, e não como uma escolha político-social de buscar convívio pacífico com o governo e o patronato. É como se as bases socioeconômicas só viabilizassem tal alternativa.

Contudo, os efeitos da ação sindical sobre o processo de distribuição de renda nesta década estiveram fortemente condicionados pelo contexto de recessão, de índices de inflação elevados e do crescimento do desemprego. Isso fez com que a combatividade e o dinamismo dos primeiros anos do novo sindicalismo fossem aos poucos sendo redirecionados, ganhando o sentido de uma ação de caráter mais defensivo, com destaque para luta em defesa do emprego e do salário. (Barbosa, p. 43).

Posto isso, baseado na análise de Barbosa, um dos dirigentes da ala majoritária, evidencia-se que a mudança de estratégia do PT e da CUT não se deram apenas em função da derrota eleitoral de 1989. Mas que o distanciamento dos métodos históricos de luta da classe operária, greves, piquetes e ocupações, foi sendo construído ao longo da década de 1980. Então, voltar-se para as negociações

em separado com o patronato, por foram da luta de classes, na verdade, não se tratava apenas da influencia conjuntural, de condições objetivas inflexíveis, mas sim, do próprio projeto político-social do sindicalismo Cutista e Petista, este já tinha chegado ao máximo das tarefas que se propunham, que era ocupar os cargos de representação, em busca de uma forma de capitalismo semi-colonial que ouça as demandas dos trabalhadores e que faça concessões, mesmo que pequenas, à classe trabalhadora.

Se tais tendências já são implementadas na década de 1980, com os movimentos sociais nas ruas pressionando o Estado e as classes dominantes, na década de 1990 período de implantação do neoliberalismo no país (com abertura econômica), onde instaurou-se um refluxo das lutas dos trabalhadores, predominando a desconstrução da classe operária como sujeito político coletivo, essa concepção de ação social e sindical, defendida e implementada pela Articulação sindical, aprofunda-se ainda mais.

Barbosa enfatiza que foi necessário a mudar o foco de combate de classes para a intermediação entre as classes, a luta seria pela negociação da manutenção de empregos por meio de *demissões controladas e assistidas* pelo sindicato e a comissão de fábrica. “Em razão do quadro de crise e reestruturação produtiva com ausência de crescimento econômico, acompanhado de altas taxas de desemprego, a luta em defesa do emprego constituiu um dos principais desafios para o sindicalismo na década de 1990”. (Barbosa, p. 58).

Centralmente neste período busca-se evitar ao máximo os confrontos, greves gerais, a unificação dos piquetes, a greves, as paralisações etc. Diz-se que a mudança de estratégia de negociação era para garantir empregos. Porém, as vantagens e os resultados desta “negociação conflitiva” com o patronato pode ser questionada, pois ao invés da manutenção dos níveis de emprego, tanto no ABC como na Volkswagen, o que se pode observar é a diminuição progressiva dos postos de trabalho. A Volkswagen, que chegou a ter 38.000 mil trabalhadores, agora tem apenas 12.000. Mesmo aceitando ir para mesa de negociação com o sindicato e a comissão de fábrica, a empresa consegue agir de forma a sempre a enxugar mão de obra a reduzir salários.

Partindo da reflexão de Barbosa, tem-se elementos para compreender porque tanta centralidade é conferida as câmaras setoriais, um organismo tripartite, envolvendo patrões, governo e trabalhadores para pensar as políticas industriais. Como o movimento operário ainda era portador ampla capacidade de mobilização, foi possível conseguir este espaço para negociar impostos e salários como forma de re-aquecer a produção no país. O sindicato sente-se comprometido com o patronato. A cada negociação busca-se conciliar os interesses dos operários e operárias como os

interesses do patronato. Luta-se pela manutenção do emprego ao mesmo tempo que busca envolver os trabalhadores, comprometendo-os com a necessidade patronal de produzirem cada vez mais, buscando aprofundar sua dedicação com o futuro da empresa, o sindicato que o operário “vista a camisa da empresa”. Esta concepção, focada na parceria operário-empresário leva a formulação da política de “defesa da produção”. O trabalhador, para manter seu emprego necessita concordar em ser explorado cada vez mais. A ala majoritária do PT, CUT e da comissão de fábrica da Volkswagen estão a 30 anos trabalhando esta visão de mundo e de prática política.

Diante disso, alguns sindicatos passaram a vislumbrar a possibilidade de uma ação mais abrangente em defesa da produção e do emprego por meio das câmaras setoriais. A percepção desta oportunidade levou a articulação, em 1991, de um movimento em conjunto com as centrais sindicais a pressionando o governo pelo direcionamento do foco das câmaras setoriais visando a reversão do movimento de queda da atividade econômica e de aprofundamento do emprego. (Barbosa, p. 59).

As câmaras setoriais constituíram-se como fóruns de políticas focadas, privilegiando determinados setores da economia brasileira em detrimento de outros. Tanto que após o término das câmaras setoriais, o sindicato do ABC vai buscar fundar a Câmara Regional do grande ABC, buscando pensar políticas públicas para assegurar os empregos e investimentos locais. Ou seja, o sindicato acaba assimilando a lógica patronal de disputa entre setores produtivos, de regiões etc. Seguindo esta lógica interpela as prefeituras e governos locais para baixarem os impostos e oferecer maiores facilidade e oportunidades para o patronato. Ao final, sindicatos e governos devem garantir a todo custo o sucesso dos empreendimentos patronais e empresariais. Caso o sindicato assumisse um postura de independência do patronato, o que deveria fazer para buscar garantir empregos na região seria pressionar o governo para criar projetos de obras públicas, resolver os problemas habitacionais, dos aluguéis, contratar mais profissionais para saúde e educação, etc.

Mas o caminho vislumbrado pelo sindicato do ABC é outro. Por meio da análise feita por Mario Barbosa é possível notar que criou-se a idéia que as discussões nas câmaras setoriais se davam entre “iguais”, governo (federal e Estadual) e sociedade civil (patrões e sindicatos) e que poderiam visar o bem comum. Enquanto na verdade, o patronato só aceita as alternativas que possa garantir maiores lucros a seus empreendimentos. Insiste-se na idéia de que é possível que todos saiam ganhando. Por meio de uma série de política, expressa nos boletins, jornais e falas dos representantes sindicais, busca-se consolidar esta estratégia sindical. Nessa perspectiva relevava-se o fato de que os empresários eram os mesmos patrões que demitiam, chamava o exército e a polícia para reprimir os trabalhadores.

As câmaras setoriais revelaram-se importantes instrumentos de democratização das relações de trabalho no país, na medida em que proporcionaram o envolvimento de empresas, sindicatos e governo na busca de consensos mínimos em torno de políticas públicas setoriais. Entretanto, não obstante os significativos avanços alcançados, a partir do último acordo assinado em 1993 e de seu efeito-demonstração na formulação de políticas públicas na regulação da concorrência e como política anti-recessiva, as câmaras setoriais passaram a sofrer de uma forte e crescente oposição de setores do governo. (Barbosa, p. 61).

Não se observa que as negociações com o patronato e o governo (fiéis colaboradores) quando feita por fora das pressões do movimento sindical, não pode trazer conquistas sustentáveis e significativas para a classe trabalhadora. O patronato e o governo, uma vez tendo a clareza que o movimento sindical, com tais dirigentes, não podia contrapor-se mais as suas demandas, tratou inclusive de esvaziar as câmaras setoriais. Se o movimento sindical não pode mais exercer pressão sobre o governo e o patronato, para que então chamá-lo para tomar parte nas decisões das classes dominantes? Mas o dirigente ainda analisa com melancolia “O fim das câmaras setoriais rompeu com a perspectiva de uma participação mais democrática da sociedade na definição dos rumos da economia”. (Barbosa, p. 61). Uma participação mais democrática nos rumos da economia só pode acontecer por meio da existência de espaços sociais onde os trabalhadores possam intervir direta e permanente nos processos de organização da produção, da jornada de trabalho e salários. Isso não se conquista em uma mesa de negociações a portas fechadas.

Ou seja, da forma como Barbosa analisa a ação do sindicato, evidencia-se que o autor não se vê grandes problemas na exploração do trabalho ou na reestruturação produtiva, estas são encaradas como inevitáveis. O problema maior seria a falta de canais em que os representantes dos trabalhadores possam discordar ou concordar democraticamente. O maior desafio a ser enfrentado consistiria em lutar contra a perspectiva autoritária do patronato que transforma a fábrica sem consultar a representação dos trabalhadores. Buscando opor-se ao autoritarismo das empresas, chega-se a um democratismo que referenda a ordem social burguesa, como se a eleição de representantes pudesse realmente assegurar a igualdade entre as diferentes classes sociais e seus interesses postos.

Esta situação favoreceu o predomínio de uma visão empresarial autoritária no processo de reestruturação das empresas. Na ausência de uma política industrial e de mecanismos públicos de regulação elas não se viam obrigadas a compartilhar com os trabalhadores o processo de tomada de decisões em relação à mudança. Com isto, as empresas passaram a apostar na perspectiva de poder implementar, de maneira unilateral, os seus programas de reestruturação produtiva, excluindo os trabalhadores, dos quais se esperava uma atitude passiva, como meros espectadores de um processo de modernização defensiva. (Barbosa, p. 62).

Com os milhares de panfletos, revistas, matérias em jornais, *sites* e propagandas na televisão, *outdoors*, conseguiu-se moldar uma parte do operariado do ABC segundo a lógica de que as transformações e cortes de postos de trabalho na região eram inevitáveis. Todo esforço deveria ser voltado para garantir os espaços de negociação com o governo e o patronato para que se pudesse regular os prejuízos impostos ao operariado. Com todos os problemas, a direção do sindicato do ABC acaba aparecendo para grande parte do operariado como o grupo que minimiza perdas. É claro que os operários e operárias da Volkswagen não aceitariam tal política exercida pelo sindicato e a comissão de fábrica se não se garantisse minimamente conquistas pontuais de cunho organizativo e econômico. A direção da comissão de fábrica tem isso muito claro, e esta clareza é exposta nos momentos de negociação com o patronato e o governo. O sindicalismo do ABC, assentado sobre conquistas econômicas pontuais, busca equilibrar as relações entre capital e trabalho. Age com morosidade e complacência. A orientação chamada de “agir com cuidado” acaba funcionando como uma forma a impedir as greves, piquetes e ocupações, restando os ânimos dos operários e operárias. Ao mesmo tempo em que, nas negociações com o patronato, age clarificando que a empresa precisa necessitar ceder contrapartidas, ou então estará sujeita a ter que enfrentar o operariado.

A direção da fábrica não quer que a produção pare, não quer que fique sequer horas, ou um dia paralisa, pois implica perdas de lucro. Na Volkswagen fabrica-se um carro a cada um minuto e meio. O sindicato e a comissão de fábrica também não querem que as greves ocorram, pois deixariam de ser úteis ao empresariado local, além de correr o risco de surgir novas lideranças em meio a tais processos, também, caso o operariado se descole de sua direção pelega, isso evidenciaria que a direção da fábrica não necessita do sindicato. Assim a conflituosa parceria poderia chegar ao fim. Apoiando-se sobre estes dois pólos, no operariado e patronato, o sindicato ABC e as comissões de fábrica buscam unificar interesses distintos. Assim, tenta-se primeiramente garantir a competitividade das empresas, ao mesmo tempo que se busca contrapartidas para os trabalhadores (manutenção de empregos, negociação de PLR, etc.). Estes elementos ficam claramente expressos na análise de Barbosa:

A implementação de acordos nas principais montadoras no ABC proporcionou uma excessiva melhoria da competitividade dessas empresas, associadas a importantes contrapartidas para os trabalhadores, tais como a garantia de emprego, a redução da jornada de trabalho e o direcionamento de novos investimentos e produtos para a região. Entretanto, na ausência de crescimento, o modelo econômico seguiu produzindo efeitos destrutivos sobre os níveis da produção e do emprego também na região do ABC paulista. (Barbosa, p. 63).

A percepção que se tem é que, as relações entre capital e trabalho no Brasil eram muito atrasadas, então ficava como missão dos sindicalistas colaborar para modernizar as relações entre capital e trabalho, contribuindo para minimizar conflito, por meio da possibilidade de discussões com o patronato. Assim, mesmo com os milhares de postos de trabalho fechados na região, é feito um balanço positivo das transformações pelas quais passou a ação sindical.

Tendo em vista o histórico marcadamente autoritário das relações de trabalho no Brasil, configurado na Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, esta passa a sofrer, outra vez, fortes questionamentos por parte de alguns setores do movimento sindical. Um dos aspectos que mais evidenciaram o caráter autoritário do legislativo e o seu papel nas relações de trabalho era representado pela ausência do direito de greve. Em realidade, a Lei de Greve era caracterizada como “lei antigreve”. A ação do novo sindicalismo, no período que vai de finais dos anos 1970 até meados da década de 1980, foi responsável por importantes mudanças neste quadro. (Barbosa, p. 69).

É claro que os níveis de exploração são extenuantes nos países subdesenvolvidos. Lutar contra isso é certamente progressivo. O problema reside em encarar a luta contra a super-exploração como uma fase já superada, e ainda, baseando-se nesta concepção buscar apartar a classe trabalhadora destas lutas, “educando-as” a confiar nas rodadas de negociação com o patronato e não em sua própria capacidade de intervenção direta e nos métodos históricos de luta dos trabalhadores (greves, piquetes, paralisações, ocupações de fábrica, etc.). Por medo de processos mais radicais e surgimento de novas lideranças, apenas a direção do sindicato é que tem domínio de todos os processos de negociação. Acredita-se que as rodadas de negociação são os instrumentos que garantem o avanço à conquista das demandas dos operários e operárias. Nas palavras de Barbosa “(...) a alternativa encontrada foi buscar romper a resistência por meio da negociação direta com as empresas”. (p. 74).

O grande desafio do sindicato passa a ser sentar-se em mesas de negociação com o patronato e buscar alcançar o que ele pode ceder, mas que, por uma ganância em relação à margem de lucros possíveis com a superexploração e sua formação autoritárias, está negando. Enquanto que nos marcos de um sindicalismo combativo, o maior desafio deve ser mobilizar a classe trabalhadora para desenvolver lutas coletivas, fortalecendo a identidade da classe trabalhadora, destacando que ao patronato interessa a subalternização constante dos trabalhadores e que os governos corriqueiramente buscam disponibilizar todo o suporte e aparatos (desde empréstimos ao aparelho repressivo militar) para que o patronato alcancem seus objetivos. Porém, não é partir destes elementos que o dirigente da Articulação sindical se pauta.

A medida que os trabalhadores avançavam na ampliação dos espaços formais e institucionais de poder e de influência no interior das empresas, também suas ações e

iniciativas se tornaram mais transparentes para o sistema. O desafio de incorporar, num horizonte mais amplo, a tarefa de representar os interesses dos trabalhadores diante dos conflitos cotidianos que envolvem a relação entre capital e trabalho, significava um desafio novo para a militância. (Barbosa, p. 75-76).

Nesse sentido, ganha sempre força a necessidade de assegurar os espaços de interlocução. Com isso os sindicalistas investem dias e dias em dezenas de negociações com o patronato, porém ao mesmo tempo, como opção de combatividade, a comissão de fábrica e o sindicato se tornam invisível para a classe trabalhadora. O sindicato criou uma cultura militante entre os operários e operárias, que faz com que, na maior parte do tempo, o sindicato só entre em contato com os trabalhadores para falar de micro-conquistas. Busca-se valorizar a conquista de canais de negociação com o patronato e não os confrontos de classe protagonizados pelo operariado. Estes canais são encarados como instrumentos capazes de forçar a modernização das relações entre capital e trabalho. Fala-se de uma suposta democratização das relações de trabalho.

O que constitui um recuo do sindicato, se comparado as greves de 78, 79 e 80, é propagado como se fosse na verdade um avanço da luta sindical em um patamar qualitativamente superior, “a ação clandestina foi aos poucos cedendo lugar a uma ação de caráter mais aberto e propositivo diante dos problemas” (Barbosa, p. 76). Com as milhares demissões durante a década e 1980 e 1990, enfraquece-se a base que pressionava o sindicato a posturas mais combativas. O sindicato e a comissão de fábrica utilizam-se deste refluxo para sustentar-se como direção. Nos órgão de representação, os militantes da Articulação só agem de forma combativa se forem muito pressionados pelas bases. Sem isso, continua então sendo uma direção laxa, frouxa e adaptada as coisa como elas estão. Como podemos observar no texto a seguir, os desafios aos quais se colocam são mínimos.

Em muitos casos, o desafio significava ter que sair da clandestinidade, expor-se, “mostrar a cara”, e assumir novas responsabilidades, entre as quais, enfrentar e contra-argumentar diante dos representantes da linha de comando da empresa. A busca de soluções negociadas para conflitos passou a exigir cada vez mais dos membros das comissões de fábrica e ampliação do conhecimento sobre diversos temas, relacionados não apenas ao mundo do trabalho, mas associados a uma visão mais ampla de sociedade. Isso levou a diretoria do Sindicato a assumir como prioridade a ampliação dos programas de formação sindical. Em meados dos anos 80 os programas foram ampliados com a introdução de novos conteúdos e a partir de 1986 o Departamento de Formação passou a contar a participação de um grupo de Formadores de Voluntários. (Barbosa, p. 76).

Neste sentido, o sindicato do ABC, que na elaboração do teórico e político V.I Lenin deveria funcionar como a escola de guerra dos trabalhadores, acabou por consolidar-se, por um lado como um apêndice do patronato, e por outro uma entidade que executa políticas assistencialista para os trabalhadores, o sindicato-ONG. Nesse sentido, o sindicato e a comissão de fábrica estabelece-se

como uma forma de co-administração da subalternização da classe trabalhadora, das mudanças organizacionais, para a expansão permanente do capital e acumulação do patronato. Faz-se então um importante entidade que legisla em prol da manutenção do *status quo*. Mas é claro que a direção do sindicato afirma que tal movimento foi, e ainda é, seguido por falta de alternativa, e não por crença na predisposição do patronato.

No contexto do acirramento da concorrência em função da abertura indiscriminada, a experiência das empresas era de que os sindicatos viessem a assumir uma atitude passiva, como meros espectadores das decisões sobre a reestruturação produtiva. Em tais circunstâncias, poucas eram as alternativas oferecidas ao Sindicato: resistir ao processo, buscando inviabilizá-lo; fazer o papel de “avestruz” e deixar acontecer; ou intensificar a mobilização no interior das empresas, buscando formas de influenciar o processo por meio de atitude propositiva. (Barbosa, p. 90).

A luta sindical é direcionada para a luta pelo acompanhamento da reestruturação produtiva, abandona-se a luta histórica, estratégica, em favor de uma luta tática. Os métodos de luta da classe trabalhadora nem sequer são citados. Ao sindicato e a comissão de fábrica, sob orientação da Articulação sindical, só é possível vislumbrar três alternativas, ou o operário e a operária se rebelam individualmente no ato da produção, ou ignora as medidas restruturativas e as demissões dos companheiros de trabalho, ou busca discutir os projetos com o patronato, e implanta-os com a administração da fábrica, minimizando as perdas de postos de trabalho e direitos dos operários e operárias que, necessariamente, serão decorrentes deste processo. No mesmo sentido, prossegue sua análise:

No caso do ABC, a tentativa das empresas, em especial das montadoras, de desenvolvimento e implementação unilateral dos programas de reestruturação produtiva, iria esbarrar na exigência do Sindicato e das comissões de fábrica de participarem ativamente na discussão do processo. A mobilização em relação a este tema, desencadeado a partir de meados da década de 90, levaria à abertura pela primeira vez de um processo de negociação de natureza complexa. Os acordos firmados no curso das negociações puderam minimizar, em grande medida, os efeitos negativos imediatos e influenciar, ao mesmo tempo, os rumos da reestruturação produtiva nas grandes empresas montadoras. (Barbosa, p. 91).

A partir destes elementos colocados por Barbosa, é possível buscar observar o papel que as comissões de fábrica, hegemônica pela Articulação sindical, cumprem dentro das empresas, no sentido de apaziguar os ânimos dos operários, operárias e dos patrões.

É possível considerarmos neste marco, o duplo papel que a comissão de fábrica cumpre dentro da Volkswagen. Ainda que completamente deformadas em seus objetivos, as comissões de fábrica, realmente, no cotidiano de trabalho, constituem base de apoio de para vigilância em relação às condições de trabalho. Tendo conseguido influir em questões pontuais dentro da fábrica, como

instalação de bebedouros, ventiladores, reforma de vestiários etc.. Porém é possível pensar um outro lado das comissões dirigidas pela articulação sindical, que acabam por fim agindo de forma a materialização da institucionalização do isolamento das direções sindicais em relação à base operária. Os membros da comissão assumem grande autonomia política em relação à base operária, limitam-se a respostas pontuais sobre problemas pontuais. Pode assim tomar decisões que nem sequer chegam ao chão-de-fábrica, ou, quando chegam, chegam como decisões irreversíveis. Assim, as comissões são esvaziadas em seu conteúdo principal, que é servir como instrumento, interno à fábrica, organizativo, agitativo e propagandístico em prol da expansão dos direitos e conquistas dos operários e operárias dentro da fábrica.

A luta por constituir comissões de fábrica, quando impulsionadas pelo sindicato do ABC, comumente, se dava por fora de uma busca por mobilizar as massas e operários e operárias. Isso se acentua com o descenso operário a partir de 1981 seguindo-se por toda a década de 1980, mas agravado sobretudo, durante a década de 1990. Neste período o movimento é profundamente diverso do desencadeado durante a década de 1980, pois se dá completamente por fora o das mobilizações operárias, em acordos de gabinete. Sem que se tenha uma base efetiva que confira poder real de intervenção dos operários e operárias. Feito este apanhado geral discutiremos em seguida, de forma mais focada, os processos decorridos na Volkswagen. Uma vez apontado os elementos de continuidade da atuação do Sindicato do ABC e da comissão de fábrica da Volkswagen na busca por espaços de negociação com o patronato, aprofundaremos nas próximas sessões a análise sobre a Volkswagen.

A INSTALAÇÃO DA VOLKSWAGEN NO BRASIL

Em 1952, o Governo Vargas procurando proteger o mercado interno e controlar a balança de pagamentos proibiu a importação de peças de veículos. No setor automotivo, entre as táticas utilizadas pelo governo, em 1953 proibiu-se a importação de veículos montados, pois com isso conseguiria-se ainda fortalecer a indústria nacional. Considerando que o Brasil era um país com maior mercado consumidor potencial da América Latina, ocupando ainda posição estratégica na América do Sul, muitas empresas se viram obrigadas a abrirem filiais nos países para assegurar seus nichos de mercado. Esse foi o caso da Volkswagen, Mercedes e Willys-Overland. Segundo Barbosa:

No Brasil, as operações da Volkswagen tiveram início em 1953, num galpão alugado no Bairro do Ipiranga em São Paulo, onde a empresa começou a montagem da Kombi, pelo sistema CKD. A planta Anchieta em São Bernardo do Campo foi inaugurada a seguir, em

1957. Durante o ciclo de crescimento econômico vertiginoso registrado no país no período dos anos 60, até meados da década de 70, a Volkswagen do Brasil apresentou um desempenho igualmente espetacular. Neste período, o crescimento industrial foi de tal modo estimulado, que a empresa praticamente esgotou todas as possibilidades de expansão física das instalações e da capacidade de produção da Planta de São Bernardo do Campo. (Barbosa, p. 101-102).

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), agiria de maneira diferente de Vargas que buscava desenvolver as indústrias brasileiras sob controle do Estado. Tratou de desenvolver o *capitalismo associado com capital* estrangeiro, fechando ainda mais o mercado para os produtos importados, buscando atrair empresas estrangeiras para funcionar no território nacional como forma de acelerar a industrialização do país, mesmo que sem controle estatal. Para isso, era imprescindível atrair as grandes empresas do ramo automotivo para o País. A instalação da primeira fábrica da Volkswagen inicio-se em 1956 em São Bernardo, localizada frente à Via Anchieta e próxima ao Porto de Santos. Posição geográfica que facilitava o transporte e o escoamento de mercadorias.

Como o mercado era protegido, isso colaborou muito para que a empresa, já em 1960, se tornasse líder no mercado interno. A indústria pesada, com produção de bens de consumo duráveis, era encarada como sinônimo de desenvolvimento, sobretudo por causa do número de postos de trabalho que poderiam ser criados.

Com a instalação das montadoras São Bernardo desenvolveu-se também na região o ramo de autopeças e serviços. Beneficiada pelas políticas governamentais e pela super-exploração do proletariado brasileiro, a fábrica da Volkswagen São Bernardo cresceu rapidamente, ao final da década de 60 já empregava cerca de 38 mil trabalhadores e o setor de autopeças já empregava cerca de 50% da população de São Bernardo (PRAUN, 2005; CARDOSO, 2007). De acordo com nossos entrevistados, a forma de contratação de novos operários e operárias centrava-se no desempenho do trabalhador no teste prático. A direção da Volkswagen colocava um aviso de contratação na entrada da fábrica. O voluntário à vaga de emprego fazia o teste prático, se passasse no teste podia ser contratado no mesmo dia, com a rápida expansão do setor, existia grande demanda por trabalhadores, principalmente pelos que já eram especializados. Neste período, o modelo Fusca era o principal produto da fábrica.

Foto 08: Linha de montagem Fusca⁴⁰



Com o desenvolvimento da região e a criação de postos de trabalho em diversas oficinas, autopeças e montadoras que exigia pouca (ou nenhuma) especialização intensificou-se também a migração para a região, trabalhadores/as vinham principalmente de regiões do Nordeste, Minas Gerais e de cidades do interior do Estado de São Paulo. (ABRAMO: RAINHO: TOMIZAKI). Em 1976, com alta lucratividade da Volkswagen, o grupo dá início a instalação de mais uma unidade da fábrica em Taubaté. Segundo Barbosa, a instalação da fábrica no Brasil deu-se na esteira de um processo de expansão da Volkswagen

No período que vai dos anos 50 até meados da década de 70, a Volkswagen desenvolveu um intenso movimento de expansão, visando melhorar a sua condição de atuar no mercado mundial. A primeira fase ocorreu em direção aos chamados países periféricos, com construção de centros de produção no Brasil e na África do Sul, nos anos de 1953 e 1956, respectivamente. Esta fase foi completada com a inauguração em 1964, da Planta Puebla, no México. No final da década de 90, o grupo Volkswagen, formado pelas marcas Volkswagen, Seat, Audi, Skoda e Rolls Royce/Bentley, possuía aproximadamente 40 centros de produção, empregando mais de 300.000 trabalhadores em 27 países do mundo. (Barbosa, p. 101).

Desde sua instalação a administração da Volkswagen buscava ser respaldada e assistida pelo governo e autoridades locais. No dia da inauguração da Volkswagen, 18 de novembro de 1959, o presidente da república Juscelino Kubitschek de Oliveira chegou inclusive a visitar fábrica da Anchieta.

É claro que uma visita do presidente da República não poderia deixar de produzir forte impacto nos trabalhadores, proletários que só possuem a sua própria força de trabalho. De acordo

⁴⁰ Extraído do site: <http://carplace.virgula.uol.com.br/fabrica-da-volkswagen-do-brasil-em-sao-bernardo-do-campo-completa-50-anos/>

com o relato de um dos operários da Volks entrevistado⁴¹, que estava presente no dia da visita do presidente, “foi bonito, uma festa linda”. Os operários e operárias foram liberados de suas funções para receber o presidente da república. Juscelino chegou de helicóptero. Em seguida chegou outro helicóptero com o Governador Ademar de Barros, que segundo nosso entrevistado “tinha fama de ladrão”. Os operários começaram a chamá-lo por esta alcunha, “cuidado com os Fuscas heim, segura os fuscas, senão o governador vai levar tudo embora”. Mediante tal hostilidade Ademar de Barros retirou-se. Havia muitas autoridades locais no evento. Juscelino, juntamente com a direção da fábrica da Alemanha e do Brasil e autoridades locais, desfilou com um Fusca conversível dentro da fábrica, como podemos observar na imagem abaixo. Depois realizou-se uma festa em que tomaram parte o presidente, as autoridades locais, e os operários. A fábrica tinha, na ocasião, três ou quatro mil operários.

Foto 09: Visita do presidente Juscelino Kubitschek a Volkswagen/Anchieta⁴²



Segundo Cardoso (2007), se de finais de 1950 até o final de 1970 pode-se observar na Volkswagen o aumento da produção, aumento do número de trabalhadores e também aumento do tempo de trabalho, durante a década de 1980, além do início do fechamento de postos de trabalho e terceirização da produção de componentes, tem-se também processos de demissão massivo. Os operários e operárias buscavam resistir às demissões e ao autoritarismo da administração fabril, nesta década também, a retomada das lutas sindicais, mas a pauta passa ser principalmente a

⁴¹ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

⁴² Extraída do site: <http://carplace.virgula.uol.com.br/fabrica-da-volkswagen-do-brasil-em-sao-bernardo-do-campo-completa-50-anos/>

redução da jornada de trabalho. Nesse período, segundo Cardoso (2007), os operários e operárias trabalhavam cerca de 12 horas por dia. No terceiro período de lutas dos operários e operárias da Volkswagen, definido pela autora como sendo de 1986 a 1995, volta-se mais para as mudanças na organização do trabalho e flexibilização do tempo de trabalho. Pois com a Autolatina ficava patente que as inovações seriam acompanhadas de novas ondas de demissão de trabalhadores.

Com o mercado protegido e o crescimento constante havia também na Volkswagen intensa e permanente pressão para que os operários e operárias fizessem horas-extras. Buscava-se a dedicação máxima de cada trabalhador individual. Constatado o crescimento da demanda, a direção da fábrica ao invés de contratar de imediato mais operários, exigia que os operários e operárias fizessem hora-extra. Isso porque contava com o subsequente desaquecimento do mercado. O custo humano do exercício de trabalho extenuante, mortificante não entrava, e ainda não entra, na planilha da empresa. Se no período de aquecimento do mercado ela contratasse mais operários e operárias, no período de desaquecimento do mercado de vendas e diminuição da demanda a fábrica ficaria com excesso de mão-de-obra e teria resistência dos operários e operárias na hora que quisesse demiti-los.

Por isso, para aproveitar o crescimento da demanda, sem correr riscos de encargos, fazia grande pressão sob os operários e operárias pela realização de hora-extra, os trabalhadores responderam ao assédio da patronal com operação tartaruga. Operários e operárias contrários a hora-extra também pressionavam os operários e operárias para que não fizessem hora-extra. Era a hora-extra que sustentava a alta produção da fábrica, porém, esta era muito desgastante para os operários e operárias.

Também, durante a década de 1960 o movimento operário do ABC dava seus passos iniciais. Com o crescimento fabril suas atividades também foram expandindo. Intensificava-se os enfrentamentos do sindicato com o patronato. Em 1964 o golpe militar-burguês intervém com força para frear o ascenso proletário, interveio nos sindicatos, destruiu arquivos e realizou prisões. Na Volkswagen muitos operários e operárias foram presos e demitidos.

Ainda assim, pode ser observada a intensificação da organização e luta dos trabalhadores durante a década de 1970, a fábrica era uma das mais autoritárias da região, com dura repressão e perseguição contínua, tentava-se impedir a organização dos operários/as. As relações dos trabalhadores com o sindicato também eram censuradas pela fábrica, por conta disso até mesmo a entrada de panfletos do sindicato eram proibidos, os operários/as entravam com estes materiais escondidos, podendo lê-los apenas escondidos dentro dos banheiros.

Segundo um dos operários entrevistado por nós, que ingressou na Volkswagen em 1956⁴³, no período da ditadura militar-burguesa havia militares dentro da fábrica, estes assumiam a chefia da equipe de segurança da fábrica. De acordo com o entrevistado, na Volkswagen o militar que chefiava a equipe de segurança era o “tenente Simão”. Este fazia “tortura psicológica para manter disciplina no trabalho”. As relações dos trabalhadores com o sindicato eram censuradas pela empresa. Operários e operárias grevistas que eram rotulados como subversivos e agitadores, ficavam presos dentro da fábrica, na sala da segurança, tomando “chá de cadeira”. Os operários e operárias respondiam as prisões, opressão e a repressão patronal com mais greves e paralisações, “enquanto não solta os companheiros ninguém trabalha”. Mensagens clandestinas serviam como forma de comunicação entre os operários e operárias das diferentes alas da fábrica⁴⁴. Os panfletos eram escondidos “dentro da calça, com uma capa por cima”.

De acordo com o nosso entrevistado, se alguém fosse flagrado pela chefia tentando sindicalizar um operário ou operária, este seria demitido de imediato pela fábrica. Persistia assim, por conta das perseguições promovidas pela chefia e a patronal, o medo de sindicalizar-se. Entregava-se os panfletos para dois ou três operários e operárias, e assim a mensagem era difundida entre os operários e operárias. Mesmo com a ditadura militar-burguesa reprimindo o operariado dentro e fora da fábrica, os operários e operárias não permaneciam passivos, de acordo com depoimento do mesmo operário “Quando foi para 1978 e 1979 fechou o pau de uma vez”, “isso tudo foi se acumulando”. A revolta cotidiana é canalizada em forma de desafio coletivo ao patronato e seu regime político.

Segundo o entrevistado, em 1978, um operário da Volkswagen recebeu uma mensagem que informava sobre a greve da Scania, a greve foi deflagrada tendo com reivindicação reverter a defasagem de salário e melhora das condições de trabalho precárias, que se generalizavam por todo

⁴³ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

⁴⁴ De acordo com um de nossos entrevistados, operário da Volks desde 1995, nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista, a fábrica está dividida da seguinte forma: Ala 1 e 1a estamparia, ala 2 armação, 3 usinagem – quase desativada, 4 armação, 5 PTO – Motor e Cambio, 6 fundição que foi derrubada, 7 Senai e parte do RH, biblioteca, 8 ferramentaria, 9 não tem, 10 central de venda de veículo, banco Volkswagen e Maringá turismo, 11 Logística, 12 foi derrubada, 13 pintura, 14 montagem final, 15 e 16 não tem, 17 engenharia, 18 vendida para Pauliceia - parachoques, 19 teste d’água e teste de carro, 20 condomínio para terceiros, 21 foi vendida para o Sondas supermercado e 38 embarque de carros. Até hoje a fábrica não conseguiu levar até o fim a reestruturação produtiva. Ainda diferenciou as **Alas produtivas**: 14 montagem final, 13 pintura, 4 armação, 2 armação, 1 estamparia e 5 Motor e Cambio. Montadora da Anchieta conta com **Engenharia** do grupo Volks, **ferramentaria** (protótipo do carro e o fundamental para fazer peças. “Área **financeira/compras/contabilidade** corporativa de toda Volks. **Estamparia** que prensa porta, teto, etc. fornecesse Anchieta, para Curitiba, Taubaté. **Logística**, que faz transito de peças e materiais, ainda não foi totalmente terceirizada. Em 1998/2000 a fábrica tentou terceirizar a logística. A fábrica de motor foi para São Carlos, a de cambio foi para Argentina. Existe briga e negociação, perde a logística mais ganha uma nova linha de montagem”.

ABC. O depoimento tem correspondência direta com a análise de Barbosa, segundo este, em 1978 os operários e operárias da Volkswagen ficaram

(...) Animados pelas repercussões da paralisação nesta multinacional, uma semana depois os trabalhadores na ferramentaria central na Ala 8 da Volkswagen em São Bernardo do Campo também entraram em greve. Imediatamente, a empresa tomou a iniciativa de isolar esta área do restante da fábrica por meio de um forte esquema de repressão. Guardas da segurança patrimonial, posicionados de três em três metros nesta área, bloquearam a comunicação dos trabalhadores entre si. (Barbosa, p. 103).

Conforme já destacado na entrevista anterior, a fábrica era uma das mais autoritárias do país, tentava-se impedir a organização dos trabalhadores. Segundo Barbosa, “Neste processo, a Volkswagen do Brasil tornou-se carro chefe da reação das multinacionais e do empresariado em geral, contra o avanço dos direitos sindicais, num evidente contraste com a realidade observada, na época, nos países de origem das empresas multinacionais”. (Barbosa, p.102). O fato é que no Brasil, um país subdesenvolvido, vivendo uma ditadura militar-burguesa, também as multinacionais gozavam de liberdade para fazerem o que bem entendessem com os operários e operárias. E, apenas com um sistema repressivo é que seria possível assegurar que os trabalhadores vivessem com os salários arrochados enquanto a os acionistas da fábrica lucravam milhões. Podemos tomar como exemplo da repressão aos trabalhadores a ação da empresa durante a greve em 1978. Segundo Barbosa

Os trabalhadores que se recusaram a trabalhar foram pressionados a entrar no ônibus e conduzidos até suas casas. A próxima medida da Volkswagen foi tratar de impedir que os grevistas pudessem entrar novamente a empresa. Os trabalhadores afastados passaram então a se reunir diariamente na sede do Sindicato para “marcar o ponto” e acompanhar a evolução dos acontecimentos. (Barbosa, p. 103).

Também as condições de trabalho na Volkswagen era muito insalubre, barulhenta, ocorriam centenas e centenas de casos de surdez anualmente (como conta nos jornais do sindicato do período). De acordo com um dos operários da Volks entrevistado, que ingressou na fábrica em 1975⁴⁵, entre os principais problemas da fábrica estava “o Barulho, parece que tem uma panela de pressão no ouvido, tem também a fumaça das empilhadeiras, o cheiro de óleo. Estourava veia nos olhos. Tinham acidentes na prensa, mas a empresa não divulgava. Muito trabalho repetitivo, dores, inflamação de nervos, dores nas costas, pressão alta, agitação, você não consegue dormir direito, problemas cardíacos”.

Foi sob tais condições que eclodiu a greve de operários na Scania em 1978. A notícia da greve insuflou os ânimos dos operários e operárias da Volkswagen. Começou-se a paralisar setores,

inclusive com uma passeata de operários e operárias dentro da fábrica, o sindicato mandava mensagens sobre o encaminhamento da greve no ABC. A direção do sindicato do ABC foi até a Volks, sobre um caminhão no pátio, reforçava para os operários e operárias não entrassem na fábrica. “Temos que dar uma lição nestes alemães, ou paga o reajuste ou nós não vamos trabalhar”⁴⁶, os operários e operárias se empolgavam. O exército brasileiro entrava na fábrica e tentava fazer os operários e operárias trabalharem. Muitos operários foram presos e torturados. Mesmo assim os operários não sediam. “Nos sofremos pra caramba”, mas “1978 foi o preparo”⁴⁷. Esse preparo se dava mediante reuniões, plenárias e assembléias, com formação de piquetes pelos operários e operárias. De acordo com relatos dos operários entrevistados, também nas Assembléias realizadas na Volks, apenas o sindicato tinha direito a fala, neste período alternava-se no microfone: Lula, Luis Marinho, Vicentinho, Jair Meneguéli.

Os operários e operárias da Volkswagen cumpriam papel importante nas lutas do ABC, primeiro porque era uma das maiores fábricas da região, com grande contingente operário, segundo porque a fábrica é muito próxima do sindicato (cerca de 10 min. a pé). Muitos dirigentes do sindicato do ABC eram operários da Volkswagen. Em relação à importância da participação dos operários e operárias da Volkswagen no ABC, um operário entrevistado, jovem dirigente sindical vinculado a corrente majoritária do PT, da CUT e do sindicato do ABC, chegou a afirmar que os operários e operárias da Volkswagen foram quem lançaram

(...) bases para o novo sindicalismo no ABC. Pela proximidade física, os operários da Volks respondiam com maior rapidez aos chamados do sindicato. O número de operários era muito grande 40.000, tinham muitos anarquistas, migrantes, operários de outras fábricas. A Volks sempre foi a base do movimento operário do ABC⁴⁸.

A greve de 1978 na Volkswagen também pode ser considerada como uma greve espontânea, ela não foi planejada, articulada e organizada com antecedência pelos operários e operárias. A fábrica apostou nisso e isolou a ala da fábrica onde ocorreu a greve.

Em 1979 o processo foi qualitativamente distinto, houve maior preparação para a greve, envolveu-se muito mais operários e operárias, mas a repressão ao movimento do operariado foi bem mais organizada e intensa. Também, de acordo com Barbosa, na greve de 1979, a empresa contando com respaldo do Estado e das forças armadas, tratou de reprimir exemplarmente os operários e operárias.

⁴⁵ Este aposentou-se em 2002 com 65 anos de idade. No ato da entrevista estava com 73 anos de idade.

⁴⁶ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

⁴⁷ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

⁴⁸ Este, com 24 anos de idade no ato da entrevista, trabalha na Volks desde 2003.

A Volkswagen foi a única empresa multinacional que chamou a polícia, no que foi prontamente atendida. Um forte aparato militar foi mobilizado e colocado à disposição da empresa. Nesta época, o serviço de segurança patrimonial encontrava-se sob o comando de um ex-oficial das forças armadas, contratado pela empresa. Durante esta greve, a figura do coronel Rodge destacou-se na coordenação das ações da polícia militar, que não se limitou à ação na porta da fábrica, mas chegou a se instalar até mesmo em algumas dependências da empresa. (p. 105).

A empresa contratava policiais e militares aposentados ou afastados para coordenar as equipes de segurança. Com isso tinha-se muito mais facilidade para mobilizar as forças repressivas contra os operários e operárias da fábrica. Além disso, a empresa contava com forte aparato jurídico para buscar incriminar os operários, buscando enfatizar que as motivações das paralisações e greves eram políticas e não econômica. Assim, os operários podiam ser enquadrados na lei anti-greve então vigente. Com liminar judicial intervém-se no sindicato e dissolvem os piquetes feitos pelos operários e operárias nas portas da fábrica.

No dia 23 de março, o Ministério do Trabalho decretou intervenção no sindicato. A seguir, violentos choques foram registrados na porta da fábrica, envolvendo a polícia militar e os trabalhadores grevistas, durante os quais foi efetuado um grande número de prisões. Passados 15 dias, a assembleia a categoria aceitou a proposta da FIESP, de um trégua de 45 dias para negociação de um acordo que foi, de fato, assinado no final do período proposto. A participação dos trabalhadores na Volkswagen nesta greve teve um peso decisivo para alcançar um acordo que contemplava, parcialmente, o entendimento das reivindicações da categoria metalúrgica do ABC. (Barbosa p. 106).

Segundo relato de um operário que viveu o período, “Em 1979 foi o tempo pior, bomba, cavalo, cachorro, bomba de efeito moral dentro da igreja [da matriz], senhoras grávidas, com criança nos braços, caídas dentro da igreja e agente se defendendo e correndo também”⁴⁹. “Boleamos meios de arrecadar alimentos”. O prefeito Tito Costa permitiu a utilização do estádio da Vila Euclides. “Tudo essa desgraceira nós passemos aí, foi difícil viu meu amigo...”. As operárias e esposas dos metalúrgicos faziam linha de frente na defesa dos piquetes, greves e paralisações. “Foi uma coisa muito bonita”. “Hoje em dia eu sinto uma emoção”, “foi uma luta gostosa, e nós saímos vitoriosos”.

Por mais que o Estado e a administração da fábrica buscasse reprimir os operários e operárias, eles/elas persistiam organizando-se clandestinamente e parando a produção, organizando fundo de solidariedade ao demitidos e se enfrentando com a polícia. Também na Volkswagen, a opressão patronal respaldada pelo estado, os salários e as condições de trabalho eram os principais causadores de descontentamento entre os operários e operárias. A situação só prejudicava os trabalhadores, pois os salários estavam arrojados e o Estado estava sempre pronto a defender o

⁴⁹ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

patronato. Os lucros da Volkswagen cresciam vertiginosamente, segundo um de nossos entrevistados a fábrica chegou a diversificar negócios no país, comprou fazendas no Mato Grosso e Goiás. A direção da fábrica, apoiada pelo governo militar-burguês, queria manter os patamares de lucro pagando baixos salários, por isso não tolerava ações grevistas.

Todos os que participaram das greves de forma ativa, os que faziam piquetes na portaria foram demitidos depois do fim da greve. De acordo com o relato de um operário entrevistado “Vinha a policia com aqueles caminhões, pegavam os grevistas, faziam boletim de ocorrência e depois enviava cópias dos boletins para a fábrica”⁵⁰, munida dos boletins, a fábrica identificava os grevistas e demitia-os.

AS LUTAS OPERÁRIAS NA VOLKSWAGEN DURANTE A DÉCADA DE 1980

Logo depois da greve de 1980, somada a recessão do período a Volkswagen inicia um processo de demissão massiva, onde a preferência para demissões eram direcionadas aos operários e operárias militantes do movimento sindical. Pressiona-se os trabalhadores para que revelassem quem eram os envolvidos com o sindicato e as greves. Em janeiro de 1981 a Volkswagen anunciou a demissão de 3 mil trabalhadores, colocando mais 7000 em férias. Ainda, a empresa instituiu uma comissão de fábrica à revelia do sindicato que havia sido interdito pelo Governo Militar, os trabalhadores da Volkswagen e o sindicato do ABC iniciaram uma luta contra a empresa para a livre eleição da comissão de fábrica. Também, no mesmo ano, a empresa, ainda que sem sucesso, tentou implantar uma técnica toyotista de produção CCQ (Circulo de controle de Qualidade).

Em setembro de 1981 a Volkswagen propunha redução da jornada de trabalho com redução dos salários. O Sindicato de São Bernardo fez campanha contra está iniciativa patronal e propôs um plebiscito interno para que os trabalhadores votassem a proposta da empresa. O plebiscito aconteceu, e a proposta da empresa perdeu no ABC (embora tenha passado na fábrica de Taubaté). Porém, tal mobilização não foi suficiente para evitar as demissões. Segundo Barbosa, neste ano “(...) Somados os 205 casos de saídas por iniciativas próprias, aposentadorias falecimentos, a empresa efetuou naquele ano 10.046 desligamentos contra 320 contratações. (...)”. (p. 113). O movimento sindical em refluxo não conseguiu responder as demissões de forma contundente.

Nesse processo, fortaleceu-se também a luta dos operários e operárias pela constituição da comissão de fábrica na Volkswagen, Lula e a direção do sindicato do ABC eram contra a criação de comissões de fábrica, justificando que isso dividiria a luta sindical (esta assertiva pode ser conferido

⁵⁰ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volks de 1959 a 1982.

nas publicações do sindicato no período). Por fim, em 1982 os operários e operárias da Volkswagen vencem e a comissão de fábrica⁵¹ é constituída, ela se mostrará um importante instrumento de luta dos operários e operárias durante a década de 1980, viabilizando uma série de conquistas, como por exemplo a redução da jornada de trabalho e o acesso à informações sobre mudanças tecnológicas. (SILVA, 1997: BARBOSA, 2002: CARDOSO, 2007). De acordo com o relato de um operário entrevistado por nós, depois da criação da comissão de fábrica ela começou a intervir em favor dos operários e operárias, “antes não tinha nada. Ela passou a impedir a demissão de trabalhadores doentes. Intervinha com a gerência e a chefia”⁵².

Em muitos casos os operários e operárias faziam paralisação nos setores para evitar as demissões e exigir readmissões. A maioria dos operários e operárias da Volks participava das assembléias do sindicato, porém poucos participavam dos piquetes, porque, como vimos, era perigoso apanhar da policia, ser preso ou demitido. Muitos dos operários demitidos, em muitos casos, passavam a trabalhar em setores mais precarizados e com menores salários.

Isso porque, os operários que eram demitidos por serem militantes passavam a fazer parte da “Lista negra”, uma lista compartilhada entre as direções das fábricas de médio e grande porte em que constavam nomes de trabalhadores que se envolviam com atividade sindical ou grevista. Com isso, forçava-se os operários demitidos a passar a trabalhar em outros setores, buscado apartá-los da agitação, organização e propaganda das lutas proletárias que se desenvolviam *larga manu* no ABC. Um dos operários da Volkswagen, que ingressou na empresa em 1984, relata que viveu na pele a perseguição política da patronal:

Só pra ter uma idéia, na Scania eu cheguei a fazer ficha, exame médico, teste, tudo OK, mas na hora da admissão, nada. Na época Gilson Menezes chegou a ser prefeito de Diadema era diretor do sindicato, ele fez um levantamento e constatou que de fato agente fazia parte da famosa lista e não conseguiu emprego, ai eu retornei ao comércio novamente.

O entrevistado relata que só conseguira ser admitido na Volkswagen porque a fábrica em 1984 se dispôs a aceitar indicação de 3 trabalhadores via sindicato, foi então indicado por um diretor do sindicato, com isso pode voltar a empregar-se no setor automobilístico. O entrevistado relata que em 1984 a fábrica tinha cerca de 29 mil trabalhadores e produzia cerca de 1100 veículos por dia (e que em 2007, com cerca de 10 mil trabalhadores, a fábrica produz praticamente o mesmo

⁵¹ Hierarquia da comissão de fábrica: Representantes – sub-coordenação e Coordenação de mesa (que é composto por 6 operários), que sentam com a diretoria. Esta hierarquia se mantém durante 3 anos, porém existe uma avaliação semestral feita dentro a comissão que pode mudar a composição desta hierarquia.

⁵² Operário da Volks desde 1975. Este aposentou-se em 2002 com 65 anos de idade. No ato da entrevista estava com 73 anos de idade.

número de veículos). Outro dos nossos entrevistados, que trabalha na Volkswagen desde 1995, afirmou que ainda hoje, os militantes

(...) são marcados pela fábrica, o dia que ela puder demitir ela demite. Os interesses da fábrica e da representação são distintos. Faz tudo que a fábrica não quer que se faça. Trabalha do lado contrário da fábrica, investe no ser humano, a fábrica investe no que ele pode fazer, a representação investe na família, no descanso, na qualidade de vida do operário, a fábrica investe na qualidade de peças. Se a fábrica puder ela demite. (...). Muitos trabalhadores não vão às assembleias por medo do chefe.⁵³

Como se pode observar, embora a Volkswagen fosse uma das fábricas mais repressivas do ABC isso não impediu que internamente os operários e operárias organizassem um forte movimento sindical com caráter combativo, suas pautas eram assimiladas por outras fábricas, categorias e pelo Sindicato de São Bernardo e Diadema, como por exemplo a demanda pela redução da jornada de trabalho, que no período era de 48 horas semanais. Esta reivindicação já estava na pauta dos operários e operárias da Volkswagen desde 1976, e no início de 1985 foi colocada para toda categoria metalúrgica, com trabalho extenuante e salários baixos e arrochados, reivindicava-se a redução da jornada para 40 horas semanais e aumento do adicional de hora-extra para 200%.

A Volkswagen, assim como outras fábricas recusaram-se a atender as reivindicações postas pelos operários e operárias, estes, por sua vez, como forma de pressionar a fábrica, desencadearam uma grande greve da categoria, na Volkswagen a greve de 1985 estende-se por 53 dias. Como resultado, na Volkswagen entre os resultados entre 1985 e 1986 a jornada de trabalho foi reduzida para 44 horas semanais. (CARDOSO, 2007). Porém, por outro lado, a direção da fábrica passou a desenvolver estratégias para intensificar o trabalho, aumentando a produção diária e retirando 5 minutos diários que os trabalhadores tinham de tolerância para chegarem do vestiário ao setor de trabalho, e retirando inclusive a pausa para o café. (CARDOSO, 2007).

Além das técnicas de reorganização do trabalho e controle do tempo, outra forma de compensar a diminuição da jornada de trabalho era introdução de novas máquinas e tecnologia que permitissem diminuir a jornada de trabalho, mas que potencializasse a produção por operário/a. A introdução de capital constante (máquinas e tecnologias) têm influencia direta no corte de postos de trabalho. Esse intenso processo de corte de postos de trabalho, decorrido durante a década de 1980, só foi possível por conta da inserção continua de novas tecnologias que dispensam mão-de-obra, inserção de novas formas de gestão e intensificação das horas-extras, muito operários e operárias trabalhavam em dois horários, das 6 da manhã até as 15:48 e da 16:00 até 1:15 da manhã. Com isso

⁵³ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

incrementava-se a mais valia relativa com a mais-valia absoluta, potencializando os lucros do patronato.

Buscando aumentar a produtividade por operário/a, e assim a extração de mais-valia relativa, a Volkswagen saía na frente com as inovações tecnológicas, por exemplo, já em 1983 a Volkswagen implanta Comandos Numéricos Computadorizados, tanto na fermentaria central como na manufatura, além disso, a fábrica passou também a utilizar o “Jumbo”, um equipamento de solda que pode soldar centenas de pontos de solda por minutos. Além de constituir avanços tecnológicos importantes estes equipamentos são também formas de poupar mão-de-obra e potencializar lucros. Nosso entrevistado, que ingressou na Volkswagen em 1984, coloca importantes elementos para compreendermos os impactos da inovação:

Na linha do ‘Santana’ por exemplo, a atividade de fechamento da carroceria foi a primeira linha a ser robotizada foi essa, ela colocou que agente denominava de ‘Jumbo’, você pega o assoalho, dianteiro, a parte traseira, as laterais mais o teto, são vários os ‘braços do robô’, e aquele serviço que antes o homem tinha que entrar lá pra pontear e juntar essas partes, tudo isso passou a ser feito pelo robô. Essa foi uma das grandes mudanças, porque teve um impacto na mão de obra, essa linha foi automatizada, robotizada, e a quantidade de trabalhadores que tiveram que ser realocados em outras áreas foi bastante significativa, só nessa atividade de fechamento utilizava em torno de 12 trabalhadores, o Jumbo eliminou, houve corte de trabalho, quer dizer 12 pessoas que estavam disponíveis antes para aquela atividade tiveram que ser realocadas.

Ainda, segundo seu relato, houve a robotização crescente ao longo da década de 1980, com a robotização da linha de prensa, do corte de chapa, da pintura e da produção de vidro. Além disso, a fábrica passa a ser incisiva no que diz respeito à terceirização da produção de peças e componentes.

A administração da Volkswagen, principalmente a partir de 1985, inicia um processo de terceirização da produção de componentes dos veículos, a justificativa da direção da fábrica naquele ano era de que a Volkswagen não se interessava mais em ser uma produtora de veículos, e sim em torna-se apenas Montadora. Muitas áreas foram terceirizadas, restaurante, setor de peças, painéis, bancos. Muitas firmas começaram a entrar na Volks para oferecer serviços, a manutenção predial passou para terceiros.

Segundo um de nossos entrevistados, em 1985 a Volkswagen produzia cerca de 90% das peças que utilizava, mas principalmente a partir desde momento a fábrica busca concentrar-se em consolida-se como montadora. Esta mudança tem certamente motivações econômicas, porque as autopeças, como produziam para várias empresas automotivas e pagavam salários menores, podia produzir as peças a preços menores que a Volkswagen. Segundo nosso entrevistado “Então a fábrica começou terceirizando a produção de radiadores, de montagem de rodas, depois a de escapamentos, depois terceirizou a produção de chicote elétrico, depois de bancos, e de fundição de

monobloco de motores e por ultimo o setor de Peças e Acessórios (P&A)”. E complementa, “A Volks era uma fábrica que produzia tudo... com o tempo começou a terceirização, a fábrica queria se tornar montadora. A fábrica de motor está em São Carlos. O cambio e o motor AP ainda é produzido no ABC”⁵⁴.

A estratégia da fábrica, para não bater diretamente de frente com os operários e operárias encontrando resistência aos projetos da multinacional, era transferir os operários e operárias do setor que seria terceirizado para outra área da fábrica. Depois faziam-se grande enxugamentos todos de uma só vez. Porém, ainda assim, os operários e operárias mobilizaram-se contra as demissões, chegaram inclusive a se acorrentarem nas máquinas. Os enxugamentos também foram estendidos a área administrativa, segundo outro operário entrevistado a direção da fábrica foi “eliminando posto de trabalhos indiretos à produção, como Relações Trabalhista (RT), dos 20 técnicos que trabalhavam na empresa, mediando conflitos entre trabalhador e chefia, entre sindicato e fábrica, foi enxugado para 4”⁵⁵.

A FUSÃO ENTRE FORD E VOLKSWAGEN – AUTOLATINA

A partir do acordo da Autolatina (1987) esta forma de desligamento tornou-se ainda mais comum, a fábrica passou a aproveitar os setores “mais eficientes” da Volkswagen e os setores “mais eficientes” da Ford, fazendo um misto produtivo, assim os setores identificados como “menos eficientes” de cada setor de uma das empresas eram fechados ou terceirizados. Segundo um dos operários entrevistado a “Autolatina foi um furo da Volkswagen. Serviu pra prejudicar muita gente. Ia acabar com 10% dos trabalhos improdutivos. Ela acabou com 90% dos improdutivos. Fechou setores inteiros. Muitos operários ficaram descontentes. A Ford foi a mais beneficiada. Derrubou muito a Volkswagen. Os salários foram achatados”⁵⁶. Porém, os operários e operárias, frente à estratégia de fechamento de postos de trabalho, começaram a se organizar. Os operários e operárias adotaram a tática do “demitiu parou”. Com isso a fábrica não poderia demitir quando bem entendesse.

Autolatina foi a parceria da Volkswagen com a Ford, um projeto de unificação entre as duas fábricas implementado em 1987, por meio dele as duas fábricas compartilhavam operários e operárias, projetos e técnicas produtivas. Porém a fusão levou “sobra de mão de obra”. Neste ano os

⁵⁴ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da Comissão de Fábrica.

⁵⁵ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

trabalhadores da Volkswagen fazem greve contra as demissões decorrente de tal fusão. Mas a união das fábricas acontece e tem a duração de sete anos (1987-1994). Com isso procederá corte de pessoal e introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e produtivas, como por exemplo, o *just in time* (estoque mínimo), redução do número de operários e operárias com intensificação do timo de trabalho e das horas-extras.

A fábrica também implantou o sistema de “qualidade total” e “garantia de qualidade”, buscando obter o certificado ISO-9000, importante para as exportações. Ou seja, a Autolatina marca o primeiro encontro significativo da Volkswagen com o toyotismo. Estas mudanças organizacionais e introdução de tecnologia vão gerar uma série de demissões, não apenas na Volkswagen, mas em todo o setor industrial brasileiro, porém, os sindicatos desta vez não se colocarão em enfrentamento frente a tais processos como se colocara durante os períodos das greves de 1978/1979/1980. De forma progressiva, o Sindicato do ABC, vai buscar saídas negociadas para cada período de anuncio de demissão. Negociar com as máquinas em plena atividade, e não mais com “máquinas paradas e braços cruzados”.

SOBRE A RELAÇÃO PT, CUT E COMISSÃO DE FÁBRICA DA VOLKSWAGEN

Conforme destacado anteriormente, a constituição da comissão de fábrica pelos/as operários/as da Volks se dá na esteira dos processos de luta dos operários e operárias do ABC, em meio ao processo que culmina na formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A militância destes trabalhadores vinculados à Volkswagen estão em estreitas relações com o Partido dos Trabalhadores, com a Central Única dos Trabalhadores e com o Sindicato do ABC. Na maior parte dos casos os operários e operárias faziam parte de todas essas agremiações concomitantemente. Assim, todas estas histórias se entrecruzam.

Operários e operárias da Volkswagen compuseram núcleos para construção do PT, de acordo com um dos operários, faziam quermesse, com violeiros, barraquinhas e todos os recursos arrecadados eram revertidos para o PT, com isso, segundo um entrevistado, “e o partido foi se ajeitando”, “Empresários foram gostando da proposta do PT e começaram a ajudar o partido com recursos financeiros, um deles era o empresário José de Alencar”⁵⁷. A articulação dos 113 compunha o núcleo dirigente do partido. Embora apoiado por uma ínfima minoria de setores abastados, frações de classe média, pequena burguesia progressista e intelectuais, o PT era um

⁵⁶ Operário da Volks desde 1975. Este aposentou-se em 2002 com 65 anos de idade. No ato da entrevista estava com 73 anos de idade.

⁵⁷ Este, com 74 anos de idade no ato da entrevista, trabalhou na Volkswagen de 1959 a 1982.

partido composto por uma ampla base de trabalhadores, com grande inserção na montadoras e autopeças do ABC. Nascido em meio a um intenso processo de luta contra a superexploração do trabalho, “O PT era muito discriminado, mas era grande, [diziam que o partido] só tinha bandido, cachaceiros, vagabundos, essa era a idéia que se tinha do PT”⁵⁸.

A articulação sindical conseguiu perpetua-se na direção do sindicato do ABC, hegemoniza também as Comissões de Fábrica no ABC, a comissão de fábrica da Volks desde sua fundação é hegemonizada por esta fração política. O sindicato do ABC, assim como a Central Única dos Trabalhadores, marcharam juntas, contribuindo ativamente e seguindo as transformações e as orientações do Partido dos Trabalhadores, que se centravam no abandono de um suposto “radicalismo” da década de 1980. Um dos nossos entrevistados, que nunca conseguiu participar de um congresso da CUT, expõem como é difícil para os operário e operárias intervirem nos rumos desta entidade que lhes representa.

O número de delegados é limitado. Quando entrei na fábrica não sabia ao certo o que era, não tinha opinião formada. É um número restrito de pessoas que podem participar, no [Congresso] Estadual são apenas 70 operários do ABC que podem participar. Da Volks eram apenas 7, no [Congresso] Nacional foram apenas 2. O projetos e mudanças da CUT e do Sindicato do ABC seguiram os mesmos caminhos. A CUT está numa situação que se baseia também no diálogo. O sindicato segue a política que a central determina⁵⁹.

Porém, ainda que considere a transformações da CUT desde sua fundação, não chega a igualá-la a sua concorrente Força Sindical (ligada ao PDT). Esta chegou, durante a década de 1990 a fazer campanhas pelas privatizações, elemento que a CUT sempre se opunha. A CUT também trava luta histórica pela diminuição da jornada de trabalho para 40 h. semanais, sem redução de salário.

A Força Sindical (fundada pelo Medeiros – do sindicato de São Paulo), surgiu como oposição a CUT, com um programa mais pelego. A CUT estava lutando pela redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais (projeto do Vicentinho do PT). Os empresários são contra, alegando que aumentaria os custos da produção, como a base dos empresários no congresso é muito grande, começaram a tirar o tema da pauta. Michel Temer propôs a diminuição gradativa, anual, da jornada de trabalho. Paulinho da Força Sindical aceitou de imediato a proposta. No período da crise econômica 2009, Paulinho estava para assinar um acordo com Paulo Scaf para diminuição da jornada de trabalho com diminuição dos salários.

A CUT, ainda que busque convivência colaborativa com o patronato, não pode abrir mão de toda a pauta a qual está vinculada, pois corre o risco de perde seu diferencial e falir. Por conta de

⁵⁸ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

suas mudanças em favor das políticas do Governo Federal, a partir de 2002, muitos sindicatos se desfilaram desta central. É nesse processo que se forma em 2004 a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Parte dos militantes do movimento operário, de várias categorias, entendiam que era necessário criar uma nova central sindical que não fosse atrelada diretamente aos interesses do governo e do patronato, como entendiam a CUT. Segundo consta no site da central, a ruptura definitiva com a CUT “ocorre após a eleição do governo Lula, sua opção por governar de acordo com o modelo econômico neoliberal e a adaptação da CUT às políticas governamentais, como o apoio à reforma da Previdência que instituiu a idade mínima”.

Mas, a “nova” forma de compreender a relação capital-trabalho, pautadas nas novas estratégias e programa do PT eram, e continuam sendo, repassadas ao Sindicato do ABC e a comissão de fábrica da Volks⁶⁰. Trata-se de uma perspectiva colaboração crítica com o patronato, forjada, reforçada e aprofundada sobretudo a partir o refluxo das lutas sociais na década de 1990. Esse não foi um processo fácil, a ala majoritária do PT e da CUT, por meio das comissões de fábrica e sindicatos, travaram intensa luta para “educar” a prática política de sua base segundo esta orientação sócio-política. Hoje os operários e operárias de base, com experiência mais longa de militância sobre a égide petista-cutista tem muito clara esta concepção de atuação, de acordo com o relato de um operário da Volkswagen, “O PT e o Lula mudaram, se não mudasse não estaria hoje no governo. Não pode ser radical, tem que ter o bom senso. O PT era muito radical, linha dura não tinha abertura para o diálogo, esta mudança foi positiva”⁶¹. A maior parte dos militantes que hoje ocupam cargos de representação trilharam pelo mesmo transformismo do PT e da CUT. Isso faz que, por hora, a cada processo eleitoral reitere-se a mesma perspectiva.

No chão-de-fábrica, para a juventude a CUT é praticamente inexistente, como podemos observa pelo depoimento de dois jovens operários da Volkswagen “eu não conheço! Não tenho informação sobre a CUT. Não sei como funciona. Nunca chegou e explicou ‘agente faz isso, briga por isso’”⁶². Quando perguntei sobre a CUT a outro jovem metalúrgico da Volkswagen respondeu “Já ouvi falar, já vi adesivo na parede mas...”⁶³. Nesta fábrica, uma das maiores da região, mesmo os membros da comissão de fábrica, admitiram que a CUT não faz trabalho com os operários e

⁵⁹ Operário da Volkswagen desde 1990. Na ocasião da entrevista estava com 45 anos de idade. É membro da Comissão de Fábrica.

⁶⁰ Exemplo disso deu-e em 2005, quando o sindicato fez um chamado aos operários da Volkswagen para se filiarem ao PT e a participar de um ato para defender o governo Lula, no escândalo do mensalão.

⁶¹ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

⁶² Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

⁶³ Operário da Volkswagen desde 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

operárias. Ou seja, não se tem nos últimos anos uma preocupação real em formar e informar os operários e operárias, discutir relações de trabalho e movimento sindical, em formar novas gerações de militantes, etc.

COMISSÃO DE FÁBRICA E COMITÊ SINDICAL

Na comissão de fábrica, que tem 28 representantes, todos têm tempo livre. O tempo livre para a representação foi uma conquista importante dos operários e operárias da Volkswagen. Sem o tempo livre um trabalhador teria muito mais dificuldade para elaborar informativos, plenárias, assembleias, passeatas, campanhas etc. Isso porque é a administração da fábrica que rege o tempo dos operários e operárias. Sobre a forma como é entendida a função da comissão de fábrica, um de seus membros define:

Na fábrica, a comissão de fábrica tem que apagar pequenos e grandes incêndios. Os representantes são eleitos por ala, e só podem falar pela ala em que foi eleito, por sua zona eleitoral. O representante tem uma sala na ala onde foi eleito, mas circula livremente dentro de outras alas, porém não assume funções na linha de produção.

Quando perguntei a dois jovens metalúrgicos da Volkswagen o que achavam da comissão de fábrica obtive as seguintes respostas

É difícil. A comissão de fábrica é difícil tanto para eles como para nós, por que trabalham para fábrica e para os operários da produção diretamente. Entrar em um bom senso entre o que a fábrica quer e o que a peãozada quer é um trabalho muito difícil para eles. Eles tomam xingo da fábrica e dos operários. Eles tentam transmitir a melhor parte para a produção do que a fábrica quer. Mas nem sempre a idéia é bem-vinda, comissão de fábrica é uma área muito complicada.

A concepção que se criou entre os operários e operárias é que a comissão de fábrica funciona como uma espécie de intermediário que busca produzir consensos entre o operariado e o patronato, busca minimizar os atritos. “Eles fazem dentro do possível. A fábrica quer uma coisa, agente quer outra. Eles têm que dar um consenso para agente e para a fábrica. O que dá para fazer o que não dá”. Em outros períodos históricos do movimento sindical brasileiro, este tipo de representação era caracterizado como sindicalismo pelego. Entendia-se que o papel das entidades sindicais era sempre militar em defesa dos trabalhadores, não se importando se isso incomodaria ou não a empresa. Caso a empresa resolvesse endurecer com a representação esta denunciaria entre os operários e operárias que a elegeu e mobilizaria campanhas, paralisações, piquetes e greves contra a empresa até que a mesma cedesse as demandas dos trabalhadores. Este tipo de representação é que era chamado de combativa. Porém, nos marcos que se coloca, a comissão de fábrica da Volkswagen está muito longe deste tipo de postura.

Além da comissão de fábrica, existe também na Volkswagen O Comitê Sindical, este é composto por um total de 25 trabalhadores, a fábrica libera para tempo livre apenas 11 dos 25 representantes. Os 14 operários restantes continuam no chão-de-fábrica, só tem um dia livre a cada 15 dias para participar de reuniões. O Comitê Sindical opera como a mesma lógica que a comissão de fábrica, buscando mediar conflitos. As chapas são constituídas, e depois de eleita, os membros é quem vão decidir quem terá o tempo livre para representação. Segundo um dos entrevistados:

Para decidir quem terá tempo livre, abre-se um processo político, que requer o convencimento da maioria. Tem que contemplar diferentes alas, quem tem mais tempo na representação tem preferência. Os que ficaram mais mandatos sem tempo livre, representante no pé-da-máquina, tem preferência nas próximas eleições. Na maioria das vezes nem é necessário entrar em votação. Coloca-se os critérios e decide-se. O trabalho do operário como representante também conta⁶⁴.

Esta forma de eleição tende a favorecer sempre quem tem maioria. Pois se o operário ou operária eleito/a estiver ligado a algum grupo de oposição ao sindicato ou a comissão de fábrica, tende a ficar isolado na hora de escolher quem terá tempo livre. Quem não tem tempo livre não pode circular entre as alas, conversar como os operários e operárias durante o expediente de trabalho, elaborar materiais, etc., como lembra um dos membros da comissão de fábrica “O trabalhador com tempo livre não tem chefe, não tem pressão por produtividade, nem lesão por esforço repetitivo... o controle sobre o próprio tempo é maior”.

No caso da atual gestão da comissão de fábrica, todos os entrevistado mostraram acordo com a linha de atuação que visa mais diálogo e menos enfrentamento. Avaliam que na década de 1980 a militância do ABC era muito radical, e que o “novo” método está adequado aos novos tempos.

Por outro lado, o abandono do “radicalismo” que negociava com as máquinas paradas, que se utilizava dos métodos históricos da classe trabalhadora, como os piquetes, greves e ocupações, fundo de solidariedade etc., que foi paulatinamente sendo substituído pela recorrente negociação a portas fechadas com o patronato, não tem, em seu conteúdo processual, resultados expressivamente positivos para serem apresentados. Mesmo que o principal elemento propagandístico das alas majoritárias seja o abandono do “radicalismo” em prol da participação propositiva para manutenção de emprego, pode-se observar que os resultados são regressivos, pois sem atuação direta das classes trabalhadoras, a extinção os postos de trabalho e as demissões continuam acontecendo:

⁶⁴ Operário da Volkswagen desde 1989. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

A queda do nível de emprego na categoria metalúrgica do ABC no período de janeiro de 1994 e dezembro de 2001 foi de 149.000 para 93.000 postos de trabalho, sendo que uma parte expressiva desta redução deu-se nas montadoras onde o nível de emprego caiu de 48.700 para 34.200 postos de trabalho. A Volkswagen foi responsável por quase metade dos desligamentos ocorridos nas montadoras da categoria. O nível de emprego nesta empresa que era de 22.900 em janeiro de 1994 caiu para 16.200, no mesmo período. (Barbosa, p. 117-118).

Durante a década de 1990, tem-se uma combinação de quatro fatores importantes que contribuíram para impor novos graus de subalternização do operariado da Volkswagen. Estes são: 1) O aprofundamento da postura colaboracionista da comissão de fábrica e do sindicato do ABC. 2) As políticas fabris, que buscam “educar” os trabalhadores em uma perspectiva colaborativa. 3) Terceirização de parte da mão-de-obra. 4) Introdução intensiva de novas técnicas produtiva e organizativas que potencializaram a produção, tornando possível enxugar milhares de postos de trabalho. Trataremos destes aspectos em seguida.

MUDANÇAS NA REPRESENTAÇÃO SINDICAL DURANTE A DÉCADA DE 1990

Durante toda a década de 1990, por uma série de fatores (que vão deste o direcionamento de todas as forças para a eleição de Lula à presidência, a diminuição da base metalurgia, o recrudescimento dos movimentos sociais), a CUT e o Sindicato de São Bernardo do Campo trabalhou em prol da aliança entre capital e trabalho, desta forma, ao invés de empreender fortes campanhas com greves e ocupações de fábrica como forma de conter as flexibilizações trabalhistas e as demissões, a instituição optou pela reestruturação negociada que poupasse empregos, mas que garantisse o crescimento dos lucros das empresas. Tratava-se de um diálogo com o patronato para minimizar os efeitos da reestruturação e manutenção de lucros, com isso impõe-se uma flexibilização negociada via representação sindical. Como explicita a análise de Barbosa,

Neste contexto, a disposição de luta dos trabalhadores, associada a uma visão propositiva, possibilitou a conquista de padrões mínimos de regulação sobre a ação das grandes empresas na região do ABC, diante das conjunturas adversas que marcaram esta década. (Barbosa, p.139).

Ainda, de acordo com um dos atuais representantes da comissão de fábrica da Volkswagen, por conta da política de negociação, hoje “A Volks não anuncia demissão coletiva sem negociar, e o sindicato não faz qualquer tipo de ação sem antes tentar negociar com a fábrica. Tentar se ajustar sem confronto”⁶⁵.

⁶⁵ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 41 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

Outro operário entrevistado, também membro da diretoria do sindicato do ABC ao analisar a CUT, também aponta como positiva a mudança na linha de atuação sócio-política da CUT,

Era uma central que se iniciou com forte poder de contestação, contra a ditadura 1983, reivindicando autonomia sindical, mas com o tempo, com a mudança da realidade a CUT também mudou, ganhou capacidade de negociação, trilhou o caminho institucional por meio do acumulo.... (...). Quando ela surge, a luta social no país estava em ascenso. Com outros ciclos que vieram impôs-se obstáculos a sua trajetória. O caminho atual é um caminho possível⁶⁶.

Segundo relato de um operário da Volkswagen que ingressou na fábrica em 1975, este redirecionamento da direção do sindicato do ABC, da CUT e do PT, que passou a centrar-se na busca a ocupar cargos de administração, e evitar o confronto aberto com o patronato, migrando da contestação à colaboração, se deram ainda na segunda metade da década de 1980, por isso inclusive não votou no candidato Lula em 1989, optou por anular o voto. Segundo seu depoimento “o sindicato começou bem, depois foi se envolvendo muito em política eleitoral, criava-se receio em votar neles, sentia-se que se utilizava os operários como massa de manobra. A luta em favor do operário foi secundarizada. Isso foi fortalecendo as empresas. Muitos operários perderam a confiança no sindicato. O sindicato começou a fazer acordo, muitos operários se desfilaram do sindicato”⁶⁷. Com a campanha pelas “diretas já”, o sindicato do ABC, juntamente com a comissão de fábrica da Volkswagen, entre outras, voltou-se para a disputa das eleições, secundarizando a luta sindical.

Assim, já na década de 1980, com a *guinada eleitoral* o PT afastou parte da base que o construía, a isso somou-se a campanha que as alas mais conservadoras da sociedade, industriais e grande proprietários de terra, de meios de comunicação a serviço da classe dominante, etc., fizeram contra o partido de base proletária. De acordo com outro operário da Volkswagen entrevistado “A mídia lançou que Lula era comunista, que o comunismo tomava uma casa, que a pessoa que tivesse duas casas, tomava uma (...) E mais ainda, dizia o seguinte, que se o Lula ganhasse ia troca a cor da bandeira, o hino”⁶⁸. A este ataque o operário em questão respondia: “Pode troca a bandeira, pode trocar o hino, desde o momento que mate a fome do pessoal que está com fome”.

Após a vitória eleitoral para presidência em 2002, a forma de atuação do PT foi redefinida, e esta novamente é repassado para CUT, Sindicatos e Comissões de Fábrica. “A linha do PT mudou

⁶⁶ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

⁶⁷ Operário da Volkswagen desde 1975. Este aposentou-se em 2002 com 65 anos de idade. No ato da entrevista estava com 73 anos de idade.

muito, tiveram que mudar para poder governar, para ganhar as eleições, tem que maioria para governar, tem que fazer aliança com Sarney, PMDB, com partidos insuportáveis”⁶⁹. E complementa “Hoje o país esta estruturado, para voltar está difícil, não me vejo hoje tendo aquela linha que o PT tinha, aquela coisa radical mesmo, eu acho que está dando certo deste jeito”.

Conforme argumenta outro operário entrevistado por nós, que ingressou na Volkswagen em 1995 e é membro da comissão de fábrica, entre as mudanças mais significativa na postura do Sindicato do ABC e da comissão de fábrica está a política de negociação, esta “mudou praticamente toda a história, antigamente não tinha abertura para diálogo, então era mais confronto. Com a política de negociação, conversar mais, dialogar tentar entrar em acordo. Isso acabou com os confrontos”⁷⁰. O sindicato foi que fez um trabalho para mudar este sentimento anti-patronal. Buscava imprimir uma nova linha no proletariado do ABC. “O que agente esta pregando hoje é que se busque ouvir antes, ouvir bastante os empresários, ver o que que se pode aproveitar”⁷¹. E acrescenta “Hoje o sindicato ainda tem muita força, mas é bem mais maleável”.

Outro operário entrevistado⁷², afirma que quando entrou não conhecia o sindicato “não tinha muita noção de como era o sindicato”, mas sabia da fama de sindicato combativo, afirma que “hoje o que mudou é que o sindicato fica mais na base do diálogo. Está mais na base do diálogo do que da radicalização. O diálogo vem em primeiro lugar, quando se esgota todas as possibilidades é que se pensa em formas de enfrentamento”.

Em entrevista um operário que trabalha na fábrica desde 1995⁷³, e que compõem a comissão de fábrica, apontou dois elementos que demandaram a mudança da postura da comissão de fábrica e do sindicato, 1) a própria forma como a chefia trata os operários e operárias e a comissão de fábrica; ela busca dialogar mais, esta mudança tende a atenuar a necessidade do enfrentamento 2) Os operários e operárias hoje teriam perdido a unidade, o que dificulta a construção de enfrentamentos coletivos contra o patronato. Em suas palavras “Evoluiu a relação no chão de fábrica, hoje tem mais diálogo com a chefia. A unidade do trabalhador mudou, tinha uma união muito grande. Hoje para parar a fábrica durante duas horas é muito mais difícil”. Esta avaliação é feita também por outros

⁶⁸ Nascido em 1961, no ato da entrevista estava com 49 anos de idade, operário da Volkswagen desde 1995. Membro da Comissão de Fábrica.

⁶⁹ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 41 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

⁷² Operário da Volkswagen desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

⁷³ No ato da entrevista estava com 41 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

dirigentes, mas sempre sem questionar o papel e a responsabilidade das entidades representativas no processo de produção da coesão entre as demandas operárias e operárias.

Interessante que, embora se considere que a melhora das relações entre a administração fabril e o operariado tenha se dado mediante as lutas operárias com participação da comissão de fábrica e do Sindicato do ABC, colocando tais entidades como protagonistas destas lutas, conforme afirma outro operário entrevistado⁷⁴, “As melhoras da relação da fábrica com o operariado se deu pela própria pressão dos operários e operárias, do sindicato e da comissão de fábrica”. Quando se fala na perda da coesão dos trabalhadores, estas entidades são poupadas de críticas. Não se considera que o sindicalismo colaborativo, neo-pelego, seja também um produtor ativo de dispersão operária.

Como entende-se que as relações entre capital e trabalho evoluíram qualitativamente, o sindicato abstém-se da atuação permanente de construção do princípio da independência de classe dos trabalhadores em relação ao patronato. Não baseia-se na necessidade de organizar os trabalhadores a partir de suas próprias demandas em separado do patronato. Tal abstenção do sindicato em construir a coesão operária, termina por produzir uma lacuna que funciona como terreno fértil para o florescimento da dispersão operária.

Confia-se na abertura de canais de diálogo com as chefias e as gerências. A administração da fábrica dialoga permanentemente com o sindicato, é mais cuidadosa ao interpelar os trabalhadores. A fábrica inclusive garante ao sindicato do ABC e a articulação sindical, o monopólio da representação dos trabalhadores, impedindo que qualquer sindicato de oposição adentre as dependências da fábrica. Assim, não haveria motivos para enfrentamentos. O Sindicato e a comissão de fábrica trabalham constantemente para re-conciliar trabalhadores e fábrica. Podemos observar este aspecto na análise de um outro membro da comissão de fábrica da Volkswagen “Hoje um encarregado, para conversar com um trabalhador lá dentro, ele chega educadamente. O encarregado, o chefe, o gerente, para conversar com o trabalhador, ele não chega mais com grosseria igual tinha antes, chega educadamente”⁷⁵. E continua “Antes, quando a Cipa ia falar com o operário, logo após a Cipa sair o encarregado ia lá perguntar o que a Cipa tinha dito, o que queria. Hoje a Cipa dialoga com o encarregado, sem nenhuma pressão”. Este período que é encarado pela representação sindical como de relações democrática altamente desenvolvidas, é comparado com as relações “primitivas” entre trabalhadores e patrões.

⁷⁴ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da Comissão de Fábrica.

Na época do Lula, Vicentinho, e depois do Giba - Gilberto Navarro (presidente do sindicato do ABC), tinha que bater para que eles te ouvisse, aumento, novos produtos, você não tinha espaço para negociar. A alternativa que o operário tinha era parar tudo. Os caras só ouviam quando as máquinas paravam. Mas por conta da paralisação, das intervenções dos trabalhadores mais conscientes que fizeram movimentos que precisavam ser feitos, as coisas vieram mudando. Hoje agente conseguiu lá dentro da Volks um espaço muito bom de conversação⁷⁶.

Quando perguntei a um membro da comissão de fábrica por que a fábrica quer dialogar, ele respondeu que houve um processo de amadurecimento da patronal.

A fábrica foi vendo que se ela deixasse de conversar com agente, se ela não abrisse esse espaço o prejuízo maior é dela, porque os trabalhadores estavam organizados para poder buscar aquelas conquistas, aquilo que ele quer que é de direito dele, ele está organizado para buscar. Por conta da pressão do sindicato e da comissão é que aconteceu esta abertura. [E lamenta] Mas mesmo assim, mesmo com essa abertura, hoje ainda tem casos em que não há meios, agente tem que intervir com paralisações com manifestações, agente ainda não perdeu estas ferramentas infelizmente, deveria ter perdido!⁷⁷.

E conclui, “Conseguiu uma tal liberdade que se pode falar diretamente com o gerente. Tem acesso livre a ele”. Segundo outro operário entrevistado, teriam decorridos “Processos que mudaram a mentalidade dos operários, 2001, 2003 e 2006, teve grande número de demissões. Mesmo que negociadas, com pacotes. Pessoas que tem história, que participou do movimento sindical, os mais antigos, os mais ferrenhos. Nesse processo os líderes também foram renovados. Saiu muito supervisor e líderes, por aposentadoria e dispensa”⁷⁸.

Porém, parte dos operários e operárias resolveram explicitar suas divergências com a linha adotada pelo Sindicato do ABC e pela comissão de fábrica da Volkswagen. Assim, segundo um operário entrevistado, “desde 1996 no comitê, constituiu-se uma oposição oriunda da articulação do PT. O principal elemento de divergência eram os acordos que o sindicato vinha fazendo com a patronal. Esta fração dissidente da articulação teve apoio do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado)”⁷⁹.

Em 1999 surge outra oposição, impulsionada por um operário apelidado de Melão, este foi vereador pelo PT apoiado por Vagner Lino vereador de São Bernardo. Melão prestava assessoria ao sindicato de Campinas sob direção de Renato Simões e sua esposa “Lurdinha”. Melão também era

⁷⁵ Nascido em 1961, no ato da entrevista estava com 49 anos de idade, operário da Volkswagen desde 1995. Membro da comissão de fábrica.

⁷⁶ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da comissão de fábrica.

⁷⁷ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995.

⁷⁸ Operário da Volkswagen desde 1990. No ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

⁷⁹ Nascido em 1965, com 45 anos no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da Comissão de Fábrica.

militante do PT, ele se aproximou da articulação-de-esquerda (fração de Tasso Genro). Disputou o sindicato, mas não conseguiram atingir 1/3 para ocupar cargos no sindicato. Um dos operários entrevistados afirma que a oposição só existe efetivamente se conseguir ocupar cargos. Para entrar no sindicato é necessário 1/3 dos votos, de 10.000 precisa ter 3.334 votos.

Na eleição seguinte em 2002, a oposição não conseguiu eleger nenhum representante. Em 2005 conseguiu-se mais de 1/3 dos votos e tiveram representação na CSE, Comitê Sindical de Empresa.

A eleição para o Sindicato do ABC se dá em dois momentos, na Fábrica: Primeiro cada fábrica elege um comitê, os operários e operárias da Volks elegeram o seu. No segundo momento, entre os eleitos nas fábricas se forma a chapa para disputar a Diretoria Executiva do Sindicato.

Ou seja, a adaptação do Sindicato e das comissões de fábrica não tem passado despercebida pelos operários e operárias. Não há homogeneidade de posição entre os operários e operárias. Porém até o momento não se consolidou uma oposição que conseguisse empreender mudanças significativas nos rumos da orientação destas importantes entidades operárias.

Interessante observar que este foi o único membro da comissão de fábrica entrevistado que falou sobre as oposições. Mas, de forma geral, os dirigentes sindicais que são “situação” não se fala destas frações. A renovação do contingente de trabalhadores da fábrica é destaca como o principal elemento que levou a modificação da postura dos trabalhadores, novamente a o papel da representação não é considerado. Como elemento complicador, e que reafirma a postura do sindicato de colaboração conflitiva com o patronato, é destacado o papel que o grande contingente de jovens contratados a partir de 2007 cumprem na intensificação da dispersão operária.

De 2007 em diante houve a contratação de novos operários, mais de 2000 contratados, com isso a fábrica conseguiu modificar o perfil da mentalidade dos operários. O perfil do operário foi modificado. Os operários são de uma faixa etária mais baixa, em torno de 21 anos. A faixa etária da fábrica mudou. Estes jovens não tiveram as experiências das lutas da década de 1980. Muitos desses jovens não pensam em permanecer na fábrica.⁸⁰

Porém, como foi possível observar nas entrevistas, a maioria dos operários e operárias que ingressaram na década de 1990 na fábrica da Volkswagen também não possuíam experiência militante, no entanto, acabam ocupando cargos de representação.

Além disso, a administração da fábrica conseguiu infringir derrotas jurídicas aos operários e operárias. O patronato conquistou na justiça o “interdito proibitório”, assim numa greve os operários e operárias não podem entrar na fábrica, mesmo sendo funcionários da fábrica, a greve no

local de trabalho é considerada como invasão de propriedade privada. A justiça chega a multar o sindicato. Também as marchas na Anchieta estão proibidas de “parar a rodovia”. Se isso ocorre o sindicato é multado, pois a rodovia está sob concessão de uma empresa privada.

POLÍTICAS FABRIS PARA FOMENTAR A DISPERSÃO DOS TRABALHADORES

A abstenção da representação em organizar as lutas operárias independe da patronal e do governo, soma-se as políticas da Volkswagen de divisão dos trabalhadores. Além da mudança de postura do sindicato tem-se também uma série de medidas adotadas pela fábrica para antecipar-se à organização e das reivindicações dos operários e operárias contra a fábrica. Em meio a um intenso processo reestruturação da fábrica, de intensificação de enxugamento de postos de trabalho que tinha como objetivo principal cortar gastos com força de trabalho, potencializando a extração de mais valia, e assim de produção de lucro e acúmulo de riquezas, a Volkswagen passou a desenvolver todo um programa de avanço ideológico para produção de consensos entre os trabalhadores em busca de posturas mais colaborativas e inibição de movimentos contestatórios, buscando então envolvimento e adesão dos operários e operárias aos objetivos da fábrica.

A fábrica busca fomentar disputas e o individualismo⁸¹ estabelecendo formas de competição entre diferentes alas da fábrica, colocando as células das alas para disputar entre si. A cada célula é passada a mesma orientação “Sua célula tem que ser a melhor, tem que produzir melhor”. Estas disputas são alavancadas a partir dos dados estatísticos de cada célula (que afere produtividade, qualidade da produção e abstencionismo). O líder é que encaminha os dados à administração da fábrica. O cargo de líder é atribuído tendo como critério a confiança da empresa no trabalhador escolhido. O líder, por sua vez, também compete entre si, os que têm desempenho abaixo do estipulado pela empresa são demitidos. De manhã todos os líderes se reúnem. No final do mês o melhor índice de produtividade ganha um café da manhã: salgadinhos, refrigerante, suco, café, doce. Isso acontece uma vez por mês. A equipe é fotografada, as fotos são espalhadas pela ala da fábrica.

⁸⁰ Este, com 24 anos de idade no ato da entrevista, trabalha na Volkswagen desde 2003. Membro da comissão de fábrica.

⁸¹ É claro que o individualismo na fábrica não pode ser entendido como um fenômeno social isolado. Antes disso, o individualismo na esfera da produção em busca da manutenção do próprio emprego, reflete o individualismo posto na sociedade. Mesmo dentro da fábrica ele varia de setor para setor, “o individualismo é maior nas áreas administrativas. Na linha o individualismo é menor”. Em todos os relatos, o individualismo é visto como algo muito incipiente e isolado. A própria dinâmica da organização da produção, que é coletiva, acaba por obstruir a possibilidade de sua disseminação. Segundo o relato de um dos membros da comissão de fábrica “Ainda hoje, nas alas a maioria é sempre solidária. Se chamarem eles paralisam. Fazem vaquinha para ajudar uns aos outros, doações”. Outro aspecto que elucida o caráter de coletividade é a resposta dos operários aos chamados do sindicato, segundo um membro da comissão entrevistado, “O sindicato sempre encontra boa resposta em seus chamados”. Além disso, os operários corriqueiramente exigem

Também, como é característico do toyotismo, a fábrica também coloca em prática outras técnicas de motivação pessoal. Como no caso do “Mega diálogo”, que são palestras promovidas pela empresa para buscar engajar os operários e operárias nas metas pretendidas pela empresa. Nas palavras de um dos membros da comissão de fábrica

O mega diálogo, para produção de toda uma ala, a fábrica busca mostrar o que a empresa representa na vida do trabalhador, uma lavagem cerebral, começa a jogar o trabalhador contra o sindicato, usa aparelhagem de som, telões. Muitos trabalhadores são influenciados por estas ações. Não só a Volks mais também outras fábricas utilizam-se destas práticas⁸².

A Volkswagen está em disputa constante com a Fiat pelo mercado Nacional, tenta envolver os operários e operárias nesta disputa por meio do Mega Diálogo, uma política motivacional. Além disso, têm as palestras, treinamentos, vídeos etc. Existe também o *ranking* de produção, as células que menos abstencionismo, menos erros, maior produtividade é melhor pontuado. Os jovens faltam menos que os mais velhos. A taxa de abstencionismo é menor entre os jovens.

A fábrica faz tudo para que os operários e operárias fiquem do lado da fábrica, segundo um dos entrevistados “ela deu curso de tudo quanto é jeito para trabalhador vestir a camisa da empresa, ela esta cooptando trabalhador mesmo”. No mesmo sentido desenvolve-se o depoimento de um jovem operário de 23 anos que ingressou na fábrica em julho de 2007, “A relação com a chefia é de obediência. Na Volks eles trabalham o psicológico dos operários, você tem que vestir a camisa, você tem que trabalhar para a Volkswagen, todos os líderes tem o mesmo perfil. Eu preciso que você fique na hora-extra você precisa ficar, não importa o que você tem que fazer lá fora”.

A fábrica criou uma série de programas para criar um processo de convencimento dos operários e operárias. Conforme destaca um operário dos operários entrevistados,⁸³ membro da comissão de fábrica, a empresa criou a operação “‘Coração valente’, para pegar os caras mais fraquinhas e fazê-los vestir a camisa da empresa”. Era um espetáculo, “teve muita gente que abraçou”, o objetivo era convencer os operários e operárias a ser mais produtivo, produzir com mais qualidade. Foram armadas tendas, onde se realizavam palestras com engenheiros, psicólogos, terra, ar, fogo, vento e água (no caso da barraca do fogo, pedia-se para que os trabalhadores colocassem suas frustrações no papel e depois queimá-lo). O símbolo da Volks com a bandeira do Brasil ao

solidariedade ativa aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as, “pedem para que o sindicato intervenha para auxiliá-los”. É possível observar a solidariedade e a preocupação do operariado.

⁸² Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 41 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

⁸³ Operário da Volkswagen desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

fundo. O objetivo é que o trabalhador se sinta valorizado. “Tem trabalhador que se ilude, mas ela está tirando o coro dele”.

Segundo um dos operários entrevistados, o objetivo é fazer com que a Volkswagen seja vista “como uma boa mãe”, é a “a mamãe Volkswagen”. O mesmo operário aponta a contradição nas exigências da patronal. A fábrica fala em trabalho em grupo ao mesmo tempo que tenta individualizar os operários e operárias. “Tem que trabalhar em grupo, mas você tem que ser o melhor!”⁸⁴. Isso leva uma parte dos operários e operárias passarem a cobrar o trabalhador, a célula não vai bem porque um dos companheiros de trabalho não tem boa produtividade. Quer instaura a lógica do “Trabalhador cobrando trabalhador”.

Ainda, como forma de coagir os operários e operárias a se dedicarem ao máximo a produção, afere o engajamento dos operários e operárias por meio da Entrevista Gálope, “a Volks compara os resultados de sua produção com a de outras montadoras (Ford, Fiat, Mercedes). O salário da Fiat de Betin é metade do da Volks e ela produz o dobro. (...). O melhor engajamento no Brasil é o da Fiat”⁸⁵. Neste mesmo sentido segue a análise de outro operário “A fábrica cobra a mesma produção feita em outras fábricas com plantas produtivas bem mais modernizadas. Intensifica ainda mais o trabalho repetitivo. A comissão cobra novas contratações. Só na ala 14 necessitaria contratar mais 400 operários”⁸⁶.

A direção da fábrica tenta ainda isolar os operários e operárias da representação. Os chefes aconselham os operários e operárias a não procurarem o sindicato, própria chefia se propõem a receber as queixas dos operários e operárias. Assim, segundo nosso entrevistado, quando as queixa chegam à comissão normalmente elas já passaram pela chefia e não foram resolvidas. Segundo as entrevistas realizadas, a chefia se irrita quando as queixas chegam diretamente à comissão de fábrica. Um dos membros da Comissão afirmou que “Quando a reclamação chega à comissão de fábrica é porque a chefia não conseguiu resolver”.

Para envolver os operários e operárias da fábrica nas novas metas da empresa, em 1995 a fábrica cria a “Rádio Interna da Volkswagen” e o “Jornal da Volkswagen” (com tiragem de 30 mil exemplares), o um jornal interno de publicação mensal intitulado “O parceiro” e um informativo diário o “Oito passos” que afixado nos quadros da fábrica, funcionando como um informativo-

⁸⁴ Operário da Volkswagen desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

⁸⁵ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da comissão de fábrica.

⁸⁶ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da comissão de fábrica.

mural. Além disso, a fábrica enviava cartas às casas dos trabalhadores/as. Tais instrumentos seriam propagandeiros incansáveis do Banco de Horas (este sendo empregado na Volks desde 1995 só passaria a ser previsto em lei em 1998) e das Células de Produção entre outros. Além disso, investiu-se muito nos programas de treinamento de pessoal. Buscava-se produzir condições concretas para aceitação das inovações propostas pela fábrica.

A fábrica tenta dividir os operários e operárias até mesmo na hora de convocar operários e operárias para fazer trabalhos fora da fábrica e para fazer hora-extra. “O encarregado escolhe pessoas para fazer viagens a trabalho. Escolhe pessoas para fazer hora-extra. [com um grupo de operários e operárias mais colaborativos com a chefia cria-se o] “aquário do chefe”. Mas, ainda assim, a solidariedade persiste entre os operários e operárias.

Um dos operários entrevistado relata que principalmente a partir deste período ficou mais difícil mobilizar os operários e operárias da Volks. Por um lado, com a pressão exercida por uma parte dos operários e operárias foi possível estabelecer um período de estabilidade em que a fábrica se viu obrigada a frear as demissões. Mas, por outro lado a fábrica teve facilitado os processos de negociação das demissões voluntária com o sindicato, em contrapartida a fábrica oferecia “pacotes de demissão”, assegurando demissões com algumas compensações para os operários e operárias demitidos. Assim, segundo o entrevistado, “Começou a era dos acordos”. É também neste ano que se dá a inserção do primeiro acordo de Banco de Horas na Volkswagen.

Mas, ainda assim, o ser humano é um ser que dá respostas a realidade exterior pautando-se nos valores que construiu ao longo da sua experiência de vida, desta forma é impossível homogeneizar suas respostas. Mesmo em meio a correria cotidiana na luta pela manutenção do emprego, a assim de suas próprias vidas, segundo um jovem operário entrevistado “agente tenta se ajudar ao máximo. O clima é legal, não dá pra conversar sempre que se quer, porque o ritmo de trabalho é corrido, mas dentro do possível todo mundo se relaciona bem”⁸⁷. Por conta da correria generalizada, das metas, da vigilância e do medo de demissão, que produzem um clima de estresse “tem intriga, as vezes até fúteis, por conta do tempo prolongado que se passa junto, são cabeças diferentes, pensamentos diferentes, então as vezes acontece algum conflito”⁸⁸. Mas de forma geral, os operários buscam manter boas relações entre si. “a colaboração no trabalho é indispensável. [a] Competitividade [existe], as pessoas não demonstram, mas tem sim, todos tem medo do ‘facão’”, que corta mão-de-obra.

⁸⁷ Operário da Volkswagen desde 2009. Estava com 19 anos de idade no ato da entrevista.

⁸⁸ Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Também, segundo uma jovem operária entrevistada “A relação na linha normalmente é boa, não tem como ficar brigado com alguém porque existe a dependência cotidiana dos colegas de trabalho. Também agente ouviu muito que na Volks todo mundo é um número, que pode ser substituído a qualquer momento”⁸⁹. Ou seja, a própria dinâmica do trabalho coletivo, de divisão de tarefas e trabalho conjunto, com revezamento e colaboração contínua acaba por restringir a possibilidade de generalização do individualismo, continua a existir, mas é vigiado, controlado e inibido pelos operários e operárias no cotidiano de trabalho. De acordo com uma das operárias entrevistadas:

Existe, tem gente que pensa que trabalha sozinho, acha que fazer apenas a própria parte já está de bom tamanho. Mas aqui nem precisa parar para pensar que o ser humano não vive sozinho, o seu trabalho depende do posto anterior. Se o posto anterior atrasar, atrasa tudo, então um precisa do outro, não dá para dizer vou fazer apenas meu serviço e pronto. Líder é que é muito egoísta, ele quer livrar o dele, ‘o meu setor tem que ser o melhor, precisa ser melhor que aquele, que este, o meu não pode ficar na reta’. Ele esquece que para o dele não ficar na reta ele está passando por cima de muitas pessoas. Na linha isso é menor, embora exista. Os individualistas são minoria, se fosse maioria essa fábrica já teria falido. Geralmente o puxa-saco é o mais individualista, isto causa problema, intriga, mas é muito pouco, um ou outro. Agente chama de lambi-saco...⁹⁰

AS TERCEIRIZAÇÕES NA VOLKSWAGEN ABC

Na década de 1990 as plantas mais antigas da Volkswagen⁹¹ (São Bernardo 1959 e Taubaté 1976) passam por importantes processos de reestruturação. Na Volkswagen e na Ford (Autolatina), em 1991 implanta-se um amplo programa de terceirização que abrange 7000 trabalhadores, por conta das negociações entre a comissão de fábrica, o Sindicato e a fábrica, define-se a princípio que estes operários e operárias serão remanejados (CARDOSO, 2007). Os operários entrevistados estimam que hoje o número de operários terceirizados é equivalente ao número de efetivos da Volkswagen, em torno de 12.000. Um jovem operário efetivo da Volkswagen disse em entrevistas que “têm muitos terceiros que nos olham [os efetivos] como se fossemos privilegiados, que os menosprezamos. Eles não recebem PLR, adicionais de sábado é de 40 reais, sendo que a nossa menor faixa é de 120 reais”⁹².

Outro jovem entrevistado diz ser contrário à terceirização, pois “o cara trabalha igual agente e ganha menos, os descontos deles são maiores. Deveria ter preferência para contratação e

⁸⁹ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

⁹⁰ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

⁹¹ As plantas novas são Rezende/RJ de 1996 e São Carlos/SP de 1996, S. J. Pinhais/PR de 1999. Segundo um entrevistado, “a Volks abriu novas filiais buscando fugir de locais onde os operários eram organizados, com sindicatos sem tradição de luta, buscando pagar salários mais baixos, e receber maiores incentivos fiscais, terrenos, água luz etc.”.

efetivação dos terceirizados”. Também uma jovem operária entrevistada afirma “Eles ganham muito pouco, não tem participação de lucro, ganham quase nada para vir ao sábado. (...) e é obrigado pela empresa a fazer hora-extra. É tudo menor os direitos deles”⁹³.

Além da substituição da mão-de-obra humana por máquinas, a administração da fábrica também passou a contratar trabalhadores e trabalhadoras em regime de terceirização. São trabalhadores com contratos temporários, na maioria absoluta dos casos, com salário muito menores que os praticados pela empresa. Os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados têm vínculo empregatício com outras empresas, mas que prestam serviços nos veículos da Volkswagen. Uma das operárias que entrevistei, já havia trabalhado na Volkswagen como terceirizada em um período anterior, sua remuneração girava em torno de um salário mínimo. Enquanto o salário inicial da Volkswagen, na produção, gira em torno de dois salários mínimos, além dos benefícios.

Além disso, outro elemento importante é que o sindicato do ABC, a comissão de fábrica da Volkswagen não pode representar estes trabalhadores e trabalhadoras. Só quem pode o fazer legalmente é o sindicato dos terceirizados, porém este não é autorizado a entrar na fábrica. No entanto, existe uma grande pressão dos trabalhadores efetivos para que a comissão de fábrica interceda nos casos de abuso das empresas sobre os terceirizados.

Além deste terceirizados e terceirizadas, que vão diariamente as instalações da Volkswagen prestar serviços, a empresa trabalha também com os terceirizados/as residentes. É concedido um espaço da fábrica para que outra empresa administre e pague os salários que bem entenda. Conforme um operário entrevistado

As condições de trabalho nestes locais são mais precárias (sem ventilador, sem bebedouro). A fábrica pressiona estes terceiros para aumentar a produção, aproveitando-se que o sindicato dos terceirizados não pode entrar na fábrica. Apenas o Sindicato do ABC é que pode entrar na Volks. Porém a comissão de fábrica também intervém nestas situações em favor dos terceirizados⁹⁴.

Refletindo sobre o prejuízos que a terceirização causa diretamente as condições de trabalho e organização dos trabalhadores, o mesmo entrevistado analisa que, além de diminuir gastos com os salários, o que incrementa os lucros, a terceirização é utilizada também como forma de quebrar a coesão operária.

A Volks terceirizou áreas para empresas que pertence a ela mesma (Empresas Tork), com isso pode estabelecer salários mais baixos e sem direitos trabalhistas. Não tem organização

⁹² Operário da Volkswagen desde 2009. Estava com 19 anos no ato da entrevista.

⁹³ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

⁹⁴ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volks desde 1995.

dos trabalhadores, tira da base sindical. Com a terceirização de parte dos trabalhadores, em momentos de greve a fábrica não pode ser paralisada totalmente⁹⁵.

Neste contrato as empresas parceiras, que fabricavam motores, suspensão, eixos, chassis, armação de cabina etc., passaram a produzir para a Volks dentro de seu prédio, porém cada empresa utilizava os próprios materiais e funcionários. Com isso vários componentes podem ser montados simultaneamente em diferentes prédios ou saguões da Volks, depois, em outra parte do processo todos os componentes são montados.

Depois da Autolatina, a Volkswagen deu início ao projeto “Consórcio Modular”, que estabelecia parceria entre a Volkswagen e outras empresas parceiras a partir de contratos individualizados. Foi uma forma encontrada pela Volkswagen de terceirizar a produção de componentes.

Esta forma de contrato diferencia-se da forma “Condomínio industrial” pois as empresas parceiras a partir de contrato ficam obrigadas a assumirem parte dos investimentos, custos e riscos. Para Volks esta parceria significava diminuir custos com o pagamento de funcionários e ainda dividir os riscos econômicos de seus empreendimentos. Mas para os trabalhadores, de forma geral, não existem tantas vantagens assim, principalmente para os das empresas terceirizadas, pois nestas empresas os padrões salariais são inferiores aos da Volks e da Ford, por exemplo, entrevistamos um jovem operária que trabalhava na Volks contratada por um empresa terceirizada, ela recebia mensalmente um salário mínimo, de onde ainda se descontava a alimentação e o transporte, além disso não tinha direito à férias ou seguro desemprego. Assim a fábrica pode demitir um mecânico e indicar que procure emprego na empresa parceira. Os operários e operárias desempenha a mesma função, mas passa a ganhar menos, com diferentes condições de trabalho, horário e garantias.

Em janeiro de 1996, certamente por causa do “Consórcio modular” a fábrica havia detectado a mão-de-obra excedente. Enquanto isso, os lucros da empresa cresciam vertiginosamente, no mesmo ano a fábrica estalou mais duas filiais no País (São Carlos – motores e Rezende - caminhões), em regiões sem tradição sindical com intuito de pagar salários menores e conseguir maiores isenções sobre impostos pagos aos governos locais. Também no ABC o “Consórcio modular” como uma forma de terceirização da produção de peças e equipamentos impôs a redução da jornada de trabalho com redução dos salários. Além disso, a fábrica desenvolveu uma resposta inovadora como forma de intensificação da jornada de trabalho a implantação do Banco de Horas. Por meio do Banco de horas o trabalhador faz horas extras, mas ao invés de recebê-las

⁹⁵ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volks desde 1995.

necessariamente no final do mês, ele as acumula e fábrica reserva-se o “direito” de pagá-las em outro momento, ou então, o invés de pagar as horas-extras, a fábrica soma-as e quando houver desaquecimento das vendas ela pressiona os e operárias rios que acumulou muitas horas de trabalho para retirem folga.

SOBRE A INTRODUÇÃO DE NOVAS TÉCNICAS PRODUTIVAS E ORGANIZATIVAS

A partir de 1992 passou-se a reduzir os estoques em torno de 50%, e em 1993 foi também aperfeiçoado o sistema *just-in-time*, entre outras transformações no processo produtivo tipicamente toyotistas, como por exemplo, o corte de 40% da chefia. Em 1995 são redimensionados os CCQs (Círculos de controle de Qualidade). (SILVA, 1997; PRAUN, 2005). Cabe destacar que, no mesmo período, Volkswagen também foi beneficiada pelas Câmaras Setoriais e pelo Acordo Automotivo, fóruns tripartites que implementaram uma série de medidas (como descontos sobre impostos IPI e ICMS) que favoreceram o setor. As reestruturação produtiva, embora corriqueiramente referida de forma geral, foi implementada de forma particularizada em cada fábrica. Conforme analisa outro operário, “A Volks passou por uma reestruturação de longo prazo”, diferente da “reestruturação negociada (Mercedez), reestruturação forçada (Ford), [desenvolveu-se uma] reestruturação inacabada (Volks) porém até hoje ela não conseguiu completá-la”⁹⁶.

A direção da fábrica, ao introduzir novas técnicas produtivas e organizacionais tem como objetivo primeiro a dispensa de mão de obra e a incrementação da produção total. Não visam minimizar os desgastes sofridos pelos operários e operárias. Por conta disso, segundo o relato de um dos entrevistados, muitas das mudanças na linha de produção que levam à melhora das condições de trabalho são impulsionadas pelos próprios operários e operárias. “Os engenheiros só pensam na produção. Material e peça pronta”⁹⁷. Os operários e operárias é que tem que pressionar por condições de trabalho, tais como ventilador, banheiros, bebedouros, locais para lavar as mãos. A Comissão da Fábrica cumpre papel importante no cotidiano fabril a pressionar por tais adequações.

Já no final de 1996 a fábrica criara um projeto denominado Sistema Volkswagen de Produção (VWPS) com formação das Células de Produção por setor, que entre outras coisas administra a distribuição entre grupos de trabalhos como o de manutenção preventiva, avalia qualidade etc. É o líder da Célula que fica responsável pela administração desta “pequena unidade” dentro da fábrica, ele conhece os objetivos, metas e compromissos pendentes, além de treinar o

⁹⁶ Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da comissão de fábrica.

⁹⁷ IDEM

monitor⁹⁸ da Célula ele torna-se um canal direto com a administração da Volkswagen. O monitor é subordinado ao líder, ele, sendo polivalente, deve treinar e dividir tarefas com o restante dos trabalhadores da célula. O monitor ganha 7% a mais que os operários de chão-de-fábrica, com mandato de 2 anos. O líder é responsável por uma área maior, precisa do apoio do monitor, o líder (encarregado) é escolhido pela administração da fábrica seu salário, segundo os entrevistados, é mais que o dobro do salário de um operário/a comum, cerca de 6.000.

A chefia, os encarregados, eram operários oriundos da produção, na maior parte das vezes, segundo os entrevistados, os encarregados eram muito influenciados pela forma de ser do período da ditadura militar-burguesa, o que se refletia em suas práticas de gestão, que eram extremamente autoritárias com os operários e operárias, com poucos anos de escolaridade. Porém a empresa foi mudando este perfil ao longo dos anos. A empresa tratou de enxugar estes postos de trabalho. Segundo um dos entrevistados “a chefia foi reduzida, em cerca de 40%”. Por consequência deste processo, hoje também os chefes estão sobrecarregados de trabalho, com isso, eles passam parte de suas responsabilidades aos monitores, que recebem remuneração bem menor, que é o salário comum de um operário de linha, onde se acresce 0,7%. Segundo depoimento de uma jovem operária:

É tenso. Com relação ao Líder e Monitor, o monitor tem que cumprir funções na linha, tem que cobrir os afastamentos dos operários da linha, mas os monitores estão assumindo funções do líder, com isso quando precisa que o monitor substitua alguém na linha não dá porque o monitor está cumprindo funções de líder, com isso, quando um operário precisa ir no banheiro ele não pode porque não tem um monitor para substituí-lo, ele fica muito fora da área⁹⁹.

Os chefes (mestres e encarregados) foram se aposentando, aderiram a PDVs ou foram demitidos. Com isso, a faixa etária dos líderes hoje é ente 35 e 40 anos. A maioria com curso superior, quando o operário não tem curso superior, a fábrica pressiona para que estude. Um dos membros da comissão de fábrica entrevistado avalia como positiva esta mudança do perfil nos cargos de chefia “Com isso tem-se uma gestão mais sofisticada, menos bruta, menos policialesca. Que sabe trabalhar melhor como coordenador de trabalho, a relação como chefe de trabalho e não de mando”¹⁰⁰. Porém, o fato de existir menos líderes, e a maioria existente ter maior grau de

⁹⁸ A hierarquia é: Monitor – Líder de célula (antigo chefe ou encarregado) usa uma capa diferenciada – Analista de produção (também dá ordens) – Supervisor – Gerente da área – Gerente Executivo (cuida de várias áreas e se reporta direto a presidência) – Presidente (Brasil e Argentina – se reporta diretamente a Alemanha).

⁹⁹ Ingressou na fábrica em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁰⁰ Nascido em 1965, operário da Volkswagen desde 1995. Hoje com 45 anos de idade. É membro da Comissão de Fábrica.

escolaridade, isso não implica a diminuição da cobrança por produtividade, conforme destaca uma jovem operária entrevistada:

O líder veste a camisa da fábrica, ele quer mais é produção. Só que ele esquece que ele não está lidando com máquinas, então é muito grande a pressão por mais produção. A cobrança do líder em cima do monitor também é muito grande. O monitor não sabe se faz o que o líder manda ou se ajuda o pessoal da linha, ele fica dividido, pois quem elege o monitor são os operários da linha, se ele não fizer uma política de boa vizinhança ele não volta mais. Nem todos os monitores ficam do lado do trabalhador, mas o líder sim, este sempre veste a camisa da fábrica. E tem a cobrança por qualidade e por quantidade, como se os operários fossem um monte de santos vestidos de azul. As mulheres se auto-organizam, só chamam o monitor em ultimo caso¹⁰¹.

Inicialmente, na implantação do sistema de célula, a Volks é que indicava o monitor, por meio do chefe, porém os operários e operárias ofereceram resistência ao sistema e impuseram a eleição do monitor por célula. Embora os operários e operárias tenham conquistado o direito de eleger o monitor, a administração ainda se reserva o direito de aceitá-lo ou não. A fábrica avalia o operário que se candidata ao cargo de monitor, escolarização, produtividade, histórico na fábrica. O monitor ficou mais sobrecarregado, além das funções de chão de fábrica, ainda assumiu funções administrativas. O monitor para exercer função tem que ter versatilidade e gozar de confiança entre os outros operários.

Nestas condições, mesmo sendo endossado pela administração da fábrica, o monitor é indicado e revogável pela base. Porém, pode acontecer do possível monitor indicado pelos operários não ser aceito pela administração da fábrica, pois esta avalia o operário que se candidata ao cargo de monitor, escolarização, produtividade, histórico na fábrica, tem também um teste psicológico feito pela fábrica que avalia a aptidão para o exercício da função de acordo com as determinações da fábrica. O monitor ficou mais sobrecarregado, além das funções de chão de fábrica, ainda assumiu funções administrativas. Entre suas funções está coordenar a equipe de operários e operárias, manter o líder informado de como a equipe está trabalhando, se houve falta, se tem alguma dificuldade na montagem etc. Além disso, caso algum operário ou operária precise faltar ou se ausentar do seu posto de trabalho, por quaisquer motivos (para ir ao banheiro, ao médico, etc.), o monitor tem que substituir este operário/a. Se faltar mais de um operário o monitor deve comunicar ao Líder que, por sua vez, remanejara alguém de outra célula.

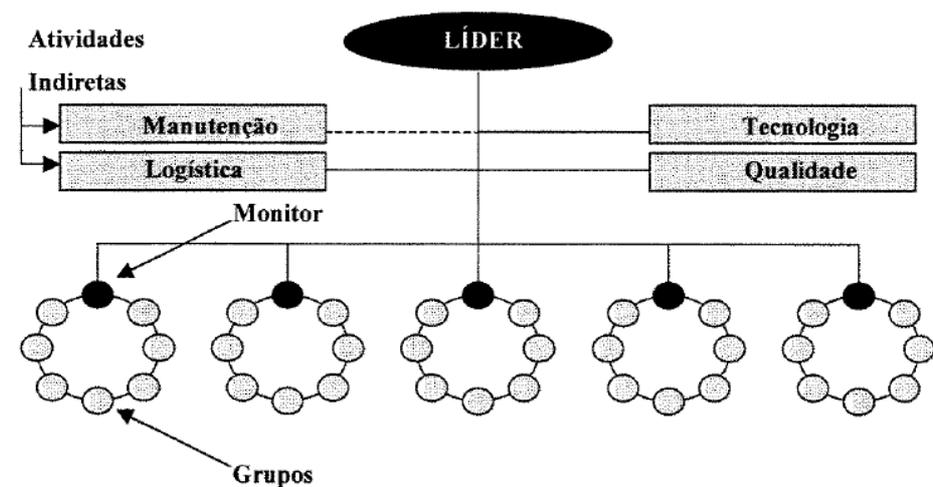
Segundo depoimento de um monitor entrevistado, os monitores são encarregados de checar tudo, conversa com a equipe, inspecionar se o turno anterior, deixou tudo em ordem, se não tiver tudo em ordem, como por exemplo o estoque mínimo de peças de reposição, o monitor deve

¹⁰¹ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

comunicar ao Líder. Depois de inspecionar tudo, o monitor fica disponível para substituir qualquer operário/a da célula que precise sair do posto. Segundo o monitor entrevistado, os/as operários/as conversam muito com o Monitor, “é como se fosse um pai”. É o monitor que mede todo o desempenho da célula, avalia o desempenho individual, operário por operário. O monitor manda os dados para o Líder, e o Líder manda para administração. A administração avalia o desempenho de cada célula e premia a que teve desempenho maior. Esta ganha “um belo café da manhã, que é show, vem tudo o que você imaginar, café com leite, coca, todo tipo de pão, de salgado que você imaginar, a mesa fica farta”¹⁰², toda a célula, juntamente com o monitor, participam do café. A supervisão da fábrica tira uma foto e cola no mural de avisos. O gráfico abaixo elucida a forma de funcionamento das células, líderes e monitores.

Figura IV

Estrutura da Célula de Produção



Reprodução da Cartilha sobre Células de Produção, p. 06, Volkswagen, dez. 1996.

Apud, Praun, 2005.

Além disso, como a Célula de Produção demandava versatilidade dos trabalhadores, a polivalência¹⁰³, o desempenho de cada trabalhador de cada célula era avaliado em fichas individuais a “Carta de Versatilidade”, que os operários e operárias chamam de “diário de bordo” que mede o desempenho de cada um nas diferentes funções, além disso, aponta a produtividade de cada operário/a, número de faltas no trabalho, entre outros. Com isso, em momento de corte de pessoal,

¹⁰² Operário da Volks desde 2007. Exerce cargo de monitor. No ato da entrevista estava com 24 anos de idade.

¹⁰³ As mudanças aleatórias de operários de seu posto é muito comum. Esse é um elemento de quebra de solidariedade entre os operários. Ainda, muitos dos operários polivalentes consideram que tem vantagens sobre os outros operários que não fazem revezamento. Consideram-se sob menor risco de demissão. Quem reveza mais corre menos risco de ser demitido.

pode-se optar por demitir os que têm menor polivalência e baixa performance. As fichas com tais resultados ficam dispostas em um mural na fábrica, com isso os operários e operárias de diferentes células podem acompanhar e avaliar os diferentes desempenhos, o que produz competitividade entre os operários e operárias, favorecendo a fábrica. Segundo um dos nossos entrevistados, a introdução do “diário de bordo”

(...) era uma forma de ela [a Volkswagen] começar a comprometer o próprio operador com a qualidade. (...) Com o diário de bordo esse serviço começou a ser feito pelo próprio operador, tanto preparar a máquina, quanto ter feito um quadro explicativo para cada tipo de peça, qual era a regulagem que a máquina tinha que ter... com esse diário de bordo você fazia um acompanhamento da sua produção diária. (...) A medida que implantou o diário de bordo ela [a Volkswagen] já eliminou o setor de qualidade de produção. (...). O que tivemos inicialmente foi isso, com a entrada do diário de bordo (...) todos os itens relacionados à produção mais também a qualidade, eles tinham todo um sistema de 1 hora em 1 hora que tinha que fazer o relatório basicamente, fazer um gráfico, você tinha que fazer este acompanhamento. Se passasse da linha X é porque a qualidade tava caindo, se tinha uma seqüência de queda tinha que fazer alguma correção, chamar a manutenção, a chefia, alguém para intervir no processo, caso fosse coisa que agente mesmo não pudesse resolver.

Além do “diário de bordo”, segundo outro operário entrevistado, existe ainda uma avaliação anual que é feita a cada vez que se completa mais um ano que o operário está na empresa. Esta avaliação mede o desempenho do trabalhador neste último ano na fábrica. Após avaliar todas as ocorrências do último período, o operário vai receber uma nota, caso receba a menor nota, ele será classificado como baixa performance.

Existe uma avaliação anual, a cada aniversário na empresa, de cada operário, que por meio de uma ficha de avaliação considera a assiduidade, o absenteísmo, o trabalho em grupo, e eles atribuem uma nota ao desempenho do operário: B (Bom), S (satisfatório) e I (insatisfatório - baixo desempenho). No final, as notas de cada item são consideradas, e elabora-se uma nota final. A nota vai para a chefia e para a comissão de fábrica. A comissão intervém nestes casos questionando o porque da nota baixa, para averiguar se existe perseguição. Pois a tendência é que a fábrica demita os operários com baixo desempenho. Após conversar com a chefia volta-se a conversar com o operário. A comissão utiliza-se de todos os artifícios disponíveis para que o operário não seja demitido. Nesse sentido a relação da comissão de fábrica e a direção da fábrica melhorou muito as condições de trabalho e estabilidade dos trabalhadores¹⁰⁴.

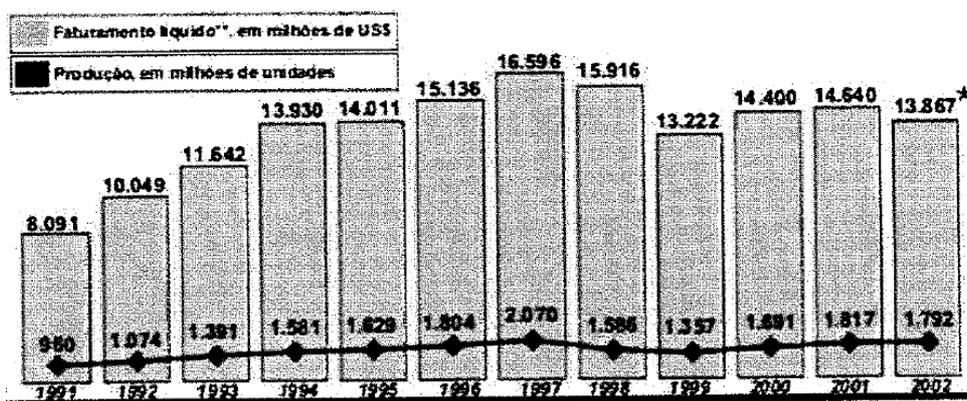
Ainda, entre as responsabilidades atribuídas aos trabalhadores, como forma de reduzir custos da produção, eliminar postos de trabalho e expandir a lucratividade da empresa, foi desenvolvido o programa de Manutenção Preventiva Total – TPM, este distribui entre os operários e operárias as manutenções preventivas necessária, com o operário/a assumindo mais esta função minimiza-se muito o trabalho de técnicos.

¹⁰⁴ Operário da Volkswagen desde 1989, com 45 anos de idade no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

Em 1997 a Volkswagen/ABC lançou o projeto Masterplan, implementando uma série de inovações tecnológicas, transformações na estrutura do prédio e aperfeiçoamentos no processo produtivo, todas estas mudanças tinham os mesmos objetivos: economia de tempo e de mão-de-obra e aumento da lucratividade. Também neste ano a Volkswagen busca ligar a PLR (participação em lucros s resultados) à produtividade, qualidade à assiduidade. E em outubro, por meio de um *workshop* lança o projeto “Construindo o futuro”, por meio deste procurou-se comprometer os trabalhadores e trabalhadoras a desenvolverem alternativas para aumentar a competitividade da fábrica e seu lugar no mercado. Mas, como podemos observar no gráfico abaixo, as fábricas automobilísticas no Brasil até 1997 tiveram crescimento meteórico de seus lucros, passando de um faturamento líquido de mais de oito milhões de dólares em 1991, para dezesseis milhões de dólares em 1997.

Gráfico V

Faturamento Líquido e Produção na Indústria Automobilística no Brasil



(*) Estimativa. (**) Os valores de Faturamento não incluem o setor de máquinas agrícolas automotrizes.
Gráfico: Luci Praun. Fonte: Anfavea, Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira 2004.

Apud, Praun, 2005.

Mesmo em meio a uma série de inovações organizacionais, dentre as principais transformações decorridas na fábrica, um dos operários entrevistado, destacou a robotização. “A robotização foi cruel, ajudou em muitos serviços mais diminuiu muita mão de obra”¹⁰⁵. Ainda, depois da primeira onda da reestruturação produtiva durante a década de 1990, a robotização continuou a ser intensificada durante a década de 2000. “Principalmente montagem, estamparia e armação”. Tem-se o duplo aspecto da robotização, por um lado torna o trabalho menos pesado, mas o mesmo tempo, elimina muitos postos de trabalho, intensificando o trabalho repetitivo. Um dos

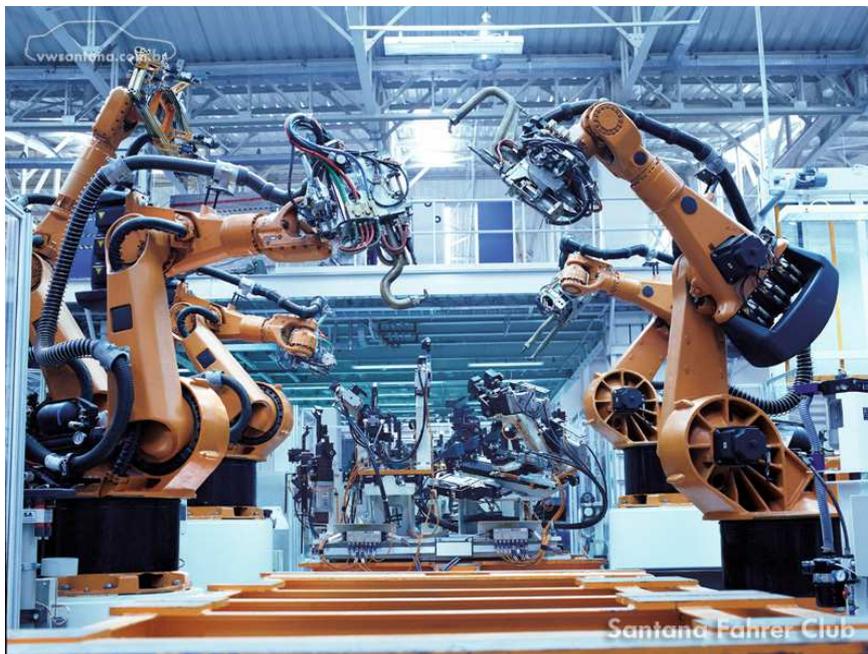
¹⁰⁵ Operário da Volkswagen desde 1990, no ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

operários entrevistado afirmou que “De 2000 para 2010 aumentou em 40% o número de robôs”¹⁰⁶. Abaixo colocamos uma imagem de uma “ilha de robôs” na Volkswagen.

Foto 10 – Ilha de robôs¹⁰⁷



Foto 11 – Ilha de robôs 2¹⁰⁸



¹⁰⁶ Ingressou no Senai da empresa em 2001, tornou-se operário da Volkswagen em 2003. No ato da entrevista estava com 25 anos de idade.

¹⁰⁷ Extraída do site: <http://papodehomem.com.br/fomos-na-fabrica-da-volkswagen-em-sao-bernardo-conhecer-a-nova-saveiro/>

¹⁰⁸ Extraída do site: <http://www.vwsantana.net/artigos/02/index.htm>

O SINDICATO DE COLABORAÇÃO NÃO PODE GARANTIR EMPREGOS

A partir de novembro 1997, com a crise financeira desencadeada a partir do Sudeste asiático, e com o lançamento de um pacote de reajuste fiscal no Brasil pelo governo Fernando Henrique em resposta a crise, houve acentuada retração de mercados, com isso desenvolveu-se também uma crise financeira na Volkswagen Brasil. A fábrica decide pela demissão de 10.000 operários e operárias. Mas, se propunha reverter às demissões de 7.000 caso os operários e operárias aceitassem a redução da jornada de trabalho com redução de salário em 20%. Os outros 3.000 operários e operárias seriam transferidos para uma empresa de serviços que seria criada pela Volkswagen. Os operários e operárias reagiriam, foi convocada uma assembléia e a proposta da fábrica foi rejeitada, por fim foi firmado um acordo que liberava a demissão de aposentados ativos, e criou-se também um PDV (Plano de Demissão Voluntária), ainda houve diminuição de uma série de direitos dos trabalhadores que permaneceram (como a diminuição do valor pago pelas horas extras e do adicional noturno). Com os pacotes de “demissão voluntária” a fábrica por vezes perdia operários e operárias que não desejava desligar, por isso, ainda que em números muito inferiores, foi inevitável fazer também fazer novas contratações.

Durante todo o ano de 1998 a crise financeira aprofundara-se, com isso a Volks anunciou 6.500 demissões na planta ABC e 1.000 em Taubaté, em contrapartida apresentou também outro projeto que evitaria as demissões, este consistia: redução de gastos com força de trabalho, implantar a “Semana de quatro dias”, suspender o pagamento do 13º, do Abono de Férias e a PLR. Os operários e operárias novamente se reuniram em assembléia, e esta, por unanimidade foi contrária à proposta. A fábrica, por meio do jornal interno “O parceiro” fez uma verdadeira investida sob os operários e operárias, um dos argumentos era: “quando você estiver desempregado, aquelas pessoas que hoje lhe pedem para resistir à proposta da companhia estarão ao seu lado e o apoiarão em tudo o que você e sua família precisarem?”. (Jornal O parceiro). Parte dos operários, articulados em uma oposição dentro da fábrica procuraram se contrapor ao informativo, criando um boletim denominado “Ferramenta de luta”, este se opõem a perspectiva da fábrica e também a perspectiva do sindicato do ABC expressa pela comissão de fábrica.

Assim, com a ameaça de demissão de 6.500 operários e operárias, por fim, em 10 de dezembro foi implantada a “Semana de quatro dias”, com aprovação em assembléia dos operários e operárias. Por conta disso a jornada de trabalho e o salário foram reduzidas em 15%, também nesta ocasião, deu-se início a mais um PDV (Plano de Demissão Voluntária), onde se priorizou a demissão de aposentados, havendo ainda a redução dos salários para os novos contratados, porém

manteve-se o 13º e o abono de férias. Com este PDV foram demitidos 4.062 operários e operárias, sendo que 82% destes eram aposentados (DIEESE apud CARDOSO, 2007).

Mas os operários e operárias embora tenham aceitado o acordo, sob a pressão da fábrica e da direção do sindicato, não ficaram nada contentes, expressão disso foi que 11 operários da oposição ao sindicato e a comissão de fábrica foram eleitos para o Comitê Sindical de Empresa no ano seguinte (1999) com a palavra de ordem “Chega de parceria. Sindicato é pra lutar!”. A desconfiança em relação ao sindicato aumenta, mas não sem motivos, como relata um dos operários que ingressou na fábrica em 1984:

(...) Principalmente com esses últimos acordos que o sindicato tem feito cada vez [tem] mais descontentamento, muita gente, as pessoas estão vendo nitidamente que a preocupação do sindicato tá focada para outras questões, menos a questão relacionada à classe. Não existe uma confiança plena na Comissão de Fábrica, primeiro porque ela tá dividida em chapa 1 e Chapa 2, não existe confiança no Sindicato [do ABC] também, porque as pessoas têm percebido que os acordos do sindicato têm colocado muita gente pra fora, tem terceirizado muitas áreas. (...) O que tem cada vez mais é [o] aprofundamento [da relação do sindicato com a fábrica] uma relação sindicato e fábrica que a gente entende que não deveria existir. Nesse acordo [de produtividade], por exemplo, o sindicato assume um compromisso com a empresa em ajudar na melhora da produtividade. Então uma coisa que era antes abnegada por qualquer trabalhador [acordo direto com a direção da fábrica], mas em especial pelos militantes, pelos sindicalistas era ver, por exemplo, o trabalhador participando de planos de sugestões, plano de idéias, CCQs. E hoje tá sendo comum, por exemplo, o diretor do Sindicato [do ABC] aparecer dando prêmios do Plano de Sugestão, nós temos fotos do diretor do sindicato [do ABC] junto com o gerente da área [da Volks] entregando televisão lá pro rapaz que teve uma idéia. (...) Essa coisa tá comum, o Plano de Previdência Privada, por exemplo, um dos coordenadores da Comissão [de Fábrica] aparece em foto dizendo que é a aposentadoria complementar. O Plano de aposentadoria Privada, que você contribui mas que você não tem poder de decisão nenhum, porque quem administra são as pessoas da empresa, definida pela empresa, ela dita onde aplica esse dinheiro e a discussão que nós fazíamos logo que ela começou o Plano, por exemplo, era quem é que diz para onde pode aplicar esse dinheiro, é alguma aplicação do “Banco Volkswagen” que vai tá subsidiando as mudanças que vão tá ocorrendo no chão de fábrica? Ou como é que eu vou tirar 1% ou 2% do meu salário aplicar num negócio que eu não tenho poder de gerenciamento. E hoje, um negócio que agente discutia nesse nível, a dez anos atrás, hoje aparece nosso coordenador falando ‘Ó tem que pensar lá na frente, tem que ter previdência [privada]’.

Em 1999 com o aprofundamento da crise até mesmo a CUT (majoritariamente PT/Articulação) e a Força Sindical (majoritariamente PDT) que diziam possuir divergências inconciliáveis passam a articular-se. Um dos entrevistados explica esse fato destacando que o que acontece é que a discussão classista, pautada na divergência de interesses entre operários e operárias e patronato, foi abandonada, com isso CUT e Força Sindical diferenciam-se muito pouco. Segundo seu relato:

Não sei se você tem observado que a Força Sindical (...) têm feito várias manifestações juntos inclusive, que no Sindicato das Costureiras de Santos, a CUT e a Força Sindical fizeram uma composição e saíram com chapa comum? Pois é, tem essas coisas já acontecendo, o que eu to querendo dizer com isso é o seguinte: não existe diferencial mais, porque o diferencial que o

sindicato [do ABC] fazia era chamado de um diferencial classista, isso faz muito tempo que está sendo colocado de lado.

Certamente, o maior problema não é as centrais sindicais com diferentes orientações e estratégias decidirem por um dia comum para realizarem greves, como o foi em 1999. Neste ano as instituições fizeram uma campanha contra as demissões, e ainda uma campanha denominada “Festiva de Greves”, de setembro a outubro desencadearam-se paralisações e manifestações. O problema é as centrais sindicais terem como ponto comum exercerem posturas colaboracionistas com o patronato.

Pois como observamos no caso da Volkswagen, por exemplo, a fábrica não deixa de avançar sobre os operários e operárias, e as instituições sindicais (sobretudo a CUT) não buscam mover campanhas massivas contra tais investidas. As multinacionais não têm mais “medo” do sindicato e da comissão de fábrica. Prova disso é que enquanto aconteciam estas manifestações a Volkswagen continuava avançando com a implementação de tecnologias para poupar mão-de-obra.

O que a administração da fábrica busca fazer é buscar precaver-se contra a articulação ou o crescimento de outros grupos de operários e operárias organizados que possam voltar-se contra sua políticas administrativas. Para se prevenir de possíveis ações contestatórias dentro da fábrica, empreendeu nova investida propagandista entre os operários e operárias, mandou inclusive cartas em suas casas, também utilizou o jornal “o parceiro” e o “8 passos”. Por meio destes procedimentos, segundo um dos operários entrevistados, “o trabalhador tem que pensar que sem a fábrica ele não vive. Mas onde os trabalhadores são organizados esta fórmula não funciona.”.

Por fim, na Volkswagen ABC a partir de 1999 foram implantados outros nexos do toyotismo como o Gerenciamento Visual em 1999, Organização do Posto de Trabalho; Trabalho em Equipe (*Team Work*); Solução de Problemas/Programa de Melhoria Continua; Trabalho Padronizado; Processos de Qualidade; Sistema de Materiais; Qualificação e Treinamento e o Processo de Padronização de Qualidade. Este último tinha como objetivo maior padronizar processos produtivos para efetivar a produção do Pólo, o que seria o “carro mundial”.

Mas não parou por aí, pois no mesmo ano (1999) a Volkswagen/ABC empenha-se em renovar a “Semana de quatro dias”, além dos informativos e das cartas domiciliares, lançou outro programa de convencimento aos operários e operárias denominado “Coração valente”, que contava com uma peça de teatro, incluindo atores profissionais e um castelo no meio da fábrica. O programa constituiu um apelo para que os operários e operárias dessem tudo de si pela produção e pela fábrica, “agressividade e competência” subsumindo-se aos interesses da Fábrica. A fábrica ofereceu

ainda uma série de *Workshops* intitulados “Liderança Coração Valente” - com duração de 40 horas e “Política da Qualidade” - com duração de 36 Horas.

Porém a resistência dos operários e operárias em relação à “Semana de quatro dias” continuou latente. Além de seu fim os operários e operárias também exigiam reajuste salarial, dado que a “Semana de quatro dias” lhes implicava uma perda de 15% dos salários, a mobilização era crescente e já se falava em uma possível greve. A Volkswagen cedeu um reajuste de 10,05%, com isso a fábrica conseguiu sustentar a semana de quatro dias, parcelou ainda a PLR em 12 vezes e manteve o Banco de Horas.

Mesmo sendo atrelada a manutenção de empregos, a “Semana de quatro dias” e o Banco de Horas continuam fomentando descontentamentos entre a maioria dos operários e operárias, em 2000 quando seria necessário renovar a “Semana de quatro dias” novamente esse descontentamento vem à tona, fala-se novamente em greve.

Já no início de novembro os operários e operárias das montadoras as condições de trabalho e remuneração desencadeando uma série de paralisações e greves. Nesse ano as paralisações e greves atingem todas as montadoras do ABC e em vários outros estados do País. Na avaliação de Rodrigues (2000) “o chamado "Festival de Greves" do segundo semestre de 1999 funcionou como uma espécie de ensaio geral para a greve de novembro de 2000”.

Em março do ano seguinte (2001), são eleitos dez operários da oposição na comissão de fábrica da Volkswagen isso faria toda diferença na luta deste ano, pois no final de outubro a fábrica pretendia não apenas renovar o acordo da “Semana de quatro dias”, mais também flexibilizar ainda mais a jornada de trabalho, alegando a existência de operários excedentes e ameaçando demitir 3000 trabalhadores e trabalhadoras.

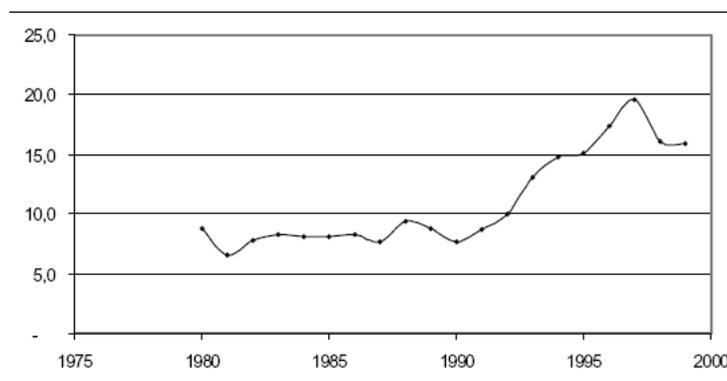
Os/as trabalhadores/as em assembléia com mais de 8000 presentes rejeitam a propostas e deflagraram greve no dia 12 de novembro. No dia 13 de novembro de 2001 “(...) foi realizada uma passeata que saiu do pátio da Volkswagen em direção à Praça da Matriz, no centro de São Bernardo do Campo e uma assembléia ficou marcada para a segunda-feira da semana seguinte”. (Barbosa, p. 157). No dia 14, a Volkswagen envia telegramas de demissão a 3.000 trabalhadores. Neste clima, foi proposto e aprovado em assembléia a viagem do presidente do Sindicato do ABC Luz Marinho até a Alemanha para negociar com a empresa a readmissão dos trabalhadores.

A greve dos operários e operárias da Volkswagen dura três dias. Marinho Volta da Alemanha com uma proposta de acordo e pede para os operários voltarem ao trabalho no dia 14 de novembro. Segundo o acordo firmado a fábrica demitiria “apenas 700 operários” por meio de um

Plano de Demissão Voluntária. Com isso continuam os cortes de postos de trabalho, também a fábrica manteve a “Semana de quatro dias” com redução dos 15% no salário, Banco de Horas incluindo entre outros itens, a demissão por baixo desempenho. Ao final do processo, ao negociar a “suspensão das demissões” a Articulação Sindical passa a ser encarada como o grupo dirigente que garante emprego. “Educa-se” politicamente os trabalhadores e trabalhadoras a organizarem-se sob esta perspectiva. Ao mesmo tempo em que se assiste o corte de postos de trabalho e inovação tecnológica, arrochos salariais, evidencia-se a intensificação do trabalho. É o que podemos observar por meio do gráfico a seguir.

Gráfico VI

Número de veículos por empregado nas montadoras no Brasil
(1980-1999)

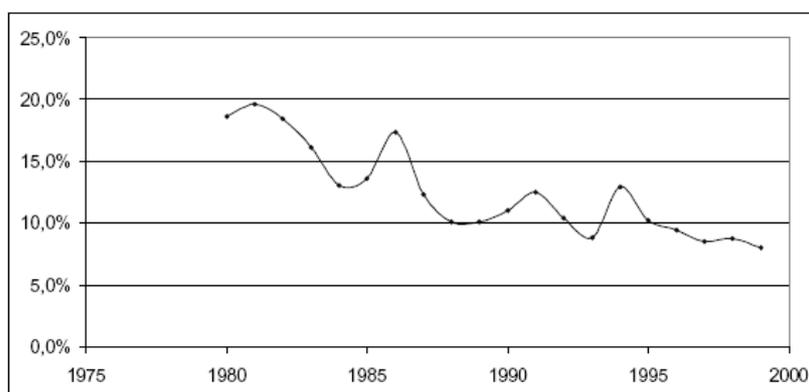


Apud, RODRIGUES, 2002

Os lucros crescem, intensifica-se o trabalho ao mesmo tempo em que diminuem os postos de trabalho. A intensificação da produção por trabalhador não é revertida em maior participação dos trabalhadores nos faturamentos da empresa, como pode sugerir a idéia de Participação em Lucros e Resultados. Assim, mesmo produzindo cada vez mais, mesmo com aumento da produtividade o medo de ser demitido assola os trabalhadores da Volks, este seria um dos motivos que levaram o sindicato a ter como ponto central de sua pauta a negociação permanente para minimizar as perdas de postos de trabalho“(...) A pressão sobre o emprego, resultante das restrições imposta ao crescimento pelo novo modelo econômico, reduziu as margens de manobra dos sindicatos e forçou os trabalhadores a adotar como prioridade a luta em defesa do emprego.” (Barbosa, p.178). No gráfico apresentado abaixo pode-se destacar que quanto mais o trabalhador produz menos ele ganha.

Gráfico VII

Relação da massa salarial *versus* receita líquida na indústria automobilística no Brasil (1980-1999)



Apud, RODRIGUES, 2002

O sindicato, por sua vez, busca co-administrar as demissões por meio do sindicalismo propositivo.

Neste contexto, prevaleceu no Sindicato dos Metalúrgicos e nas comissões de fábrica do ABC a convicção de que era preciso enfrentar o desafio da reestruturação, por meio de uma ação propositiva, ainda que no embate direto com as empresas visando preservar o maior número de empregos possíveis na região. A ação do sindicalismo consistiu em buscar transformar as dificuldades impostas pelos tempos de crise em oportunidades para avançar em relação à conquista de bandeiras históricas dos trabalhadores, como a redução da jornada de trabalho e a garantia de emprego. (Barbosa, p. 178).

A colaboração não consegue impedir a avanço dos cortes de empregos. O que se pode observar é que, quanto mais o trabalhador colabora mais avançam as demissões. Porém, ainda assim, o sindicato e a comissão de fábrica fazem balanço positivo de sua própria atuação “(...) A conquista do espaço de interlocução com os demais atores sociais, empresários e governo, a partir da luta pelo reconhecimento e ampliação dos direitos sindicais, possibilitou ao sindicalismo no ABC avançar de uma relação de confronto permanente com o capital, na década de 80, para uma atitude mais propositiva nos anos 90”. (Barbosa, p. 180).

Além de Barbosa, que é dirigente pela Articulação sindical, também um dos operários entrevistado, da mesma corrente sindical-política, afirmou que considerou muito positivo a deflagração da greve, bem como o acordo que determinava apenas 700 demissões e não mais 3000, “uma coisa inédita, conseguiu segurar e ainda colocou 5 anos de estabilidade lá dentro. Houve passeata na rodovia com cerca de 10.000 pessoas. Na assembléia estavam presentes todos os turnos. O sindicato colocou a posição dele, colocou a posição da empresa e já colocou em votação...”¹⁰⁹, e

¹⁰⁹ Nascido em 1961, no ato da entrevista estava com 49 anos de idade, operário da Volks desde 1995

continua “Ai já colocou na hora, os trabalhadores votaram e pronto, já cruzamos os braços naquele momento”. Mesmo com a redução do número de demissões, é necessário observar também que as políticas de colaboração com o patronato, não impede que continue as demissões, o mesmo operário, membro da comissão de fábrica, acaba por naturalizar as demissões, como podemos observar pela afirmação que “(...) a fábrica vai mudando, não tem jeito...”.

Exemplo da continuidade da política de *administração pelo corte de postos de trabalho*, foi que a partir de 2002 a fábrica tenta avançar com a implementação de um projeto de terceirização de parte dos setores, com isso os operários e operárias, tendo a frente membros da oposição, 800 operários e operárias da Ala 21 decidem deflagrar uma nova greve, estes entendiam a terceirização como uma ameaça concreta aos empregos. Mas, o apoio do sindicato e do restante dos membros da comissão de fábrica, sem conseguir expandir-se para outros setores a greve fracassa, e em 2003 várias áreas são terceirizadas, totalizando 1800 operários e operárias terceirizados. Estes não seriam demitidos diretamente, seriam inicialmente transferidos para outras áreas. O gráfico a seguir especifica as áreas e o número de funções que foram terceirizadas em 2003.

Gráfico VIII

TERCEIRIZAÇÕES / POSTOS DE TRABALHO ENVOLVIDOS (ACORDO ABRIL DE 2003)	
Áreas afetadas	N.º de trabalhadores VW envolvidos
Peças e Acessórios	600
PTO (Powertrain Operation)	1.165
Logística da Ferramentaria e Serviços Industriais	99
CPU Pintura	33
TOTAL	1.897

Apud PRAUN, 2005

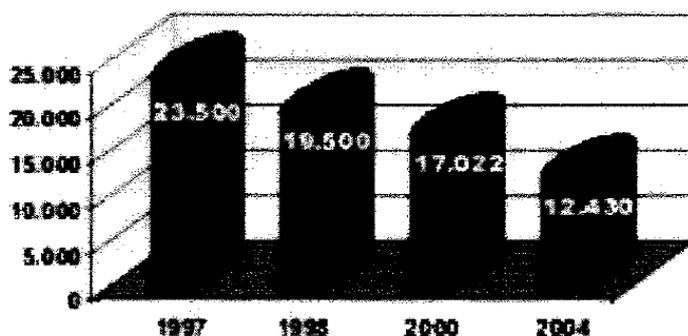
No mesmo ano, em julho de 2003, a Volkswagen anunciou a existência de 3.933 operários e operárias excedentes. Porém desta vez, a primeira medida não seria demissões diretas, a fábrica anunciou a criação de uma nova empresa no País a Autovisão, esta deveria ser responsável pela assimilação de mais de 3.933 operários e operárias e que estavam excedente nas plantas, sendo 2.110 em Taubaté e 1.923 em São Bernardo do Campo. De imediato 1.923 operários e operárias seriam transferidos compulsoriamente para um centro de capacitação Centro de Formação e Estudos, sendo que estes já receberam comunicado da fábrica.

Os operários e operárias entenderam isso como um mecanismo de demissão indireta e decretaram greve, abriram-se rodadas de negociação e por fim definiu-se pela manutenção das transferências, mas colocando três opções para os 1.923 operários e operárias: a) transferência para o Centro de Formação e Estudos, b) aderir ao PDV, c) permanecer em casa, sem trabalhar recebendo salário e com estabilidade até 2006. Porém em dezembro de 2004 apenas 500 operários participavam do Autovisão (PRAUN. 2005), sendo que a maioria dos 1.423 operários e operárias que não estavam vinculados ao Centro de Formação e Estudos haviam aderido ao PDV. Desta forma, na prática, a Autovisão configurou mais uma estratégia funcional para redução de postos de trabalho.

No total, de 1997 a 2004, segundo Praun (2005) a Volkswagen cortou mais de 10.000 postos de trabalho. De 23.500 operários e operárias que a fábrica empregava em 1997 passou a ter apenas 12.430 ocupados em 2004, como podemos observar no gráfico abaixo. De acordo com Praun a prática do Sindicato do ABC e da CUT, de buscar acordos sem maiores enfrentamentos, tem dificultado a resistências dos operários e operárias às ofensivas patronais, para a autora a prática do Sindicato do ABC, da CUT e da comissão de fábrica têm funcionado de tal forma que desarticula e enfraquece ainda mais a possibilidade de resistência dos operários e operárias (p. 152).

Gráfico IX

**Diminuição de Postos de Trabalho na
Planta Anchieta**



Fontes: Para os anos de 1997 e 1998 (Barbosa, 2002, p.103). Para o ano 2000, dado ref. julho, vwbintranet/recursos.humanos/public/005eftlc.htm. Para 2004, assessoria de imprensa da Volkswagen em entrevista realizada em 03/12/2004.

Apud PRAUN, 2005.

Praun também discorda de que a mudança do perfil dos metalúrgicos do ABC, mais jovem, mais escolarizado, tenha levado a acomodação da categoria, fazendo-os colaborativos, isso não se aplicaria ao caso dos metalúrgicos da Volkswagen. O que se pode apreender de sua análise é que a

responsabilidade pela via dos acordos “passivos” reside muito mais na característica de militância e atuação do sindicato em busca da permanente reestruturação negociada e na aliança-capital trabalho do que na disposição de organização e luta dos metalúrgicos. Desta forma, os metalúrgicos da Volkswagen mais combativos tem encontrado outros obstáculos além dos interesses do patronato: além da CUT, o Sindicato do ABC e a comissão de fábrica do Volks que, de certa forma, acabam por barrar o desenvolvimento destas tendências. Interessante notar que diagnóstico semelhante foi apontado por vários operários e operárias entrevistados, como veremos mais a frente.

NOVAS GREVES ECLODEM NA VOLKSWAGEN NO BRASIL

Em 2005 a fábrica implementa uma série de modificações (principalmente na estamperia, pintura e montagem final) para a produção do modelo Pólo e do Fox com isso desenvolve-se um amplo processo de automação na fábrica. Em 3 de outubro de 2005 eclode nova greve dos operários e operárias da planta Anchieta da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. A greve estende-se por 17 dias úteis, os funcionários da fábrica não conseguiram chegar a um acordo com a direção da montadora. Nos 17 dias de paralisação, 16 mil veículos deixaram de ser produzidos.

Em 2006 findado o acordo de estabilidade firmado mediante a greve de 2003, a fábrica declara a necessidade de demissão de 6.000 operários e operárias na Volkswagen do ABC, Taubaté e Curitiba (sendo 3.600 só na Volkswagen do ABC). As demissões seriam feitas ao longo do período 2006-2008, além disso, propunha modificar a forma de remuneração da hora extra e estabelecia o “retrabalho por falta de qualidade” com isso caso o/a operário/a errasse durante o trabalho ele teria que trabalhar duas horas gratuitamente para a empresa como forma de retrabalhar o erro. O processo iniciado pela fábrica foi o mesmo, enviou 1.800 cartas de demissão. Os operários e operárias em assembléia deliberaram por greve por tempo indeterminado. Depois das negociações definiu-se que seriam demitidos ao invés de 6.000 apenas 3.100 até 2008 por meio de um PDV. Porém em meio a tais planos a empresa acaba perdendo operários e operárias que não pretendia demitir, este efeito colateral acaba por demandar a contratação de mais operário e operárias, sempre em número muito inferior aos demitidos. Um dos nossos entrevistados relata que de 1995 para 2007 foram abertos quatro processos de contratação, que totalizaram a admissão de cerca de 800 operários e operárias. Porém as condições para tais contratações eram diferenciadas, impondo importante precarização do “estatuto profissional”.

Exigia-se mais anos de estudo, 2º grau completo e até graduação, a faixa etária era de menos de 30 anos, os salários eram bem mais baixos, estes operários e operárias ficaram cerca de dois anos

desenvolvendo funções idênticas, mas recebendo menos, segundo Melão, “quase a metade” do que ganhavam os antigos profissionais. Os operários e operárias admitidos na fábrica a partir de 2007 entram recebendo cerca de 1.300 reais mensais. Até então o tempo para o operário/operária atingirem o teto salarial de cerca de 3.500 era de quatro anos, a partir dos contratos firmados em 2007 o tempo para que o operário/a atinja tal teto passou a ser de cerca de nove anos. Este acordo também será elemento causador de grande descontentamento entre os jovens operários e operárias contratados a partir de 2007.

O SINDICATO DO ABC HOJE

Os operários e operárias da Volkswagen, membros da comissão de fábrica, ligados as alas majoritárias, também analisam como positivas as transformações da forma de atuação do sindicato dos metalúrgicos do ABC. Este se deslocou da arena da luta de classes, do enfrentamento direto com o patronato, para a arena da assistência social (sindicato-cidadão, sindicato-ONG).

O sindicato buscou trabalhar questões fora da fábrica. O sindicato cidadão. Estabelecer contatos com outros movimentos sociais. Desenvolvimento regional, interferir na política econômica do país. O sindicato deu um salto em relação a contestar, buscando fazer algumas coisas mais propositivas. [campanhas pela] Água no nordeste. O sindicato amadureceu. [Impulsiona a] Fundação Solano Trindade, ‘Uma hora para o futuro’¹¹⁰.

Claro que o maior problema não é o sindicato trabalhar questões para além do chão-de-fábrica, a solidariedade com todas as frações da classe do proletariado é importantíssima. Os trabalhadores que conseguem organizar-se em entidades representativas com força política necessitam trabalhar questões que impactam no proletariado não-fábril. O maior problema no caso do sindicato do ABC é que, em conjunto com tais mudanças, constrói dia-a-dia a passividade dos operários e operárias frente arena da luta de classes. Pois enquanto o sindicato se desdobra em uma série de atividades que deveriam ser levadas a cabo pelo governo, prejudica sua própria capacidade de mobilização dos operários e operárias, que inclusive, por não visualizar cotidianamente a ação da comissão de fábrica em defesa dos operários e operárias, acabam nutrindo desconfiança em relação a comissão de fábrica. Nas entrevistas com os jovens operário que não são ligados a tendência majoritária, alegaram que suspeitam que o sindicato e a comissão recebem recursos da fábrica para não mobilizar os operários e operárias. Assim, sem mobilização massiva dos operários e operárias da Volks, a cada negociação esvaem-se direitos trabalhistas e demais conquistas

¹¹⁰ Operário da Volks desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade.

asseguradas durante a luta operária, para em troca manter a fábrica instalada no ABC ou para cortar menos postos de trabalho.

A direção da fábrica já conhece bem a estratégia e os limites do sindicato. Sabe que o sindicato e a comissão preferem não fazer greves, piquetes e paralisações. Por isso ela pode anunciar que necessita demitir 3000 operários e operárias, para ter uma margem de manobra com o sindicato, quando se senta à mesa de negociações a fábrica decide por demitir, por exemplo, apenas 700. Porém tais relações não decorrem sem conflito, pois sempre que a comissão de fábrica e o sindicato do ABC decidem pela convivência quase pacífica com o patronato, acaba por alimentar o descontentamento de parte dos operários e operárias, que em determinados momentos acabam levantam-se contra estas instituições. Essa atitude dos operários e operárias aponta o desgaste da estratégia da “reestruturação negociada” e do “sindicalismo de parceria” empregado pelo sindicato do ABC, pela comissão de Fábrica e pela CUT. Porém estas críticas, e muitos casos não conseguem difundir-se de maneira contundente a ponto de poder criar um amplo movimento contra o colaboracionismo com o patronato e o governo. Pois os operários e operárias de chão de fábrica não tem tempo livre para trabalhá-las em conjunto. Apenas exercendo cargos representativos na comissão de fábrica ou na CIPA é que se torna possível ser liberado da jornada de trabalho, isso acaba por favorecer o sindicalismo de situação.

A direção do Sindicato do ABC e a comissão de fábrica tem se espelhado no ‘modo petista e no modo cutista de militar’, ou seja, a direção sindical também não quer enfrentamento com a direção da fábrica, afinal entendem que capital e trabalho não são mais inimigos como o foram no final da década de 1970 e início da década de 1980. O enfrentamento aberto com o patronato é visto como coisa do passado. Nem mesmo a pauta conjunta da categoria tem sido construída pelo sindicato ou comissão de fábrica.

De acordo com o depoimento de um dos nossos entrevistados, a *Tribuna Metalúrgica*, informativo do Sindicato do ABC que havia se convertido em um instrumento de propaganda do Governo Lula. Segundo um operário da Volkswagen do ABC, que foi por nós entrevistado “a nossa tribuna virou jornal do governo Lula, o jornal da reeleição, acabou a eleição (2006), mas eles continuam fazendo propaganda”, agora segue fazendo propaganda da candidata Dilma Rousseff, continuadora da conciliação petista. Ainda, as relações entre as fábricas são feitas por estas ‘direções pelegas’, o que por sua vez contribui com o discurso da desmobilização *sui generis* do proletariado brasileiro, selam-se acordos por cima, das direções pelegas com o patronato e o governo. Mas a base pressiona em todo momento de crise as direções, em busca de posturas mais

combativas, não se sabe por quanto tempo ainda tais direções, com tais posturas colaboracionistas conseguirão se sustentar.

A superação desta direções colaboracionistas em sendo dificultada por conta de todo o aparato burocrático e propagandístico que o sindicato detém, segundo um dos operários da Volks entrevistado

Eu avalio da seguinte forma, não há oposição aqui, só ganha a direção desse sindicato [governista], certo? Ou na bala, ou não vai ter outro, senão, não vai ter como ganhar. Não tem espaço para oposição. Eles gozam porque eles têm a Tribuna Metalúrgica o jornal diário, agora lançou a Revista do Brasil, a BTV-Jornal, tava lendo os jornais vinculados á tendência majoritária do PT e da CUT, que é a Articulação, então é assim, a mentira deles até você conseguir provar que é mentira (...). Por exemplo, o que acontece aqui na Volkswagen, a informação chega lá pros companheiros da Mercedes chega só informação da direção, e a recíproca é verdadeira.

O SINDICATO È DE PARCERIA, MAS O TRABALHO CONTINUA MUITO INTENSO

Enquanto a comissão de fábrica segue propagando a necessidade de concentrar forças nas negociações, em um processo de co-administração da relação capital trabalho, os operários e operárias da Volkswagen seguem trabalhando nos limites de suas forças físicas e psíquicas. Um dos entrevistado observa que o cansaço dos operários e operárias é tão grande que ao final de expediente, “A hora que o cara senta no ônibus ele já ta dormindo”. É “Do ônibus para o setor, almoça, volta para o setor, e depois para o ônibus”.

Em uma das entrevistas com um dos membros da comissão de fábrica, o mesmo afirmou que a fábrica já foi muito pior do que é hoje e que muitos dos operários e operárias “reclamam de barriga cheia”, na prática esta interpretação faz com que se menospreze muitas da criticas colocadas pelos operários e operárias. Desta forma predomina a apatia da representação em relação a reclamação do cansaço físico feitas pelos operários e operárias. O fato é que a comissão de fábrica quer evitar entrar em confronto com a administração da fábrica.

Os operários e operárias da linha de produção que foram entrevistados concordam que o trabalho na fábrica já não é tão pesado como antes. Para os operários e operárias é contraditório falar da automação, pois, além redução do número de operários e operárias, com demissão dos colegas de trabalho, mesmo tornando o trabalho menos pensado, acaba também por torná-lo mais repetitivo e intenso, causando efeitos diretos sobre a saúde e disposição dos trabalhadores e trabalhadoras, como podemos observar no depoimento de um dos jovens entrevistados “Fisicamente

eu fico muito cansado. Dores nas pernas, costas, ombro.”¹¹¹ De acordo com outro operário entrevistado:

Melhorou algumas coisas, eliminou-se as funções mais penosas ao operário. As pontiadeira eram enormes e pesadas, agora são máquinas menores e mais leves. Para a fábrica melhorou no fato de diminuir a mão-de-obra, a produção se manteve e aumentou, diminuiu os gastos com salários, o ritmo de trabalho foi super-intensificado, hoje produz-se 1 carro a cada um minuto e meio. Na ala 5 terceirizou a produção dos motores transversais (AP) apenas a Parati e o Gol G4 utilizam este tipo de motor. Hoje a Volks ABC só fabrica o motor longitudinal. O motor transversal vem da Volks de São Carlos e o cambio vem da Argentina. Já se produziu cerca de 2000 motores por dia em 1989, hoje produz-se 120 por dia¹¹².

A correria instaurada na linha de montagem, a pressão para que produzam cada vez mais e com mais qualidade, instaura o clima estressante na linha de montagem. De acordo com outro operário entrevistado, a extinção de milhares de postos de trabalho, que retirou da fábrica gerações de operários e operárias, substituindo por pessoas que não tinha as mesmas experiências da luta social que os operários e operárias do ABC, contribuíram em larga medida para a composição do perfil de operário/a que se tem hoje na Volkswagen.

Foram processos que mudaram a mentalidade dos operários, 2001, 2003 e 2006, teve grande número de demissões. Mesmo que negociadas, com pacotes. Pessoas que tem história, que participou do movimento sindical, os mais antigos, os mais ferrenhos. Nesse processo os líderes também foram renovados. Saiu muito supervisor e líderes, por aposentadoria e dispensa¹¹³.

De acordo com as entrevistas, e também com o que foi possível observar nas duas visitas que fizemos na Volkswagen/Anchieta, tem-se dentro da fábrica distintos níveis de automação. As “ilhas de robôs” convivem com atividades com centralidade manual, com os tornos etc, em que o operário/a empreende o ritmo da produção. Nestes locais até mesmo a iluminação é distinta, a limpeza da área, o estado de conservação do prédio, a ventilação, oxigenação do ambiente etc.

¹¹¹ Ingressou na fábrica em 2003, No ato da entrevista estava com 25 anos de idade.

¹¹² Operário da Volkswagen desde 1989. Tinha 45 anos no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

¹¹³ Operário da Volkswagen desde 2003. Tinha 24 anos de idade no ato da entrevista. Membro mais jovem da Comissão de Fábrica.

Foto 12: trabalhador operando um torno mecânico¹¹⁴



Na linha de produção é diferente, a circulação de ar é melhor, tem mais iluminação, porém tem trabalhos muito penosos. Como por exemplo, no caso da montagem de rodas. Para instalação deste item, na maior parte dos casos, o operário/a tem que pegar a roda e içá-la até o eixo do veículo dependendo apenas de sua própria força, para depois parafusá-la. “No começo do dia cada roda pesa 10 quilos, mas no final pesam 100 quilos cada”. O desgaste causado por este trabalho é muito grande. Outra atividade descrita como muito penosa é a de colocação dos bancos. Estes são também muito pesados, no final do dia, após muitas repetições, os operários e operárias estão exaustos. Os operários e operárias afirmam que no final do dia os braços, ombros e costa doem muito. Nas imagens abaixo podemos observar os operários trabalhando com os braços para cima. Eles têm que ficar repetindo esta posição o dia todo. Por iniciativa própria, muitos operários e operárias revezam funções.

¹¹⁴ Extraído do site: <http://www.vwsantana.net/artigos/02/index.htm>

Foto 13: Linha de montagem



Na linha de montagem, como por exemplo, no caso da ala 14, o ritmo de trabalho é todo regido pela esteira. O ritmo de trabalho é muito acelerado. Esta é a ala da fábrica onde tem a maior concentração de jovens. Por conta do ritmo intenso de trabalho, em entrevista com um jovem operário que trabalha nesta ala, ele afirmou “Está todo mundo com os nervos muito a flor da pele (...) ai você acaba faltando, chegando atrasado, não tendo o desempenho que deveria ter. Isso tudo causa problema para a fábrica e para o funcionário”, o mesmo chegou a dizer que tem um tempo de vida útil que o operário/a agüenta trabalhar nesta ala. “Também, tem uma hora que a pessoa tem que sair daquele setor, por causa das doenças sócio-ocupacionais. Dá para trabalhar no máximo 10 anos na linha”¹¹⁵. Também, segundo uma operária “Chega uma hora que não dá. Tem operário que fica quinze anos na linha exercendo a mesma função. Eu já trabalho há dois anos aqui e o desgaste é muito grande. Então, no máximo, mais no máximo estourando, quatro anos de linha está bom. Que foi o que eu tracei, vou tentar chegar lá. Mas é estressante, ‘o barato é louco e o processo não é nada lento’”¹¹⁶.

Outro operário entrevistado descreve como é seu cotidiano de trabalho:

Trabalhar em linha de montagem é outra coisa. Tinha 1 minuto para se deslocar até o carro, montar o componente, sair do carro e se dirigir para outro carro, o tempo de entrada e saída do carro também conta. Nos primeiros dias sofri muito, você praticamente não respira, não ia ao banheiro, não bebia água. É frenético o negócio, entra em um carro sai, entra num outro sai. A linha cospe um carro por minuto. Pegava as peças que precisava para montar, junto

¹¹⁵ Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹¹⁶ Ingressou na Volkswagen desde 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

com a parafusadeira, entrava no carro em movimento, terminava a montagem, saía correndo, voltava alguns metros e entrava em outro carro¹¹⁷.

Uma das jovens operárias entrevistadas afirma que o trabalho na linha faz como que estoure “Vasos na perna. Agente trabalha muito agachado, dá dor no ombro, dor nas costas. Com o tempo vai adoecendo, e aí que surge os “pede-frango” que todo mundo fala, que é todo mundo doente de tanto se expor no trabalho, são os operários e operárias que tem restrição médica. O povo não gosta que chama assim”¹¹⁸.

Foto 14: Linha de montagem 2



Nas entrevistas com os jovens que trabalham na ala 14, todos operários e operárias se queixam da intensidade do ritmo de trabalho, e todos disseram que os colegas também reclamam cotidianamente, segundo os operário e operárias entrevistados este é o assunto nos vestiários masculinos e femininos “Tomo mundo reclama. Tomo mundo sai exausto. É um serviço 100% braçal, o cansaço muscular é extremo. No começo foi difícil conciliar o trabalho com os estudos universitários. Na primeira semana trabalhei no sábado também, cheguei em casa as 15:00 tarde tomei banho fui dormir e acordei só no domingo as 17:00¹¹⁹. Corrobora com esta análise o depoimento de outra jovem operária, que relata que além do estresse causado pela correria cotidiana do ritmo intenso do trabalho, tem ainda o forte assédio para que os trabalhadores e trabalhadoras permaneçam na fábrica além do período de seu expediente diário para realizar hora extra.

¹¹⁷ Operário da Volkswagen desde 2007, No ato da entrevista estava com 23 anos de idade.

¹¹⁸ Ingressou na Volkswagen desde 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹¹⁹ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 23 anos de idade.

Estresse é loucura. Você agüenta uma coisa, agüenta outra, mas tem uma hora que você estoura. Você vai engolindo, engolindo, engolindo, mas uma hora você estoura. Direto o pessoal surta ai na linha, porque as vezes é direito seu e a direção da fábrica acha que não. Geralmente é quando você está no seu direito a direção quer passar por cima disso. Um líder sabe com que ele fala e o que ele fala, eles não batem de frente com os mais velhos, eles sabem que vão bater de frente e que os mais velhos não vão fazer o que eles querem. Não adianta impor coisa para as pessoas porque elas vão bater de frente e não é todo mundo que vai se dobrar não, não é todo mundo que é frágil, tem gente que não aceita. Quem é contratado temporariamente não vai bater de frente, então ele sabe o que vai falar, você vai vir e pronto! Mas uma pessoa que tem 25 anos de casa... põe o líder no chinelo. O líder sabe com quem ele pode crescer e com quem não pode. Tem gente que fala não, e é não! Ele nem discute. Tem gente que vai falar “não” e ele vai chamar o Relações Trabalhistas. Então há diferenças. Quem é mais novo de firma, mais novo de idade, eles tentam puxar mais os nossos. Porque você vai ficar queimado com o chefe se disser que não. Os velhos não têm nada a perder, eles batem de frente mesmo. Para os jovens é diferente, eles não querem se queimar com o chefe, pois se tiver alguma promoção o chefe te corta.¹²⁰

Também, de acordo com outro entrevistado “Quando precisa sair da linha e não pode, para ir ao banheiro, beber água, para ir ao médico, ao banco e não pode, isso gera stress, nervoso, chateamento, desmotivação”¹²¹.

Foto 15: Linha de montagem 3¹²²



Nem mesmo depois de ir para casa os operários e operárias conseguem de desligar do trabalho, além do cansaço físico, vários dos entrevistados revelaram que, em muita ocasiões já

¹²⁰ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹²¹ Ingressou na Volkswagen em 2003. No ato da entrevista estava com 25 anos de idade.

¹²² Extraída do site: <http://papodehomem.com.br/fomos-na-fabrica-da-volkswagen-em-sao-bernardo-conhecer-a-nova-saveiro/>

sonharam que estavam trabalhando na linha de montagem “várias vezes. Várias vezes, por cerca de dois meses contínuos, levantava da cama, saía do quarto dormindo procurando o carro para ser montado. Levantando a noite procurando o carro, ‘puta eu estou atrasado na montagem, preciso correr!’ . O trabalho é maçante, eu entro as 06:00 h., as 06:05 eu já estou olhando para o relógio para ver a hora de sair da fábrica¹²³.

Também, uma das operárias entrevistada, que trabalha na Volkswagen no setor de inspeção de qualidade na ala 14, além do dia muito corrido de trabalho, diz que tem dificuldade em se “desligar” do trabalho “O trabalho é muito corrido, repetitivo e cansativo. Quando estou fora da fábrica fico olhado os defeitos dos carros na rua”¹²⁴. Esta mesma operária sofreu um acidente de trabalho na primeira quinzena de emprego. O médico recomendou 15 dias de afastamento. Porém ela não quis se afastar, pois ficou com medo de seu contrato não ser renovado, solicitou então ser remanejada para outra área até se recuperar.

Foto 16: Linha de montagem Gol



A dedicação que o trabalho na Volkswagen exige, num ritmo de trabalho intenso, vai muito além das 8/h. dia que se determina no contrato. A mesma jovem entrevistada diz que “Quem trabalha na Volks tem que casar com ela (...). No fim de semana, neste caso apenas o domingo é um dia “livre”, a mesma entrevistada afirma que “Quando chega sábado estou morta”. Ao que complementa “Para trabalhar na Volks tem que ser guerreira”.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ingressou na Volkswagen em 2009. No ato da entrevista estava com 20 anos de idade.

Outra jovem revelou que “Com três anos de fábrica já tinha tendinite, sente dores no ombro, na mão, as costas, doem os pés de tanto andar”¹²⁵. Perguntei a esta mesma operária como era então sua qualidade de vida, ao que ela me respondeu:

Não tenho qualidade de vida. Trabalho o dia inteiro em pé, correndo, durmo pouco, as vezes não almoço por causa dos trabalhos da faculdade, não janto. É normal isso. Muitos fazem isso, deixam de almoçar para fazer trabalho, para dormir porque domem muito pouco. Só domingo eu tenho qualidade de vida.

Nos depoimentos pode-se observar que, mesmo entre os mais jovens o cansaço é generalizado. Quando pergunto a um dos entrevistados em que momento sente mais cansaço, a resposta é: “Sinto antes durante e depois do trabalho. Dói muita coisa, o pé, as costas, os ombros, o pescoço. Isso acontece com muita gente. O pessoal mais novo reclama muito de dor em muitos lugares, tem muito jovem com tendinite, eu tenho tendinite no tornozelo. Porém aprova trabalhar aos sábados para poder pagar a faculdade, me matando, só o pó, mas vamos trabalhar”¹²⁶. As dores, o estresse, leva este jovens a abrirem mão da vida social extra-fábrica:

É ruim. Normalmente trabalho nos sábados, muitos amigos chamam para sair, ‘eu ah não..., eu to cansada, ah não..., tenho que fazer trabalho da faculdade, hoje eu to na hora-extra, não dá para sair’. É difícil sair com os amigos. De domingo é para descansar, você esta muito cansada já, e fazer trabalho da faculdade, normalmente os amigos ligam e falam “nossa você sumiu, o que aconteceu? Agente não sai mais”. Fico dormindo, ou deitada.

Foto 17: Linha de montagem 4¹²⁷



¹²⁵ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Extraída do site: <http://www.vwsantana.net/artigos/02/index.htm>

Outro jovem afirma “O ritmo é muito puxado, chego muito cansado nas aulas, sinto sono. Além disso, o cansaço atrapalha a vida familiar. Não consigo fazer atividade com a esposa, filhos etc”.

Uma das jovens operárias entrevistadas relembra como foi o período de adaptação a rotina da linha de produção “Tinha que adaptar o serviço ao ritmo de trabalho, esse processo durou três semanas, deixava cair, me sentia muito cansada, às vezes dava vontade de chorar. Mesmo dizendo que hoje está completamente adaptada, afirma que “porém continuo chegando em casa muito cansada”.¹²⁸ Esta jovem diz que pretende continuar na fábrica apenas até terminar a faculdade, além do ritmo de trabalho e de suas conseqüências, argumenta que fica descontente com a forma que a empresa trata os operários e operárias. Avalia que a fábrica não se importa com os trabalhadores, que só pensa em sua própria existência.

A política da empresa não funciona, eles dizem que priorizam o funcionário, que dão toda oportunidade aos funcionários, é tudo mentira, eles te tratam como se fosse um número mesmo. Tanto que é injusto, você se mata de trabalhar, quando o chefe te chama para fazer hora-extra e você fala que não pode porque precisa estudar, porque tem que fazer outra coisa, eles ficam bravos, acham ruim, fala que você tem falta de comprometimento com a fábrica, mas você não vê este comprometimento da fábrica com você mesmo, é sempre você que tem que se comprometer com a fábrica porque a fábrica nunca se compromete com você.

Para conseguir conciliar o trabalho com os estudos ela tem que economizar o máximo de tempo possível, a entrevistada relata que acorda as 04:20 da manhã, sai as 05:00 de casa, entra as 06:00, sai do trabalho as 14:55 e chega em casa as 16:10 e sai de casa para a faculdade as 17:20, às vezes deixa de tomar banho, de comer para fazer os trabalhos da faculdade aí só volta para casa as 00:40. O namorado também trabalha na Volks, mas em outro período, assim só se vêem nos domingos. Faz os trabalhos da faculdade na hora do almoço, dentro do ônibus, ou quando chega em casa, depois da 00:40, as vezes vai dormir as 02:00/02:30.

Também sobre a rotina de trabalho outra jovem operária expõe a negatividade de passar o dia todo no trabalho, a impressão que tem é de que está perdendo tempo de vida “Nunca me vi trabalhando num lugar assim fechado, que quando você entra está escuro, você sai está chovendo, você não vê o sol, você não vê nada, você fica aqui, o mundo está passando e você está aqui, fazendo carro, carro, carro, carro, só”¹²⁹.

Os mais velhos, no caso os que exercem cargos de representação, acabam não tomando providencia em relação ao assedio que é imposto pelas chefias aos jovens para que façam horas extras. Isso porque entende que as relações na fábrica melhoraram um dos operários entrevistado

¹²⁸ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

chegou a afirmar que hoje o trabalhador não chega tão cansado em casa. Este revela que antes, até por volta de 1995, a hora-extra era praticamente compulsória, o mesmo relata que entrava na Volkswagen as 14:00 e saía as 6 horas da manhã da fábrica. Trabalhava-se diariamente 12, 15 horas de trabalho.

O chefe chegava e falava para você: essa semana todos os dias tá! (...). Além de fazer menos horas-extras, não tinha opções de diversão entretenimento, “um lugar para arejar” um Cinema, Boliche, Shopping. A reclamação como cultura do trabalhador. Antes a única diversão do trabalhador era o bar, tomar cachaça, tomar umas cajaranas, e o operário fica cada dia mais fraco, desanimado, etc... ele tinha aquele círculo de amigos restrito. Hoje os trabalhadores, cansam, mas conseguem sair mais, tem mais pique, o trabalhador reclama de cansaço, mas não deixa de tentar se divertir. A ergonomia, o trabalho insalubre, pesado, praticamente foi eliminado. Hoje o que prevalece é a repetição intensa.

Foto 18: O presidente Lula discursa a dirigentes sindicais



O presidente Lula fala aos trabalhadores da Volkswagen¹³⁰ - 14/07/2010. Esta foi a quarta visita desde que assumiu a presidência.

Segundo um operário¹³¹ entrevistado, os operários e operárias da Volkswagen trabalharam de 40 dias adicionais em 2009, por conta disso todos estavam muito cansados. O ritmo de trabalho

¹²⁹ Ingressou na fábrica em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹³⁰ Encontro da Diretoria do Conselho Mundial de Trabalhadores do Grupo Volkswagen, que se reuniu pela primeira vez no Brasil. Fonte: Blog da Volkswagen do Brasil: <http://www.vwbr.com.br/blogdavolkswagen/?page=3>

intenso e prolongado, o ritmo da linha é que coordena o operário e a operária, sendo que o engenheiro de produção controla o tempo de cada atividade, de cada operário e operária. Por conta do ritmo acelerado da linha de produção, tem-se conseqüências físicas graves, são muito os casos de tendinite, bursite, síndrome do túnel carpo. Um dos operários entrevistado, membro da comissão de fábrica, estima que exista na Volkswagen cerca de 3000 trabalhadores com doença ocupacional na fábrica, sendo que tem 1600 trabalhadores afastados pelo INSS. Seqüela muita gente, mesmo tendo um sistema moderno de produção. “Ritmo de trabalho intenso, sempre em aceleração, muito adoecimento, tem de mais... coluna, bursite, tendinite, hipicodinite, l.e.r. É que mais tem, e é em todas as empresas”¹³².

Se tomamos em conjunto a história dos trabalhadores da Volkswagen, podemos observar que os casos de desenvolvimento de doenças sócio-ocupacionais, foi sempre um mau presente. Ultrapassava-se os decibéis permitidos, com isso desenvolviam-se muitos casos de surdez, pouca iluminação e muita fumaça no ar, prejudicavam diretamente os olhos, muito tempo em pé desenvolviam varizes nos operários e operárias, além das lesões por esforço repetitivo. Mas, é interessante notar, como destaca um operário entrevistado que “Antes o trabalhador, para começar a apresentar sinais de doença, levava 5 ou 6 anos, pra começar a apresentar sinais de doença, hoje se tem trabalhador lá que com um ano já está com tendinite”¹³³. Isso é fruto certamente da intensificação constante do ritmo de trabalho. Um dos operários que ingressou na fábrica em 2007 disse que quando começou a trabalhar na Volkswagen, ficou espantado com o número de casos de adoecimento:

Na linha de produção isso foi uma coisa que me espantou. Até entrar na Volks tinha visto muito pouco. Na Volks tem muito! Sabia que era repetitivo, mas não tinha noção de quão repetitivo é o trabalho fabril. Trabalha o dia inteiro batendo com o martelo, chega no fim do dia o ombro do operário ta arrebitado. Tem operário que já esta afastado ha 5 anos por lesão, por lesão ocupacional.

O mesmo operário afirma que o ritmo de trabalho, “está muito mais corrido. Em 1995 já estava corrido, você via um bebedor 20 metros e não conseguia ir beber água”. Este operário é membro da comissão de fábrica, e por isso tem assegurado o tempo livre para representação sindical. Da forma como coloca, deixa a entender que hoje isso não acontece mais. Porém ao

¹³¹ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 41 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

¹³² Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 49 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

¹³³ Operário da Volkswagen desde 1995. Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

entrevistar operários de chão de fábrica vemos que estes ainda vêm o bebedouro e ainda não pode beber água, necessitam ir ao banheiro mas não podem. Sobretudo os operários e operárias das áreas que mais se intensificaram o ritmo de trabalho estão: Montagem – armação e montagem final, nestas linhas o ritmo acelerou muito. O ritmo de trabalho foi super-intensificado em outras alas, principalmente nas alas 14, 13 e ala 4.

Com isso disseminam-se as doenças ocupacionais, tendinite, epicondinite, bursite. O problema de depressão aumentou demais. Conforme destaca um operário¹³⁴, membro da comissão de fábrica, que cuida dos assuntos ligados ao INSS. No último levantamento de 2009, apontou-se que na Volkswagen havia 5.000 pessoas afastadas por doença do trabalho. A empresa reconhece a lesão, porém não preocupa-se realmente em procurar direcioná-lo a outra função que seja compatível com a lesão para que o operário ou operária possa trabalhar sem dores. O revezamento ajuda, porém não resolve o problema do ritmo intenso de trabalho cotidiano, existe uma parte dos operários e operárias que já tem lesão e por isso não pode mais revezar em todas as funções. A fábrica quer se livrar do operário e da operária lesionado/a, então coloca-o em funções que ele não possa desenvolver, estimulando-o a pedir desligamento da fábrica. Tem muitos operários e operárias que não podem revezar funções por conta das lesões adquiridas. Em 2008 a fábrica chegou a abrir um PDV exclusivo para quem tinha doença profissional. Pagava-se 2,4 salários por ano trabalhado para que o operário ou operária aceite ser desligado/a. Para os que tinham restrição médica, mas que não eram aposentados. Os operários e operárias não aceitam o PDV se o plano não lhe oferecer vantagens maiores que o emprego lhe garante.

NA PRÁTICA, A HORA-EXTRA É OBRIGATÓRIA

As negociações de hora extra são sempre polemicas. As horas extras são feitas basicamente sob dois sistemas. 1) a empresa chama o trabalhador para ficar depois do término do expediente normal. Estas não podem exceder duas horas diárias. Estas podem ser pagas no fim do mês, ou então entrar como crédito para o banco de horas. 2) Hora extra acordada coletivamente. Esta consiste em um acordo que prevê o trabalho aos sábados. A empresa compra um número de sábados dos operários e operárias. O pagamento desta hora extra é efetivado uma semana depois do dia trabalhado, não podendo entrar no banco de horas. O sindicato tem negociado o valor destes dias adicionais. Para o menor piso da categoria este dia adicional giram em torno de R\$ 100,00.

¹³⁴ Operário da Volkswagen desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

No início de 2010 os operários e operárias já estava alternando o trabalho aos sábados, a fábrica comunicou que precisava que os operários e operárias trabalhassem mais sábados por mês, e até mesmo nos domingos. Trabalhar dias a mais é sempre um ponto polemico, divide a opinião dos operários e operárias. Segundo um dos operários entrevistado “A fábrica não é boazinha e nunca vai ser¹³⁵”. A fábrica pressiona o sindicato via chefia, por email manda espalha aos operários e operárias que o sindicato não quer negociar dias adicionais. Com isso, os operários e operárias pressionam a comissão de fábrica.

A hora extra é 50% a mais do que o valor a jornada diária. A fábrica negociou com o sindicato 130% a mais que o valor da jornada de trabalho. O pagamento dos dias adicionais é depositado na conta dos trabalhadores depois de uma semana. Não é necessário esperar chegar o fim do mês. Para quem está na faixa de 3.500, dá cerca de 1.200 ao mês, com isso, o operário “fica entre a cruz e a espada”.

Como o ritmo de trabalho está muito intenso, antes mesmo na hora de votar em assembléia se trabalhariam ou não os dias adicionais, houve divergência entre os operários e operárias. Principalmente entre os jovens metalúrgicos que tem que conciliar o trabalho na fábrica com os estudos universitários. Alguns dos jovens entrevistados chegaram a afirmar que a assembléia havia ficado dividida, que a proposta de trabalhar mais sábados não havia sido aprovada com maioria absoluta, e que o sindicato teria manipulado o resultado da assembléia. “Estava acordado em assembléia em dezembro de 2009, trabalhar um sábado sim outro não. No começo de março a Volks propôs que os operários trabalhassem mais sábados, teve a votação em uma nova assembléia, quem estava embaixo teve a impressão de que a votação ficou dividida, meio a meio. (...) Muita gente foi reclamar com a comissão de fábrica.”¹³⁶. O sindicato era favorável a que os operários e operárias trabalhassem dias adicionais, segundo um dos membros da comissão de fábrica, favorável às horas extras, a justificativa para apoiar a proposta era que “Ela [a direção Volkswagen] ia fazer hora extra de qualquer jeito, então agente negociou horas extra a um valor maior”.

No mesmo sentido vai a observação de uma jovem operária, esta concordava com trabalhar um sábado sim e outro não, mas também foi contrária a trabalhar mais sábados:

No ano passado votamos trabalhar um sábado sim, um sábado não, foi uma maravilha, tudo bem! A empresa precisa, agente sabe que precisa. Agente também precisa da empresa para trabalhar. Um ajuda o outro, uma mão lava outra, assim como agente precisa da empresa, a empresa precisa da gente, não existe empresa se não tiver funcionário e não existe funcionário se não houver empresa. Você vai ganhar seu dinheiro como? Porque para tudo,

¹³⁵ Operário da Volks desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade.

¹³⁶ Operário da Volkswagen desde outubro de 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

para viver, para nascer, para morrer, tudo precisa de dinheiro. Fizeram um acordo, um sábado sim, um sábado não, isso era bom, você sabia que ia trabalhar mas que ia ter um sábado em casa¹³⁷.

Por conta do desgaste físico do trabalho e a falta de tempo, ela era contrária a trabalhar todos os sábados, como vemos em seu depoimento:

Agora não, fizeram um acordo que a fábrica pediu mais treze sábados, quer dizer, estão vendendo a mãe, vendendo a alma, eu não sei o que esse povo tem na cabeça. Eu fui uma pessoa que votou contra, não tenho vergonha de falar. Todo mundo pensa no dinheiro, mas para mim, não importa só ter, para quê que eu vou ter tanto dinheiro se eu não vou ter tempo para gastar? Porque eu levanto as 04:00 da manhã, eu entro as 06:00, saio daqui vou para casa, tomo banho, pego meu material, como e vou para faculdade e chego meia-noite em casa. Olha quantas horas eu durmo por dia! Trabalho de sábado, estou com um monte de trabalho da faculdade para fazer eu só tenho o domingo, mas e aí, eu vou ficar o domingo em casa fazendo lição, você não vive sozinho, tenho família, namorado, meus pais são separados, preciso visitar meu pai. Eu só tenho o domingo para fazer tudo! Você tem o domingo, mas tem que acordar cedo, não pode acordar tarde senão você não aproveita, porque tem que dormir cedo para trabalhar na segunda-feira. Você vai trabalhar hoje, trabalhar, trabalhar, trabalhar, só que chega uma hora que você tá esgotado, você não agüenta. Então eu fui contra trabalhar os 13 sábados. Do pessoal que eu conheço, que estuda, então agente trabalha só o bagaço, na maioria foram contra. A hora extra é livre e espontânea pressão, se você não vem você fica queimado com o líder.

No mesmo sentido analisou outro jovem operário que votou contra trabalhar mais sábados “Eu achei uma verdadeira palhaçada isso aí. No ano passado agente estava todos reclamando de fadiga, de cansaço de trabalhar todo sábado. O sindicato fez uma assembléia, conseguimos colocar um sábado sim, um sábado não, comemoraram por isso, agora eles colocaram para votação aumentar mais sábados para gente trabalhar, por causa de 900 reais, acho que tem coisa que o dinheiro não paga”¹³⁸.

Assim como existe o motivo dos jovens operários que são estudantes para não trabalharem dias adicionais, tornando-os mais resistentes a fazer hora-extra, existe também os motivos que levam parte dos operários e operárias a aprovarem as horas extras. Segundo um dos membros da comissão de fábrica “Existe a prisão da hora-extra, o operário faz dívidas, acontece desemprego de membros da família, passa a depender do salário agregado à hora-extra. Assim, não consegue livrar-se desta dependência. Perde o contato com o bairro, com a igreja, família, amigos etc”¹³⁹.

¹³⁷ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹³⁸ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹³⁹ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica da Volkswagen.

CAPITULO IV – OS JOVENS METALÚRGICOS DA VOLKSWAGEN ABC

A RECEPÇÃO AOS JOVENS

Ao questionarmos um dos operários da comissão de fábrica sobre os jovens, ele descreve que “Os jovens chegam assustados, querendo dar o sangue para assegurar o emprego. O que garante o emprego não é a chefia, é o mercado e a atuação do sindicato”.¹⁴⁰ A situação da instabilidade causada por ser novo no local de trabalho, somado a pressão para conseguir cumprir o contrato temporário, e ser efetivado ao final desse, leva os jovens trabalhadores a dedicarem-se intensamente ao trabalho. Ainda, de acordo com relato dos operários, a fábrica ao admitir novas turmas de trabalhadores “faz a integração, destacando que quem paga o salário é a fábrica e não sindicato”. Com isso pretende-se que o trabalhador trabalhe intensamente, aceite fazer horas extras, tudo sem questionar, sem procurar a representação.

Ainda assim, cotidianamente a comissão aproxima-se substancialmente dos operários e operárias, pois o sindicato conseguiu entender-se fisicamente para dentro empresa. Por conta das lutas operárias no ABC e na Volkswagen, a comissão de fábrica conseguiu garantir para si várias salas dentro das diferentes alas da empresa. Soma-se a isso outro elemento, a empresa tem uma política de dar preferência a contratação de filhos e parentes dos operários e operárias, assim, comumente, os ingressantes já entra tendo pelo menos uma vaga idéia sobre a comissão de fábrica e o sindicato. Nesse sentido, um dos membros da comissão de fábrica, explicou que a “uma parte já procura o sindicato, se filia, e participa das assembléias. O jovem que é filho de operário militante vira militante, aquele que o pai nunca foi nada, era só lá dentro e sai de lá pra casa, aquele jovem tem a mente mais fechada. Demora para trabalhar a mente dele¹⁴¹”.

JOVENS E ANTIGOS

Durante as entrevistas com os operários e operárias de distintas faixas etárias, foi possível observar diferenças significativas na forma de compreender o trabalho fabril, a administração da fábrica e as posturas da comissão de fábrica e do Sindicato.

Os mais velhos são encarados, tanto pelos jovens operários não ligados a cargos de representação como pelos mais antigos na fábrica, ligados a comissão de fábrica e ao sindicato, como mais acomodados, sem perspectiva de ascensão dentro da empresa. A perspectiva que predomina deixa a entender os que estão no chão de fábrica a muito tempo, não tivessem mais

¹⁴⁰ Ingressou na Volkswagen em 1995. Estava com 41 anos no ato da entrevista.

chance de ocupar cargo com maior remuneração, e em alguns dos casos, não teria nem mesmo condições de aprender novas funções dentro da fábrica.

Ao mesmo tempo, de acordo com um dos jovens entrevistados, os mais velhos seriam mais acomodados com o cargo, com o ritmo de trabalho, porém seriam mais resistentes à pressão exercida pela chefia (Líderes e supervisores), estes teriam ainda mais proximidade com a militância sindical.

(...), o cara que já passou trinta anos na linha de produção, ele já perdeu toda expectativa de evolução, de crescimento profissional, não tem vontade nem ânimo de correr atrás, ele está mais acomodado, vou ficar aqui na linha mesmo então não tenho que me preocupar em mostrar serviço para ninguém. Os jovens têm mais a gana de crescer, entrar mostrar serviço e sair da linha. Mostrar serviço para evoluir profissionalmente na Volks¹⁴².

Desenvolve-se no mesmo sentido o depoimento de um dos operários mais velhos “Os mais velhos eram mais acomodados, tinham poucas perspectivas de assumir cargos administrativos, os mais jovens já entram mais capacitados, inclusive com curso superior, por isso querem ascender na fábrica. A maioria pensa em sair do chão-de-fábrica¹⁴³”. Por outro lado, como explicitado nas falas, os mais jovens que estão a menos tempo na empresa, são percebidos como pessoas que entram na fábrica pensando em conseguir sair da linha de montagem o quanto antes, querem distancia-se do ritmo de trabalho extenuante, para funções mais capacitadas e menos aviltante.

Por outro lado, é interessante notar, como destaca uma jovem operária entrevistada, que mesmo os que não tem mais pretensão de ascender dentro da fábrica, tem medo de perder o emprego.

Todo mundo quer subir, ninguém quer ficar na linha. Mas até quem sabe que vai ficar na linha para sempre, mesmo que falam “ah.. vou morrer aqui”, até estes são competitivos, tem medo de perder o lugar, todo mundo é um número e qualquer um pode perder seu posto de trabalho, isso gera competitividade para manter-se empregado¹⁴⁴.

Então, o ponto em comum entre as diferentes gerações é que tantos os mais velhos como os mais jovens querem manter-se empregados. Porém um diferencial a ser apontado é que os jovens operários e operárias ainda nutrem a perspectiva de poderem ascender da linha para um posto de trabalho menos desgastante. Também, no mesmo sentido vai o depoimento de outro operário de 28 anos de idade, este ingressou na Volkswagen em 2009:

¹⁴¹ Nascido em 1961. Operário da Volkswagen desde 1995. Membro da Comissão de Fábrica.

¹⁴² Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 23 anos de idade.

¹⁴³ Operário da Volkswagen desde 1990, no ato da entrevista estava com 42 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

¹⁴⁴ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Os mais jovens têm objetivo na vida, querem ficar pouco tempo na linha, e estão fazendo por isso, estudando, batalhando para ver se conseguem sair do linha o mais rápido possível. Ficar pouco tempo na linha e muito tempo na fábrica, em outras funções. Os mais jovens querem subir de cargo, buscar oportunidade dentro da fábrica. Os mais velhos estão naquela, ali para ele esta bom, não precisa fazer mais do que aquilo, não querem aprender mais.

Um dos jovens entrevistado afirmou “os mais jovens revezam mais, querem aprender novas funções, tem operário mais antigo que sabe fazer apenas duas funções. Isso agrava os casos de adoecimento do trabalho¹⁴⁵”. Também devemos considerar que muitos dos mais velhos que não revezam funções não o fazem não porque não querem, mas que, por já trabalharem na linha de montagem a muito tempo, já acumularam muita lesões por esforço repetitivo. E, como tem sempre o receio em lançar mão de tratamento fisioterápico, licenças etc., não conseguem se restabelece completamente. Segundo a observação de outro jovem entrevistado “A maioria dos mais velhos tem restrição, problema no ombro, nas costas, hérnia de disco. Os mais jovens se preocupam bastante com o revezamento”¹⁴⁶.

No entanto, ainda os jovens que busquem uma oportunidade para ascender na empresa, sabem que não dá para todos os jovens que entram na Volkswagen ascenderem a cargos melhores (engenharia, lideres, etc). Este elemento foi explicitado em várias das entrevistas, vejamos o que disse a este respeito um dos jovens entrevistados “o pessoal sempre quer crescer, faz curso, faz faculdade. Só merecer não basta, tem que ter alguém que te indique, senão não sai da linha. Qualquer vaga que tire você da linha já é interessante, qualidade, líder...”.

Outro operário entrevistado, que já trabalha na fábrica desde 1995, destaca que a perspectiva de ascensão na empresa é sempre generalizada nos novos trabalhadores. Porém ao longo do processo, observando as relações dentro da fábrica, e a acirrada disputa por cargos melhores, aos poucos a maioria dos trabalhadores, que pretendem permanecer a empresa, vão aceitando a realidade de trabalhar o resto da vida na linha de produção. Nas palavras do entrevistado

Todos entram pensando em crescer, a Volks parece uma estatal, você entra difícil você sair, agente trabalha muito nessa questão da não-demissão, se não roubar e não bater em ninguém lá dentro, para mandar embora é muito difícil, só se acontecer uma crise muito forte mesmo. Mas também para você subi (...) Para chegar numa posição, numa Engenharia, tem uma série de fatores que complicam a vida do cara, e as vezes o cara desiste do objetivo, pede pra ir embora”. Para subi tem que ter Q.I, (quem indica...) Na

¹⁴⁵ Operário da Volkswagen desde 2007. Estava com 21 anos de idade no ato da entrevista.

¹⁴⁶ Operário da Volkswagen desde 2009. Nascido em 1991 e com 19 anos de idade no ato da entrevista.

minha turma 98% entrou pensando em morrer na fábrica, só saio daqui num caixão. Hoje esse número ainda é grande, mas caiu muito, cerca de 70%.¹⁴⁷

Ao entrevistar outro operário, também membro da comissão de fábrica, o mesmo revela que a administração da empresa procura sempre manter um equilíbrio entre os trabalhadores diretamente ligados aos processos produtivos (linha de produção, montagem, pintura, manutenção) e os trabalhadores ligados à administração, controle de qualidade, elaboração de projetos, etc. As possibilidades de ascensão são limitadas pela própria divisão social do trabalho intra-fábrica. Mesmo que a fábrica conte com grande número de operários e operárias qualificados/as para funções designadas como não produtivas, portadores de diplomas de cursos técnicos, especializações, título de graduação e pós-graduação, busca-se manter este equilíbrio, de acordo com seu depoimento:

É muito difícil sair da área produtiva, da linha de produção, para uma área improdutivo, parte administrativa. Sair da linha para ir para o escritório, é muito difícil, tem que ter Q.I (quem Indica). A direção [da fábrica] mesmo diz que não pode passar de produtivo para improdutivo, para não aumentar o número de trabalhadores improdutivo. Mesmo do SENAI, são muito poucos os que vão para área improdutivo¹⁴⁸.

Tendo clareza que os cargos são muito restritos, a maioria dos jovens se vê na obrigação de qualificarem-se e capacitarem para poder ter a possibilidade de ocupar um outro cargo, assim que ele venha a surgir. Trata-se de uma espécie de exército interno de reserva, que se qualifica, mesmo tendo pouquíssima chance de utilização destas qualificações. Soma-se a isso que, qualificando-se os jovens tem para si a impressão de que não estão parados no tempo. Que se precisarem sair da fábrica, estão saindo melhor do que entraram. Pois estão saindo da fábrica maior nível de formação técnica-profissional e educacional. Com isso tentam também aumentar as chances de serem reempregados caso sejam demitidos da fábrica.

As novas gerações de operários e operárias tem mais anos de estudo, além de curso técnico, fazem ou já concluíram o ensino superior, pertencem a geração da “era digital”, tem facilidade para trabalhar com equipamentos digitais e computadorizados, e mais, seu salário são menores, também não tem ainda doenças sócio-ocupacionais, adoecem menos, fazem mais hora extras. Todos estes elementos combinados levam os mais velhos a sentirem que, em caso de necessidade de corte de operários e operárias, extinção de postos de trabalho, os primeiros a serem demitidos serão os mais velhos. Os mais velhos também ficaram com receio de serem substituídos pelos jovens. Tal

¹⁴⁷ Operário da Volkswagen desde 1995. Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

¹⁴⁸ Operário da Volks desde 1989, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de fábrica.

situação, somada as experiências que os mais velhos já compartilharam dentro da empresa, com sindicato e comissão de fábrica, leva os mais velhos a unirem-se em grupos geracionais.

Os jovens por sua vez, novos contratados pela fábrica, de oriundos de outra geração, formado em outra conjuntura sócio-política, da região e do país, por não partilhar das experiências dos mais velhos já estabelecidos no local de trabalho, buscam relacionar-se com outros operários e operárias também recém-contratados.

Mediante tal processo, permanece os grupos dos mais velhos e os grupos dos mais jovens. Cada um dos grupos entendem que o problema está no grupo do outro. Como destaca um jovem operário “Os mais jovens gostam de fazer tudo junto. Buscam trabalhar mais em grupo, um ajudando o outro. Os mais velhos são mais fechado na deles. O individualismo acontece mais da parte deles”¹⁴⁹.

Para além deste elemento, dos estabelecido e dos “novatos”, existe ainda outro elemento material que intensificou a produção do receio dos mais velhos em relação ao mais jovens. Sobretudo após as contratações de 2007, a partir destas, os jovens passaram a ter um plano de carreira diferenciado. Luis Marinho seria quem teria feito este acordo em 2005, no período em que teria as 3.000 demissões. Criou-se na ocasião o seguinte diferencial, os operários e operárias entravam recebendo um piso mínimo (hoje R\$1.275), semestralmente recebiam um reajuste, e demoravam cerca de quatro anos para atingir o teto da categoria (R\$ 3.650). O novo contrato, instituído a partir de 2007 demanda cerca de oito anos para atingir o mesmo teto. Um dos operários entrevistado acredita que “A nova faixa salarial foi aprovada tendo como base que os salários mais baixos só seriam aplicados aos novos contratados. Com isso, os velhos garantiriam seus empregos, porém se se preocupar com a precarização salarial dos novos operários”¹⁵⁰.

Esta situação tem incomodado muito os jovens, que se sentem injustiçados com a diferença salarial, uma vez que exercem as mesmas funções e cumprem os mesmos horários que os trabalhadores mais antigos. Segundo um dos entrevistados, “no grupo de juventude [do sindicato], que se reúne uma vez por mês, na ultima quarta do mês, todas as reuniões acaba parando nesse assunto. Nove anos é muito tempo. Querem a diminuição do tempo para atingir o teto”¹⁵¹. Outro jovem operário entrevistado demonstrou indignação com o sistema de salários diferenciado:

Eu acho ridículo, nove anos para ganhar a mesma coisa que um cara que faz a mesma coisa que você faz, eu acho ridículo, ridículo, ridículo. Nunca deveria existir isso. Já

¹⁴⁹ Operário da Volkswagen desde 2009. Estava com 19 anos no ato da entrevista.

¹⁵⁰ Ingressou na fábrica em 2003. No ato da entrevista estava com 25 anos de idade.

¹⁵¹ Idem.

chegamos conversar direto com [a representação dos jovens], poxa (...), nove anos para chegar no teto... Meu, não existe! Você aposenta com 30 anos, tem que trabalhar 33% de sua vida para chegar no teto, de uma função que você já tem certeza, em nove anos você já sabe de cor e salteado, não pode! Acho que poderia ser no máximo três anos para atingir o teto. Mesmo a experiência, normalmente é de 3 meses, a Volks coloca experiência e 1 ano, para renovar por mais 1 ano de experiência e ela pode te mandar embora no final dos dois anos de experiência sem direito a seguro desemprego, por que é contrato temporário. Trabalhei dois anos de contrato [temporário], imagina ser mandado embora depois de dois anos¹⁵².

Colocada tal problemática, perguntei ao entrevistado se tinha alguma idéia de como fazer para pressionar para tentar mudar esta situação, ao que o mesmo me respondeu “Não sei, greve o pessoal mais velho não vai fazer de jeito nenhum pelos mais novos. Isso deveria ser o sindicato e o conselho de fábrica. Mas para a fábrica está muito cômodo pagar menos durante nove anos. O sindicato deveria fazer alguma coisa”¹⁵³. Outro jovem afirmou “Agente reclama, os mais velhos exercem a mesma função mas recebem salários maiores, o dobro. Faço hora-extra e ainda ganho pouco”.

No chão-de-fábrica, mesclasse a indignação dos jovens, com o medo latente dos mais velhos de serem demitidos por terem custo maior para a empresa. Por meio dos depoimentos, podemos observar que há grandes vantagens econômicas para empresa, caso demitisse os antigos que tem salários maiores, e substituí-los por operários e operárias mediante a nova forma de contratação. O mais velhos têm esta análise muito clara. Pensava-se que gradativamente a fábrica faria a substituição da mão-de-obra. De acordo com um operário entrevistado ouvia-se recorrentemente dos mais velhos que “Os jovens ganham menos, o salário de um velho paga o salário de três jovens. ‘Os caras entraram aqui para tirar o nosso lugar’”¹⁵⁴. Além disso, como forma de defenderem o próprio posto de trabalho, desqualificavam os novos contratados “Como muitos jovens não se adaptam, tem muitas faltas, ou desistem da profissão, os mais velhos diziam ‘Os jovens são tudo vagabundo, não trabalha como agente’. (...) Criou-se um estigma que os jovens ao querem trabalhar”. Hostiliza-se os jovens que tem lesões de trabalho. Essa problemática gera toda uma ordem de brincadeiras e gozações”¹⁵⁵.

Num primeiro momento, mesmo com todo o receio, os mais velhos ainda ficavam encarregados de auxiliar os mais jovens nos primeiros dias de trabalho, até que se adaptassem totalmente as funções e ao cotidiano fabril. Agora, com o grande número de jovens que foram

¹⁵² Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica da Volkswagen.

¹⁵⁵ Idem.

contratados nos últimos três anos, criou-se uma situação que os mais jovens recepcionam outros jovens. O que de certa forma acaba colaborando para consolidar distâncias entre os jovens e os mais velhos.

Estes jovens que já trabalham na Volkswagen e viram as novas contratações, acabam tendo mais facilidade para com os novos contratados. De acordo com o depoimento de um dos jovens “A recepção dos mais jovens é um pouco melhor do que a dos mais velhos, os mais velhos já olham para você como um concorrente, os mais jovens não, mais um companheiro de serviço”¹⁵⁶. Como o ritmo de trabalho é muito intenso, e os novos contratado entram com o mesmo sistema de salário, os jovens já empregados não se sentem na mesma “situação de risco de perder o emprego” como os mais velhos que ganham mais, assim aguardam ansiosos a chegada de novos operário e operárias para dividir as funções. Isso leva a que parte dos operários e operárias mais velhos/as, com “desconfiança”, mantenham-se afastados dos jovens, como destaca outro jovem entrevistado, embora tenha “mais velho que colaboram mais. Eles têm medo de perder a vaga para os jovens”¹⁵⁷.

Porém durante as entrevistas notamos que não são apenas os mais velhos que tem medo de perder o emprego. Por outro lado, dado o período de instabilidade econômica do país e do mundo, com a eclosão de crises mundiais, como no caso da quebra do *Lerman Brother*, o estouro da bolha financeira, que levou indústria a quebrarem e abrir concordata, como no caso da GM nos Estados Unidos, os empregos em todo o mundo correm risco. A cada episódio de instabilidade, os jovens operários da Volkswagen também sentem-se na berlinda. Estes também convivem constantemente com o medo de serem demitidos, como podemos observar no depoimento de uma das jovens operárias entrevistadas:

Tem muito [medo]. Mesmo quem já foi efetivado, porque agente nunca sabe quando vai vir outra crise. Dá medo mesmo. Ainda mais pela pressão que os chefes colocam, se você não vem num sábado, aí você já fica com medo. Se precisa ir ao médico, se pega um atestado de 3 dias você já fica com medo. Já fiquei um mês trabalhando de domingo a domingo. Normalmente quem faz hora-extra durante o dia é chamado também para as horas-extras de domingo. Isso é bom e ruim, é bom porque se você não vai na hora-extra você descansa, porém é ruim porque o chefe normalmente prefere os operários que vão na hora-extra, os que já ficam mais tempo dentro da na fábrica. Então se tiver uma crise e tiver que demitir alguém, vai demitir os que não fazem hora-extra¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Operário da Volkswagen desde 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Segundo relato de um dos operários entrevistados¹⁵⁹, no trabalho o jovem reclama menos. O entrevistado avalia que é porque os jovens têm mais energia. Porém ao entrevistar os jovens descobre-se que este não reclamam, mas que não é por não se sentirem cansaços, mas sim por medo de serem demitidos. Não se sentem tão seguros no emprego como os mais velhos. Ainda, de acordo com a entrevistada nestes períodos de crise de vendas, crise econômica, muda inclusive o clima entre os operários e operárias dentro da fábrica:

Quando se anuncia que terão férias coletivas é sinal de que as coisas não estão bem, “meu deus”. Fica um clima mais tenso dentro da fábrica, os trabalhadores ficam preocupados. Fica todo mundo preocupado, já fica pensando na família, nas contas que tem para pagar. Com medo de ser demitido. Todo mundo fica com medo, até os mais velhos, eles tem muito medo de serem demitidos, mesmo porque eles ganham mais pelo mesmo serviço, falam que tem as contas para pagar, os filhos para criar.

Sobretudo neste período o medo de perder o emprego é generalizado. O que por sua vez, tende a favorecer a empresa que é a “proprietária dos postos de trabalho”. Este medo de perder o emprego causa impacto em várias esferas da vida dos operários e operárias. Inclusive, segundo a mesma entrevistada, o medo de perder o emprego também seria um dos motivos que acaba por afastar os jovens dos cargos de representação. Mesmo descontentes com a forma de atuação do sindicato ou da comissão de fábrica, o medo de ser demitido acaba por afastá-los da militância sindical.

Relacionado a esta problemática, outro elemento interessante a notar é que a representação sindical, nos últimos períodos acabou por contribuir com a produção ou sustentação deste medo. Na opinião de um dos entrevistados o sindicato trabalha muito com o aspecto da falta de postos de trabalho no país, tentando estimular os aposentados a abrirem mão do posto de trabalho que ocupa para que outros desempregados possam assumir. De fundo, tais orientações acabam assumindo caráter governista, pois tendem a culpabilizar os trabalhadores, ao invés de buscar pressionar o governo para que busque criar mais empregos, que elabore planos de obras públicas etc. Um dos jovens operários relatou que indignou-se ao tomar conhecimento da publicação de uma matéria na Revista Brasil, uma publicação do sindicato do ABC. Segundo nosso entrevistado, a matéria trazia:

Um trabalhador falando que precisava se aposentar para dar oportunidade para outros. (...). É muita coisinha besta que o sindicato tenta manipular, e hoje em dia, o pessoal mais novo o sindicato não manipula, hoje agente tem um conhecimento maior, em ler e saber o que está se passando ali. E o sindicato tenta limitar você a ficar com medo de ser demitido.

¹⁵⁹ Operário da Volkswagen desde 1995. Nascido em 1974 e com 36 anos de idade no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

A ideologia do sindicato mescla-se com a interpretação de sua prática diária. Um operário da Volkswagen foi demitido por ser militante e nem o sindicato nem a comissão de fábrica da Volkswagen tomaram sua defesa. Certamente, pesou muito para isso o fato deste operário ser ligado à oposição ao sindicato. Mas a lição que ficou para os jovens é que os que forem considerado “radicais”, que não aceitem a forma como o sindicato e a comissão de fábrica administram os processos, estão sujeitos a serem demitidos.

Desta forma, para maior comodidade do patronato, o fato serviu de exemplo para um grande número de operários e operárias, que passaram a ter medo de se mobilizarem, rompendo com o acordo de passividade entre comissão e administração fabril. Uma operária entrevistada afirmou que a representação é vista como “uma coisa mais arriscada. A maioria entra e quer ficar quieto para não correr risco de ser demitido, emprego lá fora esta difícil, ai fica acomodado”. De acordo com a entrevistada o medo causado pela constante instabilidade do emprego é um dos elementos que forçam os operários e operárias a não mobilizarem-se contra a fábrica, o medo do desemprego gera uma coação generalizada na fábrica, tem-se medo inclusive de lutar por melhores salários e condições de trabalho:

Com certeza. Influencia exatamente nisso. Tem os operários que tem mais a questão dos direitos dos trabalhadores, tem isso na pessoa. Mas tem os que têm medo de serem demitidos, se eu for na greve o chefe vai me ver e na primeira oportunidade ele vai me manda embora. E isso é a maioria. Desde quando entrei na fábrica as mobilizações vêm diminuindo. Aqui você é só um numero e tem que trabalhar, trabalhar e nunca ver uma folga, um descanso, e se você não fizer a mais do que tem que fazer eles reclamam.

SOBRE O ENGAJAMENTO DOS JOVENS NA MILITÂNCIA SINDICAL

Os novos elementos colocados a partir de 2007, como o novo regime salarial, a crise econômica e a instabilidade no emprego, somam-se a antigos outros problemas. Os jovens que entraram na fábrica a partir da década de 2000, encontram outra forma de atuação do sindicato e da comissão de fábrica. Como já destacamos anteriormente, a direção do sindicato e da comissão trabalha com a idéia que as relações entre o patronato e o operariado mudou muito, que o confronto deve ser sempre a ultima alternativa. Inclusive os mais velhos, que outrora protagonizavam lutas sindicais adaptaram-se a esta forma de militância, como destaca um jovem entrevistado “Os mais velhos falam que o sindicato mudou muito, antigamente eles lutavam mesmo pelos direitos do trabalhador, hoje em dia parece que a fábrica falou está falado”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Nas entrevistas com os jovens foi possível observar que a forma de atuação do sindicato e da comissão vem causando descontentamento entre os jovens. Porém, por considerarem-se menos experientes na lutas sindicais, mesmo entendendo como necessário lutar melhora de salários, das condições de trabalho, e o que mais velhos não tem a mesma disposição que tinham em outros momentos, os jovens acabam esperando que os mais velhos tomem a iniciativa de ensiná-los a se organizarem para lutar.

Os jovens dependem muito dos mais velhos, nós que somos novos na fábrica não vamos nos arriscar se não vier o pessoal. Depende dos mais velhos, queira ou não queira depende. Porque eles que estão ali a mais tempo, eles sabem como funciona, agente tem idéia, as vezes até sabe como funciona, mas nunca esteve ali cara-a-cara com a situação. Então queira o não queira existe uma relação dos mais novos depender dos mais velhos¹⁶¹.

Estes jovens encaram os mais velhos como a geração que construiu as lutas no ABC. Esperam que reavivem as mobilizações. Por outro lado, no local de trabalho um dos jovens entrevistado destaca que os operários e operárias mais velhos ainda sejam os mais engajados nas lutas, ocupando cargos no Sindicato do ABC, na comissão de fábrica, na CIPA, no Comitê Sindical, e mesmo no chão-de-fábrica demonstrando mais interesse pela lutas, sendo a principal base de mobilização do sindicato, os mais velhos acabam adotando posturas mais submissas frente à administração da fábrica.

Em relação as brigas, os mais novos nem mostram tanto interesse como os mais velhos. Os mais velhos são mais submissos. Os mais jovens não gostam de fazer hora-extra, não gostam de aceitar as propostas da firma, de fazer acordo com a fábrica, nesse sentido os mais velhos são mais submissos que os mais novos. Os mais velhos confiam mais no sindicato que os mais novos¹⁶².

No mesmo sentido vai a análise de outro jovem que destaca que “Geralmente os mais jovens não querem fazer hora-extra, não que não precise. Mas é porque são apenas dois dias de folga (sábado e domingo), queira ou não queira, passa muito rápido. O jovem quer sair, aproveitar, ver a namorada”¹⁶³. Outro jovem destaca que além da questão de querer sair com os amigos e namorada, mas também tem a faculdade, e a necessidade de descansar:

E não só a questão de sair, chego do trabalho, tomo banho, vou para a academia, passo em casa, como alguma coisa vou direto para a faculdade, chego da faculdade as 23:00 h. para dormir e acordar no outro dia as 4:30 da manhã. Você não me encontra em casa, só se eu deixar de fazer alguma coisa mesmo. Eu durmo todo dia tarde, acordo todo dia cedo para ter um dia na semana para descansar? Não tem corpo que agüente, nosso trabalho é físico, não é mental. Agente precisa descansar. Hora-extra eu não faço. Eu não vou. Eu estou até fazendo

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁶³ Operário da Volkswagen desde 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

um curso no sábado a tarde, por isso tenho que sair da fábrica na hora do almoço. Os mais velhos já não, vou trabalhar aos sábados, hora-extra, um dinheiro extra, vou trabalhar! Agente não tem o convívio que eles tem com a família a tarde, que eles podem ficar em casa. Talvez seja até por isso que eles aceitam mais a hora-extra do que os mais novos¹⁶⁴.

Ou seja, para o jovem operário que estuda, o tempo é muito curto, dorme-se muito pouco e trabalha-se muito e de forma intensa. Pois o ritmo da linha de montagem não é flexibilizado frente às particularidades dos trabalhadores. Com isso, o jovem metalúrgico faz malabarismo para conseguir conciliar faculdade, descanso, família, amigos, namoro, assembleias, plenárias, paralisações, greves etc. De acordo com um dos jovens entrevistados:

Dá pra dividir tudo. Esforça, esforça, seu tempo fica minúsculo, mas dá para dividir tudo. Não é todo fim de semana que você vai agüentar ir para balada. Não adianta, o cansaço é inevitável. O pessoal liga, mas, hoje não dá. Você tem que saber dividir né. Que nem nesta sexta-feira é feriado, é um dia a mais para descansar, porque agente ter folgada fábrica, você descansa na sexta, dá até para sair no sábado. Mas na semana que você trabalhou a semana inteira, chega no sábado você trabalha também, então você já tá meio moído... (...) você dorme! Não que saber de nada. (...) Não é que atrapalha, mas as vezes você deixa de fazer alguma coisa porque está fisicamente exausto¹⁶⁵.

Desta forma, como precisam manter-se empregado para poderem sobreviver, comer, beber, vestir-se, os jovens acabam tendo que abrir mão de uma série de atividades extra-fábrica, para poderem voltar para a fábrica no dia seguinte. Ao mesmo tempo que a venda da força de trabalho para a fábrica garante o salário para que o trabalhador possa manter-se vivo, ela inibe uma série de outras atividade que gostaria de fazer, pois o jovem acaba fazendo a opção pelo trabalho.

É difícil você tentar mudar a rotina trabalhando durante a semana. Eu não gosto de trabalhar no sábado, porque pô sexta-feira, você chega cansado, hoje é sexta-feira, se você vai sair tomar uma cerveja, fazer alguma coisa, você não acorda para ir trabalhar no sábado. É difícil. Quando é um sábado sim um sábado não, o que que você faz, no sábado que você vai trabalhar, você não sair um dia antes, porque você tem a responsabilidade de ir trabalhar no dia seguinte. O trabalho é uma responsabilidade. Você vai deixar de fazer alguma coisa na sexta para ir trabalhar no sábado, aí chega o outro fim de semana você deixa de fazer para ir trabalhar no sábado, chega o outro você novamente deixa de fazer para ir trabalhar no sábado. Acaba virando uma rotina chata, você acaba desgostando do trabalho, você não dá o seu melhor porque você esta cansado daquilo. Aí começa a falta de qualidade, mais brincadeiras no serviço, que é o tempo que você tem com seus amigos, aí tudo influência. O suficiente seria fazer uma hora-extra uma vez ou outra, hora extra não pode ser parte da rotina. E o sindicato não esta enxergando isso, não esta vendo o lado do descanso. O sindicato não trabalha no sábado¹⁶⁶.

Como destaca o mesmo entrevistado a seguir, em relação ao namoro, com essa rotina de vida, dificulta-se muito a vida afetiva “Só vejo a namorada no sábado e no domingo, porque eu não

¹⁶⁴ Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁶⁵ Operário da Volkswagen desde 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

¹⁶⁶ Operário da Volkswagen desde 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

tenho tempo de vê-la durante a semana. Se eu for ver ela vou chegar em casa meia-noite, uma hora, como vou acordar as 4h no outro dia?”. E continua:

Sábado só consigo chegar na casa dela as 19:00h. que é o tempo que eu chego em casa e tomo banho e vou ver ela. Sábado eu estou tendo que dormir na casa dela, senão eu não tenho como ver ela. Sente falta, é difícil. E eu só trabalho de sábado porque já estou namorando, se eu não namorasse teria que arrumar uma namorada de sábado né. E trabalhando não tem como. Eu falo que 90% das pessoas que trabalham de sábado já namoram, ou tem uma rotina mais fixa. Um rapaz novo, solteiro não vai querer. E o ciclo de amizade [fora da fábrica] diminui 60% depois que começa a namorar e trabalhar na Volks. Você não tem como conciliar trabalho, faculdade, curso, amizade e namoro. Diminui demais seu círculo de vida social.

Este quando complica-se ainda mais, pois como destaca um dos operários entrevistados, os líderes, sabendo do medo de perder o emprego que os jovens têm, pressionam-nos mais para que façam horas extras “O líder chega para um operário recém chegado na Volks e fala: hoje você fica ta! Até as 19:00! Para os mais velhos o líder fala: Sei que perguntar não ofende, você que ficar até mais tarde hoje? E o operário responde: Tá louco?”¹⁶⁷ Outra jovem operária entrevistada fez observação semelhante:

Para os mais velhos eles perguntam se querem vir na hora-extra, para os mais novos não, eles já colocam seu nome, não perguntam se você quer vir. Se você falar que não vem eles perguntam, mas por que não vem? Porque esta diferença? Você trabalha mais, tem que vir em toda hora-extra, ganha menos¹⁶⁸.

Interessante pensar o papel que o sindicato e a comissão de fábrica cumprem frente as demandas dessa nova camada de operários e operárias. Mesmo com tais demandas candentes, após três anos da existência deste contrato diferenciado, ainda não existe sequer uma pauta de reivindicações que seja defendida pelo sindicato e que busque atende as demandas desta juventude.

AINDA NÃO EXISTE UM TRABALHO SISTEMÁTICO COM OS JOVENS OPERÁRIOS

Um elemento complicador, é que apenas as entidades representativa é que podem negociar este tipo de demanda. E, os jovens operários, salvo algumas exceções, não ocupam cargos de representação. O mais jovem representante sindical tem 24 anos de idade. Os jovens não estão na direção do sindicato, nem na CIPA, nem na comissão de fábrica, mesmo a maioria deles sendo filiada ao sindicato dos metalúrgicos do ABC. Estas entidades representativas não desenvolvem trabalho sistemático para aproximar os jovens e envolvê-los na luta sindical. Segundo depoimento de um dos operários “Agente esta aprendendo, engatinhado no trabalho com os jovens. Em 1995

¹⁶⁷ Ingressou na Volkswagen em 2003. No ato da entrevista estava com 25 anos de idade.

¹⁶⁸ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

entrou um número considerável de jovens. Em 2007 entrou uma nova leva. Na representação quer inserir-se jovens para que estabeleça uma relação de maior proximidade com a juventude, relações entre iguais, identidade juvenil. Esta se tentando uma aproximação”¹⁶⁹. Segundo outro membro da comissão de fábrica

De 2007 em diante houve a contratação de novos operários, mais de 2000 contratados, com isso a fábrica conseguiu modificar o perfil da mentalidade dos operários. O perfil do operário foi modificado. Os operários são de uma faixa etária mais baixa, em torno de 21 anos. A faixa etária da fábrica mudou. Estes jovens não tiveram as experiências das lutas da década de 1980¹⁷⁰.

Com o grande número de jovens que foram admitidos na fábrica durante a década de 2000, os operários e operárias mais velhos sentem diferença no perfil do trabalhador, um dos membros da comissão de fábrica afirmou “Os trabalhadores hoje são mais politizados. Dependendo do que você fala o peão questiona origem das informações, o porque e o para que. O peão as vezes se adianta em relação as informações”¹⁷¹.

É claro que a fábrica, desde o início de seu funcionamento no Brasil, sempre contratou jovens. Porém, até 2007, os jovens que eram admitidos pela fábrica eram oriundos diretamente da escola técnica do Senai, que funciona dentro de uma das alas da Volkswagen. A partir de 2007, com aquecimento do mercado de vendas, a fábrica se viu obrigada a contratar um número muito grande de operários e operárias para a linha de produção. Para isso deu preferência aos jovens, na maior parte das vezes solteiros, sem experiência sindical, com grande disposição de trabalho e vontade de fazer carreira na empresa. Contraditoriamente, destes jovens, não se exigia nenhuma experiência anterior. Neste processo, o número de jovens na fábrica expandiu muito. Como destaca um dos entrevistados:

Até 2007 só vinham os jovens do SENAI, depois disso, a fábrica abriu contratação de 700 pessoas, 350 aposentados e 350 jovens. De agosto de 2007 em diante, mês a mês, a fábrica continuou contratando. Com a entrada de um grande número de jovens, vem estilo diferente, brinco, *piercing*, tatuagem, roupas etc¹⁷².

Um dos problemas que pode ser observado ao entrevistar os jovens, é que este, por terem sua experiência social e política constituída em outro período histórico, centralmente década de 1990 e 2000, não tem a mesma formação política que os mais velhos. Corriqueiramente considera-

¹⁶⁹ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade, é membro da Comissão de Fábrica.

¹⁷⁰ Este, com 24 anos de idade no ato da entrevista, trabalha na Volkswagen desde 2003. Membro da comissão de fábrica.

¹⁷¹ IDEM.

¹⁷² Operário da Volkswagen desde 2003, com 24 anos no ato da entrevista. Membro da Comissão de Fábrica.

se isso como um problema, mas neste caso, dada a adaptação ao governismo e ao sindicalismo propositivo, estes jovens, corriqueiramente apontam elementos de discordância com as práticas do sindicato do ABC e da comissão de fábrica. Ou seja, não estão totalmente adaptados ao sindicalismo de colaboração. Os militantes mais velhos percebem este deslocamento, por isso não depositam confiança política nos jovens, e ao mesmo tempo, caracteriza-os como individualistas, apontando que os jovens não se interessam pela luta histórica dos trabalhadores. Por outro lado, também os jovens por entenderem os mais velhos como colaboracionista, acomodados as coisas como elas estão, também, em relação aos mais velhos, afirmam que “Agora não tem mais aquele pessoal aguerrido”.

Assim, vemos que a oposição que comumente tem sido feita entre novos e antigos operários e operárias, onde se afirma que os operário jovens não querem lutar pelos direitos não se sustenta. Esta é muito mais nuançada do que pode parecer num primeiro momento. Segundo depoimento de um dos jovens operários que entrevistamos afirmou “Na última greve, os mais velhos, com 20 anos de fábrica, ficaram com medo de participar, aí, eu que estava sobre contrato temporário, também fiquei com medo. Mas hoje não, meu pai e meu irmão falam que tem que participar mesmo, tem que respeitar a decisão da maioria”¹⁷³.

Assim, as antigas lideranças, formadas a partir da perspectiva petista, e cutista, ficam em um impasse, precisam formar seus sucessores, mas não encontram nos jovens a receptividade a sua forma de ação. Nas palavras de um dos membros da comissão de fábrica, a “maioria deles se filiam ao sindicato, mas o sindicato precisa tentar uma aproximação. A nossa ação, no sindicato e na fábrica, é um desafio. É necessário tentar chegar a eles. É necessário ter jovens no sindicato para produzir uma relação de identificação dos jovens com a comissão de fábrica”.¹⁷⁴ Mesmo sabendo da necessidade de aproximação dos jovens, a comissão de fábrica não promove atividade político-sindicais que visem a formação permanente destes jovens.

Esta ausência acaba produzindo debilidades, durante as entrevistas pude perceber que tantos os operários e operárias mais velhos, que ocupam cargos de representação, que ingressaram na fábrica durante a década de 1990, como os jovens que ingressaram na Volkswagen durante a década de 2000, conhecem de forma muito superficial a história de luta do sindicato do ABC.

Mas ainda assim, a direção do sindicato, da comissão de fábrica, da CIPA, ao invés de colocar em cheque sua própria atuação e os limites da atuação não-conflitiva, de considerar seus

¹⁷³ Ingressou na fábrica em 2008. No ato da entrevista estava com 28 anos de idade.

¹⁷⁴ Operário da Volkswagen desde 1995. No ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica da Volkswagen.

impactos, de dispersão do operariado, acabam por culpabilizar os jovens, entendendo-os como “desinteressados”, “alienados” etc. Quando conversávamos sobre este tema, um dos membros da comissão de fábrica, o mesmo acabou por admitir certa margem de responsabilidade da direção sindical sobre a aproximação e formação dos jovens, o mesmo relatou que:

O pessoal do [jornal] ABCD Maior queria saber se o jovem é alienado. O jovem tem consciência. Mas, o mais velho não dá muito ouvido aos mais jovens. O jovem tem um pouco mais de dificuldade de se inserir no movimento, porque não tem greve nem paralisação. A ‘greve é uma incubadora’, forma pessoas.¹⁷⁵

De forma recorrente pode-se observar nas entrevistas que os mais velhos responsabilizam os próprios jovens pelo não engajamento. Não se considera o papel que os que as direções estabelecidas cumprem na formação das novas gerações. Bem como, a influência positiva que a luta política propriamente dita. O mesmo entrevistado chegou a afirmar que a luta “no dia-a-dia criam entusiasmo no jovem, o jovem se enxerga como possível ator de mudança. (...) Quem tá entrando vê os problemas, as falhas, as debilidades, chega com animo para mudar as coisas. Mas o sindicato não aproveita esta potencialidade, deixa que ela se perca”¹⁷⁶. O mesmo entrevistado destacou que o sindicato pretendia realizar três atividades para integração dos jovens:

- 1) Campeonato de vídeo game. O último teve 800 inscritos. Assim traz-se os jovens para o sindicato. Dia do Rock. Festival de bandas.
- 2) Fortalecimento dos coletivos” coletivos de juventude. Federação da juventude. Campanhas de sindicalização. O jovem não apenas na fábrica, mas na sociedade. Em um dos encontros entre os jovens da Volks e da Mercedes conseguiu-se atrair jovens do MST e do Movimento dos Desempregados.
- 3) Ampliar as conquistas, construir uma pauta de reivindicações específica para os jovens.

Porém, podemos considerar que tais atividades, que acontecem esporadicamente, não podem certamente cumprir papel de uma formação sólida, sistemática, que socialize os jovens com as melhores experiências de luta do operariado do ABC paulista. As atividades propostas pelo sindicato carregam muito mais objetivo de entretenimento do que formação político sindical efetivamente. Além disso, nenhuma delas se propõe a enfrentar o principal problema apontado pelos jovens, que, com o salário diferenciado, sentem-se mais explorados que os outros operários e operárias da fábrica. As assembleias operárias deveriam ser o espaço onde deveriam ocorrer tais discussões, porém que monta a pauta das mesmas é o sindicato e a comissão de fábrica, com isso, a discussão sobre este tema tem sido protelada. O mesmo tem se dado em relação a necessidade de novas contratações, mesmo sabendo da intensidade do trabalho na fábrica, e como o mesmo vem

¹⁷⁵ Este, com 24 anos de idade no ato da entrevista, trabalha na Volkswagen desde 2003. Membro da comissão de fábrica.

prejudicando os trabalhadores, o sindicato e a comissão não tem conseguido fazer que consiga reverter este quadro.

SOBRE AS ASSEMBLÉIAS NA VOLKSWAGEN

São realizadas dois tipos de assembléias na Volkswagen ABC. As internas, que são realizadas dentro das diferentes alas da fábrica, e as externas são realizadas na frente da Volks. Para realização das assembléias, o sindicato e a comissão de leva equipamentos de som para viabilizar a realização da assembléia, apenas o sindicato e a comissão de Fábrica é que falam aos operários e operárias e este só podem ouvir. Esta dinâmica incomoda os operários e operárias, pois com isso eles não podem decidir o que será discutido na assembléia, apenas o sindicato é que decide. Um dos jovens operário entrevistado fez as seguintes considerações sobre esta dinâmica das assembléias “Os operários não falam, mas apenas o sindicato. Não perguntam o que os operários pensam, ninguém pergunta o que você acha, colocam as propostas do sindicato e pedem aprovação. Para mim tinha que perguntar a opinião dos operários no chão-de-fábrica, ir nas áreas e conversar com os operários”¹⁷⁷.

A pauta destas assembléias é organizada pelo sindicato do ABC, que é o único que pode convocar as mesmas, a direção do sindicato vai até a porta da fábrica com o carro de som, e lá de cima, os diretores do sindicato falam aos operários e operárias.

Abaixo segue a imagem de uma assembléia dos operários e operárias da Volkswagen, realizada em frente à fábrica. Para as assembléias externas, não é necessário comunicar a empresa.

¹⁷⁶ Idem.

Foto 19: operários da Volkswagen em assembléia



Trabalhadores exibem faixas de protesto durante assembléia (12/11/2001). São Bernardo do Campo, SP. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Foto 20: operários da Volkswagen em assembléia 2



¹⁷⁷ Ingressou na fábrica em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Além destas assembleias que são realizadas em frente da fábrica, também são realizadas assembleias internas, dentro da Volkswagen. Segundo um dos operários entrevistado, a assembleia interna acontece da seguinte maneira, nas entradas dos turnos, com som e microfone, avisa-se da assembleia com um dia de antecedência “A comissão de fábrica começa colocando as criticas, as reclamações dos operários e operárias, depois eles colocam o que foi proposto pela fábrica. (...) é assim, o que esta acontecendo é isso, não vai nem por aqui nem por ali”¹⁷⁸. Estas assembleias internas só podem durar no máximo 30 min., pois acontecem durante a troca de turno, por exemplo, um dos turnos inicia-se às seis da manhã e termina as cinco para as quinze horas (06:00 – 14:55). A turma que assume as 14:55 chega na fábrica as 14:30, para ter tempo de trocar de roupa e se preparar para assumir os postos de trabalho. De acordo com outro entrevistado a “Assembleia no setor, geralmente, apresentam o que a fábrica quer, as assembleias no pátio é só para revisar o que você já sabe e aceitar ou não”¹⁷⁹. Estas normalmente são assembleias informativas. A comissão, a representação por setor coordena assembleias de área.

Em uma das visitas que à fábrica pude assistir uma assembleia interna, esta foi realizada no PTO (setor de preparação de motor e cambio), na ocasião, acompanharam a discussão cerca de 80 operários. As Assembleias não podem extrapolar o horário de trabalho e atrapalhar a produção, essa é uma norma da fábrica, consta no estatuto da comissão, caso se extrapole o horário a representação é punida. Só para a produção se for avançar contra a direção da fábrica, para “fazer movimento”. Para se fazer uma assembleia interna é necessário comunicar a o setor de Relações Trabalhista com 24 horas de antecedência. Em toda assembleia operária realizada no interior das alas, a fábrica designa um representante das Relações Trabalhista para fazer uma ata patronal. “pra relatar, ver o que agente falou”, mas por outro lado, “quando a coisa não anda aqui embaixo, agente usa estas assembleias para chegar lá em cima”. Porém, o fato de ter um funcionário da administração da fábrica presente na assembleia faz com que parte dos operários e operárias se sintam pressionado a não tomar parte na assembleia segundo um jovem entrevistado “o RT fica nas assembleias tomando nota. Os operários ficam com medo de falar na assembleia e sofrer represarias”¹⁸⁰.

O Regulamento da comissão de fábrica que rege as assembleias determina que se deve comunicar a direção da fábrica e aos operários e operárias a realização da assembleia com pelo menos 24 horas de antecedência e apresentar a pauta. A participação dos operários e operárias varia por área, fomos informado que a ala 5 é uma das alas que os trabalhadores mais participam.

¹⁷⁸ Este, com 24 anos de idade no ato da entrevista, trabalha na Volkswagen desde 2009.

¹⁷⁹ Operário da Volkswagen desde 2008, no ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁸⁰ Operário da Volkswagen desde 2008.

Um dos jovens operários entrevistados relatou que no geral poucos trabalhadores ficam para participar das assembleias de setor, isso porque os trabalhadores têm pouca confiança nos resultados da assembleia, segundo suas palavras “Para que eles vão assistir assembleia se nada vai mudar”.¹⁸¹ Ou seja, persiste uma percepção que as assembleias não funcionam, e complementa “por mais que se faça assembleia vai seguir o que a fábrica quiser”. Para os jovens fica evidente que a comissão de fábrica não esta sendo capaz de contrapor-se à direção da fábrica. Para justificar tal afirmação o mesmo operário toma como exemplo a retirada do tempo que os operário e operárias tinham para tomar café de 7 min. das 8 as 8:07. Também “A fábrica tirou os 5 min. que tinha as 9:30 para ir ao banheiro. Agora os operários e operárias tem que esperar até as 11:15 para ir até o banheiro”. A comissão de fábrica não conseguiu fazer nada a respeito.

Perguntamos também como é que eram visto os operários e operárias da Volkswagen fora da fábrica. Duas visões: status, não pensava em classe. Hoje continua assim ao se defrontar com o operário só pensa no status. Nos momentos de greve os amigos, vizinhos ficam inconformados, alegando que já tem salários muito altos. A PLR não dá 0,6 centavos por carro.

Ao perguntar para um jovem como era visto fora da fábrica pelos amigos, ele respondeu que os vêem “como trabalhador. Quem trabalha a Volks, uma multinacional ganha bem. Sabem que o trabalho é pesado, mudam o jeito de lidar com agente por saber que você acorda cedo sempre”¹⁸². Porém, o mesmo operário afirma notar que as pessoas não têm nem idéia de como é pesado o trabalho que realizam, o “Pessoal vê você trabalhando em uma empresa grande, mas pelo que eles falam você vê que eles pensam que é bem mais fácil do que é realmente. Eles pensam que não é tão puxado como realmente é”. A intensidade do trabalho determina toda uma reorganização da rotina de vida destes jovens.

Para a maioria dos jovens que trabalham na fábrica, já entraram sabendo da intensidade do ritmo de trabalho, isso porque a empresa prefere na maior partes dos casos contratar parentes dos operários e operárias já empregados na empresa. Como destaca um jovem operário de 21 anos “Eu sempre imaginei assim, porque meu pai trabalhava lá, me levou lá prá conhecer. Eu já sabia como funcionava”. No mesmo sentido desenvolve-se a fala de outro trabalhador com 19 anos, “Meu pai trabalha lá, meu tio também. Meu avo se aposentou lá, e eu tenho mais alguns parentes perdidos lá”.

Poderíamos pensar que pelo fato de trabalhar na mesma empresa que os pais, tios, colegas etc. se encontrem com mais facilidade, porém, de acordo com o depoimento destes dois jovens não é isso que acontece. “Meu pai? Ele praticamente não fica mais na fábrica. Em casa também não o

¹⁸¹ Operário da Volkswagen desde 2008, no ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

encontro”. O outro jovem operário, de 19 anos, relata o mesmo problema “Meu pai eu só vejo no domingo. Porque ele trabalha no segundo turno [das 15:00 as 01:00]. Ele chega eu estou dormindo”.

O SINDICATO DO ABC NÃO RESPONDE ÀS DEMANDAS FUNDAMENTAIS DOS OPERÁRIOS DA VOLKSWAGEN

O mesmo jovem afirma acreditar que o sindicato deveria ter postura mais firme frente à fábrica. Pois sem isso a fábrica acaba fazendo o que bem entende com os trabalhadores. Neste caso, ele cita como exemplo a greve que foi feita em 2009 para negociação da PLR, após a greve, a comissão de fábrica e o sindicato não conseguiram organizar os trabalhadores para evitar que a fábrica descontasse os dias de greve. Por conta desta experiência, agora aumentou ainda mais o receio em fazer greve.

Ninguém mais quer fazer greve, porque sabem que fábrica vai descontar depois. Pararam uma vez [em 2009] por PLR, 200, 300 reais, mas a greve não foi vitoriosa. A fábrica descontou os dias parados dos salários dos operários. Toda vez que se fala em rejeitar uma proposta os mais velhos relembram da greve que deu errado 2009. A ultima proposta [de PLR] foi feita para São Bernardo e Taubaté, Taubaté, mesmo tendo salários menores rejeitou a proposta, o Sindicato de São Bernardo aceitou, em Taubaté trabalha-se menos dias com valor maior da PLR. Quando os operários ficaram sabendo voltaram ao sindicato, reivindicando o mesmo acordo feito em Taubaté, mas o sindicato disse que o acordo já estava feito. Toda proposta é aceita. Com isso os operários perdem muito a confiança no sindicato. O sindicato recomenda não contrariar a fábrica¹⁸³.

Interessante notar, que o mesmo operário ao falar da frouxidão do sindicato, toma como exemplo outra disputa entre a comissão de fábrica e a administração da fábrica, momento em que a representação teria assumido postura mais firme frente à empresa.

Oposto a isso, dias atrás o sindicato se mostrou mais firme com a fábrica por reforma do vestiário, parou alinhá por uma hora, todo mundo criou confiança no sindicato, mas depois começou a relaxar, relaxar, relaxar, e o pessoal volta a perder a confiança. A posição mais firme é que atrai mais gente para o sindicato.

Os operários e operárias tomam como elemento a postura do sindicato. Se o sindicato é combativo, os trabalhadores tende a confiar mais nele. Mas para isso, o sindicato tem que tomar todas as lutas e combater até a vitória ao lado dos trabalhadores, sem fazer qualquer tipo de concessão ao patronato. É nesse sentido que vai a fala de outro jovem¹⁸⁴, de 19 anos, quando afirma que “As mobilizações têm que dar resultado. Se o sindicato não tem pulso firme, não vai até o fim, não conquista as demandas e ainda afasta os operários”. Ainda, destacando a importância do

¹⁸² Operário da Volkswagen desde 2009. Nascido em 1991 e com 19 anos de idade no ato da entrevista.

¹⁸³ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁸⁴ Este ingressou na fábrica em 2009.

sindicato para os operários e operárias, outro operário entrevistado chega a afirmar que “O porto seguro do operário é o sindicato”. Outro jovem operário desenvolve sua avaliação do sindicato no mesmo sentido:

O sindicato tem que se impor. Tem que ter pulso firme em relação à fábrica. O Airton tinha um puta de um pulso firme, vocês apóiam, então vamos brigar. Parou a linha. O sindicato não faz isso. Porém a fábrica mandou ele embora. E o sindicato não fez nada, botou o rabo entre as pernas. Com isso gerou-se medo entre os operários, que ficaram com medo de ser demitidos. A Volks esta com pulso firme contra o sindicato. Antes o sindicato tinha força, agora não apita mais nada¹⁸⁵.

Entre os jovens operários entrevistado é generalizado o descontentamento com o sindicato. “Hoje está bem fraco, não é mais como era antes. Antes acontecia alguma coisa o movimento sindical parava tudo, hoje já não, não tem aquela potencia que tinha antes”¹⁸⁶. Além disso, um dos entrevistados alega que o sindicato não tem ouvido as reivindicações dos trabalhadores, não tem aproveitado a alta produtividade para conseguir contrapartidas para os trabalhadores. Desta forma, o sindicato não estaria desempenhando bom papel nem mesmo como sindicato economicistas, que embora naturalize a exploração do trabalho, lute constantemente para valorizar o preço da venda da força de trabalho, da capacidade de produzir coisas. De acordo com a análise do jovem operário entrevistado:

O sindicato deveria aproveitar melhor as idéias dos operários. Aproveitar o período de alta produtividade para impulsionar a luta por melhores salários. (...) O problema deve estar com o sindicato da Volks, no dissídio do ano passado 2009 o sindicato da Ford, que trabalha menos produz menos e ganha menos pagou uma PLR maior que a nossa, pagaram aumento maior que o nosso, pagaram abono maior que o nosso. Pô que sindicato é esse da Volks? Eles não estão aproveitando a maré de produção. Eles deveriam tentar sugar da fábrica o máximo. Em todos os jornais, a Volks é líder do mundo inteiro. Em 2009 a Volks produziu 70.000 veículos a mais que a Fiat, que é líder de mercado nacional. A Volks faz carro para Argentina, para o México. Tem que tirar tudo da Volks. A 8.000 de PLR é pouco pelo que agente produz, agente trabalha muito. A produção da Volks é totalmente enxuta. A Ford, GM pagaram PLR aproximadas a da Volks, porém produziram metade que a Volks. Em 2009 a Volks foi a empresa que mais cresceu do mundo, a Volks foi a única que continuou crescendo¹⁸⁷.

Outro jovem faz avaliação parecida em relação à postura atual do sindicato e a postura que é possível este assumir “Agente não sabe o que se passa, mas que dá para o sindicato forçar um pouco ali dá, dá para forçar”¹⁸⁸.

Em setembro de 2009 o sindicato e a comissão de fábrica convocaram uma paralisação para pressionar a fábrica a ceder um aumento para PLR “Fizemos uma manifestação, fomos

¹⁸⁵ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁸⁶ Ingressou na Volkswagen em 2009. No ato da entrevista estava com 24 anos de idade.

¹⁸⁷ Ingressou na Volkswagen em 2007. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

caminhando até a sede do sindicato em São Bernardo. Teve assembléia e negociação do aumento”.¹⁸⁹ Outro jovem entrevistado afirmou que as vezes a postura do sindicato causa dúvida, retomando a mesma paralisação chamada pelo sindicato em setembro de 2009, ele analisa que a mesma foi realizada no momento do dia em que se produz menos carros, e que este não seria o melhor momento para pressionar a fábrica:

Mas as vezes parece que o sindicato tem até acordo com a fábrica, eles falam que não, mas parece que tem acordo com a fábrica. Por que não parar no primeiro turno e parar no segundo turno, se o segundo turno tira 30% da produção que o primeiro turno tira? O prejuízo para fábrica seria parar o que? Se o sindicato quisesse mesmo prejudicar a fábrica pararia o que? O sindicato sabe!¹⁹⁰

Também, o sindicato em dias de paralisação da linha de montagem, não consegue impedir que a administração da fábrica pressione diretamente os operários e operárias para que voltem ao trabalho. De acordo com um jovem entrevistado “Em dias de paralisação os RTs [Relações Trabalhistas] passam nas linhas acompanhados por seguranças, anotando os nomes dos operários e operárias que estão parados, ligam a esteira bem devagar, pressionado todos a trabalhem. Ameaçam, alegando que isso vai ser levado em conta nos processos de avaliação”. Em muitos casos este procedimento acaba por funcionar, como destaca uma jovem operária entrevistada:

Paralisação geralmente quando tem paralisação o povo não respeita, é para ficar aqui, vai para a linha, chega lá fica sentado em grupo, aí o chefe chega e comunica, “oh vou marcar o nome de quem não está trabalhando, você vai ou não vai voltar?” Aí conforme vai um, vai outro, vai outro, daqui a pouco a linha tá rodando e a paralisação não valeu de nada. Só que aí o que acontece é que o pessoal deixa de ver que era importante ter parado, fala ‘quem paga meu salário é a fábrica, não é o sindicato’, mas quando o calo aperta sabe para onde recorrer né, aí vai correndo para a comissão de fábrica chorar... Mas na hora que era para lutar pelos direitos não estava lá. Tem muita gente que para de trabalhar, o nome fica lá em cima com a chefia porque não está trabalhando, está paralisado. E tem muita gente trabalhando para fazer bonito para o chefe, mas quando consegue uma conquista ele também é beneficiado, porque não vai aumentar só o salário de quem aderiu a paralisação, quem fura a paralisação também usufrui da conquista. Eu acho que os piores são os mais velhos, são eles mesmos que falam, o sindicato não funciona, a comissão não funciona, fica desmotivando. Mas eu vou, fui na paralisação em 2008, fomos até a Anchieta, quando voltamos para a fábrica, porque a paralisação foi de 3 horas, a linha já estava rodando, tinha uns pelegos trabalhando, o nome de quem estava trabalhando estava marcado, com isso eles sabiam que não estava trabalhado, e já foi descontado as horas no salário¹⁹¹.

Para conseguir assegurar o direito dos trabalhadores expressarem suas discordâncias frente a administração fabril, seria necessário que a representação assumisse um posição de defesa intransigente dos operários e operárias, predispondo-se inclusive em enfrentar a patronal. Esta é a

¹⁸⁸ Ingressou na Volkswagen em 2009. No ato da entrevista estava com 19 anos de idade.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Operário da Volkswagen desde 2007, no ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁹¹ Ingressou na Volkswagen desde 2008, no ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

principal crítica que os jovens fazem ao sindicato “Para mim o sindicato tinha que ser mais audacioso, tinha que ir para cima da fábrica, nesse aspecto o sindicato acaba deixando a desejar”¹⁹². Também o mesmo operário acredita que as conquistas existentes hoje foram fruto da posição de maior combatividade que o sindicato tinha em outros períodos “Antigamente o sindicato ia para cima mesmo, então não é atoa que conseguiu bastante coisa. Quando entrei achei que seria a mesma coisa, vamos parar a Anchieta, vamos embora, vamos para cima, mas não é mais como era antigamente”.

Conforme já destaca anteriormente, esta frouxidão do sindicato do ABC e da comissão de fábrica, acaba abrindo espaço para atuação de outros grupos de operários e operárias que sentem a necessidade de outra prática sindical e política. Com apoio do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), um agrupamento de operários criou um boletim interno que se contrapõe à comissão de fábrica e ao Sindicato do ABC. Um dos informativos tinha o título de “Nossa classe”, segundo um operário entrevistado, este informativo era produzido pelo mesmo grupo que distribui o informativo Ferramenta de Luta”. Mas, por conta da greve na ala 21, parte dos operário que impulsionavam esta oposição acabaram sendo demitidos “Os mais radicais foram embora”, “98% da oposição não existe mais”. E a comissão de fábrica e o Sindicato do ABC não fizeram campanha para evitar a demissão destes companheiros.

A hegemonia política da Articulação Sindical, ala majoritária do PT e da CUT nos cargos de representação dentro da fábrica é facilitada pela impossibilidade de um trabalho de outros partidos de esquerda, ou correntes sindicais, no ABC. A fábrica é de maioria petista e Lulista¹⁹³. Outros partidos não têm espaço no ABC. Segundo um dos membros da comissão de fábrica, que compõem a ala majoritária do PT e CUT, “Outras correntes sindicais não podem se aproximar do ABC ‘senão o bicho pega’”.

Desta forma, outras correntes que se opõem ao sindicalismo Cutista, do sindicato do ABC e da comissão de fábrica, acabam fazendo trabalho sindical clandestino, como é o caso do Informativo Ferramenta de Luta, um periódico que é distribuído anonimamente dentro da Volkswagen. A logomarca da Conlutas, central sindical que se opõe a CUT, está timbrada no informativo “Ferramenta de Luta”, porém, este é anônimo, ninguém assina, de acordo com um jovem operário entrevistado, em relação ao conteúdo do informativo, “não diria que é contra o sindicato, mas é para alertar os operários e operárias sobre o que está acontecendo, para dar uma

¹⁹² Ingressou na Volkswagen desde 2008, no ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

¹⁹³ A eleição de Lula em 2002 foi uma emoção que vai ser difícil se repetir... Na fábrica eram sacos e sacos de brochinhas e camisetas que levava pra gente vender lá dentro, e o pessoal comprava.

segunda idéia”¹⁹⁴. Os/as operários/as que distribuí o Ferramenta de Luta, sem que ninguém veja, pendura o informativo na parede.

(...) eles botam na parede aí você tem 10 min. para ler, porque aí vem o sindicato e arranca (...) geralmente o que eles fazem para o sindicato não tirar é eles penduram em um carro que está sendo montado e vai passando pela linha toda (...) O jornal causa um certo conflito, mas, por um lado é bom que faz você pensar, será que o sindicato está mesmo... aí você vai lá e fala com o sindicato, olha o que tava escrito, me explica o que tá acontecendo, é um direito seu [saber], e um dever deles [informar]”¹⁹⁵.

Porém, como elemento complicador, o mesmo operário afirma que atualmente não existe nenhum instrumento para que os operários e operárias possam pressionar a Comissão de fábrica. Só o que podem fazer é “perguntar aos representantes”. O “Ferramenta de luta” é a única boletim de crítica a atuação do sindicato. Segundo uma operária entrevistada “geralmente eles metem o pau e enfatizam os problemas da fábrica, então acho que isso dá uma cutucada no sindicato, porque tudo aquilo acontecendo e o sindicato não faz nada, na minha opinião é isso, porque são muito poucas as vezes que criticam diretamente a comissão de fábrica ou o sindicato”¹⁹⁶.

Embora exista a hegemonia política do grupo Articulação Sindical nos cargos de representação, podemos observar que, ainda que de forma não coordenada, a base pressiona em todo momento as direções, em busca de posturas mais combativas, estas direções, com tais posturas colaboracionistas só podem se sustentar nestes cargos enquanto os operários e operárias não conseguem se organizar para contrapô-los. Em uma conversa que tive com um dos membros da comissão de Fábrica da Volks, mesmo defendendo a linha de ação do sindicato do ABC, a CUT e do PT, este revelou que sempre que surge uma oposição dentro da fábrica, ela consegue influenciar pelo menos 30% dos operários e operárias.

O LULISMO E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Mesmo com todo o desgaste o PT, Luis Inácio Lula da Silva conseguiu manter sua popularidade frente ao movimento operário. Nas entrevistas com os operários e operárias da Volkswagen todos declaravam apoio a Lula. O que explicaria tal fenômeno? Quais seriam os elementos que permitiram ao governo conquistar apoio de novas frações da classe trabalhadora? A bibliografia recente aponta que o lulismo é um fenômeno que transcende o ABC paulista. Sobre os dois governos de Lula, o Brasil alcançou novos patamares de desenvolvimento econômico e social.

¹⁹⁴ Operário da Volkswagen desde 2009. Nascido em 1991 e com 19 anos de idade no ato da entrevista.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Ingressou na Volkswagen em 2008. No ato da entrevista estava com 21 anos de idade.

Tal fator levou André Singer apontar semelhanças do governo Lula, 2003-2010, com período conhecido como *New Deal*, implementado durante a primeira Presidência de Franklin D. Roosevelt frente à crise de 1929. Por meio das políticas implementadas pelo presidente americano teria se conseguido diminuir a desigualdade social e estabilizar a economia do país. Segundo André Singer, ao longo dos seus dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva teria instaurado elementos semelhante no Brasil. Embora considere que durante seu segundo mandato o governo tenha perdido parte do apoio que tinha entre a classe média, esta perda teria sido compensada pelo apoio que conquistou entre amplos contingentes da classe trabalhadora, centralmente as frações mais empobrecidas e precarizadas, chamadas pelo autor de subproletariado (SINGER, A, 2009).

Certamente as políticas sociais, bem como o aumento do salário mínimo, contribuíram em grande medida nesse processo (Pochmann, 2009), trata-se então de pensar os impactos da “Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (onde inclui-se o Programa Bolsa Família, Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), Programa Minha Casa, Minha Vida), sobre a classe trabalhadora brasileira.

Os programas sociais empreendidos no período 2003 e 2010, segundo dados do Ipea, teriam entre seus resultados a redução considerável da pobreza extrema, esta teria sido reduzida de 15% para 10% da população. Pochmann (2009) afirma que “Entre janeiro de 2005 e março de 2009, por exemplo, a taxa de pobreza entre os desempregados caiu 16,3%, enquanto o contingente de desempregados diminuiu somente 5,5%. (p. 43). Se durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a população que vivia abaixo da linha da pobreza englobava cerca de 50% da população, no final do segundo mandato do governo Lula, a pobreza absoluta foi reduzida 23%. (SINGER, A. 2009).

Segundo relatório do Ipea de 2010, o que ocorreu foi que “No âmbito do governo federal, ações inicialmente fragmentadas (bolsa escola, auxílio gás, bolsa alimentação) foram posteriormente unificadas, dando origem ao Programa Bolsa Família (PBF), com significativa expansão subsequente de cobertura. De pouco mais de 6 milhões de famílias beneficiadas em 2004, quando se iniciou o programa, a cobertura do PBF alcançou 12,4 milhões de famílias ao final de 2009” (Ipea, 2010). Ou seja, dobrou o número de pessoas atendidas pelos programas do Governo Federal. Segundo Pochmann, “Somadas as parcelas com benefícios previdenciários e assistenciais, o Brasil conta atualmente com 34,1% da população, sobretudo a de menor rendimento protegida com algum mecanismo de garantia de renda, o que constitui algo inédito em relação aos outros períodos de forte desaceleração econômica no país. (p. 51).

Também, contribuindo para análise positiva do governo, pode se observar o aumento relativo do salário mínimo, sobretudo durante o segundo mandato de Lula, quando o governo buscava prevenir-se da crise econômica mundial. Os reajustes no salário mínimo tendem a contribuir para a análise positiva do desempenho do governo, pois cabe lembrar que 68% da população brasileira recebe até dois salários mínimos ao mês. Além disso, a valorização do salário mínimo combinou-se com a diminuição do preço de produtos básicos, atingida pela desoneração fiscal efetivada por via governamental, o que por sua vez, contribuiu em larga medida para diminuir o preço da cesta básica (Boito, 2009: Khair).

Certamente tais resultados acabaram por servir de argamassa na construção da popularidade do presidente, que pode ser visto como um estadista preocupado com as frações mais empobrecidas da sociedade brasileira. A importância e popularidade alcançada pelo Programa Bolsa Família foi de tal proporção que nenhum dos candidatos presidenciais foi capaz de fazer menção a sua suspensão, pelo contrário, durante as disputas eleitorais para a presidência da república, o candidato José Serra do PSDB falou inclusive de ampliá-los.

Com a combinação do Programa Bolsa Família, com a expansão do crédito popular e reajuste do salário mínimo tendeu-se a fortalecer o mercado interno. Segundo dados Fundação Getúlio Vargas (FGV) o mercado interno teria crescido quase 20% de 2003 para 2008, com a absorção de cerca de 32.000 consumidores. Também, em 2007 o governo lança o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, que tinha como objetivo sustentar o crescimento nacional sobre o índice de 5% ao ano. Somando-se a elementos desenvolvimentistas, o governo lançou também o “Programa Minha Casa, Minha Vida e a “Política de Desenvolvimento produtivo – PDP” em 2008 (Cano, 2010). O crédito também foi ampliado durante o segundo mandato, passando de 25% para 40% do PIB nacional. Este pacote de investimento acabou por contribuir para desenvolver o mercado interno. Pode se verificar a expansão do emprego, desemprego decresceu, de 20% no início da década de 2000 para 6% em 2010 (Ipea, 2010).

Conforme destaca Pochmann (2009), grande parte dos postos de trabalho criados se deram sob regime de contratação terceirizados, temporários e precarizados, mas ainda assim, expandiu-se a massa salarial. Tudo isso contribuiu para o aumento da taxa de emprego com carteira assinada, o que por sua vez facilita a compra a crédito e ao crédito consignado. Somado ao barateamento do crédito interno compôs-se um cenário que possibilitou o aumento da capacidade de custo de vida. Esta nova fase da economia brasileira acabou por fomentar as perspectivas de ascensão social e

melhora das condições de vida de parcela da população brasileira, o que por sua vez contribui para alimentar a confiança na figura do presidente.

GOVERNO LULA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Mas, segundo analistas a seguir, as políticas sociais não significariam ruptura com o modelo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Durante todo o período 2003-2010 governo lula buscar conciliar políticas neoliberais com políticas sociais focadas. Entre as táticas utilizadas pelo governo para sustentar as políticas neoliberais, o governo preocupou-se em integrar o movimento sindical a seus projetos econômicos. Esta seria uma forma de minar as possíveis bases de descontentamento. Tal quadro leva Boito et ali, a caracterizar o período Lula como “um reformismo que, justamente, possibilita a reprodução do modelo neoliberal de capitalismo”. Tratou-se de assimilar parte das reivindicações do movimento operário, subalternizando-as a nova fase e projeto de desenvolvimento do governo federal. As políticas lulistas “combinam a manutenção do capitalismo neoliberal com recuos secundários frente às aspirações populares. Trata-se de uma atualização da tradição política brasileira de confiscar a insatisfação popular e integrá-la num pacto burguês construído no alto”. Isso tornou-se possível pois, segundo os autores “Hoje, as duas maiores centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, fazem parte da base de apoio ao governo. (p. 45).

Importante notar que a base de apoio do governo tende a não comentar, ou a amenizar a fragilidade do atual modelo econômico. A propaganda que se faz é que o Brasil desenvolve-se de forma progressiva, rumo romper com sua posição na divisão internacional, que o determina como país de desenvolvimento dependente. As centrais sindicais, sobretudo a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, compõe base importante do governo lula, contribuindo largamente para a propagação desta perspectiva. Estas mostraram-se importantes para estender as políticas governamentais aos locais de trabalho, constituindo substrato relevante para realização do pacto social lulista. É o que podemos apreender da análise de Boito (2009).

A política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical. As centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se ao neodesenvolvimentismo – uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada, crescentemente, para a exportação. Acomodaram-se, também, graças à política de cooptação do governo. Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. O governo Lula reformou também parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais de um controle maior sobre as suas bases e de modo a provê-las com fundos financeiros vultuosos. (p.37).

Tumolo (2003), Antunes (2002) e Alves (2003) analisavam que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) mantinha influencia direta sobre as posições majoritárias no movimento sindical. Por meio desta influencia, amparada por um período de refluxo do movimento operário mundial, a CUT, sobretudo depois de se III Congresso realizado em 1988, conseguiu moldar o sindicalismo propositivo sobre a classe trabalhadora brasileira. Segundo analistas (BOITO, 2009; FILGUEIRAS, 2010; SINGER, 2010), as centrais sindicais, que, sobretudo na década de 1990 passaram da estratégia de confronto, para a de colaboração, passaram durante o governo Lula a ser base de sustentação do governo e do lulismo. Muitos dos dirigentes da CUT passaram a ocupar cargos no governo Lula. Como detalha Boito:

(...) vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo [foram] recrutados junto à central, caso de Jacques Wagner, ex-ministro do Trabalho e do Emprego, ex-ministro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais (ex-presidente do Sindicato Química da Bahia e fundador da CUT naquele estado); de Ricardo Berzoini, ex-ministro da Previdência e ex-ministro do Trabalho e do Emprego (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo); de Luiz Gushiken, ex-secretário de Comunicação do Governo e ex-secretário do Núcleo de Assuntos Estratégicos (também ex-presidente do Sindicato os Bancários de São Paulo); de Luiz Marinho, ex-ministro Trabalho e do Emprego e ex-ministro da Previdência (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ex-presidente da CUT). Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas. (p. 46).

Além da incorporação direta de dirigentes sindicais cutistas à pastas do governo federal, de acordo com Boito, o governo também criou organismos tripartites que envolveram outras frações de dirigentes do movimento sindical, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), segundo os autores a função de tais fóruns seria “discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas” (p. 46). No mesmo sentido desenvolve-se a análise de Galvão (2006), a autora aponta que durante o governo Lula a CUT adotou posição “governista e conciliadora”.

Também a Força Sindical, que nasce como uma entidade de oposição a CUT e ao PT (Mazzeo, 1998, Santana, 2001, Tropia, 2009), no segundo mandato de Lula “passou a apoiar o governo e um de seus principais dirigentes, Luiz Antonio de Medeiros, tornou-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em março de 2007” (Boito, 2009, p. 47). No mesmo sentido é desenvolvida a análise de Galvão (2006) quando aponta a diminuição das diferenças entre a CUT e Força Sindical. Boito et ali (2009) analisam que o movimento operário

passa por um período de acomodação política, período no qual “a agitação e a luta contra o modelo capitalista neoliberal perderam terreno” (p. 36).

Com a chegada do PT e da CUT ao governo, as direções sindicais ligadas a tais instituições passaram a considerar que o período de enfrentamento teria chegado ao fim porque finalmente a CUT tornara-se governista. Alega-se sobretudo que sob direção do PT abriu um importante espaço para discussão e realização das pautas do movimento operário. Segundo entrevista concedida por um jovem operário trabalhador da Volkswagen, membro da comissão de fábrica, vinculado à Articulação sindical, militante do PT e dirigente da CUT:

Antes o governo nem ouvia a CUT, nem sequer recebia a pauta de reivindicações. Por conta disso, a CUT enchia ônibus e levava para Brasília, agora Lula coloca o boné da instituição. Abriu um caminho que não pode ser desvalorizado. Na fábrica aconteceu um processo semelhante, na década de 1970, 1980 e 1990, predominavam os conflitos entre sindicato e fábrica. O patronato se negava a negociar com o sindicato, só negociava mediante máquinas paradas, ‘a fábrica é minha eu faço o que eu quiser’, o sindicato, por sua vez respondia ‘já que ele não quer nos ouvir, vamos parar!’. Era isso, hoje mudou a concepção, qualquer coisa que o patronato necessite ele comunica o sindicato, chama para negociar, ‘quero mais produção, chama o sindicato pra negociar’, e o sindicato, por sua vez, responde ‘vamos sentar para negociar’. Então para chegar em paralisação, greve, só depois de esgotar toda a negociação. Por isso tem menos paralisação e menos mobilização, porque tem mais diálogo. Se o patronato não discutir, o sindicato para tudo. O interessante para o trabalhador é resolver, se é na negociação ou com greve e paralisação não importa, se puder sem resolver sem paralisar, sem greve, conversado, negociado, melhor¹⁹⁷.

No mesmo sentido, outro operário da Volks, também ligado à ala majoritária da CUT e do PT e dirigente da comissão de fábrica afirma “A CUT tem um papel que procura desenvolver, organizando a luta e cobrando as coisas. Com o governo do PT abriu-se uma nova fase de negociação da CUT com o Governo Federal. Uma abertura maior para os movimentos sociais. Ainda não são as entidades sociais populares que mais pedem dinheiro ao governo, mas sim o setor empresarial, Votorantin, Gerdal, FIESP, FIRJAN”¹⁹⁸.

Com a debilidade das entidades representativas e seus novos pactos políticos, os trabalhadores se tornam cada vez mais desamparados; pela legislação trabalhista; pelo Estado brasileiro que passa adotar políticas neoliberais e de redução de gastos. Bem como pelos sindicatos que tenderam, em proporções cada vez maiores, à postura ‘*propositiva*’ e ‘*conciliadora*’ ao invés da postura de enfrentamento e defesa inflexível dos direitos dos trabalhadores.

Essa desvalorização da mão-de-obra compõe o arcabouço necessário ao novo período de desenvolvimento da valorização do capital e da acumulação capitalista. Com a diminuição dos postos de trabalho e o engrossamento do *exército industrial de reserva*, criam-se condições

¹⁹⁷ Idem.

necessárias ao desenvolvimento de um *novo padrão de acumulação capitalista*, e a investida do capital na produção. Em meio a tal conjuntura o próprio movimento sindical (representado pela CUT; Articulação Sindical e pela Força sindical) acaba por sustentar o *status quo* da submissão da classe-que-vive-do-trabalho.

Um dos elementos que apreendemos nessa parte da pesquisa é que, a partir de declarações da direção do Sindicato do ABC, que o próprio Sindicato de São Bernardo e a CUT, seguindo uma continuidade com a política da ala majoritária do Partido dos Trabalhadores entendem que a relação entre trabalho e capital avançou muito, talvez até mais do que necessário, pois constantemente os/as operários/as têm seus direitos assediados, e a CUT e o Sindicato abrem negociação com intuito de minimizar perdas, mas não de impedi-las. Quando a CUT surge, “a luta social no país estava em ascenso. Com outros ciclos que vieram impôs-se obstáculos a sua trajetória. O caminho atual é um caminho possível”¹⁹⁹.

A classe trabalhadora, enquanto agente sócio-político transformador ainda não se reorganizou e nem desenvolveu formas contundentes e vigorosas de combate a essa nova hegemonia do sistema produtivo e social. Não conseguiu debelar as direções entreguistas e conciliadoras. Mas a sociedade enquanto um metabolismo vivo, e o ser humano, célula social dotada de potencialidades múltiplas, sujeito social-histórico insaciável, embora subsumido pelo avanço do capital na produção e pela precarização do trabalho não permanece passivo às transformações no curso da história. Este nunca perde a potencialidade enquanto sujeito transformador da realidade social, a classe encontra-se atualmente numa condição de sujeito subalternizado. Mas, justamente por isso, respostas são dadas a todo o momento.

Cabe destacar também que houveram contra-tendências entre as centrais sindicais. Mesmo com todas as políticas do governo federal para conquistar apoio das direções sindicais, constituíram-se oposição as políticas neoliberais durante o governo Lula, tal como a Conlutas. Esta central se opunha as políticas levadas à base da classe trabalhadora pela CUT e Força Sindical. A Conlutas definia-se “(...) composta por entidades sindicais, organizações populares e movimentos sociais que têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (...) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI” (Conlutas, 2004).

¹⁹⁸ Operário da Volks desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade.

¹⁹⁹ Operário da Volkswagen desde 1995, no ato da entrevista estava com 45 anos de idade. Membro da Comissão de Fábrica.

POLÍTICAS FOCADAS PARA O EMPRESARIADO

Se por um lado as políticas sociais contribuíram para conquistar apoio de grande parte das classes trabalhadoras do país, o governo também buscará solidificar sua base de apoio entre frações do empresariado. Para André Singer, o que teria acontecido é que ao mesmo tempo em que o governo implementou políticas sociais focadas para frações da classe trabalhadora, também cedeu importantes montas de recursos para empresários, com isso, o autor aponta que durante o período, “os ricos também ficaram mais ricos”. Singer também analisa que durante o governo Lula foram combinadas medidas neoliberais com medidas desenvolvimentistas.

As medidas de intervenção estatal foram combinadas com políticas de cunho neoliberal, como contenção de despesas públicas, como elevação dos juros e reforma previdenciária (Carcanholo, 2010; Cano, 2010). Ao mesmo tempo foram liberados empréstimos massivos do BNDS à grandes empresas privadas, como a Vale do Rio Doce, Usina de Santo Antonio, Valepar, Siderurgica Barra Mansa, Brasken, VCP, Ambev, Marfring, LLX, GVT, Alcoa, Tim, Renault, Ford. Segundo dados do BNDS, de 33 bilhões que se emprestava 2003, em 2009 o banco emprestou 128 bilhões para empresas privadas em 2009. Por meio de tais políticas o governo federal conseguiu conquistar importante base de apoio entre o empresariado. “Somente a associação Odebrecht-Andrade Gutierrez para explorar a hidrelétrica de Santo Antônio ficou com 22,84% dos recursos (R\$ 6.135.172.400)”²⁰⁰.

Nesse sentido, pode-se observar o papel vital que cumpriu o BNDES durante o governo Lula para os monopólios nacionais e estrangeiros. “Em 13 de agosto de 2008, a Ford obteve R\$ 78 milhões para ‘projetos de engenharia’. Em 17 de novembro do mesmo ano, a Renault conseguiu R\$ 315,3 milhões para apoio à produção do Logan. Um mês depois, a Fiat levou R\$ 407 milhões para modernizar fábricas e ‘atualizar suas linhas de produção’. E, em maio deste ano, a GM obteve R\$ 194 milhões para o ‘desenvolvimento de uma linha de compactos’ (...) No setor da carne bovina, os grupos Marfrig e JBS-Friboi levantaram recursos para algumas de suas aquisições internacionais no próprio BNDES e assim se transformaram em multinacionais”²⁰¹. Fora estes empréstimos a empresas privadas nacionais e estrangeiras o mesmo banco desembolsou R\$ 25 bilhões para a Petrobras só em julho de 2009. (Jornal O Globo, 30/07/2009.).

O governo Lula conseguiu ampliar sua base de apoio fazendo concessões e ataques à classe trabalhadora. Ainda que tenham surgido oposições, a maior parte das direções sindicais acabaram

²⁰⁰ “Monopólios internos recebem 47% e externos 30% dos recursos do BNDES”. Carlos Lopes, Jornal a Hora do Povo.

²⁰¹ “Os eleitos do BNDES”. Istoé Dinheiro, 5/11/2009.

por acomodar-se ao expediente reformista do governo. Certamente as políticas sociais focada acabaram por gerar certo descontentamento a frações da burguesia, mas estas acabaram por preocupar-se muito mais em captar recursos do governo para seus monopólios.

O governo conseguiu forjar um “pacto social” que conciliou distintos interesses de classe. Porém cabe ainda pelo menos duas questões, 1) de onde vieram os recursos que permitiram ao governo fazer tais investimentos. 2) em que medida estes investimentos podem ser sustentados durante o governo Dilma Rousseff?

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO LULISTA PODE TER VIDA LONGA?

De acordo com as análises dos economistas arrolados abaixo, a monta de recursos disponíveis para aplicação em políticas sociais e empréstimo só foi possível por conta da nova fase do período de desenvolvimento da economia mundial aberto na década de 2000. Filgueiras e Gonçalves (2007) e Filgueiras et ali (2010), destacam que este desenvolvimento do mercado interno só foi possível porque o período do governo Lula coincidiu com um momento excelente de crescimento da economia mundial. O mesmo diagnóstico é apontado por Carcanholo (2010), segundo o autor “No período entre 2003 e 2006, a economia mundial cresceu em média 4,9%”, enquanto a economia brasileira cresceu 3,3% em média” (p. 124). Ainda, Carcanholo destaca que o período do governo Lula esteve inserido em um dos períodos de maior desenvolvimento na últimas décadas. Para chegar a tal diagnóstico o autor aponta três elementos:

(...) O cenário externo foi o mais bem visto em décadas na economia mundial. Em primeiro lugar, a alta no ciclo de liquidez internacional levou tanto a ampliação da entrada de recursos externos em todas suas formas, como a uma baixa considerável das taxas de juros internacionais, o que deu margem para redução dos juros domésticos, ainda que esse movimento tenha sido retardado pela economia brasileira. Em segundo lugar, o crescimento da economia mundial levou a uma elevação da demanda por nossas exportações favorecidas também pelo forte crescimento do preço das *commodities*, principal produto exportado. Por último, a forte entrada de capital externo permitiu que essa fase favorável fosse acompanhada de valorização cambial e, portanto, sem impactos inflacionários maiores para o crescimento da economia. (p. 125).

Complementando esta análise, Filgueiras et ali (2010) apontam que, pelo fato do desenvolvimento durante o período ter sido baseado centralmente na exportação de *commodities* e fluxo de capitais especulativos, o desenvolvimento econômico da etapa lulista acaba por assumir característica dependente e subordinada.

Já no final do primeiro mandato do governo Lula, Filgueiras e Gonçalves (2007) chamavam a atenção para a dificuldade de sustentação desta política de investimentos implementada pelo governo. Pois, segundo os economistas, estes investimentos governamentais estavam totalmente

subordinados a melhora das exportações do Brasil. Ancoravam-se no *boom* das exportações de *commodities* da década de 2000, que incluíram produtos agropecuários, minerais, metálicos, entre outros. Centrada no período de crescimento internacional, as exportações do país, direcionadas centralmente para os países da Alca e para China, tiveram aumentos significativos.

Durante todo o período, os superávits alcançados por meio das exportações de *commodities* seriam revertidos para investimentos do governo. Ainda, Filgueiras e Gonçalves (2007), afirmam que o desempenho nas exportações não se dariam por mérito do governo. Os autores consideram que o Brasil teria se beneficiado largamente deste novo período da economia mundial, etapa esta em que aumentou mundialmente a demanda por *commodities*. Consideram, por sua vez, o Brasil possui vantagens comparativas, onde se inclui as condições naturais, que proporcionou ao Brasil uma renda diferencial em determinados produtos se comparado a outros países. Também a produção de *commodities* primários agregam vantagens para o país.

Além das exportações de *commodities*, o Brasil também teria sido beneficiado pela alta liquidez que marcou o período. Grandes fluxos de capitais financeiros internacionais migraram para o Brasil, sobretudo para ações da bolsa de valores e títulos públicos.

Evitando naturalizar tal aspecto do desenvolvimento nacional, Filgueiras et ali (2010), apontam a permanência da fragilidade do modelo econômico baseado nas exportações de *commodities*. De acordo com os autores, uma crise nas exportações obrigaria o governo a cortar parte dos investimentos que mantêm tal lógica de desenvolvimento. Os autores definem este misto de políticas neoliberais (que de acordo com Carcanholo (2010) englobam regime de metas inflacionárias, políticas de megasuperáfcit fiscais primário para pagar serviços da dívida pública, reforma da previdência, trabalhista e a sindical), com investimentos básicos como um modelo neoliberal-preiférico, apontando como elemento negativo a dependência estabelecida entre a estabilidade interna em relação ao comércio internacional. As exportações ocupariam papel fundamental na manutenção de tal modelo. De acordo com os autores:

(..) o papel crucial das exportações, para o funcionamento do modelo neoliberal periférico – cada vez mais evidente no período do governo Lula -, faz com que o crescimento econômico do país fique na dependência cada vez maior do comércio internacional – portanto, em grande medida, à revelia das decisões internas. Isto significa que a dinâmica do mercado interno fica fortemente condicionada à capacidade da economia exportar e obter superávits comerciais, de modo a reduzir a vulnerabilidade externa e, assim, abrir espaço para seu crescimento sem ter ameaça imediata de nova crise cambial. (p. 48).

Carcanholo (2010) aponta ainda que durante o período foi reforçado o movimento de reprimarização da economia. Por outro lado, Filgueiras et ali (2010) destacam ainda que não foram

revertidas as leis que permitem a terceirização e as cooperativas de trabalho. Apontam que se mantém ainda alto índice de informalidade, trabalho precário e de rotatividade de trabalho. O Ipea confirma tal perspectiva quando anuncia que para embora em 2010 ter-se-ia a abertura de 2 milhões de novos empregos no Brasil, ao mesmo tempo 16,6 milhões de pessoas seriam demitidas e recontratadas. O otimismo em relação ao governo Lula, em grande medida, pode contribuir para a naturalização do trabalho rotativo e precário no país.

No mesmo sentido da análise de Filgueiras e Gonçalves, o sociólogo Francisco de Oliveira também chama atenção para as contradições econômicas e sociais do desenvolvimento nacional no período lulista, caracterizando-o como uma volta à “vocação agrícola”.

O crescimento tem se baseado numa volta   “vocação agrícola” do país, sustentado por exporta es de commodities agropecuárias – o Brasil, um país de famintos,   hoje o maior exportador mundial de carne bovina – e de minério de ferro, graças às pesadas importa es da China. (...) Proclama-se aos quatro ventos a diminui o da pobreza e da desigualdade, baseada no Bolsa Família. Os dados disponíveis não indicam redu o da desigualdade, embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu. Mas não se sabe quanto. (...) Medidas indiretas sugerem, e na verdade comprovam, o crescimento da desigualdade: o simples dado do pagamento do serviço da d vida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modest ssimos 10 a 15 bilhões do Bolsa Família, não necessita de muita especula o teórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. Márcio Pochmann, presidente do Ipea, que continua a ser um economista rigoroso, calculou que uns 10 mil a 15 mil contribuintes recebem a maior parte dos pagamentos do serviço da d vida.

MEDIANTE O PACTO SOCIAL, EMERGE O LULISMO

Frente aos dados significativos de melhora das condi es de vida de segmentos da classe trabalhadora e do “subproletariado”, combinado com grandes empréstimos a iniciativa privada constitui-se fervorosamente o lulismo. Disparou o  ndice de satisfa o da em rela o ao governo Lula, o que por sua vez gerou intensa curiosidade entre a intelectualidade brasileira. Tais políticas foram tomadas pelos analistas, tais como sociólogos e cientistas políticos como base do Lulismo, como destaca por exemplo Rudá Ricci, que compara o governo Lula com as políticas intervencionistas do governo Vargas:

Constituiu-se num demiurgo da finaliza o da moderniza o do país iniciada por Getúlio Vargas. O que os gramscianos denominam de “revolu o passiva”, pelo alto, conservadora porque pautada pela hipertrofia do Estado, que administra a vida social, impregna todos os poros da sociedade brasileira e estabelece um pacto social pelo desenvolvimentismo caracterizado pela concilia o de interesses. Operadores do lulismo cunharam este expediente de “desenvolvimentismo social”. (...) O fato relevante   que o lulismo gerou e se alimenta da emergência da nova classe média brasileira. Mais da metade dos 190 milhões de brasileiros  , hoje, classe média, sendo 49% classe C. Programas de transferência de renda associados ao aumento do valor do s lrio mínimo geraram esse novo “milagre

brasileiro”. E alimentaram o lulismo porque deram sentido ao estilo discursivo e ao projeto estatal-desenvolvimentista.

Também Rui Braga, servindo-se das análises de Gramsci, identifica o fenômeno do lulismo como uma “revolução passiva à brasileira”. Nesse sentido o governo Lula teria empreendido uma reforma pelo alto, que embora feita sob as classes trabalhadoras, apóia-se em sua aceitação passiva. Mas, se considerada a fragmentação e a precarização do trabalho nos últimos vinte anos no Brasil, torna-se difícil considerar o lulismo como uma restauração progressista, como demanda o conceito gramsciano. Além disso, se aplicado o conceito de revolução passiva ao período lulista, tende-se a ocultar os ataques desferidos contra o proletariado brasileiro na “era Lula” (como a reforma da previdência, sindical e trabalhista).

Francisco de Oliveira, analisando a primeira fase do lulismo, caracteriza-a como uma forma “hegemonia às avessas”. Para o autor, as políticas sociais focada seriam uma forma de exercício da hegemonia, a partir de demandas dos setores explorados, sobre as classes dominantes. Nas palavras do autor:

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõem de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. (...) O conjunto das aparências esconde outra coisa, para a qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito. (...). Estamos em face a uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral (...) que transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada (2010, p. 26-27).

Mas, na própria análise de autor é colocada uma importante contradição que enfraquece muito a hipótese da “hegemonia as avessas” como pode estar em exercício a hegemonia dos debaixo se vivemos um boom da terceirização, da rotatividade da mão-de-obra, a alarmante falta de moradias. Pode se verificar no período Lula a precariedade dos serviços de saneamento básico, nas condições de ensino, insuficiência do sistema único de saúde, etc... Na mesma obra, Oliveira acaba por apresentar outro argumento que também contribui contra sua hipótese da “hegemonia as avessas”, das frações mais exploradas sobre frações das classes dominantes, o autor afirma que

“(...) o simples dado do pagamento do serviço da dívida interna, em torno de 200 bilhões de reais por ano, contra os modestíssimos 10 bilhões a 15 bilhões da Bolsa Família, não necessita de muita especulação teórica para a conclusão de que a desigualdade vem aumentando. (...) Por ultimo, a Fundação Getúlio Vargas divulgou, no fim de setembro, uma pesquisa que prova que a classe que mais cresceu proporcionalmente, de 2003 a 2008, não foi a classe C nem a D. Foi, isso sim, as classes A e B, que tem renda familiar acima de

4.807 reais – e o dado não leva em conta a valorização da propriedade, ações e investimentos financeiros”. (p. 374).

Importante observar que mesmo com as políticas de distribuição de renda do governo federal e valorização do salário mínimo, segundo análise do Ipea de 2010 “O Brasil é ainda hoje um país imensamente desigual. O coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*, medido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, de 2008, estava em 54,4. Isto nos coloca em situação pior que outros países latino-americanos, como México (50,6), Uruguai (47,1) ou Venezuela (44,8), e muito distante de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo coeficiente de Gini médio é igual a 31,0” (p. 74). Além disso, persiste o problema da falta de habitação, evidentes se condenados o grande número de favelas e moradias precária, sobretudo nas metrópoles, que não pode ser resolvida com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Tal parcela da população defronta-se com novos dramas a cada período de chuvas que causam enchentes e deslizamentos. O Brasil continua sendo um país com extrema desigualdade e pobreza profunda.

Já Carlos Nelson Coutinho, identifica nos governos Lula a ausência de disputas de grandes projetos, o que segundo sua análise denotaria a “hegemonia da pequena política”. Ainda esta teria sido acompanhada por uma série de contrareformas, empreendidas contra a classe trabalhadora. Centrando-se nos ataques aos direitos trabalhistas e sociais, Coutinho deixa de lado as políticas voltadas à produção de consensos. Falta também auferir os impactos da restauração burguesa no país pós-1989, e o esfacelamento da esquerda. Importante considerar a hipótese de que vivemos, durante o período 1990-2010, novo patamar de hegemonia das classes dominantes, que de forma avassaladora imperam sob o movimento operário brasileiro derrotado.

Para além das análises dos sociólogos e cientistas políticos, de “revolução passiva a brasileira”, “hegemonia às avessas” ou “contrareforma”, é necessário considerar o período de desenvolvimento econômico mundial. Se estão correta as análises dos economistas arrolada anteriormente, se a “ascensão social” de parcela da classe trabalhadora, e assim o pacto social de estabilidade entre as classes antagônicas estão ligados muito mais a um período da economia mundial, e não a mudanças estruturais do país, será possível esse patamar de crescimento e de satisfação social manter-se mesmo com a mudança da conjuntura internacional?

Corsi (2011) afirma que, mesmo com a aparente recuperação, a crise econômica mundial aberta em 2008 ainda não teria sido superada. De acordo com o autor, mesmo estão vivendo sob baixo crescimento econômico, com elevadas dívidas públicas e altas taxas de desemprego, redução de salários e direitos sociais. A persistência desse cenário internacional coloca novos desafios para a

manutenção do padrão de desenvolvimento do Brasil. Já foi anunciado pelo governo brasileiro, início de 2011 a necessidade de corte de gastos públicos. É possível que as classes dominantes brasileiras necessitem reinventar novos pactos sociais para essa nova fase que se abre internacionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se avalia a história do movimento operário brasileiro e seus principais embates, pode-se vislumbrar o importante papel que cumpriram os partidos de esquerda na determinação de suas alternativas. O PCB, desde o momento em que consegue exercer alguma influência significativa no movimento operário brasileiro, age como educador coletivo buscando moldar uma classe operária comprometida com os interesses de frações da burguesia. O proletariado brasileiro nos diversos sindicatos e associações, em várias ocasiões se viu obrigado a ter que superar a direção que o PCB lhe determinava. O partido constrói e assiste de camarote a perda da situação pré-revolucionária aberta entre o final da década de 1950 e início de 1960. Com o golpe militar-burguês de 1964 o PCB entrou em uma crise profunda da qual não se recuperou até os dias de hoje.

Frente à ditadura militar-burguesa, o PCB preconizava uma via pacífica de resistência. Sua estratégia perdeu crescentemente aderência no proletariado organizado que passa a lutar diretamente contra os representantes sindicais ligados ao reformismo pcbista, como no caso de Joaquinção pelego e da CGT. Durante a década de 1980 o PCB despende grande energia para construir a saída pactuada da ditadura militar-burguesa. Militantes e frações deste partido participam diretamente da construção do PT e da sua corrente mais oportunista, a Articulação. Esta fração majoritária, que dirigia hegemonizava a direção do partido traz em sua constituição muitas influências do PCB, tal como a relação amistosa com as burocracias stalinistas do Leste europeu e cubana.

Com isso, elementos do stalinismo vão sobreviver no interior do PT e influenciar o proletariado brasileiro que enfrentava-se contra a ditadura utilizando-se de seus métodos históricos de organização, fazendo piquetes, greves, ocupações e construindo partidos, correntes e tendências políticas. O PT será um agente importante na contenção da radicalização destes elementos efervescentes. Para além das direções reformistas e conciliadoras, com autos e baixos, mesmo durante a repressiva ditadura militar-burguesa o proletariado não deixou de organizar-se, tendo como momento de maior inflexão as greves do ABC em 1978, 1979 e 1980. Estas greves inauguram uma nova fase de organização do proletariado brasileiro. Durante toda a década de 1980

eclodem greves importantes. O operariado utilizam-se também da greves com ocupação de fábrica, tendo destaque a ocupação da Ford em 1981, da Companhia Siderúrgica Nacional em 1988, na Belgo-Mineira e da Mannesmann em 1989.

O nível de desenvolvimento da luta de classes foi tal que o proletariado brasileiro não reconhecia nos partidos existentes a representação de seus interesses. Foram necessário anos para conter a radicalidade do movimento operário brasileiro. O Partido dos Trabalhadores é certamente um marco importante na constituição política da classe trabalhadora brasileira. Este porta importantes contradições, entre estas destacamos que mesmo contendo uma base proletária, a direção do partido, Lula, os sindicalistas autênticos e depois a Articulação-PT, atuam buscando aplicar e defender políticas pequeno-burguesas. As demandas históricas do proletariado são secundarizadas e instrumentalizadas a serviço das necessidades da ala majoritária do partido. A Articulação durante toda a década de 1980 centra forças na disputa por reformas no capitalismo via exercício de cargos governamentais. Este forma de atuação é aprofundada durante a década de 1990 e 2000. Em 2003 quando Lula inicia seu governo, ao mesmo tempo em que dá continuidade às políticas neoliberais aplicadas pelos governos anteriores, beneficia-se do período de expansão da economia mundial que lhe permite fazer concessões econômicas e sociais aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora brasileira. A atuação do PT nestes últimos 31 anos certamente exerceu importante influência na forma de ser do proletariado brasileiro. O PT e a CUT são atores importantes na construção da “passividade” do movimento operário brasileiro.

Atrelado ao período internacional caracterizado por trinta longos anos sem revolução, as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras que nascem sobre esse chão social, encontram muitos desafios. Desde 2001 ocorreram uma série de processos de enfrentamento com o governo e o patronato na América Latina, porém, no Brasil estes processos foram arrefecidos com a esperança que setores da classe trabalhadora depositava o ex-sindicalista que se tornava presidente. Este elemento, somado a expansão econômica e as contrapartidas governamentais, certamente contribuíram para atrasar a agudização da luta de classes no País. Não existe hoje no Brasil um partido proletário, que se estruture sobre as bases do marxismo revolucionário, tal como existe na Argentina (PTS). Diretamente atrelado a isso, no Brasil ainda são muito pequenas as tendências revolucionárias que conseguem atuar dentro dos sindicatos e centrais, e menores ainda as que defendem de forma conseqüente a suprasução da ordem social vigente. Frente à nova conjuntura social que se abriu nos últimos anos, vide as revoluções e contra-revoluções no oriente médio

(ISHIBASHI, 2011), começa a se delinear uma nova etapa da luta de classes em nível mundial. Certamente o Brasil não poderá isolar-se destes processos, como não pôde ao longo do século XX.

A classe trabalhadora brasileira é hoje maior do que nunca, esta ampliou-se e espalhou-se ainda mais pelo Brasil, porém os anos de neoliberalismo, de conciliação, de refluxo mundial e nacional nos enfrentamentos organizados possibilitaram uma série de ataques às conquistas obtidas pelo movimento operário brasileiro durante a década de 1980. A terceirização e as reformas na legislação trabalhista na década de 1990 configuraram importantes ataques aos trabalhadores e trabalhadoras. Embora numericamente ampliada, hoje a classe encontra-se muito mais dividida, com estatuto salarial precarizado. Suas instituições estão profundamente degeneradas. Será preciso, novamente, reconstruir o movimento operário pela base. Assim como, para unificação em um programa comum, deverá surgir novos partidos proletários que busquem organizar, agitar e propagandear um programa que responda aos anseios históricos da classe trabalhadora.

No caso dos operários do ABC, protagonistas do último ascenso operário, podemos considerar que a maioria do contingente geracional que acompanhou o desenvolvimento do sindicato do ABC, do PT e da CUT, distante da perspectiva de atuação para além dos marcos institucionais burgueses, acabaram aderindo incondicionalmente à linha de atuação política e sindical restrita a reformas sociais e ao gradualismo econômico. Mesmo tendo atuado ativamente no último ciclo grevista, a direção do sindicato, amparada pelos resultados do governo do PT, conseguiu moldar na maior parte destes militantes segundo a perspectiva de que já se avança na conquista do possível. Embora possamos considerar que não é impossível que em um período de aguda crise econômica, política e social esta geração de metalúrgicos possa assumir a perspectiva de enfrentamento da ordem burguesa, parece-nos que uma inversão na lógica de atuação social e política por parte desta geração, por conta de sua aceitação as coisas como elas estão, parece muito remota.

Já no caso da nova geração de operários que adentraram a fábrica na última década, as condições são diferenciadas. Embora a maioria tenha se tornado adulta durante o período da restauração burguesa (MATÍAS: ALBAMONTE, 2011), tem-se neste grupo a vantagem de não ter pesado sobre seus ombros as derrotas e pactos efetivados durante as últimas décadas. Nas entrevistas a maioria dos jovens expressou descontentamento com a atuação do sindicato, identificando-o como passivo de mais. Além disso, deve se agregar a análise a consideração de que estes jovens desempenham as mesmas funções, mas recebem salários bem menores, e gozarão de menos direitos sociais e trabalhistas, seus benefícios foram significativamente reduzidos e ainda,

estão concentrados nas alas de ritmo de trabalho mais intenso. Além disso, tem-se as horas-extras, os trabalhos aos sábados, as lesões por esforço repetitivo. Por não conseguir encontrar respostas a estes elementos, muitos dos operários da Volkswagen tornam-se descontentes com a direção da comissão de fábrica. Esta por sua vez não pode fazer muita coisa em relação a estes descontentamentos, pois dependem de acordos com o patronato para proceder. O patronato por sua vez não faz concessões que possam lhe prejudicar, a não ser que o operariado esteja organizado e em ofensiva.

Frente a esta impotência estrutural da Comissão de Fábrica, de momento em momento, tem surgido, entre a base operária da empresa, oposições à política de conciliação de classes levada a cabo. Porém estas oposições encontram dificuldade em se desenvolver, pois a Comissão atual é respaldada pelo Sindicato do ABC paulista e pela CUT, e também, mesmo que de forma indireta pelo governo federal, dirigido agora por Dilma Roussef.

Os desafios colocados para a juventude operária da Volks, e mesmo para os operários mais antigos que discordam da linha política empreendida pela Comissão de Fábrica, pelo Sindicato do ABC e pela CUT, são muito grandes. Precisarão construir uma nova comissão que represente de fato seus interesses imediatos e históricos. Necessita-se renovar a forma de atuação do sindicato, buscando minar os espaços dirigentes da burocracia sindical que concilia com os patrões e o governo. Os desafios são imensos, mas não irrealizáveis. Como dizia Trotsky na *História da revolução russa*, até mesmo as revoluções parecem impossíveis, até que aconteçam. Quem esperava que a juventude francesa iria se levantar contra o governo Frances como fez no final de 2010, conduzindo atrás de si amplos setores sociais? Quem esperava que no Egito a população derrubaria o governo, gerando uma crise na dominação norte-americana no Oriente médio? Politicamente, deve-se levar em conta ainda os impactos dos novos levantes de juventude em cadeia internacional que vem ocorrendo neste ultimo período, como na Espanha, Inglaterra, Líbia, Síria, Chile e Argentina. Tem-se, ainda que de forma inicial, elementos concretos que podem influenciar a juventude brasileira em sua formação enquanto sujeito histórico.

Certamente, o Brasil é até o momento é um dos países onde a luta de classes está menos organizada, com suas instituições em frangalhos. Sob impacto do lulismo, criou-se um clima de que “por aqui tudo vai bem”, esta conjuntura acabou por criar uma situação de estabilidade política e econômica, produziu uma nova etapa de passividade social. Porém esta tende a ser abalada coma intensificação das distensões políticas e econômica que podem se desenvolver no próximo período. Sobretudo na América Latina, que congrega um imenso bloco de países coloniais e dependentes. A

nova geração proletária tem a vantagem de não estar adaptada aos desvios e debilidades que a maior parte da geração anterior assimilou. Dentro desta nova geração, existem operários que se opõem à política conciliatória de suas direções adaptadas. Porém, suas posições, até o momento não encontram canais para serem expressas. Se é correto a assertiva de que estamos vivendo nos limites da restauração burguesa, podemos cogitar a hipótese de que, da mesma forma que em diversos países os governos e o patronato vem sendo assediados por amplos setores sociais descontentes, não tardará desenvolverem-se novos eventos da luta de classes no Brasil.

É claro que para desempenhar lutas nesses patamares os militantes terão que combater os elementos e instituições sociais mais retrogradas que reivindicam a representação do proletariado. Persiste a tradição desenvolvida pela articulação sindical, CUT e PT, que pode ser observada no caso da Volks, onde nas assembleias apenas o sindicato e a comissão têm direito a fala. Uma nova geração de militantes combativos, certamente terá que retomar o exemplo históricos do proletariado brasileiro sobretudo nos momentos em que se auto-organizavam e varriam as instituições que pactuavam com o governo e a patronal, atiravam os partidos conciliadores ao definhamento, cassavam os pelegos e as burocracias sindicais.

No caso do ABC paulista, não faltam exemplos do papel de entrave a organização autônoma dos trabalhadores da região. A experimentada burocracia sindical petista-cutista, moldada sobre a égide da articulação sindical, controla o *Jornal do ABC* que é editado pelo sindicato, buscando conquistar hegemonia entre os operários e operárias. O jornal da comissão de fábrica também só expressa a opinião da fração petista conciliadora que pactua sempre com os interesses patronais e estatais, buscando não romper o pacto social que beneficia largamente a burguesia, basta ver os crescente lucros das multinacionais em contraposição aos salários da juventude. Com tudo isso, a nova geração fica impedida por tais mecanismo de desenvolver suas potencialidades insurgentes. Sendo assim, será necessário articular-se pela base, no trabalho de militante a militante.

Durante esta pesquisa, foi possível observar que dentro da Volks, existe insatisfação de setores do operariado com suas direções o sindicato do ABC e com a comissão de fábrica, que são identificadas como conciliatórias, porém as direções pelegas relutam contra estes setores operários e operárias mais combativos. É claro que o fato de existir descontentamentos manifestos contra as direções não implica que este avance e se desenvolva. Por fora de uma mudança na correlação de forças da luta de classes no país, o operariado terá muita dificuldade em livrar-se da casta que o subordina.

Será necessário aliar a luta contra a burocracia sindical à luta contra o stress por estafa, causada cotidianamente pelo ritmo intenso da linha de montagem, stress por medo de ser demitido, cansaço pós-trabalho, com dores no corpo, lesões por esforço repetitivo, por questões ergonômicas, e ainda, em meio a uma série de obstáculos, lutar por um sindicato combativo, por uma central sindical que se volte para a realização das demandas atuais e históricas dos operários e operárias, e por um partido que realmente represente os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas SP. EDITORA da UNICAMP. São Paulo. Imprensa Oficial, 1999.
- ABRAMO, L. *A subjetividade do trabalhador frente à automação*. In: Ricardo Neder et al., *Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, pp.133-176. 1988.
- _____. *Pela democracia, contra o arbítrio*. Ed. Fundação Perseu Abramo.
- AFONSO, D. A. Caio Prado Júnior e a gênese do marxismo reformista no Brasil. In: *ISKRA – REVISTA DE TEORIA E POLÍTICA MARXISTA*. São Paulo. N. I. 2008.
- ALBAMONTE, E. & ROMANO, M. Trotsky y Gramsci - Convergencias y divergencias. In: *Revista Estratégia Internacional*. N° 19. Janeiro de 2003. Disponível no site: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei19/ei19.htm> . Visitado em 25/04/2011.
- _____. Revolución permanente y guerra de posiciones - La teoría de la revolución en Trotsky y Gramsci. In: *Revista Estratégia Internacional*. N° 19. Janeiro de 2003. Disponível no site: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei19/ei19.htm> . Visitado em 25/04/2011.
- ALMEIDA, M. T. *Liga Comunista Internacionalista – teoria e prática do trotskismo no Brasil (1930-1935)*. Dissertação de mestrado. PUC/SP. 2003.
- ALMEIDA, M.H.T. *Crise Econômica & Interesses Organizados: O Sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Edusp. 1996.
- ALMEIDA, A. *Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990*. In: *Revista Brasileira de História*: vol.19 n.37 São Paulo: Setembro 1999.
- ALVES, G. *Capitalismo, Classe e Consciência de Classe Elementos Categrorais*. 2007a. Mimeo.
- _____. *Trabalho e subjetividade - O metabolismo social da reestruturação produtiva do capital*. Tese de Livre-docência. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). 2007b.
- _____. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios sobre sociologia do trabalho*. Praxis. Londrina. 2007c.
- _____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. Do “novo sindicalismo” à “consertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, **15**, p. 111-124, nov. 2000b. Disponível no sitio: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf>. Visitado em 25/04/2011.
- ANFAVEA. *Indústria Automobilística Brasileira - 50 Anos*. 2007.
- ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. 6ª edição. São Paulo: Boitempo, 2002.

- _____. *Adeus ao trabalho?* 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.
- _____. *A Rebelião do trabalho*, 2ª edição. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- _____. *O novo sindicalismo*. Editora Brasil Urgente. São Paulo. 1991.
- _____. *O que são as Comissões de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ARBIX, G. *Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por Novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro*. In: Dados vol.43 n.1 Rio de Janeiro 2000.
- ARBIX, Gl. e ; ZILBOVICIUS, M. (Org.). *De JK a FHC: A Reinvenção dos Carros*, São Paulo: Scritta Editorial. 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. 1997.
- _____. *Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo. 2008.
- ARRUDA SAMPÁIO, P. *Brasil: as esperanças não vingaram*. Em publicacon: OSAL, Pbservatório Social de América latina, ano VI nº 18. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina, enero. 2006.
- ASSUNÇÃO, D. (Org.). *A precarização tem rosto de mulher*. São Paulo. Edições Iskra. 2011.
- BARBOSA, M. S. *Sindicalismo em tempo de crise: a experiência na Volkswagen do Brasil*. Alpharrabio edições. 2003.
- BIANCHI, A. Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira. In: *Marxismo Vivo*. Dezembro de 2001. . 106-116. Disponível no site: <https://www.archivoleontrotsky.org/busca.php?buscasimples=Bianchi&texto=on&video=on&audio=on&imagem=on>
- _____. Brasil. A greve dos petroleiros. Uma lição de luta. 1995. In: *Correio Internacional*. Disponível no site: <https://www.archivoleontrotsky.org/busca.php?buscasimples=Bianchi&texto=on&video=on&audio=on&imagem=on>
- BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP. São Paulo. 1991.
- Boito, Armando; Galvão, Andréia y Marcelino, Paula. *Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000*. en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, octubre.
- _____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 28, junio de 2007.
- _____. Classe média e sindicalismo. In: *Estado, Política e Classes Sociais* (São Paulo: UNESP).

- _____. A crise do sindicalismo. In: Santana e Ramalho (orgs.) *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo. 2003.
- _____. *Neoliberalismo e corporativismo no Brasil*. In: ARAÚJO, A. (org). *Do corporativismo ao neoliberalismo*. SP: Boitempo, 2002, p. 59-87.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.
- BOITO, J. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CADERNOS ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL. “1964-1980 - A classe operária na luta contra a ditadura. Edições Iskra. 2008. Disponível no endereço: http://www.ler-qi.org/IMG/pdf/Tesis_70.pdf . Visitado em 25/04/2011.
- CANO, W.; SILVA, A. L. G. Política industrial do governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.
- CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Ed. da UNESP: UNICAMP/IE, 2002.
- CERDEIRA, Bernardo. A natureza social da ex-União Soviética - Atualidade de um debate. In: *Revista Outubro*, 1, 1998. Disponível: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_07.pdf . Visitado em 25/04/2011.
- _____. *Bolchevismo e stalinismo: um velho debate*. In: *Revista Outubro*, 3. Disponível no site: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_06.pdf. Visitado em 18/01/2010.
- CERQUEIRA, A. N. *O novo perfil dos ocupados na indústria automotiva paulista na década de 90*. 2003. Dissertação de mestrado defendida em 2003. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- CHASIN, J. *As máquinas param, germina a democracia*. Revista Escrita/Ensaio nº 7. Escrita, São Paulo, 1980. Disponível no site: http://www.verinotio.org/publicacoes_asmaquinasparam.htm. Visitado em 25/04/2011.
- CHE GUEVARA, E. *O Socialismo e o Homem em Cuba*. 1965. Disponível: http://www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm. Acessado em 15/05/2010.

- CHINGO, J. El destino de Rusia y sus consecuencias para el sistema capitalista mundial. In: *Estratégia Internacional*. N. 22. Buenos Aires. 2005.
- CINATTI, C. *A 20 anos da queda do Muro de Berlin*. Mimeo. Disponível no site: http://www.ler-qi.org/spip.php?page=imprimir_articulo&id_article=2077. Visitado em 18/01/2010.
- _____. Del stalinismo a la estauración capitalista em la ex URSS. In: *Estratégia Internacional*. N. 22. Buenos Aires. 2005.
- COGGIOLA, O. Sobre as origens do PT: uma anti-história. In: *Revista Contra a Corrente – Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea*. Ano 2. N. 4. DF. 2010.
- CONLUTAS 2004 “Coordenação pretende-se construir como uma alternativa de luta para os trabalhadores” em <www.conlutas.org.br>. Visitado em 25/04/2011.
- CORSI, L. F. A crise estrutural do capitalismo. In: *Revista Aurora*. Marília, SP, 2011.
- _____. A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: ALVES, Giovanni e FIGARI, Claudia (orgs.) 2009. *La precarización del trabajo em América Latina*. Bauru: Canal 6/Londrina: Praxis. 2009.
- _____. Capitalismo global; crise, bolhas especulativas e periferia”, em Tumolo, Paulo. S. e Batista, Roberto. L. *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Praxis/Massoni, Londrina. 2008.
- _____. Economia do Capitalismo Global: um balanço crítico do período recente. In: *Trabalho e Educação*. Org. BATISTA R. L. e GONZALES, J. L. C. Maringá: Praxis, 2006.
- _____. A economia Brasileira na Década de 1990: Estagnação e Vulnerabilidade Externa. In: *Desafios do trabalho*. Org. BATISTA R. L e ARAUJO, R. Londrina: Praxis ; Maringá: Massoni, 2003.
- _____. Caio prado Jr. E a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. (orgs) *Corações vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. Editora Cortez, 2003.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- DANTAS, G. Três teses sobre o PT das origens. In: *Revista Contra a Corrente – Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea*. Ano 2. N. 4. DF. 2010.

DUNGA, G; AGUIRRE, F, La revolución permanente en Cuba. In: *Revista Estrategia Internacional*. Nº 20. Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2003. Disponível: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei20/ei20CubaPermanente.htm>. Acessado em 15/05/2010.

_____. Guerra y revolución: Antecedentes históricos de la revolución del '59. In: *Revista Estrategia Internacional*. Nº 20. Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2003. Disponível: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei20/EI20CubaAp59.htm>. Acessado em 15/05/2010.

_____. La política exterior del castrismo. In: *Revista Estrategia Internacional*. Nº 20. Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2003. Disponível: http://www.ft.org.ar/estrategia/ei20/EI20Cuba_PolExt.htm. Acessado em 15/05/2010.

ENGELS F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo. 2007.

_____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Globo, 2000.

_____. Princípios básicos do comunismo. In: MARX, K., ENGELS. *Obras escolhidas*. Tomo I. Edições avante. Portugal.1982.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Editora Global, São Paulo, 1981. 4ª Ed.

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil: Um balanço dos anos 90*. São Paulo. 2001.

ERICKSON, K.E. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. SP: brasiliense, 1979.

FERNANDES, F. *O PT em movimento*. SP: Cortez: Autores associados, 1991.

CARDOSO, F. *A arte da política – a história que vivi*. RJ. Civilização brasileira. 2006.

FILGUEIRAS, L. Et ali, Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.

FIGUEIREDO, M. L. *Uma alternativa sindical? A negação do “propositivismo” no sindicalismo metalúrgico paulista*. Dissertação de mestrado. Unicamp. 2007.

FIORI, José Luis. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *O vôo da coruja*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GALVÃO, A. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. *Outubro* (São Paulo), v. 14, p. 131-150, São Paulo. 2006.

_____. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. *Outubro*. São Paulo, v. 18, p. 175-197, 2009.

- _____. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 27, p. 121-126, 2008.
- _____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*, Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas. 2003.
- _____. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. In: *Idéias*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp) Vol. 9, Nº 1. 2002.
- _____. *Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas. 1999.
- _____. Os metalúrgicos do ABC e a câmara setorial da indústria automobilística. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 10/11, p. 83-101, 1998.
- GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT – origens, projeto e consolidação do partido dos trabalhadores*. São Paulo. Editora Cortez.1989.
- GIANNOTTI, V; NETO, S.B. *CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCURTO*. São Paulo. Vozes, 1991.
- GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Editora Mauad, 2007.
- GONÇALVES, R. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-2010). In: MAGALHÃES, J. P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.
- _____. *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1999.
- GONZÁLES, J. L. C. e Batista, R.L. (Orgs). *Trabalho e Educação*. Maringá: Praxis, 2006.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Editora Ática, SP, 1987.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Cadernos 12, 13, 18, 19, 22, 25 e 27.
- _____. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. Editora Brasiliense. 1981.
- INTERSINDICAL. *Manifesto: Intersindical, um instrumento a serviço da luta de classes*. In: <<http://acaopopularsocialist.locaweb.com.br/textos/manifesto-intersindical-2006.pdf>>. 2006.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. Editora Loyola, São Paulo.1992.
- HIRATA, H. (Org). *Sobre o “modelo” japonês*. Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações do Trabalho. São Paulo: Edusp.São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1993.

- IBRAHIM, J. *O que todo cidadão precisa saber sobre Comissões de Fábrica*. Global Editora. 1986.
- ISHIBASHI, A primavera árabe e a inauguração de novos tempos - um debate sobre os desafios programáticos e teóricos postos para os revolucionários. In: *REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL III*. São Paulo. 2011.
- ISHIBASHI, S.: SÁ, T. *Em defesa das conquistas da revolução cubana*. S.E. 2010. Disponível: <http://www.ler-qi.org/spip.php?article2321>. Acessado em 15/05/2010.
- ISKRA – REVISTA DE TEORIA E POLÍTICA MARXISTA. São Paulo. N. I. 2008.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1973.
- LEITE, M. P. *Sindicatos e Desenvolvimento Econômico: A experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil*. Buenos Aires: Clacso, 2000, v., p. 87-120.
- _____. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta. 1994.
- LEPORE, W. C. ; KLINK, J. J. ; BRESCIANI, L. P. . *Câmara Regional do Grande ABC. Produção e Reprodução do Capital Social na Região do Grande ABC paulista*. E & G. Economia e Gestão, v. 6, p. 1-18, 2006.
- LININ, V. I. *Que fazer? – problemas candentes do nosso movimento*. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2010.
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Editora Centauro. São Paulo. 2008.
- _____. *O Estado e a revolução – o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. Editora Expressão Popular. 2007.
- _____. *Às portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917*. Rio de Janeiro: Boitempo. 2005.
- _____. Cartas de longe. In: *As portas da revolução*. Slavoj Zizek. Boitempo. 2005.
- _____. Teses de abril. In: *As portas da revolução*. Slavoj Zizek. Boitempo. 2005.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Obras escolhidas: em três tomos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980-1982.
- _____. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Editora Símbolo. São Paulo. 1978.
- _____. *Ilusões constitucionistas*. São Paulo: Kairós, 1979. Págs. 83 – 87.
- _____. La bancarrota de la II Internacional. In: *Obras Escogidas*. Moscú: Progreso. Tomo V, 1976b.
- _____. Relatório sobre a revolução de 1905. *Lenine, Oeuvres, tomo 23, pp. 259-277. Éditions du Progrès, Moscovo, 1974*. Tradução Fernando S. A Araújo. Maio de 2007.
- LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. Editora Cortez. 2007

_____. *Lukács e a ontologia: uma introdução*. IN: *Revista Outubro*. 2001. Nº 5. Disponível no site: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_06.pdf

LISBOA, V. Algumas lições do ascenso proletário dos anos 70 contra a ditadura e o papel da esquerda. *Revista Estratégia Internacional Brasil*. Número 3. São Paulo. 2008. Disponível: <http://www.ler-qi.org/spip.php?article1580>. Visitado em 27/06/2011.

_____. Uma política sindical revolucionária. In: *Revista Estratégia Internacional Brasil I*. São Paulo, 2004. Disponível no endereço: <http://www.ler-qi.org/spip.php?article434>. Visitado em 27/06/2011.

LOWY, M. *Teoria da revolução no jovem Marx*. 2002.

_____. *O pensamento de Che Guevara*. Expressão popular. São Paulo. 1999.

LUKÁCS, G. O jovem Marx. In: *O jovem Marx e outros escritos*. Editora UFRJ. 2007.

_____. *Ontologia Dell'Essere Sociale*. 3 volumes, Editori Riuniti: Roma. 1981.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Temas de Ciências Humanas*. n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. Disponível no site: <http://www.giovannialves.org/textos.htm>

_____. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974.

_____. *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto : Escorpião, 1973.

MAGALHAES, J.P. A. *Os anos lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2010.

MAIA, F. *As novas faces da subsunção do operário ao capital: estudo sobre o processo de trabalho em uma unidade produtiva no ABC paulista*. Dissertação de mestrado defendida na Unesp-Marília. 2008.

MATÍAS, M.: ALBAMONTE, E. Sobre a atualidade do legado de Leon Trotsky e a IV Internacional – nos limites da restauração burguesa. In: *REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL V*. São Paulo. 2011.

MARONI, A. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense. 1982.

MARX, K. *Sobre a questão judaica*. Editora Boitempo: São Paulo, 2010a.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano*. Editora expressão Popular. 2010b.

_____. *Miséria da filosofia*. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: *A Revolução antes da revolução*. Editora Expressão Popular. 2008.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Editora Boitempo: São Paulo, 2005.

- _____. *Manuscrítos Econômico-Filosóficos*. Editora Boitempo: São Paulo, 2004a.
- _____. Crítica ao programa de Gotha. In: *A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels*. Org. Ricardo Antunes. Expressão Popular 2004b.
- _____. Anotações acerca de estatismo e anarquia de Bakunin (extrato). In: *Revista Margem Esquerda*. São Paulo. Boitempo. 2004.
- _____. Capítulo VI Inédito de O Capital. LECH: São Paulo. 1988a.
- _____. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Martins Fontes, São Paulo, 1998b.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Bertrand. L I. vol. I e II, 1989.
- MATOS, D. Brasil: qual “projeto de país”? - entre o gradualismo reformista e as contradições estruturais do país. In: *Revista Estratégia Internacional Brasil V*. São Paulo 2011.
- _____. Origens, fundamentos e contradições do neoliberalismo petista. In: *Revista Estratégia Internacional Brasil I*. São Paulo 2004. Disponível no endereço <http://www.ler-qi.org/spip.php?article433>. Visitado em 27/06/2011.
- MAZZEO, A. C. O partido comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. (orgs) *Corações vermelhos – os comunistas brasileiros no século XX*. Editora Cortez, 2003.
- _____. *Sinfonia inacabada – a política dos comunistas no Brasil*. SP. Editora Boitempo, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Editora Boitempo, São Paulo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- _____. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. *Aspectos de la historia y la conciencia de clase*. 1973.
- MOLINA, E. Cuba en la encrucijada. In: *Revista Estratégia Internacional. Nº 20*. Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2003. Disponível: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei20/ei20CubaEncrucijada.htm>. Acessado em 15/05/2010.
- _____. Cuba, la época imperialista y las contradicciones de la transición al socialismo. In: *Revista Estratégia Internacional. Nº 20*. Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2003. Disponível: <http://www.ft.org.ar/estrategia/ei20/ei20CubaApendice.htm>. Acessado em 15/05/2010.
- MORAES, J. Q. *A esquerda militar no Brasil*. Editora expressão popular.
- MORAES NETO, B. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. Editora brasiliense, São Paulo, 1989.
- NETO, M. L. P. A fábrica, o sindicato, o bairro e a política: a “reinvenção” da classe trabalhadora de São Paulo (1951-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

- _____. Idéias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *Cad. AEL*, v.12, n.22/23, 2005.
- NORONHA, E. A explosão das greves na década de 1980. In: BOITO, J. (Org) *O sindicalismo brasileiro nos anos 1980*. São Paulo. Paz e Terra. 1991.
- OHNO, T. *O Sistema Toyota de Produção*. Porto Alegre. Bookman, 1997.
- OLIVEIRA, E. *Toyotismo no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- _____. Hegemonia as avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- _____. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R. RIZEK, C. *Hegemonia às avessas – economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo. Editora Boitempo. 2010.
- PARANHOS, K. R. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Editora da Unicamp. 1999.
- POCHMANN, M. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo. Editora Cortez. 2010.
- _____. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. *Estudos Avançados*, vol. 23 - n. 66, 2009.
- _____. *Sindeepres 15 Anos - A superterceirização dos contratos de trabalho*. S.E. 2007. Mimeo.
- _____. *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo editorial. 2001.
- PRATES, A M.Q. *Reestruturação produtiva no Brasil dos anos 90 e seus impactos na região do grande ABC paulista*. Dissertação de mestrado defendida em 2005. Faculdade de Economia da Unicamp.
- PRAUN, L. D. *A teia do capital: reestruturação produtiva e “gestão da vida” na Volkswagen do Brasil/Planta Anchieta*. Dissertação de mestrado defendida na Unicamp. 2005.
- REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Editora LP&M. 2007.
- REVISTA MARGEM ESQUERDA. Número 1. São Paulo. Editora Boitempo. 2003.
- REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL I. São Paulo. 2004. <http://www.ler-qi.org/spip.php?rubrique163>. Visitado em 27/06/2011.
- REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL II. São Paulo. 2007. <http://www.ler-qi.org/spip.php?rubrique163>. Visitado em 27/06/2011.

- REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL III. São Paulo. 2008.
<http://www.ler-qi.org/spip.php?rubrique163>. Visitado em 27/06/2011.
- REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL IV. São Paulo. 2009.
- REVISTA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL V. São Paulo. 2011.
- REZENDE, M. J. *A transição como forma de dominação política*. Editora UEL. Londrina, 1996.
- RODRIGUES, I. J. et alli *Velhos e novos operários da indústria automobilística: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense*. Vol. 19, Nº 46. 2006.
- RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e Desenvolvimento Regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC*. 2004. XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 2004.
- _____. *Relações de trabalho e sindicalismo no ABC Paulista*. In: Maria Regina Nabuco; Magda de Almeida Neves; Antônio Carvalho Neto. (Org.). *Indústria Automotiva: A nova geografia do setor produtivo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *Um laboratório das Relações de Trabalho: o ABC paulista nos anos 90*. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 137-157, 2002.
- _____. ; MARTINS, H. S. *O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90*. Revista Tempo Social, São Paulo, v. II, n. 2, p. 155-182, 2000.
- _____. (Org.) *O Novo Sindicalismo: Vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.
- _____. *Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na Indústria automobilística*. In: ANTUNES, R., BEYNON, H, McILROY, J., RAMALHO, J.R. e RODRIGUES, I. *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1997.
- RODRIGUES, I. J. *As comissões de fábrica e o movimento sindical*. In: BOITO, J. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: Edusp/ Fapesp. 2002.
- _____. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: BOITO, J. *O sindicalismo brasileiro na década de 80*. Paz e Terra. 1991.
- SACCHETTA, H. *O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas. Editora Unicamp. 1992.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- SALLES, E. *Lukács e o stalinismo*. In: *ISKRA – REVISTA DE TEORIA E POLÍTICA MARXISTA*. São Paulo. N. I. 2008.

SALLES, E., MATOS, D. O processo revolucionário que culmina no golpe militar de 1964 e as bases para a construção de um partido revolucionário no Brasil. In: *Revista Estratégia Internacional Brasil*, nº 2. Ed. ISKRA, setembro de 2007. p. 108-188. Disponível em: <http://www.lerqi.org/spip.php?rubrique288>. Visitado em 27/06/2011.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (org.). *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Editora Boitempo: São Paulo.

SERGE, V. *O ano I da revolução russa*. Boitempo. 2008.

SILVA, S. C. *As Experiências das Comissões de Fábrica da Ford e da Volkswagen durante a reestruturação produtiva da Autolatina*. In: Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 2, p. 141-169, 1997.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos*. 2010a.

_____. O lulismo e seu futuro. *Revista Piaui*. 2010.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. 2009. *Novos Estudos*. CEBRAP, n. 85. 2009.

SINGER, Paul. *A raiz do desastre social: a política econômica de FHC*. In: LESBAUPIN, Ivo. (Org) *O desmonte da nação*: Petrópolis : Vozes, 1999.

_____. *O dia da lagarta*: São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

_____. *A miséria da teoria, ou, Um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMIZAKI, K. A. *Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/ Arte Escrita Editora, 2007.

_____. *Rupturas e continuidades nas relações intergeracionais: o futuro da categoria metalúrgica do ABC Paulista*. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, p. 87-96, 2006.

_____. *Envelhecer na fábrica: a redefinição da identidade dos metalúrgicos do ABC nos anos 90*. In: ANPOCS, 2005, Caxambu. 29º Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

_____. *Lembranças de São Bernardo: a memória e a constituição das condutas de jovens trabalhadores do interior do Estado de São Paulo*. Resgate (UNICAMP), Centro de Memória/UNICAMP, v. 11, p. 55-64, 2002.

TRAGTENBERG, M. *Uma Vida para as Ciências Humanas*, Editora UNESP.

_____. O dilema da estrela: branca ou vermelha. *Jornal da Tarde*, 17 dez. 1988.

TROTSKY, L. *O programa de transição – documentos da IV Internacional*. Editora Iskra. São Paulo. 2008.

- _____. Os noventa anos do Manifesto Comunista. In: *O programa de transição – a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. Edições Iskra. São Paulo, 2008.
- _____. *História da Revolução Russa*. II volumes. São Paulo. Editora Sundermann. 2007. Ed Shademann. 2007a.
- _____. *A revolução de outubro*. São Paulo. Boitempo/Edições Iskra. 2007b.
- _____. *A revolução permanente*. Ed. Expressão popular. 2007c.
- _____. *Lições de outubro*. São Paulo. Editora Sundermann. 2007d.
- _____. *A revolução traída: a onde vai a URSS. .* São Paulo. Editora Sundermann. 2005.
- _____. *Aonde vai a França?* Editora desafio. 1994.
- _____. As três concepções da Revolução Russa. In: Stálin: O militante anônimo. São Paulo: Ched, 1980. Volume 1.
- _____. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo. Kairós Livraria e Ed. 1979.
- _____. *1905: Balanços e perspectivas*. Editora Penguin Books. 1971.
- _____. *A revolução de 1905*. Editora Global.
- _____. *O Estado operário, termidor e bonapartismo*. S. E. 1935.
- TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação – a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Editora Unicamp. 2002.
- VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista*. In: ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.